

Turismo em Foco

Francisco Fransualdo Azevedo
Silvio Lima Figueiredo
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Christiano Henrique Maranhão
Organizadores

Turismo em Foco



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor Geral

Fábio Carlos da Silva

Diretor Adjunto

Durbens Martins Nascimento

Conselho Editorial do NAEA

Armin Mathis

Durbens Martins Nascimento

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Luis Eduardo Aragon

Francisco de Assis Costa

Silvio Lima Figueiredo

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-reitora

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Diretora

Maria Arlete Duarte de Araújo

Vice-diretor

José Dionísio Gomes da Silva

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa Em Turismo

Coordenador

Mauro Lemuel de Oliveira Alexandre

Vice-coordenadora

Lissa Valéria Fernandes Ferreira

Turismo em Foco

Francisco Fransualdo Azevedo
Silvio Lima Figueiredo
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Christiano Henrique Maranhão
Organizadores

Belém
NAEA
2013

Copyright dos autores

Coordenadoria de Comunicação e Difusão Científica do Naea

Ana Lucia Prado

Ana Cristina Pinheiro de Lima

Roseany Caxias

Diagramação: Fabrício Ribeiro

Capa: Fabrício Ribeiro

O Livro traz resultados de pesquisas de grupos de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal do Pará, e outras instituições parceiras nas análises do turismo no Brasil e em outros países.



Esta obra foi produzida com o apoio do CNPq.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Turismo em foco / Francisco Fransualdo Azevedo... [et al.] (org.) – Belém: NAEA, 2013.

352 p.

ISBN: 978-85-7143-110-2

1. Turismo. 2. Turismo cultural. 3. Turismo – Aspectos ambientais. 4. Turismo-política governamental. 5. Turismo – Planejamento. I. Azevedo, Francisco Fransualdo.

CDD 22. ed. 338.4791

Naea

Av. Perimetral, Número 1 - Campus Universitário do Guamá, Belém – PA

Cep: 66075-750

(91) 3201-7231

naea@ufpa.br

editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio..... 7
Adyr Balastrieri Rodrigues

1. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas 11
**Francisco Fransualdo Azevedo, Silvio Lima Figueiredo,
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Christiano Henrique
da Silva Maranhão**

Parte I - Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade

2. As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte –
Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade..... 28
Antonio Jânio Fernandes

3. A questão ambiental, riscos naturais e a aplicação de metodologia de
Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) no turismo: caso do turismo
residencial em Pipa/RN..... 45
Erminio Fernandes, Mariana Torres Correia de Mello e Antonio Aledo

4. Turismo e meio ambiente: o caso de Silves, Amazonas..... 75
Roberta Maria de Moura Sousa e Julio César Rodríguez Tello

Parte II - Turismo, Relações Sociais e Comunidades

5. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços
no Estado do Pará 92
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

6. Consumo e conservação no ecoturismo das UCs Área de Proteção
Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual
Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que nelas atuam..... 116
Artemisia dos Santos Soares e Francisco Fransualdo de Azevedo

7. A *práxis* do turismo em Natal/RN e o capital social: uma articulação
necessária..... 137
Christiano Henrique da Silva Maranhão

8. Caminhos entre um rio e o mar: residentes e turistas em zonas e realidades
dísparas no destino “cidade do sol” - Natal/ RN, Brasil 155
Michel Jairo Vieira da Silva e Lore Fortes

Parte III - Turismo, Lazer, Políticas Públicas e Mercado

9. Captação de eventos internacionais: uma contribuição para o desenvolvimento do turismo de eventos 171
Renata Laís Ferreira de Santana, Josemery de Araújo Alves e Kettrin Farias Bem Maracajá
10. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará..... 189
Cleber Augusto Trindade Castro e Silvio Lima Figueiredo
11. Gestão pública e interiorização do turismo no Rio Grande do Norte: um paralelo entre desenvolvimento e crescimento econômico 203
Darlyne Fontes Virginio
12. Políticas públicas de desenvolvimento do turismo em Moçambique: da panaceia à prática 229
Daniel Augusta Zacarias
13. Políticas públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais..... 248
Mirleide Chaar Bahia e Silvio Lima Figueiredo

Parte IV - Turismo e Questões Geográficas

14. Cidade, urbano e urbanização: fundamentos metodológicos para o estudo do turismo 269
Everaldo Batista da Costa e Fernando Luiz Araújo Sobrinho
15. Prospuestas estratégicas para el fomento del turismo rural en Currais Novos/RN 288
Sidley D'sordi Alves Alegriani da Silva

Parte V - Turismo e Novas Tecnologias (Inovações)

16. Uso das tecnologias de informação e comunicação para promoção do turismo: caso da área urbana do município de Inhambane 313
Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo e Gouveia Dramane Sumale
17. Relação turismo e transporte aéreo em Moçambique: análise Swot..... 335
Francisco Cabo

Prefácio

Este livro que vem a público com a chancela do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos resulta de uma parceria entre a Universidade Federal do Pará, na pessoa de Silvio Lima Figueiredo e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representada por Francisco Fransualdo de Azevedo, Christiano Henrique da Silva Maranhão e Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, professores que, além de capitanearem a difícil tarefa de organizar a obra, contribuíram ainda com textos resultantes de suas pesquisas em diversas áreas de atuação acadêmica.

Profissionais de formações distintas – geógrafos, turismólogos, comunicadores sociais, sociólogos, economistas, administradores, dentre outros – iluminam a coletânea que traz o sugestivo título *Turismo em Foco*, de amplo espectro disciplinar e temático, priorizando recortes espaciais focados nos estados do Pará e do Rio Grande do Norte. Há ainda espaço para Silves, no estado do Amazonas, localidade conhecida na literatura especializada por experiências de turismo comunitário consideradas até então bem sucedidas. As contribuições extrapolam os limites nacionais com três interessantes aportes de autores de Moçambique, país luso-africano, com o qual temos mantido uma tradição de colaboração acadêmica bastante frutífera, atribuída às nossas semelhanças geográficas e históricas.

Enaltecer a importância deste livro soa redundante neste espaço, mesmo assim é necessário fazê-lo. Passado o boom da criação dos cursos de turismo em todo o país – que atingiu o ápice de 526 unidades, em 2007 –, da multiplicação dos eventos acadêmicos, das dissertações e teses abordando a temática em diversas áreas das ciências humanas e ambientais, da publicação volumosa de livros nas décadas de 1990 e 2000, observamos um arrefecimento dos ânimos, salvo engano. Daí a necessidade de dar profundidade, consistência e continuidade à reflexão acadêmica crítica e comprometida sobre o projeto de turismo para o Brasil, que a despeito de todos os esforços, encontra-se em colapso não anunciado e difícil de ser avaliado uma vez que os indicadores são intermitentes, desatualizados e pouco confiáveis. Só para dar um exemplo, cifras de diferentes documentos oficiais sobre o volume do turismo doméstico no país – reconhecidamente de grande significado econômico-social – em

textos publicados na internet, referentes ao ano de 2007, oscilam de aproximadamente 50 a 302 milhões de viagens, somando-se às viagens turísticas outras denominadas rotineiras (www.brasil.gov.br) !...

Por outro lado, os indicadores sobre a crise econômica nos países emissores de turismo para nosso país e do alto custo-Brasil estão estampados em todas as vias de comunicação, tornando inviáveis a promessa e o desejo do Ministério do Turismo (Mintur) do crescimento do fluxo de turismo internacional receptivo. Como corolário, assistimos a um vigoroso incremento do turismo emissor brasileiro, fato que causa um acentuado déficit na balança de pagamentos dos gastos turísticos. Apesar da recente e progressiva desvalorização do real frente ao dólar e ao euro, nos últimos meses, o gasto de brasileiros no exterior, em junho, segundo o Banco Central, bateu um novo record, ultrapassando US\$ 12 bilhões, valor acumulado só no primeiro semestre de 2013. Isto equivale a aproximadamente o dobro da receita do turismo receptivo brasileiro em um ano.

As observações anteriores nos remetem às políticas públicas, eixo temático que é contemplado em vários momentos deste livro, mais precisamente na Parte III. Quando evocamos a expressão *política pública e planejamento turístico* a primeira coisa que nos vem à mente seria o papel pró-ativo do governo nos seus diversos níveis. Contudo, apesar de muito alarde, o que ocorre na política de turismo no Brasil, de forma histórica, é a inação, salvo alguns megaprogramas de efeitos discutíveis surgidos na década de 1990 (ProdeturNE, Pró-Ecotour Amazônia) e em determinadas ações pontuais polêmicas, como a captação de megaeventos, objeto de um dos textos desta obra. A sangria dos cofres públicos para custear as obras de infraestrutura e equipamentos para estes eventos, avaliada em aproximadamente 30 bilhões de reais, está na ordem do dia e foi um dos motes das manifestações de junho último, durante a Copa das Confederações.

Ao tema da sustentabilidade, ou melhor da sua ausência, é dedicada uma das partes do compêndio, que contempla como recorte espacial o litoral do Rio Grande do Norte, palco de grandes transformações socioespaciais, exemplo emblemático de ações do Prodetur NE, que promoveram de forma abusiva e irresponsável o loteamento de amplas faixas litorâneas do Nordeste brasileiro, por empresas de capitais transnacionais. Este processo, como sabido, se deu de forma avassaladora na virada do século XX, prolongando-se até as graves crises econômicas que se iniciaram nos Estados Unidos, em 2008, e que

atingiram, na sequência, alguns países da zona do euro, como Irlanda, Grécia, França, Espanha, Portugal e Itália. Muitos megaempreendimentos – alguns de credibilidade duvidosa - no chamado turismo imobiliário do Nordeste, cujos capitais provinham prioritariamente dos últimos três países citados, acabaram estancados ou sequer saíram do papel.

Esta obra revela, de forma inequívoca e mais uma vez, a tradicional dicotomia entre litoral e interior, também aguda no setor do turismo. O fortalecimento desta disparidade se dá ainda hoje pela priorização territorial seletiva de investimentos públicos no litoral, em detrimento do interior. O planejamento regional integrado que crie e articule redes relacionais horizontalizadas, complementares e solidárias só é factível nos documentos.

Cidade, urbano e urbanização, reflexão teórica de um dos textos deste livro, assume especial significado no tratamento do turismo. Há necessidade de investigar o potencial de capacidade relacional que possibilite a conexão de espaços difusos com espaços urbanos em diferentes escalas, a fim de gerar novas economias de proximidade de conteúdo translocal. Em realidade é esta a lógica dos arranjos produtivos locais, que crescem regionalmente em aréolas concêntricas, desobedecendo a articulação em redes descontínuas, tão alardeada na literatura geográfica mas que somente se observam em escala macroespacial. É desta perspectiva que se deve analisar as experiências de turismo rural, de ecoturismo, de turismo de aventura, de turismo sertanejo. Projetos ilhados em superfícies geográficas extensas e desvinculados do entorno, são de fraca competitividade e de difícil sobrevivência .

Para encerrar a obra foram selecionados dois textos que sinalizam a importância das inovadoras tecnologias da informação aplicadas às pesquisas em turismo, ambos tratando de espaços moçambicanos.

Estão de parabéns os organizadores e colaboradores desta coletânea que, indubitavelmente, oferece subsídios fundamentais à pesquisa, à inovação e ao conhecimento na área do turismo.

São Paulo, 21 de agosto de 2013

Adyr Balastreri Rodrigues – Professora junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo

Turismo em Foco: globalização e políticas públicas

Francisco Fransualdo Azevedo¹

Silvio Lima Figueiredo²

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega³

Christiano Henrique da Silva Maranhão⁴

ESTUDOS E ABORDAGENS DO TURISMO

O turismo tem sido um dos aspectos mais marcantes da sociedade atual. Os deslocamentos para lazer, as viagens de férias, o entretenimento associado à viagem, tem feito milhares de pessoas se movimentarem no mundo, principalmente pela existência de meios de transportes rápidos, fáceis e com uma rede que conecta quase sem restrições a maior parte do mundo organizado pelo capital. Isso transforma o fato turístico, observável, em fenômeno, especial. Dessa forma, o fluxo contínuo de pessoas se deslocando pelo mundo com objetivos iniciais ligados à realização do lazer, e portanto à busca do prazer, ganhou enorme proporção sendo assim necessário entendê-lo e diagnosticar suas situações bem como propor melhorias para que esse sistema não apresentasse interrupções em seu funcionamento.

O turismo dessa forma precisou ser pensando e teorizado. A busca de conceitos explicativos, que respondessem a questões que se colocavam na

1 Professor do Departamento de Geografia (DGE/UFRN) e dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe) e em Turismo (PPGTur) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (MG) com estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do NAEA/UFPA. Doutor em Comunicação (ECA/USP). Pós-Doutor em Sociologia pela Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

3 Professor do Departamento de Turismo (DETUR/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

4 Turismólogo e Mestre em Turismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Doutorando em Geografia (PPGe/UFRN). Professor Colaborador – Curso de Turismo (CCSA/ CCHLA/UFRN). Email: christianomaranhao@gmail.com

época, gerou os primeiros ensaios de compreensão do fenômeno, e esse primeiro panorama de ensaios-teorias acenou para um entendimento da forma prática mais aparente da dinâmica do turismo: os efeitos econômicos. E entender o turismo como atividade econômica não traz nenhum anacronismo. As formas mais rapidamente identificáveis do fenômeno dizem respeito principalmente à necessidade de sua organização, e em um texto simples porém muito centrado, Bacal (1999) traz essas características no conceito “turismo é um processo que contém um conjunto de relações e fenômenos existentes nos deslocamentos voluntários, caracterizados pelo afastamento da morada permanente – com intenção de retorno – com utilização total ou parcial dos bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades dos viajantes, considerando os diferentes motivos de deslocamento” ou seja, utilizando os bens e serviços dedicados aos viajantes (em geral), observa-se que as estruturas de mercado estão presentes na formulação do conceito.

Esse debate envolve obviamente a busca/descoberta de uma forma elementar, que relacione o fato ao conceito. As formas elementares são os deslocamentos humanos, e esses sem dúvida são por diversos motivos, e quando significam mudanças consubstanciais, a ideia de viagem se realiza. Buscar a viagem como a forma elementar e o conceito fundador de outros conceitos como a migração e o turismo (sendo que na migração o deslocamento acaba por se transformar em elemento secundário, apesar de condição para) tem ganhado força principalmente em estudos que são marcados por abordagens sócio-antropológicas, na França e em outros países, onde a crítica e a atenção à formação social dos conceitos são direcionadores das pesquisas acadêmicas.

As abordagens sócio-antropológicas orientam as pesquisas para o pensamento sobre viagem e turismo, necessariamente sobre a viagem como rito de passagem, as motivações e as implicações sociais e culturais das trocas (comunicacionais) e as representações (AMIROU, 2000, MICHEL, 2000). Considerando diferenças e semelhanças entre conceitos de viagem e turismo, viajante e turista (URBAIN, 2011, FIGUEIREDO, 2012), o estudo das trocas e motivações dos turistas em regiões receptoras, do encontro entre visitante e visitado, traz interessantes contribuições para o entendimento do “espaço” e do “tempo” turístico, e principalmente da produção de relações (humanas), produzidas no seio da prática social que surge da viagem para lazer, considerando também a produção de diversos tipos de práticas e representações

(FIGUEIREDO, 2010). As abordagens geográficas constituirão campo de estudos principalmente nas análises do espaço turístico.

Não obstante, os conceitos clássicos são demonstradores da permanente abordagem de mercado, desde a Escola Berlinesa, passando por Fernandez Fuster, até chegar às definições normativas constantes nos documentos da Organização Mundial do Turismo. Para Fernandez Fuster, que produz uma obra referência de fôlego abordando os principais aspectos sobre o estudo do fenômeno, “turismo é de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagem, transportes, espetáculos, guias-intérpretes, etc, que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes turísticas que o invadem, e que não promoveria se não as recebessem” (FERNANDEZ FUSTER, 1978, p. 28-29).

Dessa forma, se instaura uma certa maneira de estudar/compreender o turismo, em um mix de abordagens multidisciplinar e interdisciplinar, que aponta todas as nuances do fenômeno já transformado em atividade de mercado, e portanto, todas as abordagens dos estudos versam sobre uma quantidade enorme de saberes organizados para, principalmente, sua organização e seu planejamento, na gestão turística *stricto sensu*, na gestão relacionada às políticas públicas e portanto na relação conceitual e operacional entre o mercado e os aspectos institucionais (estatísticas, políticas públicas, fluxos, transportes, núcleos receptores, núcleos emissores, etc).

Sartor (1977 e 1981), uma das primeiras pesquisadoras do turismo no Brasil, chamou a atenção para o entendimento do turismo como fenômeno ligado à civilização moderna, entendido como “atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela de exercer uma atividade remunerada”. Recupera a necessidade do estudo da história dos deslocamentos humanos, destaca a célula “turista” como importante na conceituação do turismo e, assinalando sua emergência na sociedade de consumo, observa novamente o entendimento do fenômeno como atividade econômica, um bom negócio. Em seus textos com extrema densidade, aborda questões ambientais e dos estudos da “localização” como importantes no planejamento do turismo.

A OMT tem claramente uma visão positiva da atividade, e como atividade “econômica” entende-se compreender o turismo como ativador e impulsionador da geração de renda e emprego na sociedade capitalista. O relatório de 1994, depois reproduzido em 1998 (sob a direção de Amparo Sancho),

abre com a seguinte conceituação de turismo: “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros” (OMT, 2001, p. 3). Essa concepção se alinha a toda a política pública brasileira, desde a criação da Embratur em 1966, até os dias de hoje, com variações obviamente relacionadas as ênfases ora no desenvolvimento econômico do setor, ora nos efeitos positivos na geração de emprego e renda para as populações mais carentes.

Essas linhas podem ser encontradas, por exemplo, no Plano Nacional de Turismo (2013-2016), construído de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015. Ele define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza (a participação e diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento). A atividade então é vista como um negócio e, apesar de desvios de discurso aqui e ali, sua existência ainda é justificada pela capacidade de gerar renda e emprego às comunidades residentes, e raramente se fala do turismo como uma política pública para proporcionar lazer ao habitante de um país.

E em um segundo movimento, o fato turístico, observável, transmutado em fenômeno, especial, dada sua frequência e as associações à vida (pós) moderna, entra no cotidiano, com o aumento das possibilidades do trabalhador acessar esse tipo de mercadoria, e tendo o turismo de massa, mesmo transfigurado, ganhado cada vez mais força. Ou seja, o que antes é especial ou até mesmo, como sugerem alguns estudos, “sagrado”, vem se profanando e cada vez mais participando incontestemente da malha da vida societal.

O TURISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Mesmo diante de tantas motivações e razões que evidenciam as diversas características e demandas do turismo, é possível perceber as novas peculiaridades da atividade, dentro do novo paradigma produtivo mundial, que a faz romper com as ligações do antigo sistema fordista de produção em série e possibilita uma maior flexibilidade diante de um mercado cada vez mais exigente, mesmo que este, o turismo, se utilize de tal sistema funcionalmente, a exemplo da capacidade de exploração do trabalho humano nos mais diversos

lugares e regiões e das mais diversas formas. As variações intensas no campo econômico, social, cultural e tecnológico, acabam favorecendo os desejos pessoais, que terminam extrapolando a estandardização, os pacotes fixos, fechados e prontos, característicos do turismo de massa.

Nesses termos, é importante considerar que “sob condições pós-fordistas (ou neo-fordistas), há uma mudança qualitativa de produção e consumo de massa para sistemas mais flexíveis de produção (frequentemente referidos como economias de produção por escopo ou demanda) e organização” (MOWFORTH E MONT, 2006, p. 21).

Destarte, é válido destacar que tais mudanças afetam veementemente o mundo do trabalho, com relações mais flexíveis; o meio ambiente, com demandas cada vez maiores; o consumo, com seu despotismo; a cultura, com certa capacidade de estandardização; enfim, tais processos de mudanças se mostram cada vez mais velozes e bruscos, impondo um novo ritmo à sociedade.

Assim, “o pós-fordismo também ensaia mudanças na forma como as mercadorias e serviços são consumidos, adaptando-os às rápidas mudanças de gostos e preferências dos consumidores e à emergência de nichos e segmentos de mercado” (MOWFORTH E MONT, 2006, p. 21).

No contexto de tais mudanças insere-se o processo turístico, o qual tem evidenciado mudanças adaptativas em função dos novos padrões de competitividade oriundos do paradigma da economia globalizada. O turismo de massa é uma evidência da capacidade de adaptação que tem o segmento ao novo paradigma – pós-fordismo – e o seu contexto ideológico.

Considerando sua capacidade de fluxos (de capital, mercadorias, serviços, pessoas e informações) o turismo se insere de forma decisiva no processo que ficou conhecido nas ciências humanas e sociais como reestruturação produtiva do capital. Esta consiste num processo marcado por uma hierarquia de manifestações, considerado originário e reativo a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, envolvendo o desencadeamento “de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material” (SOJA, 1993, p. 194).

Destarte, esse processo se constitui de fluxos e fixos, mas também de transição, com posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla irresoluta de continuidades e mudanças, e como tal, se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993).

Assim, compreende-se que a reestruturação produtiva compreende as mudanças ocorridas nos elementos e fatores que constituem a realização das etapas que compõe os diversos processos produtivos, devido principalmente à rearticulação das formas de acumulação e reprodução do sistema capitalista de produção. Contudo, vale ressaltar e faz-se necessário reconhecer que tais mudanças alteram não somente as formas de produzir, mas penetram as várias dimensões da vida e da realidade humana – econômica, política, técnica, social, espacial e ambiental.

A dimensão econômica da reestruturação produtiva está associada, de forma direta aos mecanismos por meio dos quais o sistema capitalista busca superar as crises econômicas que, em síntese, resultam dos limites impostos a acumulação ampliada e a (re)produção acelerada do capital (HARVEY, 2011).

Nesse contexto da reestruturação produtiva do capital, o turismo se apresenta como um fenômeno socioeconômico e cultural com notória expressão na contemporaneidade, fazendo-se notar nos mais diversos rincões do espaço geográfico mundial. O mesmo tem apresentado franca expansão no período recente, alterando significativamente a dinâmica dos lugares e regiões, o que tem gerado fortes transformações socioespaciais, impondo a necessidade de um planejamento socioterritorial integrado nas áreas em processo de turistificação.

Após a segunda guerra mundial, o turismo ganha expressividade enquanto atividade mercantil, condicionado, especialmente, pelos avanços nos meios de comunicação e transportes, os quais passaram por intensa evolução a partir de então. Com a introdução dos aviões nos deslocamentos e com o aperfeiçoamento dos sistemas de transportes hidroviários e rodoviários, o lazer e, por conseguinte, o turismo passou a vivenciar uma nova fase, marcada, portanto, pelos significativos avanços tecnológicos, em especial na área de comunicação e informação (CACHO & AZEVEDO, 2010). Mas é, sobretudo, a partir da década de 1970 que o turismo passou a ganhar destaque no cenário econômico do hemisfério sul, especialmente na América Latina e na África. Tal processo se concentra, sobretudo, nas faixas litorâneas, não obstante o potencial de outros espaços, destacando-se a prática do turismo “sol e praia”, por meio da exploração de cenários e paisagens pitorescas, combinando, clima, morfologia da paisagem, fauna e flora, e às vezes o arcabouço cultural local/regional.

Nesse sentido, analisamos o turismo na contemporaneidade e suas nuances, contextualizando-o espaço-temporalmente e problematizando o papel do Estado e das políticas públicas, bem como o papel da comunicação e da informação no interior desse processo, além de problematizar o que se convencionou chamar de sustentabilidade turística.

De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (OMT, 2009), o fluxo turístico internacional apresentou franca expansão no período de 2000 a 2008 (Gráfico 01), evidenciando um crescimento de aproximadamente 5% nas viagens internacionais, alcançando um total de quase um bilhão de turistas em 2008, o que movimentou uma renda total de aproximadamente US\$ 5 trilhões de dólares (OMT, 2009).

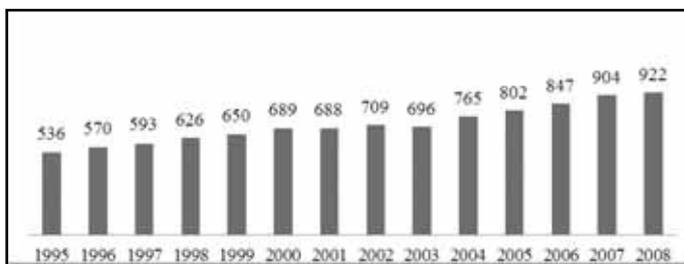


Gráfico 01: Comportamento do Fluxo Turístico Internacional 1995-2008 (em milhões).
FONTE: OMT, 2009. Dados adaptados do Ministério do Turismo, 2013.

Entretanto, esse processo de expansão e de movimentação de recursos não ocorre de forma homogênea, mas de modo concentrado e desigual espacialmente, sobretudo no que concerne à apropriação da riqueza gerada no interior desse processo, pois quem detém o controle da maior parte da atividade são as sociedades emissoras, especialmente, os agentes hegemônicos do capital internacional que gerem o negócio turístico, isto é, empresários do setor de transportes (aéreo, marítimo, rodoviário, etc.), empresários do setor hoteleiro, grandes redes de agências de viagens, bancos, companhias de seguros, etc., agentes esses, muitas vezes integrados entre si.

Nota-se claramente uma preocupação com a elevação dos fluxos por parte dos agentes envolvidos nesse processo, sejam os Estados, sejam os empresários, o que muitas vezes compromete a qualificação do fenômeno, especialmente no tocante a minimização dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos sobre as comunidades e sociedades receptoras. Para se perceber essa intencionalidade, basta observar o crescimento turístico verificado em todos os continentes no período recente (Tabela 01).

Os dados apresentados na tabela 01 evidenciam notória expansão do setor turístico no período de 1990 a 2008. Nota-se que o fenômeno se espacializa mundialmente, embora de forma bastante heterogênea, concentrando-se sobremaneira em alguns espaços, especialmente no continente europeu. Na sequência aparece o continente asiático e a Oceania, seguido da América do Norte, Oriente Médio, África, América Central e América do Sul. No período analisado o número de turistas mais que duplicou, destacando-se o crescimento na Ásia.

	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008
Mundo (total de turistas)	436.000.000	536.000.000	684.000.000	803.000.000	847.000.000	904.000.000	922.000.000
Europa	60,16%	57,98%	57,39%	54,64%	54,54%	53,9%	52,94%
Ásia e Pacífico	12,87%	15,39%	16,19%	19,34%	19,71%	20,12%	19,97%
América central e Caribe	3,07%	3,16%	3,11%	3,07%	3,13%	3,05%	3,1%
América do Norte	16,44%	15%	13,38%	11,21%	10,7%	10,54%	10,61%
América do Sul	1,77%	2,18%	2,25%	2,28%	2,21%	2,21%	2,26%
África	3,49%	3,75%	4,09%	4,67%	4,89%	4,99%	5,09%
Oriente Médio	2,2%	2,54%	3,59%	4,79%	4,83%	5,20%	6,03%

Tabela 01: Distribuição do Turismo Mundial (1990 a 2008).

FONTE: OMT, 2009. Dados adaptados do Ministério do Turismo, 2013.

Esse contexto é sustentado e estimulado pelos princípios e fatores que marcam o atual período, isto é, o período técnico-científico-informacional, no qual a ciência, a técnica e a informação se imbricam num processo de mudança cada vez mais veloz e complexo, cuja velocidade dos eventos impõe um novo ritmo à sociedade, agora em rede, através dos sistemas de informação e do consumo despótico (SANTOS, 2009).

Diante do exposto é possível afirmar que o turismo na contemporaneidade apresenta-se fortemente influenciado e imbricado ao meio técnico-científico-informacional, que segundo Santos (2008, p.40) “é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais”.

Assim, no contexto contemporâneo do turismo, a informação e a comunicação tornam-se vitais para a sustentação da atividade, inclusive no tocante a consolidação de um outro processo de desenvolvimento, cujas bases fundamentais se assentem nos princípios da sustentabilidade, pautadas em intencionalidades e ações socialmente justas, economicamente viáveis e ambientalmente corretas.

TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os estudos sobre políticas públicas surgiram a partir de pesquisas realizadas na Europa baseadas inicialmente nas teorias explicativas sobre o papel do Estado. Já na América do Norte, mas precisamente nos Estados Unidos, a área surge no meio acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas nos estudos sobre a ação dos governos.

De acordo com Souza (2006), quatro teóricos foram os principais responsáveis da criação na área de pesquisa em políticas públicas: Laswell, Simon, Lindblom e Easton. Todos desempenharam um papel importante para a compressão de estudos na área de política pública, no entanto, Easton contribuiu a partir de uma compreensão sistêmica, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para a autora, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Em síntese, a política pública tem o objetivo maior através das ações do governo, de promover o bem estar social e econômico para toda a sociedade.

O estado tem como um dos principais elementos, senão o principal, o papel de organizar a sociedade em suas diferentes dimensões (econômica, política, social, cultural, ambiental e jurídica). Para isso, ele tem diversas formas de conduzir este processo, estas formas se apresentam como características mais explícitas, como por exemplo, na elaboração de leis, já outras são incutidas de formas menos incisivas, como a condução de ações através de projetos que interessam o próprio Estado e sociedade como um todo.

O processo de intervenção do Estado foi estruturado com intuito de regulamentar a vida dos cidadãos em âmbito mundial, seja no mundo oriental seja o mundo ocidental. O Estado absolutista, o Estado socialista, o Estado capitalista, o Estado liberal foram exemplos de regimes adotados por diferentes

nações no sentido de garantir um maior controle sobre os meios de produção nos mais diferentes países.

Na ótica de Weber (1999) o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos.

Sousa (1995) destaca os principais problemas encontrados que inibem o exercício eficiente do trabalho institucional conduzido pelo estado: a) corporativismo, cuja lógica é a autoproteção dos funcionários, em detrimento dos objetivos finalísticos das instituições; b) a morosidade nas decisões; c) ausência de uma política de qualificação, inibindo a formação de quadros competentes e provocando cortes nos fluxos de informações; d) tomada de decisões orientada por critérios clientelísticos ou afetivos; e) reduzida flexibilidade das ações, não permitindo a incorporação de elementos que favoreçam os processos avaliativos.

A “política” se refere à vida na polis, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos. “Política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum” (DALLARI, 1984, p. 10). Pensar em política é cuidar dos diversos problemas inerentes à questão de interesse da coletividade, portanto a participação ou não no processo político nos torna responsável pelas decisões de escala macro, bem como pelas ações em menores proporções.

No território nacional brasileiro são poucas as experiências bem sucedidas quanto à participação comunitária em diferentes projetos, inclusive nos turísticos. Hoje há uma intenção de aprofundar a discussão entre os diversos atores ligados à atividade, porém o envolvimento comunitário no processo de planejamento e na condução de ações tem um papel diferencial na busca da equidade social, tão almejada na sociedade contemporânea.

Embora, as ações compensatórias do Estado que proveram lacunas criadas a partir do sistema de produção capitalista, estas ações eram implementadas no intuito de fortalecer o acúmulo do capital, como bem aponta Arretche (1995, p. 13) sobre o gasto governamental, afirma que “todas as

despesas estatais têm o caráter de responder às necessidades do capital, seja para garantir diretamente a acumulação de capital via despesas sociais, em síntese a legitimação do estado e harmonia social são elementos necessários à acumulação de capital”.

Observa-se, portanto, alguma semelhança de políticas recentes na área social, econômica, como por exemplo, políticas ligadas ao setor turístico que carecem de uma maior profundidade de cunho ideológico na sua concepção e implementação, a fim de garantir direitos a todos os atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo na sua concretude (HALL, 2004, NÓBREGA, 2012). Geralmente são os empresários e as grandes corporações empresariais que se beneficiam da implementação dessas políticas públicas, reforçando assim, o pensamento de autores como Arretche (1995); Sousa (1995); e Melo (1999), que comunga da ideia de que o Estado formula políticas para atender às necessidades do setor produtivo, mesmo as de cunho social, pois como já apontado anteriormente, as despesas estatais têm o caráter de responder às necessidades do capital para garantir diretamente a acumulação de capital via despesas sociais.

Em suma, os mecanismos institucionais (sejam eles regras formais ou estruturas consolidadas) no interior dos quais as políticas são formuladas e sustentadas politicamente “são essenciais para que se entenda a forma das próprias políticas porque uma determinada política (*policy*) é resultado da forma de ação dos grupos interessados em implementá-la, no interior de um contexto cujas regras de operação são específicas” (ARRETCHE, 1995, p. 33). As políticas públicas são as ações que o Estado desenvolve a fim de atender os anseios da sociedade como um todo.

No campo turístico, a fragilidade permeia o campo político no sentido de construção de documentos capazes de atingir de fato os objetivos propostos. Por outro lado, recentemente, tem crescido o número de pesquisas que abordam esta temática, talvez pelo aumento do volume de ações implementadas no setor pelo Estado nos diferentes níveis de gestão.

No final do século XX e início do século XXI, as políticas de turismo têm ocupado um lugar de destaque nas discussões da agenda pública em diferentes nações. Países como México, Espanha e Inglaterra estão na vanguarda desse processo de organização e planejamento turístico sob a ótica governamental, no entanto, diante da possibilidade de incrementar as divisas internas, os países detentores de atrativos naturais e culturais, como o Brasil, adotaram

estratégias para se beneficiar do ponto de vista econômico a partir da elaboração de políticas públicas.

As primeiras políticas de turismo, concebidas através de um colegiado de especialistas no âmbito mundial surgiram com o nascimento da Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1975 na cidade de Madri. Contudo, é válido destacar que vários outros acontecimentos ajudaram na conformação da criação da OMT.

A reflexão do ponto de vista amplo e global acerca da implementação das políticas deve contemplar os problemas existentes de ordem global, como as dificuldades da população acessar linhas de crédito para criar estabelecimento comercial próprio, como ter condições dignas para viver, com moradia, saneamento básico, são motivos que levam a crer que o setor turístico pode diversificar oportunidades de negócios para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no entanto, as políticas implementadas ainda estão longe de atender a sociedade de uma forma mais ampla.

A política pública de turismo pode ser estudada a partir de três importantes razões. A primeira, no sentido de compreender as causas e consequências das decisões políticas e melhorar o conhecimento sobre a sociedade. A segunda está intimamente ligada à análise das causas e consequências que as políticas ocasionam ou podem gerar em uma determinada região. Por fim, as políticas podem ser analisadas por motivos políticos para assegurar que as políticas “certas” sejam adotadas a fim de alcançar as metas adequadas (DYE, 1992 apud HALL, 2003).

Sobre a avaliação de políticas em turismo, Edgell et al. (2008) em sua obra: *“Tourism, policy and planning: yesterday, today and tomorrow”*, apresenta três tipos de estágios para avaliação de políticas de turismo. A primeira destaca a formação do processo de avaliação de uma política de turismo voltada para as fases iniciais de exploração da atividade. Questões como o uso dos recursos naturais, congestionamentos, poluição da água, empregos para a população local são destacados como elementos fundamentais que devem ser pensados no processo de avaliação. O segundo tipo de avaliação está relacionado ao estágio do desenvolvimento da atividade. Nesse estágio, o autor destaca a necessidade de definir e executar ações prioritárias a partir das características naturais, econômicas e culturais de cada país. Por fim, o autor apresenta a terceira fase de avaliação de política denominada de estágio sumário. Nesta etapa, são apresentadas questões de afirmação de doutrinas e normas existentes entre dois

países diferentes, e podemos destacar os acordos de aceleração da aprovação de vistos, como também a criação de rotas aéreas entre dois países distintos. No turismo, as preocupações em estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos a diferentes atores envolvidos na atividade.

Ao analisar a literatura acerca das políticas de turismo são verificadas duas visões diferenciadas. A visão comercial, na qual se acredita que contribua para obter resultados financeiros mais eficazes; por outro lado, temos a política funcionando como estratégia para o desenvolvimento, estabelecendo limites e garantindo o atendimento das necessidades e expectativas da comunidade receptora. Apesar de destacar um propósito favorável ou harmonioso defendida pelas gestões pública e privada, a literatura aponta uma diversidade de casos desastrosos, principalmente para as populações tradicionais, quando a política pública de turismo é introduzida nas diferentes regiões do mundo.

Para McIntosh (2002) o processo de formulação da política tem seu ápice no momento em que os diversos segmentos representados conseguem obter consenso em relação a: 1) Filosofia do turismo (define um princípio geral relacionado à forma de como o turismo deverá ser conduzido); 2) A visão da destinação (determina como o destino imagina estar num futuro distante); 3) Aos objetivos e metas (Estabelecem os resultados qualitativos e quantitativos que se espera alcançar); 4) Aos limites (definem os parâmetros aceitáveis de desenvolvimento e de seus efeitos na sociedade, cultura e meio ambiente); 5) As estratégias de desenvolvimento (estabelecem os padrões de ações que permitem atingir os objetivos para as diferentes áreas do turismo como oferta, demanda e organização estrutural).

Apresentados os elementos consensuais para a formulação da política, é válido destacar que embora uma filosofia de turismo estabeleça a natureza geral do turismo em uma destinação, é a visão da destinação que oferece o quadro mais funcional e de maior “inspiração” que a destinação espera produzir em algum futuro definido entre 5 a 20 anos, por exemplo. De acordo com McIntosh (2002) política pública é:

Um conjunto de regulamentações, regras e diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (MCINTOSCH, 2002, p. 294).

O nível de abstração e/ou de complexidade relacionado aos conceitos de política pública, sobretudo às relacionadas ao setor turístico, em virtude de uma grande diversidade de atores e empresas envolvidas no setor, nos indica um grande desafio para análise dessas políticas. Nesse momento, é oportuno colocar em destaque a importância do desenvolvimento do turismo ser administrado, planejado e controlado, pois se trata de populações vulneráveis frente a essa atividade.

A política pública no sentido amplo, isto é, sem considerar um setor específico em detrimento da execução de outros, está sujeita ao jogo das forças sociais e políticas da sociedade, percebendo-se que se configura como um roteiro de ações. Ainda podemos sintetizar os principais elementos das políticas públicas: a) permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz; b) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; c) é abrangente e não se limita a leis e regras; d) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; e) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006).

Em síntese, a política pública de turismo define qual o problema a ser solucionado na estrutura social, cultural, ambiental e econômica que de forma integrada indicará ações e instrumentos para atingir os propósitos voltados ao desenvolvimento da atividade turística, ou seja, um processo de materialização através de programas, projetos e planos que podem e devem abarcar uma série de setores. É importante considerar que o processo de construção de programas, planos e projetos remete à ideia de um nível altamente qualificado na esfera pública, capaz de realizar um planejamento adequado às características locais, ao quantitativo financeiro disponível, e por fim, não menos importante, ao interesse da sociedade como um todo na efetivação do planejamento turístico. A necessidade do planejamento para o desenvolvimento turístico requer a avaliação de condições favoráveis e desfavoráveis que podem estar tanto implícitas quanto explícitas em diversas localidades.

A experiência de vários países que decidiram elencar o turismo como uma prioridade no planejamento governamental proporcionou diversos benefícios, principalmente econômicos a grupos específicos. Por outro lado, a fragilidade do planejamento, ou melhor, a indefinição de uma política pública clara e objetiva, aliada a uma estrutura técnica frágil, trouxeram muitos problemas

da ordem do desenvolvimento a partir do turismo. O planejamento de caráter endógeno, por exemplo, não tem sido comumente adotada pelo Estado, muitas vezes devido aos protestos de grupos de interesse comercial quanto ao impacto econômico decorrente da demora nas tomadas de decisões causadas pelas exigências legais para participação. Além disso, para muitos integrantes do governo, eleitos ou não, o controle da comunidade também pode ser interpretado como perda de seu poder e controle sobre o processo de planejamento (HALL, 2004).

Embora a tarefa do gerenciamento de destinações turísticas seja um desafio complexo, multidimensional, multifacetado, há dois parâmetros básicos que devem ser contemplados na nova lógica de mercado vivenciado pelo processo da globalização e, acentuado nas últimas décadas sobre todos os produtos em âmbito mundial: o elemento da competitividade e o elemento da sustentabilidade. Diante desta competitividade, o papel das instâncias de governança turísticas regionais vem se destacando, principalmente a partir da criação do Ministério do Turismo no Brasil em 2003, e conseqüentemente da concepção e execução do Programa de Regionalização do Turismo, programa carro-chefe do governo federal também no ano de 2003.

É fato que as políticas públicas de turismo são uma realidade como forma de planejamento e gestão de diferentes organizações brasileiras. A esperança de diferentes atores sociais atuantes no setor turístico de beneficiarem-se a partir da implementação de políticas de turismo tornou-se recorrente, pois a prática da criação de políticas gerenciadas pelas organizações competentes não tem atendido o anseio de grande parte da população, principalmente quando se trata de ações concretas efetivadas em curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o turismo enquanto objeto de estudo tem sido na contemporaneidade uma tarefa das mais diversas áreas do conhecimento. Vários estudiosos têm buscado contribuir no contexto das ciências humanas e sociais, no sentido de gerar uma massa crítica que forneça avanços, tanto na abordagem acadêmica, quanto no(s) método(s) científico(s) imprescindível(is) para tais estudos. Assim, entre os pesquisadores é unânime e aceita a ideia da importância econômica e cultural que o turismo apresenta na contemporaneidade, logo da pertinência do tema como objeto de análise no contexto científico.

É sabido que não se deve restringir o turismo apenas aos quesitos econômicos, para não se verticalizar sua apreensão num único campo do conhecimento. Desse modo, torna-se imperativo construir um entendimento acerca do fenômeno, inserindo-o num contexto social mais amplo, de modo que englobe outras variáveis. Isso se justifica, pois além de envolver condicionantes intangíveis, o turismo acaba por instigar estudos em diversas outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a economia, a geografia, a antropologia, entre outras.

Nesse sentido, objetiva-se, assim, configurar um território epistêmico que permita pensar o turismo enquanto experiência complexa, não o reduzindo, aos aspectos econômicos, sociológicos e/ou técnicos por mais importantes que estes sejam.

Sabe-se que muitas tentativas de teorização do turismo concebidas até o momento se limitam justamente na forma como estruturar o conhecimento, limitando-o a localismos e especialismos pontuais, salvo algumas exceções. É notório que este isolamento temático causa dificuldades de avanços para uma discussão conceitual mais ampla e profunda, justamente por gerar uma compreensão fragmentada de um fenômeno que por si só, é multidimensional e complexo.

REFERÊNCIAS

- AMIROU, R. L'impossible vacance: jeu social, jeu societal. In: AMIROU, R.; BACHIMON, P. (Org.). *Le tourisme local, une culture de l'exotisme*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- ARRETCHE, M. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, 1995, p. 3-40.
- BACAL, S. *O fato e o fenômeno do turismo*. São Paulo: ECA/USP, 1994 (mimeo).
- CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F. *O Turismo no Contexto da Sociedade Informacional*. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, v. 4, p. 31-48, 2010.
- DALLARI, D. A. *O que é participação política*. São Paulo: Abril cultural - Brasiliense, 1984.
- EDGELL, D. L. et al. *Tourism policy and planning: yesterday, today and tomorrow*. Elsevier: USA, 2008.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. *Teoría y técnica del turismo*. Madrid: Nacional, 1978.
- FIGUEIREDO, S. L. *Viagens e Viajantes*. São Paulo: Annablume, 2010.
- FIGUEIREDO, S. L. Viajar, consumir, desenvolver. O 'Manuel d'antitourisme' de Rodolphe Christin. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, p. 353-361, 2012.
- HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2004.

- HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTÍN, M. A. Z.; BENITO, M. T. R. *Paisaje, sociedade y cultura en Geografía Humana*. Editorial universitaria Ramón Areces, 2010.
- MCINTOSH, R. W.; GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- MELO, M. A. As sete vidas na agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1999, p.11-28.
- MENY, I; THOENIG, J. C. *Las políticas públicas*. Barcelona: Ariel Ciência Política, 1992.
- MICHEL, F. *Désirs d'ailleurs*. Essai d'anthropologie des voyages. Paris : Armand Colin, 2000.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I. *Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world*. 2. ed. New York: Routledge, 2006.
- NÓBREGA, W. R. M. *Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará*. Belém: UFPA/PPGDSTU/NAEA, 2012.
- OLIVEIRA, P. S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 16 ed.1996.
- OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Ed. Roca, 2001.
- OMT. *World Tourism Barometer*. Madrid, v. 7, n. 2, juny 2009.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2008^a.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 17.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b.
- SARTOR, L. F. *Introdução ao turismo*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.
- _____. *Turismo, viabilidade e alternativas*. Porto Alegre: EST, 1981.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.
- SOUSA, S. P. S. Burocracia: notas interpretativas sobre os enfoques predominantes. *Revista de Políticas Públicas*, UFMA-São Luís, v. 1, n. 1, p. 173-195, 1995.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n.16, jul./dez, 2006, p. 20-45.
- URBAIN, Jean Didier. *L'envie du monde*. Paris: Bréal, 2011.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte - Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade

Antonio Jânio Fernandes⁵

INTRODUÇÃO

O litoral do Rio Grande do Norte tem desde o período do descobrimento do Brasil sofrido impactos os mais diversos. Tanto de ordem ambiental, com a devastação do seu ecossistema de mata atlântica e a implantação de salinas artesanais desde os séculos XVI-XVII (THIÉBLOT, 1979), como os impactos de ordem social com o extermínio de inúmeros povos indígenas que ali residiam (PUNTONI, 2002). Passado este período, o litoral passou a representar até as décadas de 1950-1960 a possibilidade e a garantia de sobrevivência para os excluídos dos núcleos urbanos mais desenvolvidos e para os sertanejos que fugiam das constantes secas que assolavam o sertão. Estas comunidades construíram suas habitações, seu estilo de vida, e modos de produção que causavam poucos impactos ao espaço natural. A vida singela, a rusticidade do lugar e a convivência biocêntrica (CAPRA, 1996) constituíram a práxis cotidiana destas comunidades até meados da década de 1960.

Com a introdução do turismo a partir daquele momento, o espaço litorâneo (aqui definido como sendo o que se encontra defronte ao mar, na zona de praia), passa a receber novas formas e funcionalidades, e introduz novas territorialidades que passam a desestruturar estas comunidades litorâneas. Isto nos conduz a entender que a complexidade do turismo só pode ser compreendido a partir de uma reflexão sobre o espaço e os territórios que este passa a criar, frente aos territórios autóctones já existentes.

Nesse sentido, descreve-se inicialmente sobre as características histórico-espaciais e ambientais que caracterizam a área deste estudo. Na sequência,

5 Doutor em Geografia/IG/UNICAMP/SP. Professor do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. e-mail: birdpeace@hotmail.com

destacamos como as políticas públicas de turismo foram aplicadas no litoral. E por fim desenvolvemos uma reflexão, sobre como o discurso da (in) sustentabilidade ambiental da política de turismo, esbarra na práxis coletiva das comunidades litorâneas e também no conjunto de indicadores sociais utilizados pelo IBGE sobre o perfil dos municípios brasileiros.

O LITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, SUA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SUAS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

O litoral do Rio Grande do Norte, considerado a “Esquina do Mundo” e o ponto mais próximo da África e da Europa, assumiu desde o período do descobrimento e se prolongou até o final da 2ª Guerra Mundial uma função estratégica de proteção do continente (CASCUDO, 1984). Sua importância histórica enquanto espaço que passa a definir a posse do novo território pelo colonizador, se contrapõe ao pensamento historiográfico hegemônico, na medida em que nos afirma Mariz (2005) ter sido no litoral potiguar que ocorreu o descobrimento do “novo continente”. A existência do “Marco de Touros”, “chantado” pela expedição de Gaspar de Lemos na região do Cabo de São Roque em 150, ressurgiu como elemento que comprova esta hipótese.

Quanto ao povoamento, o litoral do RN foi reconhecidamente habitado desde seu descobrimento, como afirma Lopes (2007) por dois grandes grupos indígenas, os Potiguaras e os Tapuyas/Tairairiu. Com o processo de colonização essas povoações indígenas foram sendo esfaceladas e reestruturadas em “Missões de Aldeamento”. Posteriormente algumas destas missões foram extintas e outras foram sendo transformadas em Freguesias e Vilas. A partir do final do século XIX e início do século XX começou um processo em que muitas destas localidades foram transformadas em municípios.

Entretanto, a compreensão que se tem sobre a ocupação do litoral potiguar, sobre as territorialidades ali constituídas ao longo da evolução de sua história e mais especificamente com referência ao final do século XX nos conduzem a entendê-las como grandes “vazios litorâneos” (CRUZ, 2000) ou “vazios demográficos” (RODRIGUES, 2006). Esta perspectiva tem sido reforçada pela ausência de pesquisas específicas e pela falta de dados estatísticos sobre estas populações litorâneas que geralmente quando não localizadas próximas aos centros urbanos são denominadas de populações rurais. Isto tem

propiciado um discurso hegemônico sobre o rural que prejudica a compreensão que se faz sobre comunidades litorâneas.

Mas, observando esta ocupação na perspectiva de Santos (2008), quando descreve que espaço é resultado do trabalho humano, fica visível que há nestas localidades um padrão de produção caracterizado por baixo impacto ambiental e um ambiente social de profunda compatibilidade com o espaço habitado. Características que dificultam a identificação das territorialidades litorâneas, como espaços concretos e específicos de vivência urbana, colocados pela lógica capitalista de produção e ocupação do espaço. A atividade turística enquadrada no processo atual de globalização caracterizado por intensos fluxos e flexibilização passa a permear parte desta área com mais intensidade a partir de 1985.

O litoral potiguar abrange uma área de 410 km (IDEMA, 2005) e tem a maior projeção para o atlântico entre os estados do Brasil (COSTA NETO; DINIZ, 2005). Neste estão situados 23 municípios, além de aproximadamente entre 60 a 70 comunidades-distritos. Espaços que com a exceção da capital potiguar, são classificados por Marcelino (1999, p. 177) como “predominantemente rurais”, pois são caracterizados por “usos e costumes mais tradicionais, tais como os relacionados à pesca artesanal e a agricultura de subsistência”.

A partir dos anos de 1970, como forma de adaptar o território estadual ao processo de reestruturação produtiva do capital, foram introduzidos inúmeros projetos, principalmente no litoral. O da carcinicultura vem ocupando de forma devastadora quase todos os ecossistemas de mangue. A cultura do coco que já existia veio se desenvolver de forma mais intensiva com o surgimento da atividade turística. Já o cultivo da mandioca, que representa uma das atividades mais tradicionais da região ainda continua sendo mantida de certa forma artesanal.

No litoral setentrional, além da extração do sal marinho que passa a partir deste período a ser mecanizada em sua grande maioria, surge à extração do petróleo e a fruticultura irrigada como os setores mais representativos economicamente. Os estudos e projetos sobre as potencialidades turísticas do litoral potiguar também começaram a serem elaborados neste período, mas só a partir de 1985 é que foram executados. Entretanto, apesar de todos os impactos provenientes destas atividades, o litoral potiguar ainda mantém um conjunto de paisagens naturais considerados de significativo valor enquanto “atrativo turístico”.

A formação “planície costeira dunas” (NUNES, 2006) que se estende por toda a sua costa, desde o município de Baía Formosa (litoral oriental) até o município de Tibau, nos limites com o estado do Ceará, constitui junto com o clima e a paisagem natural o principal atrativo turístico do estado.

Em algumas áreas (principalmente no litoral oriental), esta formação abrange até um quilômetro de distância do mar e 100 metros de altura, sendo permeadas de lagoas naturais formadas através das águas pluviais. São considerados ecossistemas ambientalmente frágeis quanto ao equilíbrio ecológico e de fundamental importância para a recarga dos rios, riachos, lagoas e dos aquíferos. Recursos naturais utilizados em sua grande maioria para o abastecimento humano. As falésias só aparecem em algumas frações do litoral, principalmente nos municípios de Tibau e Areia Branca no litoral setentrional e Nísia Floresta no litoral oriental.

Na porção oriental do litoral, ainda se encontram ecossistemas de restingas (vegetação fixadora de dunas) e o de tabuleiro litorâneo que ocupam uma grande faixa costeira e estão situados numa faixa de transferência entre o mar e a mata atlântica. O ecossistema de mata atlântica só é encontrado em pequenos fragmentos no litoral oriental.

O ecossistema de manguezal que se distribui ao longo de todo o litoral potiguar ocupa, sobretudo, os estuários, nas porções alagadiças sujeitas às influências das marés e vem sofrendo impactos diversos provenientes da instalação de fazendas de camarão. No litoral setentrional ainda são observados os campos salinos e uma vegetação de caatinga que caracterizam a paisagem, entrecortada por pequenos fragmentos de restingas, de tabuleiro costeiro e mangues.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

O potencial turístico do Rio Grande do Norte já era conhecido desde 1920. A imprensa internacional já dava destaque à vida modesta e tranquila e às belezas paradisíacas que o povo norte-rio-grandense desfrutava (CASCUDO, 1984). No entanto, apesar do estado ter realizado algumas obras de infraestrutura, o setor de turismo não era prioridade.

Com a criação da SUDENE em 1959, o turismo passa a ser reconhecido como um setor que poderia reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento destas localidades (OURIQUES, 2005). As condições

de financiamento de infraestrutura hoteleira que eram consideradas extremamente precárias em toda a região nordeste são oficializadas com o estabelecimento do mecanismo 34/18 (CAVALCANTI, 1993).

Essa dinâmica empreendida pelo mecanismo 34/18 da SUDENE conduziu os estados do nordeste a mudar a fisionomia, ou seja, de uma economia agroexportadora para um processo de industrialização e fortalecimento do setor de serviços. No Rio Grande do Norte o governo do estado percebendo a incapacidade da iniciativa privada em investir na infraestrutura de hospitalidade, é o primeiro dos estados nordestinos a desenvolver com o apoio do BID e do governo federal uma política de fortalecimento deste setor.

Ao criar a Superintendência de Hotéis e Turismo, uma rede de hotéis passa a ser construída, com destaque para o primeiro hotel internacional do estado o “Reis Magos”, situado a beira-mar, na “praia do meio”, considerado um dos “Point” turístico da capital do estado entre as décadas de 1960-1970 com capacidade para atrair o turista estrangeiro.

Com a instalação deste hotel vai se configurando a tendência de uma política de estado que prioriza o turismo de “sol e mar” e de caráter internacional. O espaço litorâneo passou a ser considerado como uma nova espacialidade a ser ocupada. Os destinos locais de veraneio como Redinha, Ponta Negra, Pirangi vão se fortalecendo como territorialidades turísticas e outras vão surgindo como Pipa, por exemplo.

A partir de então, se desenvolve também, os alicerces de uma das atividades vinculadas ao turismo que mais tem causado impactos socioambientais no litoral potiguar. A indústria dos loteamentos, inicialmente voltada para as residências de veranistas, e conseqüentemente, a partir dos anos de 1980, foi assumindo um caráter mais intensivo, passando a atender também os interesses dos grandes grupos nacionais e estrangeiros do setor de hospitalidade.

Com a criação em 1971 da Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTURN, essa intencionalidade fica explícita na medida em que se lançam as bases para uma política de turismo que consistia em promover o produto turístico do estado em nível nacional e internacional; adequar a infraestrutura urbana às novas espacialidades turísticas, transformando áreas naturais em cartões postais para o turismo como o “Morro do Careca” e o “Cajueiro de Pirangi”, ao mesmo tempo em que estruturava os acessos para os atrativos turísticos naturais e arquitetônicos.

Mas a principal linha de ação desta política que consistia em elaborar um diagnóstico sobre as potencialidades turísticas do estado, priorizou o litoral oriental, principalmente o trecho entre as praias de Areia Preta e Ponta Negra. A ligação destes dois “points” turísticos, tanta pela beleza natural da área como pela sua posição estratégica acabaria com o “hiato territorial urbano” e promoveria assim uma nova “territorialidade turística” que integraria todo o litoral oriental do estado.

O discurso que se baseava na necessidade de preservar a área e acabar com a ocupação desordenada das dunas pelas comunidades de Mãe Luiza e Guanabara, mantinha muito mais um apelo ideológico no sentido de destinar uma das áreas consideradas vitais para a imagem do produto turístico do RN, do que realmente preservá-la.

A idealização do “Mega-Projeto turístico Parque das Dunas – Via Costeira” quatro anos depois para este “sítio” afirma esta intencionalidade e revela que este não resultou de uma ação isolada de um governo, mas de um processo histórico, onde novas formas e funções foram adequando o litoral potiguar para o desempenho da atividade turística.

A facilidade de financiamento que aquele momento oferecia através do II Plano Nacional de Desenvolvimento e a influência de um modelo internacional de urbanização turística, originário do litoral mediterrâneo foram fatores influenciadores para a implantação deste tipo de projeto que segundo Blanco (*apud* CRUZ, 2000, p. 78) é:

Uma fórmula de desenvolvimento que consiste na realização de um projeto integralmente planejado, dentro de um centro turístico já existente e que representa a preparação de uma oferta importante de terrenos turísticos de primeira qualidade, que se oferece a inversão privada.

No entanto, as críticas a este projeto por parte de tecnocratas do governo, movimentos ambientalistas, associações de moradores e da academia, chegando a compará-lo a uma “Copacabana Local” (LOPES JUNIOR, 2000) levaram o governo a desenvolver inúmeras medidas mitigadoras e estratégicas de convencimento da sociedade. Dentre esta a da própria criação do “Parque das Dunas” que passa a ser defendido pelo paisagista Burle Marx.

Mas do projeto inicial até sua execução final, ocorreram várias reformulações que atenderam mais aos interesses econômicos e políticos de cada governo e das elites econômicas locais (CAVALCANTI, 1993). Permaneceu

em todas estas reformulações a ideia de excluir a comunidade local tornando a área um espaço destinado exclusivamente para o turismo elitizado, internacional.

Para o discurso oficial, a construção do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira significou um grande passo no sentido de racionalizar a ocupação do espaço litorâneo potiguar para a atividade turística. Vocação esta já apontada pela SUDENE como natural de todo o Nordeste (Proposta para um plano de desenvolvimento turístico do litoral do Nordeste, 1980).

Para Cavalcanti (1993) esse projeto deixa explícito o papel que o Estado desempenha como promotor de acumulação de capital, na medida em que facilitou todas as condições legais e fiscais para que as elites empresariais locais se acomodassem através da atividade turística na nova área.

Souza (1999ab, p. 19), num mesmo sentido, afirma que “A ocupação do espaço pela iniciativa privada, ao longo da Via Costeira, é o mais ilustrativo exemplo, que temos sobre as pressões que a burguesia exerce sobre o estado no processo de acumulação de riquezas. [...]”.

As influências deste projeto, entretanto não se restringiram ao litoral potiguar. Como o primeiro grande projeto de turismo desenvolvido no nordeste, sua projeção acabou servindo de base para a estruturação de projetos semelhantes desenvolvidos nos estados da Paraíba – o Cabo Branco, na Bahia – o Linha Verde e o Costa Dourada desenvolvido entre os estados de Pernambuco e Alagoas (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 2000).

Com a implantação desses Mega-projetos turísticos, os estados acumularam significativas experiências no setor de turismo, identificaram dificuldades estruturais que impossibilitavam desenvolver todo o potencial de um produto turístico regional. Por outro lado, essas experiências também despertaram o interesse de setores hegemônicos do “trade” turístico nacional e internacional, principalmente da hotelaria, que consideravam o nordeste um destino singular, com qualidades excepcionais tanto naturais como socioculturais e políticas para seguimento do turismo de sol e mar. O que lhe faltava era infraestrutura. A lógica neoliberal que dominava a economia mundial naquele período na busca de novos espaços a serem capitalizados encontrou nesta proposta o espaço ideal para desenvolver-se em sua plenitude.

A experiência, entretanto, do Projeto Costa Dourada desenvolvido entre os estados de Pernambuco e Alagoas suscitou o surgimento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), pela capacidade que teve

em identificar problemas estruturais para o desenvolvimento dessa atividade no nordeste. A partir de então, a atividade turística passa segundo Cruz (2000, p. 30) “a ser vista como engendradora de processos de desenvolvimento regional e conseqüentemente como instrumento para minimizar as desigualdades regionais”.

O PRODETUR surge então com o objetivo precípua de reforçar a capacidade do Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, prover de infraestrutura básica e serviços públicos os estados que não acompanharam a demanda por tais serviços. Assim como, beneficiar populações de baixa renda com a geração de emprego e renda, e atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão (Regulamento Operativo do Programa, cláusula 2.1, BNB, 1995).

Mas diferentemente dos Mega projetos, o PRODETUR passa a ser financiado pelo BID, através do contrato de operação financeira 0841/OC-BR, intermediado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (BENI, 2006; CRUZ, 2000). Para Silva; Nogueira (2005) e Schärer (2008) este não figura apenas como financiador, mas como mentor intelectual desse programa. E isto dificultou o surgimento de uma proposta verdadeiramente sustentável para a região na medida em que excluía as populações que já ocupavam aquelas áreas há muitos anos.

Mesmo com fortes conotações que afirmava estar seguindo o Plano Nacional de Turismo (PLANATUR), nas suas concepções sobre a sustentabilidade socioambiental das áreas a serem ocupadas, esta hipótese não se confirma. Pois quando da criação dos pólos turístico observamos que na inversão de prioridades estabelecida, se condicionou todos os municípios do Estado à dependência da capital, transformando as zonas de praia em mercadoria nobre (BENAL, 2006).

No Rio Grande do Norte dos cinco pólos criados, dois se situam no litoral, mas os investimentos previstos para a primeira fase de implantação do PRODETUR, orçados em US\$ 44.950,00 (BNB, 1995 *apud* CRUZ, 2000) foram aplicados apenas no Pólo de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Costa das Dunas, situado no litoral oriental. O pólo de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Costa Branca, situado no litoral setentrional, numa região caracterizada geograficamente como semi-árida, e socialmente mais precária de infraestrutura urbana e de trabalho foi desconsiderado nesta primeira fase. Da mesma forma como também os pólos

do interior: o Serrano, o Seridó e o Agreste-Trairi. Situação que de certa forma ainda perdura quando da aplicação dos recursos destinados para esta segunda fase do programa.

Com essa política ocorreu assim uma hiper-estratificação do espaço litorâneo pela atividade turística que o transformou em territórios nobres e territórios secundários. Ideia que passa a ser fortalecida depois pela política dos destinos indutores. Tais perspectivas nos conduzem a corroborar com Rodrigues (2006, p.206) quando esta afirma que estes são “(...) exemplos típicos de territórios descontínuo reticular, de tessitura complexa, de caráter funcional e mercantil, que integra o turismo local-regional ao contexto do mercado global”.

As exigências colocadas para elegibilidade dos estados e municípios e a metodologia que é utilizada para a composição dos conselhos de turismo são outros fatores que nos induzem a corroborar com as ideias dos autores citados sobre as intencionalidades com que é utilizado o discurso da sustentabilidade nesses projetos.

A interação com as comunidades litorâneas pesquisadas, a observação das condições ambientais destes espaços litorâneos utilizados pelo turismo e o perfil destes municípios traçado pelo IBGE, nos últimos três anos (2008,2009 e 2010) conduzem-nos a aprofundar uma crítica sobre a propaganda sustentabilidade das políticas públicas de turismo desenvolvidas no Rio Grande do Norte.

A (IN) SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA DE TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

A atividade turística mantém uma profunda relação de dependência com o meio ambiente (DIAS, 2007). São atrativos imprescindíveis para a realização da experiência turística (BUKART; MEDLIK, 1986, p. 232). É na afirmação de Ruschmann (1997, p. 9) um grande consumidor de natureza “sejam elas as regiões costeiras, os campos, as montanhas, os lagos e rios, juntamente com o clima”.

Por esta dependência foi uma das primeiras atividades a utilizar o discurso do desenvolvimento sustentável ante “a profunda crise ambiental que se constitui no próprio retrato da modernidade e coloca em evidencia as mazelas da racionalidade”, como afirma Bortolozzi; Perez Filho (1999, p. 8).

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) o conceito de sustentabilidade foi expresso pela primeira vez em 1980 na convenção de Manila e este afirmava que “The satisfaction of tourism requirements must not be prejudicial to the social and economic interests of the population in tourist areas, to the environment or, above all, to natural resources” (OMT, 1998).

No entanto, as noções de desenvolvimento sustentável são por demais ambíguas e complexas à medida que as escalas, complexidades e os compromissos são os fatores que mais dificultam a busca de uma definição universal de desenvolvimento sustentável (MAWHINNEY, 2005).

É na perspectiva de Rodrigues (*apud* CORRIOLANO, 1998, p. 93) um conceito “ambivalente, híbrido, uma vez que a sustentabilidade é um conceito da biologia, aplicado ao equilíbrio dos ecossistemas, enquanto o desenvolvimento é um conceito da Economia, relacionado geralmente ao crescimento econômico *tout court*”. Mas uma das maiores ambiguidades deste discurso reside na falta de clareza quanto aos mecanismos que garantam o uso racional dos recursos para as gerações presentes e as futuras como afirma Assis (2003).

Marques (2002, p. 121) de forma mais explícita vai afirmar que “[...] os grandes interesses de produção capitalista, em base à busca do lucro, ainda predominam na hora de determinar as diretrizes do desenvolvimento”. Na atual conjuntura do capitalismo globalizado, onde o meio técnico científico promove a midiaticização da realidade, e o espaço e o tempo é considerado custo de produção que devem ser minimizados para que a reprodução do capital consiga sempre maiores lucros (ASSIS, 2003), o paradigma da sustentabilidade representa “uma nova utopia para um mundo sem utopia como afirma Mattos (1997, p. 105)”.

Estas ambiguidades quanto à compreensão sobre o que seja sustentabilidade são também explicitadas, conforme afirma Schärer (2008), Silva; Nogueira, Rubio (2005), quando são observadas as estratégias de financiamento utilizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo tratado de livre comércio adotado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim como também pelas estratégias utilizadas pelo Banco Mundial, pela Organização para a Cooperação Econômica (OCDE) nas relações norte-sul (MAWHINNEY, 2005).

Marques (2002) enfatiza que as relações norte-sul, assim como as experiências endógenas de desenvolvimento local ainda são muito frágeis frente à

política neoliberal. Pois esta enfraquece o poder dos Estados Nacionais e torna difuso o sentido do “empoderamento” e da participação democrática nas várias instancias da sociedade civil.

Na afirmação de Garrod; Fyall (1998, p. 201) para o turismo, esta perspectiva aparece com um enfoque positivo, na medida em que busca “minimizar as tensões e os atritos criados pelas complexas interações entre o ‘trade’, os visitantes, o ambiente e as comunidades locais que recebem os turistas”. Perspectiva que envolve esforço para a longa viabilidade e qualidade dos recursos naturais e humanos. Entretanto, Coriolano (2006, p. 203) alerta que “a noção de turismo sustentável como apresentado pela OMT e pela Organização das Nações Unidas para o comércio – UNCTAD, não aponta caminhos para se atender à ecologia, a sociedade, a economia e o bem-estar das comunidades pobres”.

Rodrigues (2002) e Beni (2006) seguindo a mesma concepção de sustentabilidade apresentada por inúmeros outros autores sugerem que a noção de turismo sustentável deve ser ampliada a uma série de outras dimensões cujo objetivo possibilite o desenvolvimento racional da atividade de maneira a torná-la efetivamente sustentável.

É necessário destacar que a noção de sustentabilidade deve ser percebida a partir de sua totalidade, onde estas dimensões só podem ser compreendidas na sua relação com o todo e não particularizada. Contudo, todos estes autores enfatizam a questão do planejamento estratégico e participativo como elo fundamental desta proposta. A equidade social como elemento intrínseco à perspectiva da sustentabilidade, assim como a capacidade de suporte e o uso racional dos recursos. Destacam ainda o elo pertinente entre estas diversas categorias que devem estar alicerçados numa ética ambiental mais solidária com a natureza e com as gerações futuras.

As contradições e dificuldades de implementar estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo ainda tão presentes em 2010 provocou o PNUMA a lançar um apelo para “Incentivar o Turismo Sustentável”. De acordo com este programa o turismo é responsável por cerca de 5% do Produto Interno Bruto global, além de aproximadamente 10% dos investimentos mundiais em curso, inclusive em metade dos países em desenvolvimento. Tem um efeito multiplicador e pode servir como peça-chave para uma economia denominada verde (PORTAL EXAME, 2010).

No Rio Grande do Norte, a política pública de turismo desde seu surgimento nos anos de 1980, seja através do Mega Projeto Turístico Parque das Dunas/Via Costeira, seja através do PRODETUR segue este mesmo viés. Onde predomina um discurso superficial sobre sustentabilidade, que ainda no presente privilegia a concepção mais clássica defendida por setores do governo e do “trade” turístico e do pensamento hegemônico da economia internacional.

Este contexto é perceptível quando se observam os impactos que estas políticas causam na práxis coletiva das comunidades litorâneas em todo o nordeste, submetido ao intenso processo de globalização que estandardiza os espaços comunitários, transformando-os em territórios turistificados.

O “abuso do poder econômico no processo de especulação de terras para o lazer” (CORIOLANO, 2006, p. 197), vem criando verdadeiros enclaves pós-modernos como os meios de hospedagem tipo “All Included”, “Segundo Residência”, “Flats” onde a Via Costeira, Ponta Negra e as demais localidades incluídas no trecho da “Rota do Sol” no litoral oriental norterriograndense, ao sul de sua capital, são exemplos marcantes de um processo que pode ser caracterizado como uma nova forma de colonização.

Na sua grande maioria se revertem em espaços de “inclusão excludente”, pois à medida que incluem localidade nos roteiros turísticos internacionais, não inclui as populações locais no mercado de trabalho e não proporcionam melhoria da qualidade vida das comunidades. Ao contrário, frequentemente promovem uma descaracterização cultural e degradação ambiental (IRVING *apud* MENDONÇA; IRVING, 2006).

Da mesma forma não conseguem promover o desenvolvimento integrado do estado como sugere a política atual de “Polos de turismo sustentável” prioridade do PRODETUR/RN. Ao privilegiar as áreas próximas da capital e alguns destinos classificados como indutores, com investimento e obras de infraestrutura as demais localidades do próprio “Polo Costa das Dunas” são secundarizadas. Da mesma forma também como as que compõem o “Polo de desenvolvimento integrado do turismo sustentável Costa Branca, situado no litoral setentrional”.

A fragilidade desta política também é perceptível quando se observa que dos 23 municípios litorâneos do estado, sendo 14 situados no Pólo Costa das Dunas e 9 no Polo Costa Branca quanto a variável legislação e instrumentos de planejamento municipal, a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 do IBGE afirma que com referencia ao Plano Diretor,

exigência básica da política de turismo, apenas 10 dos 23 municípios litorâneos dispõem deste instrumento.

Com referencia a outros instrumentos de planejamento urbano, considerados fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável tais como: Lei de parcelamento do solo, Lei de zoneamento, Lei específica de solo, Lei de estudo de impacto de vizinhança, na grande maioria dos municípios não há referencia alguma.

Quanto à questão habitacional o déficit somente nestes municípios aproxima-se das 50 mil moradias (Ministério das Cidades, 2009). 11 dos 23 municípios litorâneos apresentam situação de moradia precária (favelas e assemelhados). Por outro lado, o mercado imobiliário cresce de forma desproporcional à política habitacional, fazendo surgir até uma denominação nova na área que é o “Turismo Imobiliário”. Dos 5,7 bilhões de reais de investimentos privados em turismo previstos para o Rio Grande do Norte em 2007, mais de R\$ 2 bilhões foram destinados para a construção de casas e apartamentos para estrangeiros (BRASIL, 2008). Somente no litoral norte da capital do Estado, entre as cidades de Touros, Maxaranguape e Ceara-Mirim o jornal Tribuna do Norte de março de 2008 anunciava a construção de 120 mil unidades habitacionais para a segunda residência, distribuídos entre os empreendimentos “Grand Natal Golf”, O “Lagoa do Coelho”, Resort Cabo de São Roque e o Jacumã Beach Resort.

Outra variável destacada na pesquisa do IBGE reflete a fragilidade da sustentabilidade da política de turismo adotada para os municípios litorâneos.

Na grande maioria dos municípios não há um órgão público específico para tratar da gestão pública ambiental. Apenas quatro demonstram competência para realizar o licenciamento de impacto ambiental. Os Conselhos de Meio ambiente apesar de existirem em 13 municípios, não há frequência para as reuniões. Contudo, apenas 3 municípios afirmam não terem tido a ocorrência de impactos ambientais neste período.

A deficiência em saneamento básico destas localidades litorâneas é explícita e se agravam quando associadas aos usos indevidos de áreas de preservação ambiental transformadas em atrativos turísticos tais como: os “parra-chos”, as dunas, as lagoas e a orla de muitas praias.

A questão do lixo que se acumula sobre as dunas – área de preservação ambiental de Genipabu –, a pressão imobiliária que ocorre sobre este mesmo ecossistema, sobre o Parque das Dunas e em todo o litoral, assim como a

questão da balneabilidade da água em vários trechos de praias são mais alguns exemplos da incapacidade que o estado do Rio Grande do Norte tem apresentado em desenvolver uma política pública sustentável do turismo.

Mas bem mais profundos do que os danos causados ao patrimônio natural, Archer; Cooper (*apud* THEOBALD, 2002, p. 93) destacam os efeitos de cunho socioculturais, como um dos problemas principais do turismo. Pois se por um lado este pode oferecer um impulso à preservação da cultura, por outro com muita frequência, o modo de vida local se degenera numa imagem comercialmente organizada. Destacam ainda que o “subproduto mais significativo e um dos menos desejados desse confronto” são as influências sobre os padrões morais da população local. Pois geralmente o comportamento dos turistas é estranho ao destino e, por conseguinte ainda, diferem até mesmo daqueles que o turista teria em seu habitat original. Disto decorre a importação de comportamentos que podem conduzir aos seguintes problemas: prostituição, drogas, jogos e às vezes vandalismo.

Paradoxalmente estas experiências passam a se assentar num re-ordenamento dos usos do seu território, que antes destinados para usos comuns, agora é destinado também para a apreciação estética, para uma práxis que está eivada de novos valores trazidos pelos turistas. Agora como territórios turísticos também passam a se submeter à lógica da mais-valia, as assimetrias de renda e de diferenças culturais que podem ser negativas e traumáticas (SOUZA, 1997) para as comunidades receptoras. Desta forma, se torna incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável como nos afirma Rodrigues (2002).

Para desenvolver uma práxis sustentável é fundamental incentivar o protagonismo destas comunidades, frente à intensa pressão dos agentes públicos locais, nacionais e do capital turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de turismo no Rio Grande do Norte, sob a égide da sustentabilidade vem promovendo sobre as comunidades litorâneas e seus territórios inúmeros impactos. Uma análise mais acurada desta política vai identificando impactos tão ou mais significativos que colocam em dúvida a principal premissa da proposta do PRODETUR em desenvolver um projeto de desenvolvimento integrado do turismo para todo o estado.

Ao priorizar significativamente parte do litoral oriental e as áreas próximas a capital, ao mesmo tempo em que desconsidera as demais áreas do estado tem gerado um “hiato territorial” entre as regiões que colocam em risco a sustentabilidade da proposta de turismo, anunciada como um dos principais fatores de desenvolvimento para o estado.

O estudo sobre o perfil dos municípios brasileiros 2008, 2009 e 2010, assim como os dados coletados em pesquisa de campo indicam que o discurso da sustentabilidade tem sido utilizado muito mais como um viés ideológico para justificar os interesses do “mainstream econômico” neoliberal, do que as reais necessidades das comunidades atingidas por estas políticas.

A ausência e a deficiência no atendimento aos direitos básicos do cidadão, tais como educação, cultura, saúde, segurança, transporte, dentre outros, são também fatores que indicam a incapacidade de um pensar, de uma práxis sistêmica sobre o modo como devem ocorrer às políticas públicas de turismo atuais tidas como sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Lenilton Francisco. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. *Revista Casa de Geografia de Sobral*. Sobral/CE, v.4/5, p. 131-142, 2002/2003.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, William F. (org). *Turismo global*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2002. p. 85-102.
- BENI, Mario Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Editora Aleph, 2006. 208 p.
- BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ FILHO, Archimede. Crise Ambiental da modernidade e a produção do espaço – lugar do não cidadão. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 76, p. 7-21, dez, 1999.
- BRASIL, Sandra. O Rio Grande dos Nórdicos. *Revista Veja*, São Paulo, n. 2046, p. 74/77, fev. 2008.
- BUKART, A. J; MEDLIK, S. *Tourism: past, present and future*. Londres, Heinemann, 1986. 227 p.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberto Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. 397 p.
- CAVALCANTI, Keila Brandão. *Estado e política de turismo: o caso da via costeira da cidade de Natal*. Dissertação (Mestrado Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 1993. p. 193.

- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.
- COSTA NETO, Leão Xavier da; DINIZ, Ronaldo Fernandes. *Potencialidades turísticas dos principais recursos ambientais do Sertão Potiguar*. Disponível em: <<http://www.turismosertanejo.com.br?target=artigo&id=9>>. Acesso em: 09 nov. 2008.
- CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. 167 p.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2007. 208 p.
- IDEMA/RN – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte*. Natal, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros*, 2008.
- GARROD, Brian; FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*. Reino Unido: Elsevier Science, v. 19, n. 3, p. 1-30, dez, 1998.
- LOPES JUNIOR, Edmilson. *A construção social da cidade do prazer*: Natal. Natal: EDUFRN, 2000. p. 179.
- LOPES, Maria de Fátima. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2007. 146 p.
- MARCELINO, Ana Maria Teixeira. O turismo e suas influências na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 177-183.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Foco, 2005. 404 p.
- MARQUES, Gilberto. Desenvolvimento e natureza: interpretação e possibilidades de diálogo. *Universidade e Sociedade*. Brasília: ANDES-SN, n. 26, s. n., 2002.
- MATTOS, Carlos A. de. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. Alternativas de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977, p. 98-109.
- MAWHINNEY, Mark. *Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico*. São Paulo: Loyola, 2005. 231 p.
- MENDONÇA, T. C. de M; IRVING, M d A. A realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In: TREVIZAN, S. D. P (org.). *Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local*. Ilhéus: Editus, 2006. p. 86-102.
- MERCADO IMOBILIÁRIO do turismo cresce no RN. *Jornal Tribuna do Norte*. Mar. 2008.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes-e-estimativas-deficit_20_mil_hab_urb/artigos/deficit-estimativa>. Acesso em: 21 out. 2009.
- NUNES, Elias. *Geografia física do Rio Grande do Norte*. Natal: Imagem gráfica e editora, 2006. 114 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guide for local authorities on developing sustainable tourism*. Madri: OMT, 1998.

- OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alinea, 2005. 159 p.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: EDUSP/FAPESP, 2002. 328 p.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. In: CORRIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 199.p.76-99.
- _____. Desenvolvimento com base local como bandeira de uma política de emancipação e afirmação. In: SOUZA, Maria José de (Org.). *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Ministério do Meio Ambiente, 2002. p. 126-137
- _____. (org.). Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges; ARROYO, Monica; SILVEIRA, Maria Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: Clasco, Universidade de São Paulo, 2006. p. 297-316.
- RUBIO, Rodrigo Ruiz. Os tratados de livre comércio, turismo e desenvolvimento. *V Fórum Social Mundial*. Porto Alegre, jan, 2005.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997. (Coleção Turismo). 198 p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo, 2008. 384 p.
- SCHÄRER, Rene. *II Seminário Internacional de Turismo Sustentável*. Fortaleza, maio, 2008.
- SILVA, Jefferson Souza da; NOGUEIRA, Sheila K. P. Financiamento ao desenvolvimento do turismo: instrumentos de construção da (IN) sustentabilidade socioambiental. *V Fórum Social Mundial*. Porto Alegre, jan, 2005.
- SOUZA, Itamar de. O turismo no RN antes e depois da via Costeira. *Jornal Diário de Natal*. Natal/RN, 03 de agosto de 1999a. (Projeto Ler, fascículo n. 11).
- _____. O desenvolvimento do turismo no RN depois da via Costeira. *Jornal Diário de Natal*. Natal/RN, 10 de agosto de 1999b. (Projeto Ler, fascículo n. 12).
- SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 17-22.
- THIEBLOT, Marcel Jules. *Os homens do sal no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. (Coleção Folclore. Nº 16). 139 p.
- TURISMO IMOBILIÁRIO: RN. Disponível em: <<http://www.rnnoticias.com.br.turismoimobiliário.RN>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

A questão ambiental, riscos naturais e a aplicação de metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) no turismo: caso do turismo residencial em Pipa/RN

Erminio Fernandes⁶

Mariana Torres Correia de Mello⁷

Antonio Aledo⁸

INTRODUÇÃO

Toda ação humana gera um impacto no entorno sobre o qual se localiza⁹. Desde a Revolução Industrial e com o salto tecnológico que as energias de carbono impulsionaram, cresceu exponencialmente a capacidade que os seres humanos possuem de transformar seu ambiente. Grande parte dessa mudança antrópica foi produzida pelas grandes obras de engenharia que têm modificado a superfície da terra a uma velocidade sem precedentes.

Até recentemente não se levava em conta o impacto que essas ações causavam sobre a natureza. No pensamento do homem ocidental, estas obras foram exemplos do projeto histórico de dominação da natureza. Quando se começou a perceber estas obras como promotoras de efeitos negativos ou indesejáveis, entendeu-se que estes eram custos colaterais que deveriam ser pagos a fim de se promover o progresso. Com o desenvolvimento do turismo de massa na década de 50, do século passado, surgiu um discurso hegemônico

6 Geógrafo, mestre e doutor em Geografia. Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

7 Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

8 Sociólogo, Professor titular de sociologia ambiental do Departamento de Sociologia 1 da Universidade de Alicante, Espanha (UA). Coordenador do Grupo Sociedade e Meio Ambiente da Federação Espanhola de Sociologia e Coordenador da Rede de Sociólogos Ambientais Espanhóis.

9 Ou seja, a ação antrópica gera uma transformação no entorno e inicia uma série de processos de mudanças mais ou menos amplas que dependerá da capacidade de resiliência do meio, da intensidade, abrangência, magnitude e duração do impacto para provocar mudanças no sistema ou, ao contrário, que sejam absorvidos pelo mesmo sem modificações estruturais.

que entendia que o turismo era, por um lado, um agente de crescimento econômico e geração de emprego e renda, especialmente adaptável a países em vias de desenvolvimento com níveis elevados de conservação ambiental, por outro lado, entendia-se também o turismo como uma indústria *light*, limpa, que produzia escassos efeitos ambientais adversos, uma vez que promovia a conservação da natureza. Assim, em grande parte do século passado o turismo foi visto como um instrumento para o desenvolvimento regional.

Essa visão excessivamente otimista e acrítica do desenvolvimento do turismo começou a ser questionada a partir dos anos oitenta do século passado. O fracasso de numerosos megaprojetos turísticos ocorreu, primeiramente, devido à forte rejeição entre as populações afetadas por conta dos processos de mudança social causados por uma distribuição desigual dos custos e benefícios gerados por estes empreendimentos, secundariamente pelo aumento da consciência ambiental legitimada pela institucionalização de conceitos como “desenvolvimento sustentável”, bem como o reconhecimento de que os impactos ambientais de caráter local faziam parte de uma crise ambiental mais ampla. Tais fatos fomentaram a oposição a projetos de desenvolvimento do turismo que não tinham uma preocupação socioambiental. Em suma, o reconhecimento social dos impactos sociambientais do turismo começou a questionar a legitimidade de tais projetos.

A partir desta perspectiva podemos considerar impactos socioambientais do turismo como sendo as consequências que estes causam sobre seus meios tanto físicos, bióticos, quanto sociais. Esses impactos podem ser: 1) diretos, tais como a alteração e contaminação do solo causados pelo despejo de resíduos oriundos da construção de um empreendimento turístico 2) indiretos, as consequências sobre a população humana dos impactos ambientais associados às obras de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo residencial, tais como a redução da disponibilidade de alimentos pesqueiros devido ao declínio da flora e da fauna causada pela destruição de mangues para a construção de infraestrutura turística.

Em muitos casos, faz-se referência ao “interesse social” ou geral como legitimador dos projetos de desenvolvimento do turismo. O discurso sobre o interesse geral serve, em tais casos, para justificar que um determinado grupo social é obrigado a sofrer os impactos ambientais e sociais gerados pelo projeto de turismo em prol de um bem maior, que supostamente seria recebido pelo conjunto da população de uma região ou país. No entanto, muitas vezes, a

invocação do interesse público simplesmente disfarça o que são os interesses espúrios da elite nacional e supranacional. Em outras palavras, a referência ao interesse geral ocultaria o que seria uma mera apropriação dos enormes benefícios que geram a construção e exploração de projetos de desenvolvimento turístico por parte de uma minoria. Serve para legitimar um processo de acumulação de riqueza rápida e em massa por uma elite nacional e/ou transnacional. Essa elite é capaz de controlar o discurso social para legitimar a definição do que é socialmente necessário e indispensável, embora possa não ser tão benéfico e positivo para toda a população. Deve-se levar em conta que quando o benefício que pode gerar projetos de desenvolvimento do turismo é monopolizado por um pequeno grupo de pessoas acaba por reforçar as desigualdades estruturais. Por sua vez, essas desigualdades têm favorecido a capacidade dessas elites para dominar o discurso social e publicamente defender seus interesses, apresentando-os em forma de benefício social de amplo alcance, ou seja, de interesse geral.

No entanto, embora se tenha começado a reconhecer esses custos, ainda considera-se que determinados projetos de desenvolvimento do turismo sejam ainda necessários para promover o desenvolvimento e aumento da renda, especialmente nas regiões menos desenvolvidas dos diversos países. Na tentativa de resolver este dilema complexo, a ciência propõe como solução o desenvolvimento de metodologias para detectar, mensurar, avaliar, prevenir, gerir, eliminar, reduzir ou compensar os impactos que as grandes obras causam sobre estes ambientes que recebem e padecem pelos seus efeitos.

Neste sentido pode-se afirmar que as atividades humanas expressam suas políticas de desenvolvimento no espaço geográfico, materializando-as em objetos sociais e econômicos tanto sobre áreas previamente ocupadas pelo homem, quanto sobre os ambientes naturais que ainda preservam certa integridade de suas funções ecológicas. A partir deste momento, sobre estes espaços modificados, habitados ou naturais, novas relações se estabelecem, antigas relações sociais e naturais se modificam, ou se extinguem definitivamente. Verifica-se, portanto, uma reconstrução do espaço, cujo novo momento tecnológico deixa suas marcas impressas na história da sociedade, nas suas escalas espacial e temporal. Uma nova configuração territorial com novos objetos passa a fazer parte da nova paisagem geográfica.

Santos (2006, p. 40) menciona que estes “sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma

como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.” Afirma também que enquanto a paisagem reflete “as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”

Segundo a percepção e o conhecimento ecológico, estas modificações especificamente sobre os ambientes naturais nada mais são que degradações das condições naturais anteriores, ou seja, alterações nas dinâmicas e nos processos no que se refere aos meios físico e biótico e que são passíveis de serem monitoradas ao longo do tempo e avaliadas sua abrangência espacial, bem como suas magnitudes e intensidades. Leff (2004, p. 20) considera que:

La degradación ambiental se manifiesta así como síntoma de una crisis de civilización, marcada por el modelo de modernidad regido bajo el predominio del desarrollo de la razón tecnológica por encima de la organización de la naturaleza. La cuestión ambiental problematiza las bases mismas de la producción; apunta hacia la deconstrucción del paradigma económico de la modernidad y a la construcción de futuros posibles, fundados en los límites de las leyes de la naturaleza, en los potenciales ecológicos y en la creatividad humana.

A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

A humanidade se destacou dentre todas as formas de vida, principalmente comparada aos outros animais, pela especial eficiência em transformar os recursos naturais em insumos que satisfizessem necessidades. Este processo implica numa transformação de matéria e energia que, no decorrer do tempo, vem culminando numa história social de apropriação da Natureza (LEFF, 2001).

No século XX essa incessante apropriação dos recursos naturais, somada aos resultados do crescimento da população, dos padrões de consumo acelerado, do desenvolvimento da tecnologia para exploração da natureza, resultou em um sintoma de uma “crise de civilização”.

El principio de sustentabilidad emerge en el contexto de la globalización como la marca de un límite y el signo que reorienta el proceso civilizatorio de la humanidad. La crisis ambiental vino a cuestionar la racionalidad y los paradigmas teóricos que

han impulsado y legitimado el crecimiento económico, negando a la naturaleza. La sustentabilidad ecológica aparece así como un criterio normativo para la reconstrucción del orden económico, como una condición para la sobrevivencia humana y un soporte para lograr un desarrollo durable, problematizando los valores sociales y las bases mismas de la producción. (...) La crisis ambiental se hace evidente en los años sesenta, reflejándose en la irracionalidad ecológica de los patrones dominantes de producción y consumo, y marcando los límites del crecimiento económico. De esta manera, se inicia el debate teórico y político para valorizar a la naturaleza e internalizar las “externalidades socio-ambientales” al sistema económico (LEFF, 2004, p. 17).

Afirma ainda o autor acima que este importante momento de crise problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento, fracionado em campos disciplinares confinados, e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber, que permita realizar uma análise integrada da realidade. Deste modo, é urgente a exigência de pensar as condições teóricas e estabelecer métodos que orientem a prática da interdisciplinaridade com o objetivo de reintegrar estes conhecimentos dispersos num campo unificado do saber.

Enrique Leff (2001) ressalta que entender a sociedade como parte integrante do socioambiente e totalmente inseparável deste meio é o primeiro passo na contextualização e no conhecimento do processo atual socioambiental, que culminou numa crise que muitos autores definem como “sem precedentes”.

Considerando-se a incessante busca da produção e da maximização dos lucros como um dos fatores geradores desta crise, advém daí a necessidade de internalizar no processo econômico o imperativo da sustentabilidade ecológica. O termo sustentabilidade surge com o intuito de ser uma força reacionária a esta crise ambiental vivida. É importante destacar cronologicamente algumas principais manifestações que promoveram uma discussão de abrangência internacional e que conseguiram disseminar alguns principais conceitos e ideais que influenciaram o movimento ambientalista em diversos países, dentre eles o Brasil, e balizaram suas políticas e ações de desenvolvimento sustentável.

É importante destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável, através de uma concepção integradora e equitativa das relações homem-meio

ambiente, foi originado a partir destas reações à crise expressas, por exemplo, na publicação do livro “*Silent Spring*” de Rachel Carson (1962). Considerado o precursor do movimento ambientalista, o livro trata dos problemas causados pelo uso excessivo de pesticidas, inseticidas sintéticos e a consequente perda da qualidade de vida, em decorrência da artificialização do cotidiano e do uso indiscriminado de recursos naturais.

Outras manifestações se seguiram tais como a Convenção sobre Áreas Úmidas ou Convenção Ramsar em 1971; o Relatório do Clube de Roma intitulado “Os limites do Crescimento” (1972) que diz respeito às questões ambientais, aos limites para o desenvolvimento humano e que, apesar de críticas, colocou o problema ambiental como necessidade de discussão em nível planetário.

Como consequência do Relatório do Clube de Roma, ainda em 1972, a ONU organizou a 1ª Conferência Mundial sobre Ambiente Humano e Desenvolvimento, na Suécia, cujo produto foi a Declaração de Estocolmo que estabeleceu princípios para o manejo ecológico e racional do meio ambiente, bem como a inclusão de questões ambientais na agenda internacional, principalmente promovendo um diálogo entre países industrializados e países em desenvolvimento. Destacam-se como resultados desta Conferência o surgimento do conceito de Educação ambiental e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), apresenta o Relatório Brundtland intitulado “Nosso futuro comum” que disseminou o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, focando nos temas: meio ambiente, sociedade e economia, além de propor novas formas de ações no sentido da cooperação internacional.

Posteriormente, a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rio 92, além de discutir diversos temas ligados ao meio ambiente e desenvolvimento, lança uma agenda para o desenvolvimento sustentável com um detalhado programa de ações, a “Agenda 21”.

Como continuidade à Rio 92, as Nações Unidas promovem em 2002 a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, cujo objetivo foi o de avaliar os avanços e dificuldades na implementação da Agenda 21 e estabelecer planos para recuperação das degradações do planeta, reforçando o estabelecido na Rio 92.

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012 discutiu as principais ameaças ao nosso planeta e, no documento “O Futuro que Queremos”, reafirmou os compromissos com a “Agenda 21” e com o avanço para uma “economia verde” e erradicação da pobreza, porém o resultado não foi o esperado por muitas organizações como, por exemplo, um representante do Greenpeace International “O que vemos aqui não é o mundo que queremos, é um mundo no qual as corporações poluidoras e aqueles que destroem o meio ambiente dominam”,

A própria ideia de sustentabilidade ainda não encontra um conceito fechado ou totalmente objetivo. Mowforth (1998) acredita que a sustentabilidade é um conceito contestado e socialmente construído.

Sachs (1997) põe em questão a noção de desenvolvimento sustentável considerando que é incompatível com as ações irrestritas das forças dos mercados e critica as Declarações de Copenhague de 1975 (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social) e da Rio 92.

Segundo o autor, estas reuniões pautaram-se em torno do conceito de desenvolvimento sustentável centrado no ser humano e considerando a erradicação da pobreza como uma condição de tal desenvolvimento, porém, tais políticas exigem dos Estados uma capacidade de intervenção que os processos de liberalização e de globalização dos mercados “minaram, se é que não destruíram inteiramente”. Afirma que as declarações acima deixaram de levantar tal questão, condescendo em declarações ambíguas sobre a abertura das economias e a globalização e que, associadas ao rápido progresso técnico, fortalecem a mobilidade da mão de obra, criando novas possibilidades de emprego (SACHS, 1997).

Essa é uma maneira bem peculiar de abordar a questão do aumento dos sem-emprego e dos fenômenos de desindustrialização que ocorreram em diversos países do Terceiro Mundo e pós-socialistas, como uma consequência da abertura sem critérios de suas economias (SACHS, 1997, p.220).

Conclui então que:

A liberalização e a globalização não são um mal absoluto nem o atalho mágico para o reino da prosperidade e felicidade. Produzem ganhadores e perdedores dentro dos países e entre países, um Norte global e um Sul global, cujas fronteiras cruzam todas as nações. A lacuna entre eles se amplia. Os ricos e pobres estão vivendo em mundos cada vez mais separados (SACHS, 1997, p.220).

Neste sentido, o mercado atual representado pelas empresas públicas ou privadas ainda têm a capacidade de influenciar governos e suas políticas a fim de atuarem sobre os ambientes naturais por meio do domínio da tecnologia e da informação, apropriando-se destes como recurso à disposição de suas estratégias de exploração. A atividade turística insere-se nesta lógica, pois, segundo Ruschmann (1997), o meio ambiente é a matéria prima do Turismo.

A RELAÇÃO TURISMO-NATUREZA

Segundo Coriolano e Vasconcelos (2007) a atividade turística usa e se apropria da natureza ou ambientes naturais e de ambientes produzidos como cidades, vilas, comunidades, na verdade, o seu uso é o que confere ao bem natural a categoria de recurso e, a incorporação dessas localidades como espaço de ócio, o que implicou na configuração de atividades econômicas que o transformassem em mercadoria capaz de ser consumida ou usada, atualmente, vende-se o sol, o mar, o verde e também as terras litorâneas, fazendo com que o turismo se repercuta como uma atividade geradora de impactos, que podem ser discutidos como uma questão de (in) sustentabilidade social e ambiental.

Ruschmann (1997) considera que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, o seu rápido crescimento a partir dos anos 1950, resultou na degradação ambiental de inúmeros recursos turísticos em todo o mundo, porém a tendência é piorar, visto que as cidades com a economia voltada para o turismo estão se deparando com modificações significativas em seu ambiente. Afirma ainda que o turismo deve ser entendido como uma atividade expressiva, modificadora e geradora de efeitos diversos para o local onde se insere, principalmente, porque na maioria das vezes, só se introduz o turismo em algum lugar se houver atrativos naturais (ecossistemas e paisagem) e/ou artificiais (bens histórico-culturais) que “convidem” de certa forma seu visitante.

O Turismo como um dos atores de uma intrincada rede interdependente econômico-social reflete e reproduz esta crescente demanda.

O estudo do fenômeno turístico vem demandando uma abordagem cada vez mais profunda e objetiva das suas relações e consequências. Segundo Swarbrooke (2000a) desde os anos 90 o termo “Turismo sustentável” vem sendo abordado com mais frequência, revelando um caráter mais abrangente

da atividade, pois ela reconhece a importância da comunidade local e os benefícios econômicos gerados à mesma.

Paradoxalmente, esta crescente preocupação numa abordagem mais sustentável do Turismo não vem sendo acompanhada por pesquisas científicas que abordam o assunto, pois ainda existe uma demanda latente por mais pesquisas sobre o que constitui o Turismo Sustentável (SWARBROOKE, 2000b). Conseqüentemente, o autor ainda afirma que não há um consenso sobre uma única definição de Turismo Sustentável. Nesta corrente, Leff (2001) menciona a importância de se estimular pesquisas no intuito de se criar e implantar um aproveitamento mais sustentável dos recursos.

Na realidade, muitas experiências ditas “sustentáveis” do turismo nada mais são que tentativas mal sucedidas, sem estudos científicos aprofundados e sem metodologias adequadas ou propositadamente visando o chamado “marketing verde” cujo intuito é simplesmente a venda do produto turístico sem qualquer preocupação com a conservação do ambiente e com o patrimônio cultural local.

Analisando o mercado do turismo de segunda residência no Brasil e no mundo e a pressão sobre os espaços naturais, Demajorovic *et al.* (2010, p. 15) afirmam que:

Esta estética paisagística privilegiada, além de ser um atrativo aos turistas que buscam a proximidade às belezas naturais, desperta o interesse dos turistas de segunda residência em adquirir suas residências defronte ou inseridas nestas paisagens como forma de contemplação da natureza. Desta forma, a diversidade e o grau de exuberância destas paisagens naturais determinam a localização das instalações destes serviços turísticos (bares, restaurantes, pousadas, hotéis) e das construções de condomínio de segunda residência causando uma pressão de uso e ocupação do solo. Quanto maior o grau de exuberância paisagística e a demanda de investidores e compradores por estes espaços, maior o valor destes espaços naturais a ser construído, bem como a pressão de uso e ocupação de áreas naturais por conta desta lógica de se inserir, desfrutar e fazer parte destas paisagens.

É importante destacar que o autor acima conclui que a grande crise vivenciada pelo turismo imobiliário na região nordeste do Brasil está ligada as características inerentes a este modelo de mercado turístico imobiliário e

que “Além da privatização de extensas áreas costeiras, seu caráter construtivo demanda sempre a incorporação de novas áreas.” Cita o caso de Pipa, no Rio Grande do Norte onde esta expansão se deu da faixa litorânea para o interior como uma “nova fronteira de ocupação” que vem ameaçando as formações de Mata Atlântica e resultando na expulsão de parte da população de áreas mais centrais para áreas no interior, “mais carentes de serviços de infraestrutura, em função da pressão compradora exercida pelos investidores”. Grande parte desta população local não se beneficiou do crescimento econômico da região.

Outro exemplo de tal modelo de apropriação da natureza pelo turismo internacional, Jean-Christophe Gay, já em 1994, em seu estudo sobre a degradação da atividade turística nas ilhas da Polinésia Francesa (Tahiti, Bora-Bora, Moorea, Marquesas, Tuamotu, dentre outras) nos mostra um quadro preocupante sobre aquele que é um dos principais locais de turismo e lazer internacional e de desejo de consumo, muitas vezes impossível, de várias sociedades no mundo. Considerado como “paraíso” desde o século XVIII, a visitação nas ilhas tomou impulso no pós-guerra, principalmente na década de 1950, porém na década de 1980 deu-se o início da queda constante do fluxo de turistas. Tal fato deveu-se às consequências do turismo sobre o meio ambiente que, sem planejamento prévio, promoveu a multiplicação de áreas de acúmulo de resíduos sólidos ao ar livre, na forma como chamamos de lixões, a extração de materiais coralíneos, o superpovoamento do território, mudanças de traçados de canais fluviais, construção de molhes para engordar as praias, modificando a dinâmica das correntes lagunares e gerando formas de erosão antrópica do litoral.

A degradação do ambiente e da qualidade de vida nas ilhas a olhos vistos dos turistas gerou insatisfação, conforme análise abaixo, principal causa de queda do turismo polinésio:

L'environnement et la qualité de la vie se sont rapidement dégradés dans agglomération de Papeete en pleine croissance. Le plus beau site littoral fut détruit à la fin des années cinquante pour que soit installé la piste de aéroport de Faaa or c'est dans cette partie nord-ouest de l'île, la plus urbanisée, que sont installés la plupart des hôtels les plus prestigieux du Territoire. L'insatisfaction des touristes ne cesse de croître. En 1972 une enquête avait révélé que le degré de satisfaction des touristes ayant séjourné sur le Territoire était beaucoup plus élevé chez

ceux qui avait visité plusieurs îles que chez ceux qui étaient restés à Tahiti (84% contre 64%). En 1987, deux tiers des mille Étatsuniens interrogés trouvèrent leur séjour à Tahiti ennuyeux et passable. La cherté de la vie, la pollution et la malpropreté de île étaient les principaux aspects négatifs cités. Ceci explique les stratégies en cours de relocalisation de activité touristique sur les îles de Moorea et Bora-Bora (GAY, 1994).

Segundo Ruschmann (1997), a preservação do meio depende de uma política turística eficaz, que deva considerar a condução racional da ocupação territorial, pelas facilidades turísticas e equipamentos de lazer, e o controle do seu crescimento desmesurado, visando salvaguardar a atratividade e a originalidade das atrações para as gerações futuras, favorecendo desta forma, o justo equilíbrio entre as estratégias empresariais e os impactos socioambientais como essencial para alcançar um desenvolvimento ambiental, social e economicamente viável em longo prazo e com um correto planejamento, entendido de forma ampla, que auxiliará a maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos.

OS RISCOS NATURAIS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

A questão dos impactos negativos do turismo não deve ser analisada isoladamente, mas sim como uma das várias peças desta engrenagem na forma de rede de objetos que interagem entre si e que modificam o espaço utilizando-se dos tradicionais métodos de uso e ocupação sem levar em consideração a conservação dos espaços naturais. No entanto estes espaços sendo ocupados indiscriminadamente podem desencadear processos naturais potencializados e mais destrutivos, gerando riscos e tornando a sociedade consequentemente mais vulnerável a tais instabilidades da natureza.

Mendonça (2004) analisa o ritmo dos processos da natureza e da sociedade a fim de se entender os problemas gerados por esta relação. Cita, por exemplo, Michel Serres (1989, apud MENDONÇA, 2004) e Santos (1996, apud MENDONÇA, 2004) que para estes o tempo da natureza é lento enquanto o da sociedade é rápido uma vez que a fase tecnológica atual permite esta aceleração, o que para significa uma generalização. Porém, o autor rebate que nem todo fenômeno se processa da mesma forma e nem toda dinâmica social é rápida, e exemplifica alguns chamados eventos catastróficos (*natural hazards*) como terremotos, chuvas torrenciais, deslizamentos de terras,

inundações, sendo que as parcelas da sociedade desprovidas de tecnologia vive à mercê do tempo lento e, portanto são mais vulneráveis aos impactos e riscos dos fenômenos ligados ao tempo.

Tratar do tema sobre riscos maiores e novos riscos, assim como a evolução dos níveis de resposta aos problemas que cada vez mais se colocam à sociedade, é uma necessidade que todas as ciências devem se empenhar em contribuir com a sinalização e compreensão dos múltiplos perigos através de estudos comparativos, de monitoramento e de prevenção para que os gestores públicos e dos territórios possam direcionar suas ações (CHALINE, C.; DUBOIS-MAURY, 1994; DUBOIS-MAURY, J.; CHALINE, 2002; REBELO, 2005).

O estudo do risco não deve ser analisado somente do ponto de vista da dinâmica das atividades e operações turísticas, mas sim através de uma análise mais ampla e integrada das dinâmicas urbanas, rurais e da função ecológica dos espaços naturais.

Segundo D'Ercole (1994) os riscos são predominantes nas áreas urbanas, gerada em grande parte por sua própria dinâmica e que a comunidade tem que lidar com estes riscos e desenvolver medidas de prevenção e proteção. O autor salienta que os riscos urbanos estão associados com a complexidade de um grande número de variáveis. Os riscos são decorrentes de um conjunto sócio técnico e da combinação de dados humanos e não humanos “difíceis de gerir em simultâneo”. A cidade, “criação humana”, gera tanto riscos endógenos quanto exógenos, tais como aqueles ligados às forças naturais (água, vento, deslizamentos, terremotos, incêndios florestais), aos riscos do cotidiano da vida urbana (incêndio, automóveis, ruído, amianto, chumbo, cupins...); à saúde e às inseguranças e violência urbana. Portanto, os tipos de respostas em termos de prevenção e de proteção devem ser sistematicamente examinados e atrelados às diversas legislações.

Em se tratando da legislação ambiental brasileira, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, teve influência marcante da Conferência de Estocolmo (1972) e, posteriormente, as diversas resoluções instituídas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) refletem os compromissos e acordos assinados do governo brasileiro nas várias outras conferências, tais como a Rio-92. É importante ressaltar que as próprias leis e resoluções expressam textualmente o conceito de “desenvolvimento sustentável” determinado nas várias conferências sobre meio ambiente.

As Resoluções CONAMA 302 e 303 de 2002, por exemplo, que dispõem sobre as Áreas de Preservação Permanentes (APP) geralmente encontram-se diretamente em conflitos com as diversas atividades turísticas, sejam na construção de empreendimentos turísticos, hoteleiros, de lazer e recreação ou como locais de visitação de atrativos naturais.

Estas resoluções acima demonstram esta preocupação com um ambiente integrado a partir de uma visão vinculada à concepção do “desenvolvimento sustentável”, uma vez que regulamentam o instrumento para preservação de ambientes cujas funções ecológicas são relevantes e, ao mesmo tempo, sensíveis às atividades humanas, porém importantes para assegurar o bem estar das populações humanas presentes e futuras.

A lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) determina as responsabilidades dos governos federal, estaduais e municipais na prevenção e adoção de medidas mitigadoras para a redução dos riscos e desastres e que tais medidas deverão ser adotadas em colaboração com instituições públicas, privadas e da sociedade em geral. Verifica-se, portanto, que a responsabilidade não está somente direcionada aos gestores públicos, mas também às empresas privadas e sociedade civil que são igualmente responsáveis por suas atuações sobre o território.

Esta lei determina uma abordagem sistêmica referente aos estudos e às ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, assim como o planejamento das ações com base em pesquisas e estudos das diversas ciências sobre áreas de riscos. Determina também que as edificações nestas áreas deverão ser submetidas a planos, por exemplo, de realocação. Na realidade, muitas áreas preferencialmente utilizadas para atividades do turismo, suas edificações, e lazer encontram-se em conflito com as áreas de preservação permanentes (APP) e de riscos que estão em desacordo com a legislação e que podem causar impactos ao meio ambiente.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS - AIA

A grande contribuição para os estudos de AIA foi com a criação da NEPA (*National Environmental Policy Act*) em 1969 que estabeleceu um conjunto de leis para a proteção do meio ambiente nos Estados Unidos. Esta legislação expressa o resultado final de um processo passo-a-passo, seqüencial e evolucionário que pode ter começado em 1864 com a publicação do livro “*Man*

and Nature or, Physical Geography as Modified by Human Action” de George Perkins Marsh que, já no século XIX, caracterizou-se como uma contribuição importante da geografia física para a identificação, talvez pela primeira vez, da tendência para os aspectos irreversíveis e irrecuperáveis da natureza a partir das modificações provocadas pelo Homem através de suas atividades.

No Brasil, os impactos ambientais são tratados pela Resolução CONAMA Nº 001 de 23 de janeiro de 1986 que estabelece as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta resolução é resultado das negociações da Rio-92, Declaração do Rio e Agenda 21, e tal como assumido pelo governo brasileiro, muitos países incorporaram as discussões desta conferência sobre AIA nas suas legislações, principalmente aqueles da América Latina, África e Europa. Cabe ressaltar que muitas outras leis ambientais exigem estudos prévios de impactos no meio ambiente (SÁNCHEZ, 2006).

A fim de esclarecer melhor, um estudo de AIA tem a função de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes de uma atividade sobre o meio ambiente, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazo, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

No caso do turismo, os estudos dos impactos ambientais são obrigatórios por meio da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabelece o licenciamento ambiental para todas as atividades poluidoras ou com potencial de provocar alterações ambientais, conforme extrato abaixo:

Artigo 2º – A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Existem várias propostas de AIA desenvolvidas por diversos países e entidades, além de publicações de referência sobre o tema, tais como: “*A toolkit for effective ELA practice – review of methods and perspectives on their application*”

(CANTER, SADLER, 1997) e “*Environmental Methods Review: Retooling Impact Assessment for the New Century*” (PORTER, FITIPALDI, 1998).

A UNEP (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2002) propõe uma metodologia de referência para estudo dos impactos ambientais desenvolvida por um grupo de especialistas de vários países, influenciada pela experiência da NEPA e pela Agência Ambiental Australiana e tem como produto um manual de treinamento “*Environmental Impact Assessment Training Resource Manual*”.

Essa metodologia de AIA proposta pela UNEP baseia-se em três fases de análise: a identificação dos impactos a serem investigados; a predição das características dos impactos e a avaliação da importância dos impactos (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2002). O objetivo neste caso é levantar todos os efeitos e interações diretas e cumulativas que podem ser potencialmente significativas em algum projeto. As etapas estabelecidas para a identificação, prognóstico e avaliação desses impactos são:

- a) Checklists dos impactos;
- b) Matrizes de correlação;
- c) *Networks* (redes) de influência; overlays, ou sobreposições de dados, e Sistemas de Informações Geográficas (SIG);
- d) Análise de sistemas e de especialistas;
- e) Julgamento profissional.

Os *checklists* consistem na “identificação e enumeração dos impactos, a partir da diagnose ambiental realizada por especialistas dos meios físico, biótico e sócio-econômico” (MOURA e OLIVEIRA, [s.d.], pag. 6), ou seja, são meios sistematizados de identificar os impactos através de uma lista que podem ser adaptados de acordo com as condições do local e experiência do pesquisador.

A matriz é uma tabela bidimensional de grade usada para identificar a interação entre as atividades do projeto exibidos em um eixo e os fatores ambientais em outro eixo, podendo apresentar na matriz a gravidade dos impactos, sua natureza e outras características. Neste caso a matriz de Leopold *et al.* (1971) é uma tentativa de sistematizar a análise de impactos que correlaciona em um eixo 100 ações humanas e em outro 88 componentes ambientais que podem ser afetados por estas ações, possibilitando 8800 interações. Cada situação de análise ou especificidade de empreendimento deve-se escolher os itens adequados em cada eixo (SÁNCHEZ, 2006).

As redes de interação (*networks*) são a forma de ilustrar a relação de causa e efeito das atividades do projeto com as características ambientais através de um gráfico, “as redes têm por objetivo as relações de precedência entre ações praticadas pelo empreendimento e os consequentes impactos de primeira e demais ordens” (MOURA e OLIVEIRA, [s.d.], p. 6), sendo bastante úteis no estabelecimento das “hipóteses dos impactos”. As *networks* mais complexas podem exigir ferramentas computacionais para a sua execução, por se apresentarem visualmente complexas, demoradas e de difícil reprodução.

Os *overlays* comumente chamados de sobreposições temáticas e os SIG's (Sistemas de Informação Geográfica) são empregados no mapeamento espacial dos impactos, cujo objetivo é representá-los através de ilustrações, mapas e facilitar as análises das relações espaciais entre os diversos temas, facilitando as ações de planejamento, para determinada ação se tornar mais eficaz. Atualmente estas ferramentas computacionais de geoprocessamento em ambientes SIG são utilizadas em larga escala, uma vez que facilita a manipulação dos dados espacialmente referenciados, tornando adaptável a diagnósticos e avaliações ambientais, resultando em produtos finais importantes para a interpretação dos dados.

Os sistemas de especialistas (*expert systems*) baseiam-se no conhecimento de vários especialistas multidisciplinares para auxiliar no diagnóstico do problema e na sua resolução, consistem em uma série de questões desenvolvidas para identificar os impactos e determinar o seu significado e sua mitigação. O julgamento profissional (*professional judgement*), embora não seja um método, está relacionado ao conhecimento que o profissional/pesquisador adquiriu ao longo dos estudos relacionados a avaliação de impactos aliado aos bancos de dados e manuais técnicos, com isso, o especialista terá uma opinião mais bem formada no diagnóstico e nas análises desses impactos. A aplicação desses métodos de identificação e análise de impactos tornou-se essenciais nesse tipo de estudo e a presença do especialista é fundamental para integração dos dados resultantes da pesquisa. No caso do estudo dos impactos ambientais em Pipa, no Rio Grande do Norte, que será apresentado a seguir, esta proposta da UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2002) foi empregada com várias adaptações devido às particularidades locais da área de estudo.

OS IMPACTOS DO TURISMO RESIDENCIAL EM PIPA

O distrito de Pipa, inserido no município de Tibau do Sul, estado do Rio Grande do Norte, tem na atividade turística sua principal economia, onde o turismo de segunda residência tem um papel considerável na dinâmica socioambiental local. O turismo residencial, segundo Aledo *et al.* (2007) caracteriza-se por representar:

(...) la actividad económica que se dedica a la urbanización, construcción y venta de viviendas que conforman el sector extrahotelero, cuyos usuarios las utilizan como alojamiento para veranear o residir, de forma permanente o semipermanente, fuera de sus lugares de residencia habitual, y que responden a nuevas fórmulas de movilidad y residencialidad de las sociedades avanzadas. (ALEDO *et al.* 2007, p. 6 e 7).

Porém, esta atividade econômica apresenta impactos tanto à sociedade quanto ao ambiente, conforme assinala Demajorovic *et al.* (2010).

A diversidade e o grau de exuberância destas paisagens naturais determinam a localização das instalações destes serviços turísticos (bares, restaurantes, pousadas, hotéis) e das construções de condomínio de segunda residência causando uma pressão de uso e ocupação do solo. Quanto maior o grau de exuberância paisagística e a demanda de investidores e compradores por estes espaços, maior o valor destes espaços naturais a ser construído, bem como a pressão de uso e ocupação de áreas naturais por conta desta lógica de se inserir, desfrutar e fazer parte destas paisagens. (DEMAJOROVIC *et al.*, 2010, p. 15)

No caso de Pipa, por apresentar-se economicamente dependente do turismo, principalmente a partir do final da década de 90 até hoje, é inegável que ao longo desses anos os investimentos em construções que chegaram ao local, principalmente com infraestrutura hoteleira e de serviços, a fim de atender a demanda turística nacional e internacional, e sem planejamento adequado, acarretou efeitos sobre a população local, a economia tradicional pesqueira e, principalmente, ao meio ambiente. O turismo residencial cresceu e distribuiu-se com maior potencial a partir de 2001, essencialmente na forma de condomínios residenciais horizontais fechados, cujo principal consumidor destas moradias são os turistas internacionais e alguns nacionais

oriundos de outros estados do Brasil. Porém, a partir de 2005 ocorre um salto qualitativo e quantitativo:

(...) quando abrem oito novos condomínios, contabilizando um total de 246 casas e apartamentos de padrão europeu. Financiados principalmente por investidores internacionais portugueses, oferecem casas prontas em um espaço dotado de serviços comuns (piscina e bar-restaurante) e individuais (possibilidades de alugar, serviços de limpeza). É o início de um novo tipo de indústria turística em Pipa, situando-se no meio do caminho entre o turismo hoteleiro e de segunda residência. Isto porque o papel da empresa administradora não se limita à manutenção do terreno ocupado, mas também se ocupa também da valorização do investimento (DEMAJOROVIC *et al* 2010, p.11).

Entre 2005 e 2009, cerca de 30 complexos turísticos residenciais surgem na paisagem de Pipa, alcançando a mesma magnitude de oferta hoteleira tradicional em número de unidades habitacionais. Com a crise econômica mundial iniciada em 2008 os investimentos para estes condomínios caíram (DEMAJOROVIC *et al.* 2010), mas o potencial impactante das edificações, tanto na fase de construção quanto na de funcionamento, continua a ocorrer, tais como: soerguimentos de material particulado no ar, causando, dentre outros, problemas respiratórios na comunidade do entorno; ruído; compactação do solo; alteração da drenagem superficial e sub superficial; erosão do solo das escarpas de falésia, desmatamento da vegetação nativa e afugentamento da fauna.

Outro impacto importante refere-se à necessidade de aumento de captação de recursos financeiros para atender às novas exigências de infraestrutura para este mercado em crescimento, tais como a canalização das águas pluviais, aumento da rede de fornecimento de água tratada com novas estações de tratamento de águas (ETAs), aumento da rede coletora de esgoto com novas estações de tratamento de esgotos (ETE's), aumento da rede de coleta de lixo e construção de novos aterros sanitários, por exemplo.

Baseada na metodologia da United Nations Environment Programme (2002), a análise dos impactos socioambientais dos condomínios de segunda residência foi realizada por Mello (2011) compreendendo as seguintes etapas:

- 1) Identificação dos impactos ambientais: a. Diagnóstico das unidades geoambientais; b. Estruturas de saneamento básico (água, esgoto,

- resíduos sólidos e drenagem); c. Identificação das áreas de preservação permanentes (APP's);
- 2) Análise das cadeias de causa-efeito dos impactos;
 - 3) Análise dos discursos dos *stakeholders*;
 - 4) Avaliação integrada dos impactos socioambientais.

Os resultados obtidos em cada uma das etapas acima foram confrontados e permitiram compreender a distribuição espacial dos impactos do turismo de segunda residência, tais como possíveis confrontos entre a localização geográfica destes condomínios com as determinações da legislação ambiental nos níveis federal, estadual e municipal, bem como suas formas de degradação sobre aqueles ambientes que ainda resistem e apresentam suas funções ecológicas ativas. O estudo também permitiu ir além: identificar e analisar as divergências de discursos e argumentos dos grupos que representam a sociedade de Pipa e que, conseqüentemente, explicou o por que da situação socioambiental atual nesta localidade turística .

Salienta-se que a pesquisa dos impactos socioambientais foi realizada mediante uma análise qualitativa, desconsiderando *a priori*, severidade estatística com relação à amostragem dos *stakeholders*, e não trazendo prejuízos a proposta inicial de análise dos impactos. O resultado final do trabalho é justamente a interação total dos elementos estudados, resultando na interface de integração de dados referentes aos impactos socioambientais, das unidades geoambientais e do saneamento básico, conforme pode concluir Mello (2011). Os principais passos da pesquisa de Mello (2011) sobre a avaliação dos impactos ambientais do turismo de segunda residência em Pipa são descritas sinteticamente, a seguir:

Para se determinar os impactos socioambientais de uma localidade é necessário, antes de tudo, um profundo conhecimento dos ambientes naturais existentes, suas dinâmicas e processos naturais, bem como avaliar as fragilidades e distribuição espacial. Para este estudo diagnóstico é importante a adoção de metodologias das várias ciências naturais, tais como: geomorfologia, climatologia, geologia, ecologia, biologia, pedologia, dentre outras. O estudo integrado destas disciplinas exige a contribuição, muitas vezes de profissionais específicos que elaborem estes estudos com maior propriedade. Mello (2011) utilizou-se da técnica de agrupamento de ambientes em “unidades geoambientais” a fim de integrar todos os conhecimentos oriundos das várias ciências sobre em Pipa.

a) Diagnóstico das unidades geoambientais

Para se agrupar e compreender as unidades geoambientais de Pipa é importante conceituar “geoambiente” que nada mais é que um conjunto de interações, relações e interdependências complexas entre os diversos aspectos que constitui o espaço geográfico (econômicos, sociais, físicos-ambientais, culturais), segundo afirma Veyret (1999).

En fait pour un géographe, la notion d’environnement ne recouvre pas seulement la nature, encore moins la faune et la flore seules. Ce terme désigne les relations d’interdépendance qui existent entre l’homme, les sociétés et les composantes physiques, chimiques, biotiques du milieu en intégrant aussi ses aspects économiques, sociaux et culturels. Ce sont ces relations complexes que nous proposons de nommer “géoenvironnement”. Elles concernent tout particulièrement la démarque géographique, laquelle envisage, depuis longtemps, les lieux et les formes d’inscriptions des groupes sociaux à la surface de la planète. D’autres disciplines sont partie prenante dans l’approche environnementale: les sciences de la matière (physique, chimie), les sciences de la vie, les sciences humaines (sociologie, psychologie), l’économie et le droit (VEYRET, 1999, p. 6).

Entende-se que todos os elementos interagem, porém este diagnóstico teve a necessidade de compreender os geoambientes estritamente do ponto de vista dos meios físico e biótico, uma vez que se têm a geologia que abarca a própria superfície onde todos os elementos estão sobrepostos, o relevo cujo papel de modelado atua e sofre grande influência dos solos das rochas que estão presentes na superfície, no qual acomodam a vegetação, a hidrografia que os “molda” e se acomoda sobre estes elementos, sem falar nos aquíferos subterâneos e o clima que influencia a todos os elementos de forma direta e indireta.

Portanto, conforme Mello (2011), foram identificadas as áreas ou ambientes naturais que apresentam características homogêneas (unidades geoambientais) e diferenciadas quanto seus atributos geomorfológicos, geológicos, pedológicos e botânicos, com destaque para as quatro unidades existentes em Pipa: Dunas (fixas e móveis); Praias Arenosas; Tabuleiros Costeiros (compreendendo as falésias) e Planícies Fluviais (Figura 1). Para este diagnóstico foram empregados os conhecimentos e metodologias de investigação referentes à geomorfologia, geologia, pedologia, hidrografia, hidrologia e biogeografia.

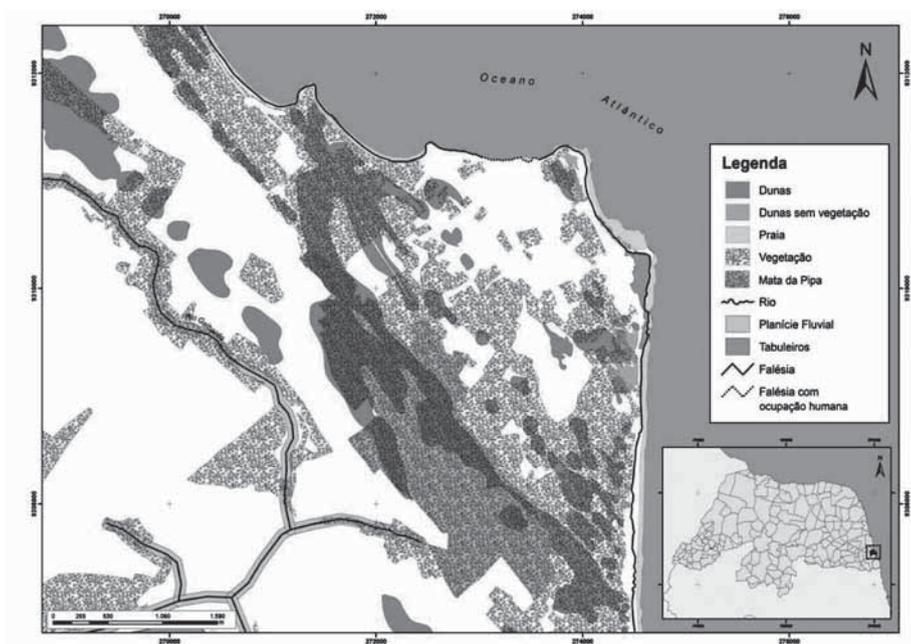


Figura 1 – Mapa das unidades geoambientais e respectivas fotos mostrando a diversidade dos geoambientes de Pipa, Tibau do Sul/RN. Dunas fixas e móveis (Foto A); Planície fluvial (Foto B); Tabuleiros Costeiros e Falésias (Fotos C e D, respectivamente) e Praia (Foto E). Fonte: Mello (2011) e acervo dos autores.

b) Identificação das Áreas de Preservação Permanente

Neste estudo foram identificadas e cartografadas as “Áreas de Preservação Permanentes” (APP’s) que são aquelas que se apresentam especialmente protegidas, sinalizando instrumentos de relevante interesse ambiental no que se refere à sua plena função ecológica, social, paisagística, assim como sua relativa fragilidade quanto às intervenções humanas.

As APP’s foram estabelecidas no antigo Código Florestal (Lei Nº 4.771/65) e revogadas pelo novo Código Florestal atualmente em vigor (Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.). Existem também outras resoluções que estabelecem parâmetros para o uso e outras considerações com relação às APP’s, dentre as quais podemos citar a Resolução CONAMA Nº 369 de 28 de março de 2006 que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP; informando, por exemplo, quando o órgão ambiental poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação nestas áreas; a resolução CONAMA Nº 429 de 28 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação de APP’s; a Resolução CONAMA Nº 302 de 20 de março de 2002 que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de APP’s de reservatórios artificiais e regime de uso do entorno, dentre outras.

Desta forma, o município de Tibau do Sul é uma localidade cuja diversidade natural de seus ambientes é relevante, conforme verifica-se nas unidades geoambientais, e algumas enquadradas pela legislação federal como APP’s que devem ser protegidas. Como APP’s em Pipa, têm-se: as dunas; os rios e suas margens; as bordas de tabuleiros e chapadas; as praias e a vegetação com função fixadora de dunas. A necessidade da identificação destas áreas de proteção estabelecidas pela legislação federal reside no fato de que muitas destas áreas são utilizadas para instalação dos serviços turísticos e cujas atividades, predominantemente causam degradações a estas áreas. Como exemplo de ocupação em áreas de APP’s, foi detectado em Pipa casos de condomínios de segunda residência muito próximos à beira das falésias distando menos de 100m de suas bordas (Figura 2) ou sobre dunas, praias e áreas de remanescente florestal da Mata Atlântica, como proíbe a legislação, ou seja, em área de APP’s (Figura 3).



Figura 2: Visão de parte do muro de um condomínio de segunda residência, evidenciando sua proximidade irregular com a borda da falésia em processo de erosão. Fonte: Mello, 2011.

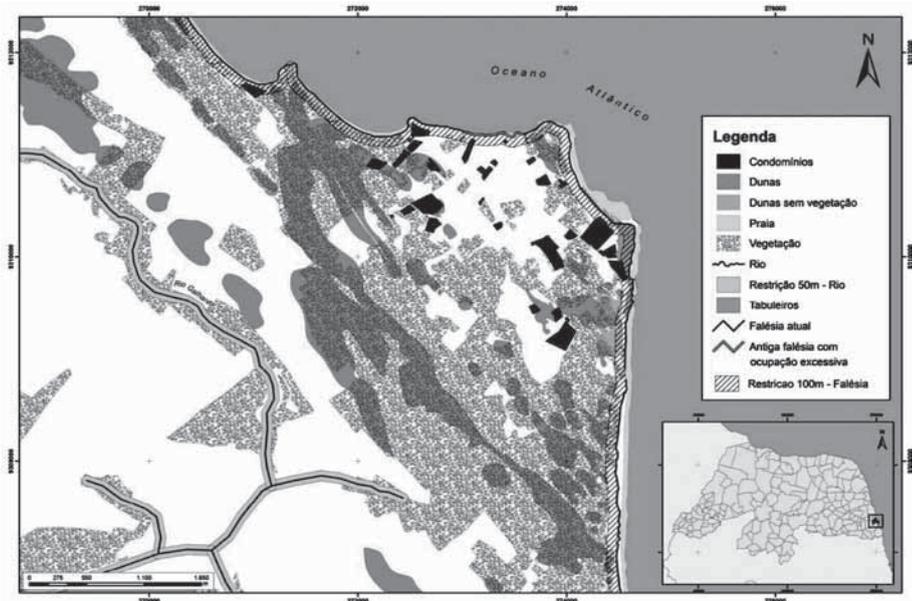


Figura 3: Relação espacial entre APP's e condomínios de segunda residência em Pipa, Tibau do Sul/RN. Fonte: MELLO, 2011.

c) Análise da infra estrutura do saneamento básico

A análise das condições de saneamento básico considerou o termo segundo o Artigo 3º, Inciso I da Lei Nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, do Governo Federal que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, como sendo o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais

quanto ao abastecimento de água potável, ao esgotamento sanitário, à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e, por fim, drenagem e manejo das águas urbanas. Estas informações são fundamentais para a avaliação dos impactos do turismo residencial uma vez que a oferta crescente de condomínios com diversas unidades residenciais à venda pelo mercado imobiliário reflete em uma futura demanda também crescente de investimentos públicos para infraestrutura de saneamento, o que nem sempre acontece, como por exemplo observou-se em Pipa.

O diagnóstico do saneamento básico foi elaborado a partir de entrevistas direcionadas aos atores diretamente envolvidos na questão do saneamento, complementado por observações sistemáticas nos locais e pelo mapeamento das redes de esgoto, água potável e circuito de coleta de lixo pelos caminhos e seus destinos finais.

Esta análise permitiu chegar a uma transparente realidade sobre a situação precária do saneamento básico em Pipa, o que não é muito diferente da maioria dos pequenos municípios do Brasil. No município de Tbau do Sul somente 30% das residências estão saneadas onde seus efluentes são parcialmente tratados, através de um processo de tratamento de esgoto que não é completo e o efluente recebe um destino final ambientalmente não favorável, uma vez que o mesmo é infiltrado no solo e a carga contaminante pode afetar o lençol subterrâneo.

A coleta de lixo não alcança todas as residências e o local de destino final dos resíduos sólidos do município é na forma de “lixão” ao ar livre, sujeito à proliferação de insetos, roedores e doenças. Com relação à drenagem, não existe um sistema de drenagem de águas pluviais em Pipa, além do que, com o aumento da impermeabilização do solo devido às novas construções, a infiltração natural das águas pluviais no solo é reduzida e, dependendo do gradiente topográfica da superfície, nas ocorrências de chuvas fortes e intensas, a energia do escoamento hídrico pode provocar erosão do solo, rompimento de dutos de água e esgotos e assoreamento das áreas deprimidas.

d) Identificação das cadeias de causa-efeito

Para esta atividade de identificação das causas e efeitos do turismo residencial em Pipa, partiu-se de uma lista (*checklist*) previamente elaborada com trinta e dois impactos socioambientais (Tabela 1) das mais diversas

naturezas (positivo, negativo, social, econômico, ambiental e cultural) produto de um *workshop* realizado em 2010¹⁰, no qual se reuniram diversos atores do cenário nacional e internacional que influenciam ou sofrem influência direta e/ou indireta do turismo residencial em Pipa. Como atores presentes destacaram-se: o poder público municipal, órgão ambiental, associações civis, parte da comunidade, representantes locais, dentre outros.

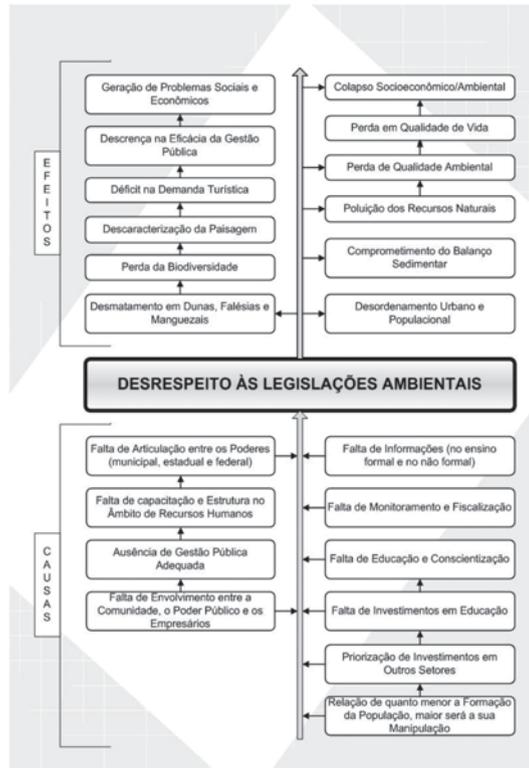


Tabela 1: Exemplo de uma cadeia de causa-efeito potencial para o impacto “Desrespeito às legislações ambientais” relativo ao turismo de segunda residência em Pipa, Tibau do Sul/RN. Fonte: MELLO, 2011.

A identificação das causas e efeitos desses impactos pelos atores deu-se por meio da construção de uma rede (*network*) baseada no diagrama de Ishikawa¹¹ (espinha de peixe) (Figura 55), ou seja, atribuindo a cada impacto

10 Ação vinculada ao projeto de cooperação internacional UFRN e SENAC/SP (Brasil) – Universidad de Alicante (Espanha) intitulado “Causas y consecuencias de la globalización del Turismo de Segunda Residencia: del mediterráneo español al litoral nordestino brasileño” (2010 a 2014).

11 Também conhecido como diagrama de causa e efeito ou espinha de peixe. É uma ferramenta de representação das possíveis causas que levam a um determinado efeito. As causas são agrupadas por categorias semelhantes previamente estabelecidas, ou percebidas durante o processo de classificação.

os efeitos gerados e suas prováveis causas que promoveram a existência daquele impacto. A figura 3 ilustra o resultado final do diagrama (*network*) do impacto “Desrespeito às Legislações Ambientais” sob a ótica dos atores presentes no *workshop*.

e) Análise dos discursos dos stakeholders

Esta etapa teve o objetivo de analisar os diferentes discursos, argumentos e posicionamento pessoal e profissional de cada um dos *stakeholders* a respeito de cada impacto levantados na análise das cadeias de causa-efeito. Foram feitas entrevistas semiestruturadas a dez tipos de *stakeholders* que se apresentaram com alguma representação relevante em Pipa e, desta forma, mais atuantes no cenário turístico, no qual poderiam fornecer elementos de análise acerca de um grupo de opiniões que influenciam a dinâmica do distrito de Pipa e sua população. Os mesmos foram selecionados a partir do perfil de sua ocupação e função, totalizando quatro grupos: poder público municipal, órgãos ambientais, associações de moradores, de empresários e turistas.

Após uma análise do discurso individual seguiu-se para uma análise integrada dos diversos discursos cujo resultado final pode ser expresso em uma matriz de correlação entre *stakeholders* e ordem de prioridade dos impactos.

A análise dos discursos correlacionados permitiu como técnica de pesquisa distinguir claramente a divisão do papel de cada grupo de *stakeholders*, por exemplo, o grupo do poder público apresentou as prioridades do turismo com um enfoque mais econômico do que outros discursos que visualizam mais problemas como os ambientais e sociais.

As etapas anteriores permitiram que Mello (2011) caracterizasse os impactos socioambientais dos condomínios de segunda residência a partir de um diagnóstico geoambiental, a partir de técnicas das várias ciências envolvidas, das condições do saneamento básico e da percepção destes impactos pela sociedade local, suas prováveis relações de causa-efeito e seus discursos que, em última análise, se refletem em ações sociais, econômicas e ambientais.

A análise final de integração das etapas acima permitiu Mello (2011) concluir que o ambiente e a população de Pipa vêm sendo negligenciados pelas gestões públicas uma vez que separam os interesses econômicos dos interesses socioambientais, em outras palavras, há investimentos para a atividade turística, há incentivos para grandes investidores, porém há uma população com

instabilidade de emprego, sem renda fixa mensal, sem expectativa de adquirir imóveis nas localidades próximas do município, sem acesso aos serviços comerciais e sociais, sem infraestrutura básica de saneamento adequado e com expectativa de constantemente ter ameaçada a sua qualidade ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta metodologia de AIA adaptada da UNEP (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2002) permitiu evidenciar relações socioambientais conflitantes com as ações de desenvolvimento econômico realizadas pela municipalidade em Tibau do Sul.

O emprego de técnicas de mapeamento e confronto das áreas de ocupação pelas construções turísticas com as áreas ambientalmente frágeis e com as legislações ambientais salientaram as não conformidades e, conseqüentemente, as deficiências na gestão do controle e fiscalização destas áreas que devem ser legalmente protegidas.

A metodologia permitiu também ressaltar as condições contraditórias do modelo de desenvolvimento turístico para uma localidade que, a princípio, deveria se expressar na melhoria das condições socioambientais para a população local, porém, Pipa reflete exatamente o interesse econômico de uma minoria com controle da máquina política e de gestão local e que se apropria do discurso do “interesse geral”.

O fortalecimento das exigências de estudos e diagnósticos socioambientais, bem como o uso de metodologias integradas para avaliação de impactos ambientais devem ser utilizados como instrumentos de suporte ao planejamento e gestão das relações entre homem e natureza locais. Estes devem ser amplamente divulgados e empregados conjuntamente às medidas de ampliação da participação popular na tomada de decisão referente aos bens e interesses públicos e coletivos que tomam corpo cada vez mais na rotina das relações entre estado e não estado, no caso, a mudança nos mecanismos de ações ligados à forma tradicional de governo local, dos processos isolados de um grupo social, para novos paradigmas de um sistema mais amplo e equilibrado de governança local.

REFERÊNCIAS

- ALEDO, Antonio. De la Tierra al Suelo: la Transformación del Paisaje y el Nuevo Turismo Residencial. *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura* - CLXXXIV 729 enero-febrero, p. 99-113, 2008.
- ALEDO, Antonio. et al. La insostenibilidad del turismo residencial. D. Lagunas (coord.) *Antropología y Turismo. México*, Plaza y Valdés. 2007.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- _____. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- _____. Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).
- _____. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- _____. Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, institui o novo Código Florestal licenciamento ambiental e sobre o estudo prévio de impacto ambiental.
- _____. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.
- _____. Marco Regulatório do Saneamento Básico. Lei Nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
- _____. Resolução CONAMA Nº 001 de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e sobre o estudo prévio de impacto ambiental.
- _____. Resolução CONAMA Nº 237 de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
- _____. Resolução CONAMA Nº 302, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de APPs de reservatórios artificiais e regime de uso do entorno.
- _____. Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APPs.
- _____. Resolução CONAMA Nº 429, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.
- CANTER, Larry, SADLER, Barry. *A tool kit for effective ELA practice: review of methods and perspectives on their application*. UK: International Association for Impact Assessment , 1997.
- CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Houghton Mifflin, Mariner Books, 1962.
- CHALINE, C.; DUBOIS-MAURY, J. *La ville et ses dangers: prévention et gestion des risques naturels, sociaux et technologiques*. Paris: Masson, 1994.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. e VASCONCELOS, Fábio Perdigão. *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.

- D'ERCOLE, R. Les vulnérabilités des sociétés et des espaces urbanisés: concepts, typologie, modes d'analyse. *Revue de Géographie Alpine*, V. 82, n. 4, p. 87 – 96, 1994.
- DEMAJOROVIC, Jacques; ALEDO, Antonio; FERNANDES, Erminio, ANDREU, Hugo G.; LOLOUM, Tristan. Turismo Imobiliário: uma Reflexão sobre o Impacto da Crise Financeira de 2008 e Perspectivas no Rio Grande do Norte. V *Encontro Nacional da Anppas* 4 a 7 de outubro de 2010, Florianópolis - SC -Brasil.
- DUBOIS-MAURY, J.; CHALINE, C. *Les risques urbains*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2002, 208 p.
- GAY, Jean-Christophe. Le tourisme em Polynésie Française. *Annales de Géographie*. t. 103, n°577. pp. 276–292, 1994. doi : 10.3406/geo.1994.13782(http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1994_num_103_577_13782, acesso em 29 de julho de 2012)
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Sustentabilidad Racionalidad Complejidad Poder. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 4ª edición, 2004.
- LEOPOLD, L.B.; CLARKE, F.S.; HANSHAW, B. et al. *A procedure for evaluating environmental impact*. Washington: U. S. Geological Survey, 1971.
- MARSH, George Perkins. *Man and Nature or, Physical Geography as Modified by Human Action*. New York: Charles Scribner, 1864, (http://books.google.com.br/books?id=MtZAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&cf=false, acesso em 20 de julho de 2012).
- MELLO, Mariana T. C. de. Análise dos impactos socioambientais do turismo residencial em Pipa – Brasil. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte para obtenção do grau de bacharel em Geografia. Natal, 2011.
- MENDONÇA, Francisco. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 10, p. 139-148, jul./dez. 2004
- MOURA, Heber José Teófilo de; OLIVEIRA, Francisco Correia de Oliveira. O Uso das Metodologias de Avaliação de Impacto Ambiental em Estudos Realizados no Ceará. [s.d] (http://galileu.iph.ufrgs.br/mendes/IPH02220/Aula_9/FET-032.pdf, acesso em 21 de julho de 2012.)
- MOWFORTH, Martin. MUNT, Ian. *Tourism and sustainability: new tourism in the third world*. London: Routledge, 1998.
- PORTER, Alan L., FITTIPALDI, John J., *Environmental Methods Review: Retooling Impact Assessment for the New Century USA*: The Press Club, 1998.
- REBELO, F. *Uma experiência europeia em riscos naturais*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.
- RUSCHMANN, Dóris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas/SP: Papirus, 1997.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa Economia Mundial Liberalizada e Globalizante: um desafio impossível. *Estudos Avançados* 11(30): 213-242, 1997.

- SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª Ed., 2006.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph, 2000a.
- _____, John. HOROVITZ, Esther Eva. *Turismo sustentável: Turismo cultural, ecoturismo e ética*. São Paulo: Aleph, 2000b.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Environmental Impact Assessment Training Resource Manual*. Genève: Division of Technology, Industry and Economics, 2ª ed., 2002. (http://www.unep.ch/etu/publications/EI Aman_2edition_toc.htm, acesso em 13 de agosto de 2012).
- VEYRET, Y. *Géoenvironnement*. Coll Campus. SEDES, 1999. 180 p.

Turismo e meio ambiente: o caso de Silves, Amazonas

Roberta Maria de Moura Sousa¹²

Julio César Rodríguez Tello¹³

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica com grande potencial para geração de renda e emprego e vem ganhando destaque em todo mundo, constituindo-se como uma alternativa de desenvolvimento para diversos municípios brasileiros. A atividade turística tem a finalidade de prestar uma série de serviços a pessoas que dedicam seu tempo livre para viajar, seja por lazer, negócios e outros motivos que não sejam razões lucrativas. Essa atividade também requer a participação de profissionais capacitados, além de uma infraestrutura básica e recursos para atender ao turista.

Muitos municípios brasileiros têm acreditado nessa premissa e o município de Silves, no estado do Amazonas, tem se destacado pela quantidade de atrações naturais e culturais relacionadas à implementação do ecoturismo e da possibilidade de sustentabilidade turística da área.

Desta forma Silves, localizada na margem esquerda do rio Amazonas, é considerada uma das regiões mais promissoras para o turismo por suas atrações naturais e riquezas histórico-culturais, merecendo destaque as comunidades Nossa Senhora do Bom Parto, São João e Santa Luzia do Sanabani. Essas

12 Bacharel em Turismo. Mestre em Ciências Florestais e Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará - UFPA. Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: robertaturstm@hotmail.com

13 Engenheiro Florestal pela Universidad Nacional de La Amazonía Peruana - UNAP. Mestre Stricto Sensu em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutor em Ciências Biológicas e Recursos Naturais pelo Convênio Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas. Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jucerote@hotmail.com

comunidades, juntamente com os missionários da Igreja Católica, começaram a se organizar desde a década de 1980 em defesa dos lagos e rios da região ameaçados pela pesca predatória. E em 1993 foi criada a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC com o apoio financeiro da WWF-Brasil e do Governo da Áustria.

No ano seguinte foi construída a Pousada Aldeia dos Lagos com o objetivo de viabilizar o primeiro empreendimento hoteleiro a desenvolver o ecoturismo de base comunitária no estado do Amazonas, em benefício da conservação dos lagos e melhoria na qualidade de vida dos ribeirinhos. Assim sendo, o presente texto traz as características do município, suas potencialidades para o ecoturismo, o processo de criação da ASPAC e suas ações, levando em consideração as dificuldades vivenciadas na implantação do ecoturismo.

ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O Ecoturismo é visto no cenário mundial como uma atividade econômica que utiliza a natureza como matéria prima e dela depende para o sucesso contínuo da atividade, assegurando a proteção dos ecossistemas por pressupor a não eliminação dos atrativos. Diante disso a sociedade têm se sensibilizado em relação às questões ambientais, acerca da proteção e conservação dos recursos naturais, têm contribuído para o crescimento da demanda do Ecoturismo no mercado internacional.

Segundo a EMBRATUR (1994), mesmo com a ausência de estatísticas oficiais sobre a dimensão deste mercado, estima-se um público anual de cerca de 50 milhões de pessoas/ecoturistas, com crescimento estimado entre 10 a 20% no mundo.

Do ponto de vista mercadológico, o Brasil apresenta um grande potencial relativo às áreas naturais e diversidades culturais. Diante do exposto faz-se necessário reforçar a importância do planejamento das atividades ecoturísticas, mediante a legislação ambiental adotada pelos poderes públicos/privados para que a modalidade seja desenvolvida de forma sustentável através de um comprometimento da sociedade e implantação de políticas públicas.

O turismo (e o ecoturismo) de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante

vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e também pelo intercâmbio cultural.

Atualmente existem na Amazônia brasileira alguns elementos tradicionais de resistência às relações “modernizantes” de dominação. Esses elementos se expressam em processos de utilização dos recursos naturais que vêm se desenvolvendo “silenciosa e ocultamente” ao longo dos anos, nos estados como Acre e Amapá, nos pequenos municípios como Novo Airão, Presidente Figueiredo, Nhamundá e nas pequenas vilas como Alter do Chão. Mesmo à margem de políticas públicas e dos grandes projetos de desenvolvimento promovidos pelo governo federal como, por exemplo, o PROECOTUR – Programa e Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia, o Projeto Parques e Reservas do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o PP-G7 (Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais), as populações humanas continuam sabiamente produzindo seus cotidianos e vivendo nas feiras, nas praças, nos mercados, a dádiva da floresta, que produz e renova a vida em sua plenitude (FIGUEIREDO,1999).

A participação dos atores sociais no desenvolvimento do ecoturismo é compreendida por Alves (2001, p. 1), “como um processo estruturado e sistematizado de mudanças nas relações e práticas de trabalho”. Ela proporciona motivação e interação dos sujeitos envolvidos, possibilitando informações precisas sobre o que está sendo estabelecido e a partir de então definir de forma estratégica o planejamento. Na participação, três componentes (DEMO, 1996 *apud* BEZERRA & MUNHOZ, 2000, p.3) são necessários: a organização do grupo para que possa acontecer o planejamento participativo; a autocrítica, formação e consciência crítica na comunidade por meio da qual se elabora o conhecimento exato dos problemas que afetam os atores, pois é a própria comunidade que elabora seu posicionamento diante da realidade; e prioridade aos problemas, formulação de estratégias reais e busca de alternativas e propostas de negócios.

No planejamento participativo deve haver um acordo entre os participantes sobre as possíveis mudanças que poderão ocorrer. Conforme Andrade (2005), o planejamento participativo permite uma maior consciência sobre a missão da organização, assim como um melhor entendimento da estrutura organizacional e instrumentos de análise e previsão.

Em relação ao ecoturismo Wearing e Niel (2001), afirma que o planejamento deve abranger a percepção e os objetivos de sua existência, sendo que

sua estratégia de implantação necessita coordenar as ações levantadas pelos grupos, designando os possíveis responsáveis e abordar a elaboração da política e do plano, recomendações e implantação e controle.

Os autores acima citados apresentam algo em comum a respeito dos princípios básicos para a atividade ecoturística envolvendo as comunidades locais em todos os planos de desenvolvimento dessa atividade desde o planejamento até a gestão. Sendo assim, é de fundamental importância a participação das comunidades e de todos os sujeitos envolvidos na atividade ecoturística para a elaboração do planejamento. Por conta disso, Santos (2004), define o planejamento do ecoturismo como parte integrante dos direitos de todos, promovendo alianças e tomando decisões por consenso de tudo.

A população, os gestores públicos e privados devem levar em consideração os aspectos culturais, ambientais e econômicos para que possa ser feito de forma ordenada as atividades ecoturísticas impedindo a degradação ambiental.

Os princípios do ecoturismo servem de recomendações importantes para todos os sujeitos envolvidos nas atividades ecoturísticas tais como, as empresas turísticas, governos nacionais, regionais e locais, organizações não-governamentais e comunidades locais visando atingir a sustentabilidade da atividade de ecoturismo. Podemos citar alguns: sustentabilidade social: absorção da mão-de-obra local; sustentabilidade econômica: geração de emprego e renda; e sustentabilidade ambiental: conservação/preservação ambiental.

O ecoturismo se diferencia do turismo tradicional, por tratar a questão ambiental com respeito e contribuir para conservação do ecossistema visitado (PROMANEJO, 2002). Assim como qualquer outra atividade que envolva o turismo, deve ser bem planejado, evitando a degradação dos recursos naturais, sociais e culturais, utilizando os recursos econômicos de forma sustentável, garantindo assim, o fortalecimento da atividade no local (FIGUEIREDO, 1999), caso contrário, compromete a sustentabilidade da atividade podendo causar impactos irreversíveis aos destinos visitados.

Figueiredo (1999) destaca os benefícios que o ecoturismo ocasiona em uma localidade podendo ser considerados de forma a garantir um desenvolvimento e um gerenciamento adequado da atividade, tais como: beneficia as comunidades locais e estimula a melhoria nos sistemas de transportes e comunicações; gera emprego e renda para população local, de maneira direta e indireta, incentivando a produção do artesanato; fixação da população no interior; diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais, onde o

emprego na agricultura pode ser esporádico e insuficiente; estimula a preservação ambiental; proporciona melhorias na educação, segurança e saúde da região; mantém os atrativos naturais e os culturais da região atraindo mais ecoturistas; o ecoturismo incorpora o planejamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.

Nessa ótica o ecoturismo surge como uma alternativa viável capaz de promover o desenvolvimento econômico, mantendo um equilíbrio ambiental, assim como, valorizar a cultura do lugar.

O ecoturismo quando não bem planejado pode ocasionar uma série de impactos negativos ao meio ambiente e a sociedade devido à ação antrópica que segundo os documentos do Promanejo (2002) são expostos os possíveis impactos negativos: efluentes domésticos (águas servidas) direcionados in natura para os rios, igarapés e lagos; coleta indiscriminada de espécies da fauna e da flora; equipamentos montados inadequadamente para acessos a mirantes de observação da paisagem; instabilidade e dependência econômica, quando o ecoturismo é a única fonte de renda de uma localidade; e operadores turísticos com pouco ou nenhum conhecimento da região, levando valores incompatíveis com os comportamentos da região, ocasionando conflitos, culturais e sociais.

O MUNICÍPIO DE SILVES

O município de Silves é um dos povoados mais antigos do Estado do Amazonas. Segundo Becker & Léa (2002) o município é constituído em sua maioria por descendentes de índios, portugueses, espanhóis, nordestinos, e as comunidades são formadas por grupos de família do tipo nuclear, composto em média por sete moradores e sua produção econômica é tipicamente camponesa, concentrada na produção de farinha, peixe e extração de madeira.

A população atual, de acordo com o último censo efetuado pelo IBGE (2010), é de 8.445 habitantes, tendo como primeira sede municipal Itapiranga. O povoado teve início com a fundação da Missão de Índios denominada Aldeia de Saracá (nome de uma formiga muito conhecida na região), por Frei Raimundo da Ordem das Mercês no ano de 1660 a qual habitavam os índios Barurusus, Caboquenas e Guanavenas (RIBEIRO, 1991).

Alguns movimentos da Igreja Católica aliado aos comunitários uniram forças e questionavam sobre a situação conflitante que o lugar estava sofrendo. O Concílio Vaticano II do período de 1962 a 1965 contribuiu para amenizar

os problemas, com isso, criaram-se as comunidades Eclesiais de Base – CEBS na tentativa de aproximar o povo da Igreja (RIBEIRO, 1991).

Historicamente, Silves está ligado a Itapiranga pelo fato dos dois municípios já terem formado uma mesma unidade administrativa. No ano de 1759, a aldeia Saracá é elevada à vila, com denominação de Silves e como sede de município de mesmo nome. O nome Silves é originário de uma aldeia em Portugal, durante o período pombalino que ordenou mudança de todos os nomes das localidades brasileiras com os nomes indígenas.

Em 1922, a sede municipal foi transferida para Itapiranga, sendo elevada a categoria de Vila. No ano de 1930, a sede retorna a Silves, anexo ao município de Itacoatiara, e restabelecido em 1935. Em 1938, passa a denominar-se Itapiranga, com sede na vila do mesmo nome, então elevada a categoria de cidade. Nesse mesmo ano, a estrutura administrativa do município é definida em dois distritos: Itapiranga e Silves. E somente em 1981, Silves perde parte de seu território em favor dos novos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

Parte integrante da Mesorregião do Centro Amazonense, o município de Silves, está localizado na região do Médio Amazonas, distante da cidade de Manaus cerca de 250 km por via fluvial, na época de cheia, e terrestre percorre-se pela estrada AM 010 (Manaus –Itacoatiara) e mais 127 km da BR-363. A cidade de Silves, sede municipal, está situada em uma ilha de terra firme, no lago Saracá. Sua superfície é de 3.671Km² (IBGE, 2010). Limitando ao Norte com o município de Itapiranga, ao Sul e Oeste com Itacoatiara e a Leste com Urucurituba. O acesso pode ser realizado por via terrestre por veículos de grande e pequeno porte e fluvial de balsa ou a bordo de canoas ou voadeiras cujo serviço é supervisionado pela Prefeitura Municipal.

À semelhança dos outros municípios amazonenses, Silves é extremamente carente em termos de infraestrutura básica. Entretanto, é uma região que tem no potencial turístico uma de suas maiores vocações, é de fundamental urgência a adoção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura básica, além de uma consciência democrática de que o ecoturismo é um importante instrumento de crescimento econômico, capaz de contribuir para a geração de emprego e renda, e, conseqüentemente e melhoria da qualidade de vida da população local.

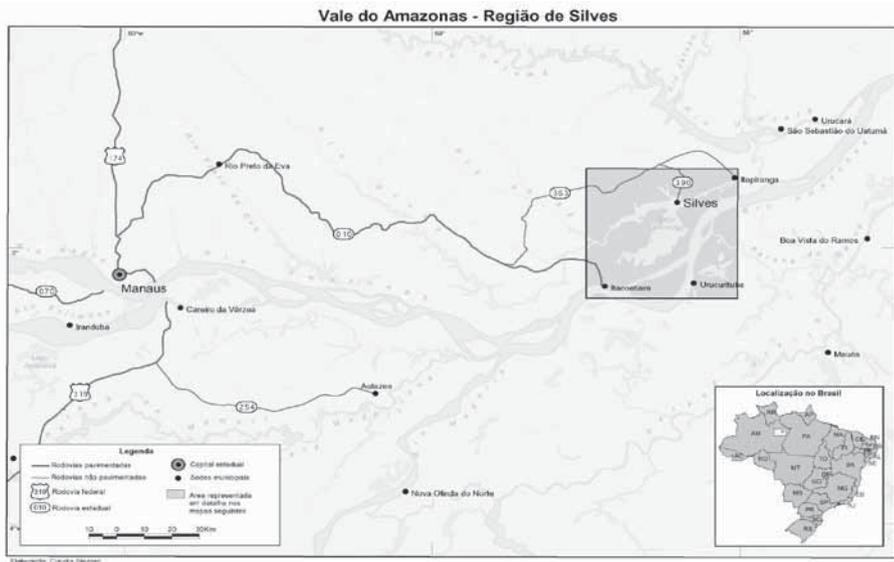


Figura 01 – Mapa da localização do Município de Silves. Fonte: Sousa (2011).

A cidade não dispõe de transportes coletivos, os serviços prestados à população são de moto-taxi. A malha rodoviária está representada por ruas pavimentadas por concreto e com revestimentos em piçarra e outras em asfalto.

Existe apenas um hospital que presta serviços básicos, em casos mais graves o paciente é transportado para Manaus. A sede conta com uma secretaria de saúde, uma agência dos Correios e agência bancária Bradesco. A coleta de lixo é diária e não é seletiva é realizada por meio de um caminhão no município não existe um aterro sanitário, sendo que o lixo é jogado a céu aberto num local próximo a antiga pista do aeroporto, a sede, apesar de possuir lixeiras em pontos públicos específicos, não tem sinalização, o fornecimento de água realizado pelas águas do Amazonas, energia elétrica pela Manaus energia e o sistema de telefonia são operacionalizados pela Empresa Oi e Telemar com 15 telefones públicos, dispõe também de hotéis, hospedarias e praças. Além dos 2 canais de televisão aberta, Rede Globo e SBT, existe também os captados por antenas parabólicas. Possui provedor de internet e delegacia com capacidade para 60 detentos.

O ensino é mantido exclusivamente pelo Poder Público, representado pela Secretaria de Estado (SEDUC) e Secretaria de Educação (SEMED). As escolas são todas climatizadas possuindo 14 salas de aula, laboratório de informática, biblioteca e quadra poliesportiva.

O potencial cultural de Silves está representado pelos sítios arqueológicos e prédios antigos de grande valor histórico, além das manifestações populares religiosas, como a de Nossa Senhora da Conceição Padroeira da cidade celebrada no dia 08 de dezembro com procissão, arraial e vendas de iguarias típicas da localidade. Ressaltando que é a maior festa religiosa da região, outra festa é a da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em dezembro e as festas folclóricas e da festa da mandioca.

Silves apresenta um elevado número de sítios arqueológicos que necessitam ser estudados e identificados, ressaltando que já foi feito um levantamento arqueológico pelo (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) e algumas peças arqueológicas desse levantamento compõem o acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi de Belém. Foram identificados dois sítios importantes: Sítio 01 – localizado na cidade, na área prevista para construir o novo hospital de Silves; e Sítio 02 – localizado na cidade, na área localizada na frente da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Quanto ao patrimônio arquitetônico é representado pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição construída no ano de 1850, a sede do clube Saracá de futebol, fundado em 21 de outubro de 1917 e o cemitério do Divino Espírito Santo com mais de 100 anos.

No artesanato, o destaque é para os produtos feitos de cipó, palha, caroços, raízes e sementes. Destaca-se também o trabalho da Associação de Mulheres “Viva Verde da Amazônia” pela fabricação de sabonetes, óleos, perfumes, com essências regionais.

Sobre os eventos, o Festival Folclórico de Silves é realizado pela população de Silvense e as comunidades do entorno com o apoio do Governo Municipal local. O evento já faz parte do calendário de Silves e visa promover e valorizar as tradições locais. Durante o festival, são apresentadas danças tais como: quadrilhas, matutos, e outras. As iguarias da época são: churrasco, pato no tucupí, tapiquinha simples e com coco, bolo de macaxeira, pudim, mungunzá, tacacá, vatapá, salpicão, salada de frutas, suco com frutas regionais (taperebá, maracujá, acerola, cupuaçu e outros).

A festa da mandioca é realizada em setembro e é a principal comemoração folclórica de Silves, entretanto, as festas juninas despertam também grande atenção e mobilização da população local, com a apresentação de quadrilhas, vendas de comidas típicas, leilões, entre outras atividades.

Os aspectos naturais, grandes motivadores da visitação em Silves são caracterizados pela presença de muitas espécies animais e vegetais. A floresta de terra firme se destaca pelas árvores de grande porte, a exemplo da Itaúba – *Mezilaurus itauba*, Sucupira – *Bowdichia nitida*, Pau-Rosa – *Aniba duckei* e Acariquara – *Minuartia guianensis*. A floresta de várzea é representada por espécies de menor porte, destacando-se entre elas Itaubarana – *Guarea carinata* e Piranheira – *Piranhea trifoliata*. Nos igapós as árvores são próprias de terreno úmido, havendo maior ocorrência de Mungubarana – *Pachira aquatica*, Apuí – *Clusia insignis*, Tarumã – *Vitex megapotamica*, Caramuri – *Chrysophyllum oppositum* e Capitari – *Tabebuia barbata*. Entre as espécies de vegetação aquática destacam-se a Vitória-Régia – *Victoria amazonica*, Mureru – *Nymphaea amazonum* e a Aninga – *Arum leniferum*, Jatobaseiro (ALMEIDA, 1965).

A fauna é bastante diversificada, principalmente em relação à biota aquática especialmente na região do rio Urubu onde se registra a presença de jacarés açu – *Melanosuchus niger* e tinga – *Caiman crocodylus*, os botos vermelho – *Inia geoffrensis* e tucuxi – *Sotalia fluviatilis*, e aves como os papagaios – *Amazona aestiva* e *Amazona* (BATISTA, 1964). Dentre os mamíferos é possível encontrar macaco coatá, acari, macaco de cheiro, prego, barrigudo, guariba, preguiça, capivara, o cachorro do mato, paca, cutia (preta e vermelha), tamanduá e tamanduáí, veado (vermelho e roxo), tatu (comum e peba), etc.

A pecuária é a atividade mais expressiva do setor primário do Município, realizada de forma extensiva com a criação de bovinos e de suínos. A produção de carne e de leite permite a comercialização no mercado externo. A agricultura é representada, principalmente, pelas culturas temporárias de mandioca (principal produto), milho, feijão, arroz e melancia, que mobilizam grande parte da mão-de-obra rural; e as culturas permanentes de banana, cacau, cupuaçu, graviola e abacaxi. A pesca, apesar de ser muito importante para o consumo das comunidades, é apenas de subsistência. A pesca comercial é praticada por pescadores oriundos dos municípios vizinhos, o que prejudica o equilíbrio natural dos lagos de Silves. O extrativismo envolve a Castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e madeiras (em pequena proporção) e o cipó-titica (*Heteropsis spruceana*), para a fabricação de vassouras (BATISTA, 1964).

O comércio é limitado ao abastecimento básico do município. Não há supermercado e o abastecimento depende de Manaus. Os produtos chegam a Silves por via fluvial e terrestre, sem apresentar problemas aparentes. A população é economicamente ativa. O índice de desemprego é elevado, mas não há

estatísticas oficiais (ALMEIDA, 1965). O turismo está inserido no terceiro setor e a mão-de-obra local envolvida na atividade turística é significativa por conta dos hotéis existentes no Município.

Os principais recursos e atrações naturais da região são os rios Itabani, Sanabani, situados a uns cinco quilômetros ao norte da ilha de Silves, o rio Urubu situado a oeste da ilha de Silves e o rio Anebá, todos com grande vocação para a implantação da atividade ecoturística como trilhas interpretativas por exemplo. A pesca esportiva é praticada durante a cheia dos lagos Canaçari e Saracá. Os lagos Purema e Piramiri por suas variedades de espécies pesqueiras são santuários de procriação. O município possui ainda praias na área urbana com destaque para a praia de Napoleão Terceiro (homenagem a um antigo morador do local). As praias Mucajatuba (nome dado devido ao fruto Mucajá) e Mirazal (denominação dada devido ao fruto Miri) estão localizadas próximas ao hotel Guanavena, e existe ainda a praia da Pousada Aldeia dos Lagos.

Outro recurso importante é a Ilha dos Pássaros, assim chamada devido à concentração de várias espécies de pássaros como garças, irauúna, tangará, tesourinha, papagaios entre outras que se agasalham para pernoitar com objetivo de fugir de predadores. A ilha na época da cheia fica submersa até 5 metros, sendo que o acesso à mesma nesse período é feito em pequenas embarcações, entre as árvores de estratos maiores que ficam com suas copas emersas.

Dessa forma, Silves apresenta uma grande quantidade de recursos naturais, conformando uma paisagem propícia ao desenvolvimento do turismo, principalmente do ecoturismo, e com grandes possibilidades da atividade turística ser desenvolvida pelas comunidades do município. Os lagos e as comunidades que fazem parte de sua paisagem humana e natural proporcionam um grande potencial para a recepção de turistas que buscam o contato com a natureza, mas também que buscam o contato com comunidades rurais da Amazônia, em atividades organizadas por essas mesmas comunidades. A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC representaria inicialmente a organização s comunidades para a conservação e implementação do ecoturismo na região.

TURISMO COMUNITÁRIO EM SILVES - AMAZONAS

Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC é uma ONG brasileira sem fins lucrativos, formada pelos comunitários e seus

colaboradores habitantes de Silves. Foi fundada em fevereiro de 1993 e em 1996 se organizou como associação. Considerada a pioneira na Região Amazônica a aliar o turismo e proteção a natureza em benefício da população local, contou na sua implementação com o apoio da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra – CPT), da Fundação Vitória Amazônica (FVA), do Pro-várzea e da WWF/Brasil na implantação de programas de manejo dos recursos naturais da várzea, através do turismo participativo e proteção de lagos.

Desde a implantação até os dias atuais a ASPAC é fruto da organização comunitária na tentativa de encontrar alternativas que pudessem proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e culturais das populações locais assim como implantar atividades geradoras de renda, como projetos de ecoturismo, pesca, educação ambiental dentre outros. A associação tem por finalidade implantar um turismo de natureza sólido nas comunidades ribeirinhas, transformando os recursos naturais e culturais em atrativo, envolvendo os comunitários e tornando essa atividade em uma alternativa economicamente sustentável.

Uma das principais formas de alcançar seus objetivos é capacitar as comunidades para se tornarem autônomas e menos vulneráveis, desenvolver projetos que fomentem as questões socioambientais, valorizar a cultura e garantir os direitos das populações locais mantendo o equilíbrio entre o homem e a natureza fortalecendo a preservação dos recursos naturais.

A ASPAC tem como parceiros, desde 1993, o World Widelife Fund for Nature - WWF, o IBAMA (na colaboração dos acordos de pesca e fiscalização das áreas protegidas), a Universidade Federal do Amazonas (na instrução dos comunitários sobre como preservar os quelônios, fazendo o transplante de ovos para chocadeiras e tabuleiros), AVIVE – Associação Vida Verde da Amazônia (responsável pela organização das reuniões nas comunidades), o IPA – Instituto de Permacultura da Amazônia (no combate a pesca predatória), APPS – Associação dos Pescadores Profissionais de Silves (no gerenciamento do mercado de peixes em Silves), a Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco (na divulgação dos trabalhos da ASPAC, campanhas de educação ambiental e no fornecimento de materiais para eventos), a Polícia Civil (na colaboração da segurança dos lugares preservados e nos eventos), a Promotoria do Estado do Amazonas (em defesa efetivação da lei e na punição dos infratores dos lagos de preservação), a Associação de Comunidades

Ribeirinhas em Defesa do Lago Canaçari - ACORDELAC, e a Associação dos Produtores Rurais da Enseada – APRE.

Em meados de 1981 visando combater a invasão dos lagos de Silves, a ASPAC juntamente com os comunitários se uniram e conseguiram junto a Câmara de Vereadores do município a proibição do comércio pesqueiro por meio de um decreto e criou condições de manejo da pesca artesanal para proteger os lagos. A Lei Municipal nº 103/1993, proibiu por tempo indeterminado a pesca profissional no Município de Silves, a qual foi Sancionada pelo Prefeito. A Lei dividiu os lagos em três categorias (ASPAC, 2001): Lago de Procriação – Santuários com proteção total, para permitir sem interferências a reprodução natural dos peixes e o repovoamento; Lagos de Manutenção – Onde é permitida somente a pesca artesanal de subsistência para garantir a alimentação e renda comunitária; Lagos de Exploração Pesqueira – Onde a pesca comercial é permitida, respeitando algumas restrições regulamentadas por leis federais, estaduais e municipais; e Lagos de Manejo – Onde é permitida a pesca manejada do pirarucu (*Arapaima Gigas*), nos meses de setembro a novembro, uma vez ao ano.

A partir de então foram firmadas parcerias entre o Poder Público Municipal, Ministério Público, ASPAC, Associações de Pescadores – APPS, Associação Vida Verde da Amazônia – AVIVE, IBAMA e os moradores em cumprimento da Lei. Os lagos de procriação ficaram sob tutela da ASPAC, que instalou flutuantes com vigias para fiscaliza-los e onde estão sendo desenvolvidas pesquisas e o controle dos peixes, quelônios, animais, pássaros e floresta de várzea, os quais são: Lago do Purema e Piramiri (ASPAC, 2001). A ASPAC também foi responsável na viabilização de projetos de conservação dos recursos naturais e de ecoturismo, beneficiando as comunidades onde são desenvolvidas as atividades, de manejo dos lagos e de desenvolvimento de alternativas eco sustentáveis.

O ecoturismo foi implantando em algumas comunidades, capitaneado pela ASPAC e com a concordância de cada comunidade (ASPAC, 2005). Para essas decisões, foram realizadas reuniões sobre os impactos da visitação, capacidade de carga de cada localidade, sobre os benefícios e malefícios que poderiam ser gerados, infraestrutura, dentre outros. Essas reuniões segundo entrevistas com os gestores da Associação, levam aproximadamente 90% ao debate das questões pertinentes aos comunitários e à proteção do meio ambiente.

A ASPAC ganhou força, mobilizou órgãos do governo como o Ministério do Meio Ambiente, e conquistou apoio de várias instituições. Ela já passou por várias mudanças e atualmente está organizada em: *Conselho Deliberativo* - composto por sete membros que delibera as atividades; *Conselho Executivo* - representado por três pessoas que executam as atividades; *Conselho Fiscal* - composto cinco pessoas sendo três executivos e dois suplentes. Conta também com um gestor que também representa a Pousada Aldeia dos Lagos. As atividades desenvolvidas pela Associação são definidas por uma Assembleia Geral ou Extraordinária representada por quarenta e oito sócios.

Atualmente a ASPAC trabalha com 22 comunidades, sendo que 11 trabalham com o ecoturismo. São elas São João, Santa Luzia do Sanabani, São Sebastião do Itapani, N. S. do Bom Parto, São José do Pampolha, Santa Fé do Canaçari, Cristo Rei do Anebá, N. S. da Conceição - antiga Baixa Funda, Santa Luzia do Rio Amazonas, Santa Maria do Rio Amazonas e São José da Enseada. As outras comunidades participam de projetos de conservação e parmacultura (Livramento, Santana do Anebá, N. S. da Conceição do Anebá, N.S. do Carmo, N. S. das Graças, N.S. de Nazaré, São Pedro, São Raimundo do Bacabaí, Santo Antonio do Macuarazinho, São Sebastião do Poção e N. S. Aparecida do Passarinho). Cabe destacar que muitos comunitários não aceitaram que houvesse o desenvolvimento do turismo em sua localidade devido à forma como estava sendo desenvolvido no local por outros empreendimentos.

O município de Silves é visto como um dos pioneiros em alavancar o ecoturismo de base comunitária na região, principalmente pelos projetos da ASPAC e pela instalação da Pousada Aldeia dos Lagos, vista como um modelo de hotelaria baseada nos princípios ecológicos. Localizada na Rua 04 s/n, no bairro Panorama da parte mais elevada da sede municipal, é parte do projeto *Silves*, cujo objetivo era viabilizar o primeiro empreendimento comunitário de ecoturismo da Amazônia no local. A pousada é gerenciada pela ASPAC e por comunidades de ribeirinhos e seus membros residentes as margens dos lagos e entorno da ilha de Silves, com o apoio da Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia - COOPTUR.

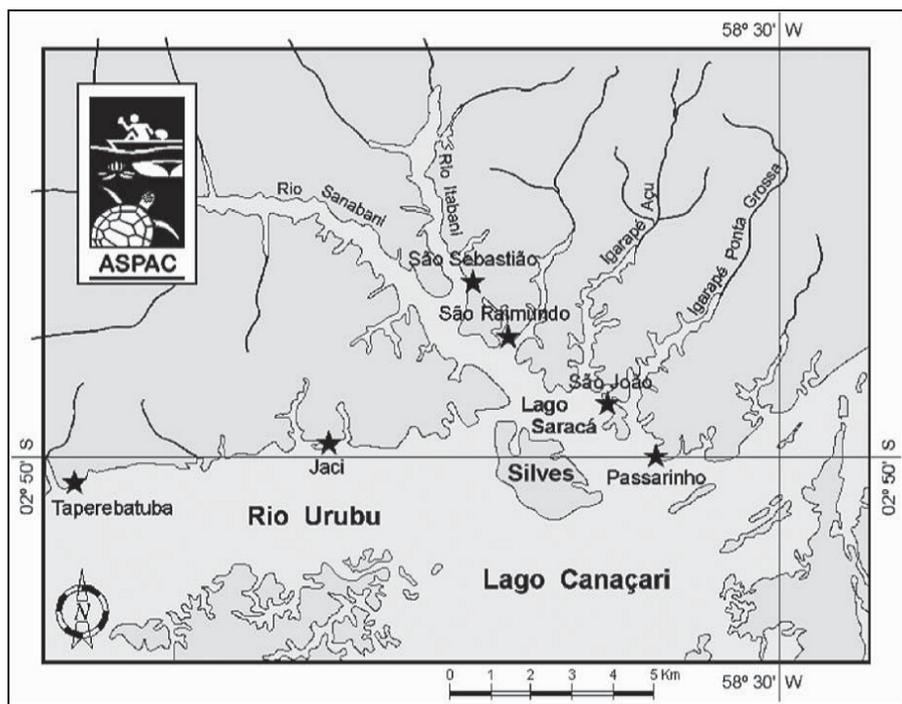


Figura 02 - Mapa com a localização das comunidades ribeirinhas de Silves - AM abrangidas diretamente pelas ações da ASPAC. Fonte: Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea Pro Várzea/IBAMA (2007).

A construção da pousada iniciou em dezembro de 1994 e foi concluída em 1996, com o apoio financeiro do Governo da Áustria e da WWF. O município cedeu cinco hectares. Em entrevista, o gestor da pousada afirmou que a criação deste empreendimento foi uma alternativa que os moradores de Silves e a ASPAC encontraram para se trabalhar com o ecoturismo de base comunitária e assim tentar ajudar as comunidades do entorno. Para o gestor, o empreendimento é de suma importância para o município por trabalhar a questão ambiental de forma sustentável, proporcionar aos turistas o contato com a natureza. Afirmou ainda que trouxe melhorias para comunidade, uma vez que passou a ser frequentada, podendo aumentar a renda familiar com a chegada dos turistas e preservar o meio ambiente “para as presentes e futuras gerações”.

Para o funcionamento da pousada, os comunitários foram treinados e capacitados para trabalhar com o ecoturismo de base comunitária, levando em consideração a capacidade de carga, impacto social, monitoramento das trilhas

e percepção ambiental. O SEBRAE ofereceu treinamentos em alguns temas e no ano de 2002 foi firmada parceria com a COOPTUR, com o objetivo de realizar treinamentos anualmente junto às comunidades inseridas no Projeto de Ecoturismo. A Universidade Federal do Amazonas – UFAM foi contratada para desenvolver a pesquisa socioeconômica com o intuito de saber o que era viável para região.

Esclarecendo que a maior parte do apoio financeiro concedido foi da WWF, que ajudou na construção da Pousada, até hoje a União Europeia através do “Programa integrado de desenvolvimento eco sustentável de turismo responsável” o empreendimento. O IBAMA contribui na proteção dos recursos naturais e a COOPTUR fomenta o cooperativismo como forma de organização do micro negócio, principalmente no seu gerenciamento.

A pousada possui um restaurante com um cardápio regional, 12 apartamentos em alvenaria com disponibilidade para 30 leitos, 01 van com capacidade para 15 pessoas, lanchas, canoas, rabetas, flutuante para pernoites, mirante para apreciação da floresta e a fauna, lavanderia, salão para reuniões, sistema de telefonia e energia elétrica. São cinco funcionários efetivos, e a contratação de mais funcionários em alta temporada, todos de Silves. A pousada oferece hospedagem completa, transporte, pic-nic noturno nas casas dos ribeirinhos, passeios em trilhas, pescaria artesanal. São oferecidas mais de treze opções de passeio, um dos mais procurados é a visita ao lago Purema, feito por meio de voadeira, onde a pesca é proibida.

O grande desafio da gestão da pousada é a insegurança dos cooperados em assumir um cargo de confiança, seja por falta de experiência na área administrativa e financeira ou devido os conflitos e exigências dos parceiros. Essa é uma das razões pelas quais pessoas de outras localidades assumiram por muitos anos cargo de presidência tanto na ASPAC, quanto na Pousada. Na tentativa de se mudar essa tendência o Gestor atual é nativo de Silves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se através da pesquisa de campo que o município de Silves tem no ecoturismo, uma de suas maiores vocações em função da riqueza de seus recursos naturais, onde despontam ricas áreas de várzea, florestas, rios e lagos, além de rico folclore e artesanato diversificado, destacando-se ainda sítios arqueológicos para desencadear o turismo científico.

E para transformar todo esse potencial em uma atividade capaz de gerar emprego, no município, torna-se necessário, conhecer os atrativos turísticos, a fim de investir na infraestrutura básica, bem como implementar as ações necessárias as transformações desses atrativos em produtos turísticos a serem explorados comercialmente.

A participação dos comunitários para o desenvolvimento do ecoturismo em Silves foi de fundamental importância, para a realização dos projetos geridos pela ASPAC. No município de Silves, a ASPAC adotou como estratégias o método participativo, dividindo as comunidades em grupos para elaboração de oficinas, debates, a fim de saber sobre os seus anseios em relação à implantação do ecoturismo no local.

Acredita-se que a adesão das comunidades foi essencial para alavancar a atividade turística na região pelo seu vasto conhecimento sobre a localidade. Entretanto não basta somente incluí-las no meio projeto de desenvolvimento ecoturístico, é necessária a sua participação em todo o processo, desde o planejamento até a fiscalização, afinal, elas são as grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem para sua sobrevivência.

O estudo constatou ainda que a gestão da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC juntamente com a Pousada Aldeia dos Lagos, apesar de ter sido a idealizadora do ecoturismo de base comunitária no Município de Silves – Amazonas, ainda apresenta deficiência em seus serviços, não dando assistência as comunidades que trabalham com o ecoturismo, pois, faz mais de dois anos que não acontece as reuniões, oficinas e consultorias a fim de saber como está sendo desenvolvido o ecoturismo. Por outro lado, sua gestão está pautada na sustentabilidade ambiental e social valorizando a cultura local, ou seja, destina parte de seu lucro para conservação de áreas protegidas locais e dar oportunidade de emprego para as pessoas das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. F. *Silves, sua geografia e sua história*. Manaus, 1965.
- ANDRADE, A. L. M. *Indicadores de sustentabilidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranba, Manacapuru, Amazonas, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- ALVES - Mazzotti, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. *Os métodos nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. 2ª edição. Pioneira Thomson Learning Ltda., Brasil, 2001.
- ASPAC. *Programa de Ecoturismo*. Silves: ASPAC, 2005.

- ASPAC. *Resumo histórico da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural*. Silves, 2001.
- BATISTA, D. *Da Habitabilidade da Amazônia*. Manaus: INPA/IBGE, 1964.
- BECKER, B.K. & LÉA, P. *et al.* 2001. *Análise dos efeitos sociais, econômicos e políticos das ações visando ao desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Relatório Final, Cooperação CNPq/IRD, Rio de Janeiro.
- BEZERRA, M. C. L.; MUNHOZ, T. M. T. *Gestão dos Recursos Naturais*: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: IBAMA/Consócio TC/BR/FUNATURA, 2000.
- EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.
- FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: FIGUEIREDO, S. L. (Org). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- IBGE. *Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. Página visitada em 20 de outubro de 2010.
- PROMANEJO. *Curso Noções Básicas de Ecoturismo*. Belterra, PA, 2002.
- PROVÁRZEA/IBAMA. *Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea*. <http://www.ibama.gov.br/provarzea>. Acesso em 25 de Abril de 2010.
- RIBEIRO, S. A. O. *Vida e morte no Amazonas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- SANTOS, R. F. *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SOUSA, R. M. M. Ecoturismo e desenvolvimento comunitário em Silves-AM: a experiência da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural - ASPAC. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. 1ª ed. brasileira. Barueri-SP: Manole, 2001.

Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará¹⁴

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega¹⁵

INTRODUÇÃO

A lógica do desenvolvimento urbano e regional, aliada ao estímulo de uma quase nova atividade econômica, o turismo, tem dado à Amazônia e a suas cidades novos arranjos e configurações sócio-econômico-espaciais. A atividade turística vem ocupando um papel de destaque na economia de várias nações nos diferentes continentes em todo planeta. Diante disso, o poder público vem planejando e gerenciando o setor com fins de proporcionar o desenvolvimento de diferentes regiões, dado as particularidades paisagísticas, climáticas, da demanda de visitantes, dentre outras, no intuito de garantir melhoria na qualidade de vida, tanto para residentes quanto aos visitantes, e a tessitura urbana, também influenciada por ela, vem ganhado conformações diferentes, e inversão de valores econômicos e espaciais muito diferentes dos anteriores, sobretudo com a entrada da dimensão estética e infra-estrutural no planejamento, além da dimensão local.

A nova lógica de mercado, que encurtou barreiras territoriais e financeiras, acirrou ainda mais a concorrência entre nações e também aumentou as desigualdades regionais entre países. Hoje o desenvolvimento turístico deve contemplar padrões associados ao mercado global, no entanto, aspectos locais devem ser pensados como estratégias diferenciais, além de proporcionar melhorias de qualidade de vida. A ideologia da globalização se baliza por

14 A pesquisa foi realizada por meio do grupo de pesquisa em Turismo, Cultura, e Meio Ambiente – UFPA e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

15 Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia (UESC/UFBA), Doutor em Ciências do desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Atualmente é professor e pesquisador do departamento de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

um fenômeno que se desprende das distorções das intervenções do Estado e dos constrangimentos da política, associa-se ao livre comércio, as corporações transnacionais e aos mercados mundiais de capitais com o argumento de gerar conseqüências benéficas de prosperidade e bem-estar a todas as nações do planeta, através de investimentos, financiamento, comércio, inovação tecnológica e consumo de produtos baratos e de qualidade. Para Gómez (1997), os processos de globalização mudam radicalmente o contexto da política contemporânea, transformam suas condições, conseqüências e atores, expandem o horizonte da ação (sentidos, valores, constituição de sujeitos e de identidades, alianças, antagonismos etc.) e interpelam as categorias com que habitualmente são pensados seus principais problemas, dilemas e desafios.

O movimento da globalização se espalhou nas mais longínquas regiões do mundo. Na Amazônia, vários esforços foram feitos para sanar os problemas de planejamento e, principalmente de gestão no contexto da globalização, entretanto, os resultados satisfatórios em experiências ligadas ao turismo ainda são mínimos. Os setores público e privado e o terceiro setor estão engajados em políticas para o desenvolvimento da atividade. Apesar de várias ações realizadas durante as décadas de 1970-1990, o turismo pouco avançou na região, mas observa-se um grande interesse por parte de uma parcela de atores públicos, empresários e população local, principalmente no que diz respeito a destinos específicos dotados de atrações naturais e de patrimônio material e imaterial. Diante disso, o objetivo principal deste trabalho foi de discutir as principais estratégias de desenvolvimento turístico concebidas pelo poder público na região amazônica, a partir do uso dos elementos naturais e culturais da região e a reconfiguração do urbano a partir do turismo.

A Amazônia tem sido foco da atenção mundial como natureza e como sociedade. Na primeira condição se coloca em relevo a importância da maior floresta tropical do planeta enquanto acervo de biodiversidade e como base de prestação de serviços ambientais para a estabilização do clima global. Na segunda condição se ressaltam os usos da base natural da região que se fazem (a não ser em poucas exceções sempre lembradas) pondo em risco tudo o que se poderá obter de uma utilização mais qualificada - nas expressões correntes, racionais - das suas características naturais e dos seus atributos locais (COSTA, 2005).

O Governo Federal brasileiro apresentou preocupação com a estrutura do planejamento do desenvolvimento da Região Amazônica, seja numa

perspectiva histórica de conquista, exploração e defesa do território, seja nas mais recentes tentativas de desenvolver a Região através de sua inclusão, de fato, à nação brasileira. Após a implantação das políticas públicas no Estado do Pará, contempladas a partir dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia na década de 1970, o Estado passou a ser planejado de acordo com documentos elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1972). A iniciativa de concentração de esforços na exploração dos recursos naturais da Região, na proteção e na segurança do território, promovendo assim o progresso, acabou propiciando uma ampla discussão em toda a Amazônia sobre sua biodiversidade e o uso do espaço geográfico para implantação de diferentes projetos, inclusive turísticos.

A intervenção do Estado quer seja por meio de projetos, programas e planos, de uma forma ou de outra condicionaram novas dinâmicas sócio-econômica-ambientais, na região amazônica. Essas dinâmicas podem ter produzido padrões diferenciados na relação entre políticas públicas e o desenvolvimento regional, dentro de diferenciados modelos de desenvolvimento. Assim, o problema levantado neste artigo tem origem na seguinte questão: de que forma as novas políticas públicas de turismo diante da lógica do capital globalizado tem garantido o desenvolvimento local nas cidades amazônicas e como essas têm se organizado dentro desse contexto?

Um número significativo de ações foi desenvolvido nos últimos anos, algumas com relativo sucesso, outras em menor proporção. Dentre as realizadas destacam-se: estudos de mercado; elaboração de diagnósticos de desenvolvimento turístico nas diferentes áreas do Estado do Pará; e Implantação de obras infra-estruturais para a mobilidade e comodidade de fluxos turísticos. Programas como o de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR e de Regionalização do Turismo – PRT têm mobilizado empresários, população local e sociedade civil organizada, no intuito de conciliar interesses e estratégias para o desenvolvimento de localidades a partir do planejamento turístico. No entanto, o setor precisa ainda de estudos mais aprofundados no sentido de se entender sua dinâmica na região amazônica em especial, para compreensão da nova configuração dos sistemas produtivos que evidenciam os agentes sociais como protagonistas de ação desenvolvida tanto pelo Estado, por Organizações Não-Governamentais, como também pela iniciativa privada.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO CENÁRIO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Muitos pesquisadores discutem o início da atividade turística como uma relação que antecede a efervescência capitalista, ou seja, a partir do advento da Primeira Revolução Industrial. No entanto, foi a partir das contribuições de Thomas Cook, um pastor inglês que em meados do século XIX introduziu técnicas para organização das viagens, hoje difundidas pelo mercado mundial.

Sem dúvida alguma, a maior contribuição de Cook para o turismo está na introdução do conceito de excursão organizada nessa atividade, conhecida hoje com o nome de *packaged tour* (pacote turístico), pois permitiu que uma grande massa da população tivesse acesso às viagens de férias. O acesso de um quantitativo expressivo de viajantes está associado ao desenvolvimento dos transportes, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, quando o turismo foi impulsionado pela abertura de ferrovias inicialmente na Europa e posteriormente na América do Norte. Paulatinamente, o setor de transportes possibilitou num aumento expressivo das viagens, bem como do barateamento das mesmas. Para Acerenza (2002, p. 68):

O período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX marca outro momento significativo na evolução do turismo. A transformação econômica e social decorrente da Revolução Industrial e o conseqüente surgimento de uma classe média e próspera, com novos gostos e necessidades, especialmente no que diz respeito às férias, e favorecida, além disso, pelos rápidos aperfeiçoamentos dos transportes, fez com que aumentasse o número de pessoas que viajassem por prazer.

É válido destacar que o processo de propagação da atividade turística descrito anteriormente conseguiu consolidar-se com o fortalecimento de um capitalismo globalizado, ou seja, neste período nos deparamos com a globalização da economia, período este caracterizado pela nova forma gerada nas últimas décadas pelo processo de acumulação e internacionalização do capital além das restrições crescentes que seu funcionamento e suas forças dominantes (corporações transnacionais e detentores do capital financeiro) impõem à soberania e à autonomia dos Estados nacionais.

Harvey (2010) aponta que as transformações da economia política nas últimas décadas permitiram muitas modificações radicais, concernente às

práticas de poder e práticas do Estado. Para o autor, todos os grandes eventos ocorridos desde a primeira grande recessão econômica do pós segunda guerra mundial, caracterizado no período de 1945 a 1973, influenciaram substancialmente o desenvolvimento histórico-geográfico em âmbito mundial. As dificuldades atravessadas pelo sistema capitalista no período pós-guerra são provenientes de dois pontos básicos. O primeiro advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços e da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para um maior número possível de capitalistas. A segunda dificuldade está umbicada na capacidade de homens e mulheres realizarem um trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas.

Harvey levanta a hipótese de que os contrastes entre as práticas político econômicas da atualidade e do período de expansão do pós-guerra são significativos para tornar verdadeira a tese de uma passagem do fordismo para um novo período, denominado *acumulação flexível*.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: *rigidez* (HARVEY, 2010, p. 135).

Para o autor, o único instrumento que saía da estrutura rígida era a política monetária, ou seja, a capacidade de imprimir a moeda, no entanto, isso não foi suficiente para os reajustes social, econômico e político. Diante disso, o mundo acompanhou uma verdadeira reestruturação econômica que o autor chama de passagem para um regime de *acumulação inteiramente novo de regulamentação política e social* chamado “*acumulação flexível*”.

Ela se apoia na flexibilidade dos processos do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2010, p. 140).

Vale destacar que a flexibilidade apontada por Harvey criou um novo cenário de produção que de alguma forma contribuiu para novas estruturas de

planejamento e gestão pautadas na cooperação entre o poder público e privado, no entanto, a flexibilidade pode ter acentuado também as desigualdades entre diferentes regiões em todo o mundo. Em momento oportuno serão apresentados e discutidos elementos acerca da formação, características e desigualdades referentes à região. A reestruturação econômica conduzida por uma combinação do interesse político associada às conjunturas do mercado possibilitaram uma nova regulamentação no âmbito mundial e, o turismo por se tratar de um setor intrinsecamente ligado às políticas econômicas também seguiu a lógica de produção do mercado combinando na sua grande maioria interesses do poder público com a iniciativa privada.

De acordo com Acerenza (2003), até 1950 o setor distributivo do turismo empreendeu uma considerável transformação devida à tendência de uma maior integração no setor, e como consequência da entrada de empresas que, até então, não estavam relacionadas ao turismo. As organizações industriais e financeiras, a partir dos seus interesses paralelos buscando novas possibilidades de aplicar o capital de forma produtiva, não tardaram em perceber o potencial de negócios que o homem que viajava representava. Dessa forma, houve um investimento expressivo do grande capital no setor de viagens, além da introdução de técnicas de *marketing*, utilizadas em outras esferas do mundo dos negócios.

O turismo é entendido como uma atividade que gera empregos, divisas, rendas e receitas por meio de impostos. Os geradores do impacto econômico para uma cidade, um estado, uma província, um país ou um destino são proporcionados pelos gastos dos visitantes, e também pelo seu efeito multiplicador. Este é gerado a partir da circulação da renda básica na economia local. Alguns setores específicos têm encadeamentos fortes, já outros setores têm encadeamentos fracos e multiplicadores pequenos. Assim é relevante dizer que é possível que haja um setor turístico em crescimento significativo, isto é, em ascensão ocorrendo em lugares com muita pobreza.

A capacidade de uma área de reter a renda turística depende e quando auto-suficiente é a economia local. Se a economia local for capaz de produzir os bens e serviços que os turistas compram, maior será o efeito multiplicador. Quanto mais mercadorias tiverem de ser adquiridas de fora da região, menor será o efeito multiplicador (MCINTOSCH, 2002, p. 283).

É consenso na sociedade que o volume de recursos gerados nas localidades possibilita uma grande transformação da relação trabalho e mercadoria, repercutindo diretamente na economia local a partir da comercialização do produto turístico. Por outro lado, para que a atividade turística vislumbre a possibilidade de desenvolvimento em um determinado lugar é necessária a existência de alguns elementos essenciais como as características naturais, culturais e econômicas, ou seja, a existência de atrativos, infra-estrutura básica e turística, além de um mercado consumidor real ou potencial, grau de desenvolvimento do Estado-Nação, bem como o grau reservado de prioridade política no setor turístico para que a atividade possa desenvolver de forma adequada.

As discussões sobre a inserção do turismo no âmbito governamental engendram-se nos aspectos voltados principalmente no campo econômico, motivando os gestores à incorporação do setor no planejamento estratégico de vários países, com fins de acúmulo financeiro entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para Rabahy (2003), os benefícios se traduzem entre efeitos diretos e indiretos a partir dos gastos turísticos nas diversas localidades efetuados pelos visitantes, os quais geram salários e rendas para os diversos setores envolvidos, como hotéis, restaurantes, agências de viagens, empresas de transportes, localidades de recreação, comércio, entre outros.

O volume de recursos gerados nas localidades possibilita uma grande transformação da relação trabalho e mercadoria, repercutindo diretamente na economia local a partir da comercialização do produto turístico. Diante do exposto, cabe um maior cuidado quando houver a incorporação do turismo na construção de políticas públicas principalmente de cunho econômico, pois o efeito multiplicador do setor pode proporcionar gastos expressivos (RABAHY, 2003). Dada a diversidade da economia dos países desenvolvidos, é evidente que o turismo se torna um setor complementar dos diferentes outros campos.

Assim, é de extrema importância ultrapassar as barreiras do planejamento meramente econômico, pois uma das tendências globais no campo do planejamento governamental é discutir aspectos relacionados à crise do desenvolvimento e o surgimento de um novo modelo para a aplicação do bem-estar da sociedade. De acordo com Viola (2000:10) desenvolvimento é “o processo histórico de transição para uma economia moderna, industrial e capitalista; a outra, em mudança identifica o desenvolvimento com o aumento da qualidade de vida, a erradicação da pobreza, e a consecução de melhores indicadores de bem estar material”.

A noção de desenvolvimento econômico é associada a três noções seminais: a ideia de riqueza de uma coletividade (nacional, regional, local), a de crescimento da riqueza (coletiva) e a da capacidade endógena de aumentar a riqueza (coletiva) (COSTA, 2006). No entanto, a renda per capita tem sido aceita como o melhor indicador do processo de desenvolvimento de uma economia. Para Costa (2006), o conceito de desenvolvimento não se restringe à ideia de crescimento. Ele compreende esta noção, superando-a. Articulando duas condições, a de crescimento da produção coletiva e concomitante elevação da capacidade produtiva média dos membros deste coletivo, o conceito pressupõe mudança qualitativa no todo social, uma vez que a ocorrência conjunta desses fenômenos exige normalmente aumento na divisão social do trabalho, com a elevação e melhoria do estoque de meios de produção e incremento do aprendizado dos trabalhadores, técnicos e empresários – pela elevação das habilidades respectivas na composição do que vem sendo chamado mais recentemente de capital humano. Os processos econômicos não são constituídos nem de decisões totalmente autônomas, nem de decisões totalmente induzidas. As decisões são tomadas com graus de liberdade variados de acordo com a posição dos agentes nas diversas estruturas – instituições, como empresas, famílias e organizações da sociedade ou do Estado – que coordenam aspectos diferenciados da reprodução social.

Observa-se que há uma transitoriedade de parâmetros de análise, isto é, vários teóricos vêm desenvolvendo pesquisas que demonstra a percepção de um mundo contemporâneo globalizado. Segundo Viola (2000), a crise do conceito de desenvolvimento surgiu a partir dos anos 1970, quando a estrutura de mercado associado ao consumo indiscriminado de recursos naturais, com o alijamento das classes mais populares ocupou espaço nas discussões de forma mais macro.

Las instituciones internacionales han comenzado a reflejar este cambio de valorización de la diversidad cultural: mientras la ONU decretaba en 1988 la década para el desarrollo cultural, la UNESCO pasaba a considerar la dimensión cultural del desarrollo como una variable esencial de cualquier proyecto, tan relevante como los factores económicos y tecnológicos (VIOLA, 2000, p. 21).

Diante dessa nova conjuntura, percebe-se uma nova postura de diferentes atores sociais no que concerne ao planejamento e gestão de vários projetos

em âmbito mundial, no entanto, com uma maior sensibilidade aos aspectos culturais de cada região. Tal fato foi possível a partir da pressão de movimentos sociais, de grupos de pesquisadores, aqui se destaca o papel dos antropólogos, sociólogos e cientistas políticos, na conformação desse cenário. Viola (2000) ainda destaca a inserção das discussões acerca da ecologia, saúde e gênero como elementos fundamentais de aproximação de um modelo de desenvolvimento que congregue e respeite as diferenças dos diversos povos. Há cerca de 20 anos os gestores e planejadores da atividade turística tem atribuído uma atenção especial dos aspectos culturais para a conformação de roteiros turísticos em todo o território nacional. Novas posturas mercadológicas como o turismo de base comunitária, por exemplo, estão no bojo dos interesses governamentais e de Organizações Não Governamentais (ONG's), pois é visível o esforço que estes atores vêm desempenhando para fomentar esse novo segmento, ou melhor, uma nova forma de pensar no desenvolvimento turístico, pautado nos aspectos identitários de um povo atrelado ao argumento associativista e independente das grandes corporações do mercado global.

TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Muitos teóricos da economia apontam que os aglomerados de empresas, a inovação e avanço tecnológico, o perfil inovador dos empresários e, a política industrial são fatores preponderantes para o desenvolvimento das nações, pois são a partir dessas características que as mudanças estruturais podem ser observáveis no mundo globalizado. Apesar do turismo não se constituir em uma indústria de transformação de bens, a interação de diferentes setores associados à produção de bens os tornam fundamentais para a dinamização dos diversos setores produtivos. Para Perroux (1967) o aparecimento de uma indústria e o crescimento de uma já existente resulta inicialmente, dos preços, dos fluxos e das expectativas. Através do tempo, os produtos de uma indústria ou de um grupo de indústrias profundamente transformados, e por vezes apenas reconhecíveis quando comparados com seus esquemas iniciais, permitem novas inovações que dão origem a novas indústrias.

A teoria dos pólos de desenvolvimento criado por Perroux aborda que o crescimento econômico, por múltiplas razões, concentra-se em determinados pontos de variadas intensidades, pois para o autor a concentração de indústrias

gera efeitos sobre a economia, beneficiando diferentes regiões que as polariza. O desenvolvimento é um fenômeno complexo e distinto sob o ponto de vista cíclico, ou seja, natural, que caminha para o equilíbrio. As recentes atuações do poder público no campo turístico, nas diferentes regiões brasileiras têm relações diretas com a teoria de polos e/ou aglomerados proposto por Perroux (1967) e por outros pesquisadores como Marshall, Schumpeter, Hirschmann, entre outros, os quais defendiam a ideia da força e competitividade que os setores podem ter quando trabalhado de forma concisa e integrada, fatores estes tão marcantes e atuais na atual política brasileira voltada para o desenvolvimento do setor. Dessa forma, apesar da teoria ocupar as discussões no setor industrial e agrícola, quando nas suas discussões iniciais, isto é, entre as décadas de 1920 e 1980, o tema parece ser bem adequado quando na implementação de políticas no setor turístico.

Na academia, são corriqueiras as discussões associadas entre crescimento e desenvolvimento. As primeiras tentativas para a reformulação da teoria regional de crescimento sustentavam que, por meio dos “pólos de crescimento”, instalados artificialmente, era possível obter-se um crescimento regional mais equilibrado. A evolução da história econômica revelou a necessidade do cumprimento de alguns fatores fundamentais: a) instalação de algumas atividades motrizes b) proximidade de mercado; c) disponibilidade de infraestrutura social básica e; d) determinação estratégica de desenvolvimento da região e dos setores selecionados.

As estratégias governamentais de constituir aglomerados empresariais regionais, arranjos produtivos locais e, pólos turísticos são algumas das ações deliberadas por gestores públicos e privados no intuito de garantir uma maior produtividade e qualidade no produto e/ou serviço oferecido. São inegáveis os resultados financeiros decorrentes do turismo, justificando a inclusão da atividade na programação político econômica de todos os países que o adotaram como uma alternativa de desenvolvimento. Os inúmeros eventos recorrentes nas últimas décadas adotados pelo Governo Federal Brasileiro, materializados na forma de programas, planos e projetos começaram a tomar corpo na Amazônia ainda na década de 1970, com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia – PTA, no ano de 1977.

Para que os benefícios totais ocorram nas localidades é necessário que haja os “vazamentos” dos efeitos, que decorrem do grau de integração intersetorial existente na região, avaliada em geral a partir das matrizes de *input-output*

e dos multiplicadores de renda e emprego. No âmbito local, Nóbrega (2007) aponta que a consolidação do planejamento e gestão, em qualquer atividade de base econômica -, e aqui se ressalta a atividade turística -, é necessária uma sinergia entre os aspectos relacionados às tecnologias apropriadas; assistência técnica; créditos financeiros; parcerias; cooperação; definição de estratégias de escoamento; implantação do sistema de redes estruturais e; implantação do sistema de redes organizacionais.

É grande a dificuldade para suprir todas as lacunas relacionadas aos aspectos sinérgicos apontados no parágrafo anterior, sobretudo referentes aos de assistência técnica e de créditos financeiros, principais obstáculos apontados pelas comunidades locais visitadas nos municípios de Belterra e Santarém, oeste do Estado do Pará. Contudo, cabe à sociedade civil organizada, em conjunto com as esferas do poder público e iniciativa privada, definirem estratégias de planejamento e operacionalização, a fim de buscar melhorias socio-econômicas. Para Lena (2003), as múltiplas interações entre atores diversificados permitem valorizar complementaridades até então inesperadas, gerando um verdadeiro “tecido produtivo”. As cidades como lugares de inovação e interação, continuam no centro dessa dinâmica, mas foi observada a dinamização espetacular de regiões basicamente rurais que apostaram em produtos e tecnologias novas.

Diante dos fatos expostos, observa-se que a implantação de projetos bem como a disseminação por parte de atores da iniciativa pública, privada ou não-governamental propiciou uma agregação de valor à procura de novos mercados tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. Levando em consideração as dimensões políticas, sociais e culturais dessas iniciativas, os resultados destes empreendimentos não devem ser julgados unicamente do ponto de vista econômico. O essencial dos benefícios auferidos pelos associados situa-se, freqüentemente, em outras dimensões como: a auto-estima, cidadania, saúde, educação, emancipação social, afirmação cultural, participação em novas atividades lúdicas e culturais, entre outras. No entanto, as observações de Lena (2003) apontam que embora os ganhos em termos sociais (emancipação, integração e cidadania) e até econômicos sejam inquestionáveis, os empreendimentos de menor porte enfrentam uma série de problemas como lentidão dos processos de interiorização dos valores e mecanismos da economia de mercado e da gestão cooperativa; o mau gerenciamento e as malversações de fundos, que

desestimularam muitos sócios; e, finalmente, a intensa concorrência com os grandes compradores que dominam o mercado.

Considerando os aspectos levantados, é válido pontuar alguns elementos acerca da atividade turística na região oeste do Estado do Pará, sobretudo no município de Santarém. O significativo aumento do fluxo turístico no município, em função da inclusão do destino dentre as principais operadoras brasileiras, como *Free Way*, *Ambiental Expedições* e *CVC* inseriram o município na rota da internacionalização da economia turística. A experiência no que concerne ao setor turístico de Santarém, ou seja, na recepção crescente de turistas que utilizam vários serviços prestados por pequenos, médios e grandes empresários; imprime um processo de conformação de um destino turístico interessados em experienciar aspectos culturais e naturais da região amazônica. Pesquisas do observatório de turismo do município de Santarém (2011) apontam um crescimento na taxa de ocupação, talvez como consequência das articulações realizadas entre o poder público e o *trade* turístico.

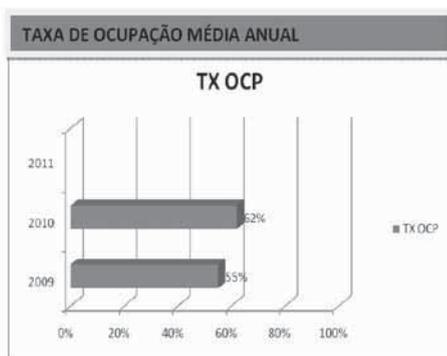


Figura 1. Taxa média de ocupação anual em Santarém-PA.
Fonte: Observatório de turismo de Santarém (2011)

Apesar do crescimento da taxa de ocupação da rede hoteleira de Santarém ter crescido nos últimos dois anos e de haver uma expectativa de crescimento de mais 5% no ano de 2011, as instâncias de governança instaladas naquela região se ressentem muito da baixa participação do setor empresarial, sobretudo dos hoteleiros e agentes de viagens. Grandes e pequenos empresários dos setores listados acima estão desacreditados do papel do poder público desempenhado nos últimos 20 anos na região, diante disso preferem atuar de forma individualizada para a captação de clientes. Um ponto que não pode ser desconsiderado são os investimentos infra-estruturais dotados em Santarém,

embora em pequeno volume, foram capazes de incrementar o aumento de fluxo turístico, como por exemplo a construção do Terminal Turístico Fluvial de Santarém – TFT, obra realizada com recursos do Proecotur.



Figura 2. Vista do Terminal Turístico Fluvial de Santarém – TFT. Fonte: NÓBREGA, W. R. M. (2011)

As discussões associadas a um destino turístico ultrapassam a retórica que contemple apenas os diversos recursos turísticos, infraestruturas, mas que incutam também premissas que abordem as relações/conflitos entre diferentes atores que dinamizam a cadeia produtiva. Assim é possível entender o turismo a partir de uma perspectiva mais ampla, como aspectos ligados a competitividade, o papel das instituições no processo de desenvolvimento, e do uso de tecnologias.

A competitividade e a produtividade entre empresas foram acirradas frente a uma nova demanda de indústrias interessadas em entrar e permanecer no mercado e a estarem aptas a ajustar suas estruturas organizacionais e tecnológicas a fim de responder as características esperadas e específicas de cada fração de consumidores. Dessa forma, torna-se indispensável o reajuste do setor produtivo não apenas em torno de inovações com expressivos investimentos em novos equipamentos e instalações, mas através das técnicas de gestão e de sua interdependência com um conjunto de funções técnico-organizacionais (LEBORGNE, 1996).

Sob o ângulo político-econômico, grande parcela de nações planeja usando modelos de desenvolvimento pautados em agrupamentos. Segundo Porter (1990), todos os agrupamentos existentes e emergentes de um país merecem atenção. O governo não deve se envolver no processo competitivo, sua função é melhorar a produtividade, por exemplo, aprimorando a qualidade e a eficácia dos fatores de produção e da infraestrutura e criando um contexto regulador que estimule a atualização e inovação.

Para Beni (2004), é preciso desenvolver estratégias administrativas e de comercialização que utilizem tecnologia avançada, gestão logística para definir um cenário competitivo, novas tendências de mercado além dos principais concorrentes, bem como o intercâmbio de informações sobre experiências vividas e refletir sobre o cotidiano das empresas e das organizações do setor. Assim, é necessário identificar, organizar e articular a cadeia produtiva do turismo percebendo as unidades de produção e de negócios para associar uma interpretação a uma rede de empresas para atuar de forma integrada.

Diante do exposto, é importante refletir sobre o papel do Estado, ou seja, a notoriedade da necessidade de intervenção econômica e política cuja finalidade seja aprimorar a produção a partir de infraestrutura, disponibilização de recursos para pesquisas, entre outras, no entanto, deve-se considerar o papel de promoção do bem-estar social da nação, visto que esta é um das principais funções a serem desenvolvidas pela estrutura do Estado. A partir de um ponto de vista do planejamento estatal no campo do turismo diante da característica sazonal da atividade que lhe é peculiar, deve-se considerar uma visão prospectiva a fim de criar no interior da organização um conjunto de habilidades para: compreender as opções do futuro, isto é, compreender as tendências do mercado; confrontá-las com as capacidades disponíveis no presente e, finalmente identificar os caminhos que conduzam a empresa ou o destino turístico adequados para competir em mercados internacionais.

Acredita-se que a nova divisão do trabalho criada no mundo moderno, baseada na intensificação das especializações de produção que contempla a lógica de produção em escala mundial, também intensifica o consumo de produtos na mesma escala o que tem gerado transformações sócio-espaciais significativas em todo o mundo, inclusive no espaço amazônico. Nesse sentido, acredita-se que a atividade turística, um setor que tomou proporções mundiais nas últimas três décadas, é indubitavelmente responsável mesmo que parcialmente, por uma nova configuração territorial e da paisagem, pois apesar do

discurso da padronização de produtos turísticos nos quesitos qualidade e quantidade dos serviços, são os elementos locais, “únicos” que estimulam o aumento do fluxo turístico, acirrando ainda mais a relação global *versus* local. Diante desse cenário, as políticas públicas de turismo na região, sobretudo a partir da execução do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia – Proecotur adotaram a lógica dos agrupamentos regionais como estratégia de promoção do desenvolvimento da atividade turística na região.

OS PLANOS DE TURISMO E OS OBSTÁCULOS DA PARATUR NO ESTADO DO PARÁ

No Brasil, o desenvolvimento do turismo tem como marco histórico a constituição da Política Nacional de Turismo, no ano de 1966, através do Decreto-Lei n.º 55 de 18/11, do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), cuja função era formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo, e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). A esta foi designada a função de estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento. De acordo com o artigo 1º do referido Decreto-Lei, a política nacional de turismo é a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou combinadas entre si, desde que reconhecida seu interesse para o desenvolvimento econômico do País.

A partir de 1970, inicia-se uma nova etapa no desenvolvimento do turismo. Foi então que diversos países inclusive o Brasil, estimulados pelos evidentes benefícios que o turismo proporciona às comunidades receptoras, fundamentalmente no aspecto econômico, começaram a fomentá-lo mediante a criação de centros turísticos planejados, contando para isso, com o decidido apoio de organismos internacionais de desenvolvimento. As linhas de financiamento para o desenvolvimento da atividade turística durante a década de 1970 e 1980 tiveram um papel fundamental para o investimento do setor, sobretudo no campo da hotelaria. Apesar da crise econômica que passava o Brasil, havendo uma redução de 50% para investimentos turísticos, foi na década de 1990 que foram implantados os “megaprojetos” turísticos na região do Nordeste brasileiro, já dando os primeiros caminhos para o que viria a ser o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur (NÓBREGA, 2007).

Na segunda metade do século XX houve um aumento no interesse por parte da academia e do poder público pelo campo denominado de políticas públicas. Diante disso, as instituições foram estimuladas a se reestruturarem para acompanhar não apenas os movimentos da economia mundial, mas agora as regras e modelos pelas quais eram regidas, também ocupavam os cenários sociais, culturais e ambientais. De acordo com Souza (2006), isso ocorreu primeiro porque houve a adoção de políticas restritivas de gasto que passaram a dominar a agenda da maioria dos países. Em segundo lugar, as novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto, e por fim, em terceiro lugar, mais associado aos países em desenvolvimento como no caso do Brasil, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte da população. Contudo, algumas ações do atual governo brasileiro têm elevado o poder aquisitivo das classes “C” e “D”, além da diminuição da classe miserável a partir de políticas sociais, por exemplo, a política de habitação e da bolsa família.

Na política oficial, alguns pontos merecem considerações por fragilizarem o turismo: a falta de infraestrutura em todo território; pouca especialização da mão-de-obra, com muitas pessoas atuando no setor ainda de forma amadorística; sua realidade ainda é associada à pobreza e à exclusão, comprometida pela imagem do nordeste e mesmo do Brasil; e pelo fato de os problemas sociais não estarem mudando a contento (CORIOLANO, 2006).

A política pública está sujeita ao jogo das forças sociais e políticas da sociedade, percebendo-se que se configura como um roteiro de ações. Ainda podemos sintetizar os principais elementos das políticas públicas: a) permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz; b) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; c) é abrangente e não se limita a leis e regras; d) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; e) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A experiência do Estado nacional brasileiro, face à implantação de políticas de turismo, não foi bem sucedida no que tange a inserção efetiva da população local, bem como do desenvolvimento local. Muitas foram as tentativas, embora com um nível reduzido de contemplação dos anseios reais das

comunidades envolvidas. O Proecotur, por exemplo, procurou minimizar essas falhas visíveis das políticas de turismo, concebidas nas décadas entre 1970 e 1990, porém com resultados ainda questionáveis ou difíceis de serem contabilizados, talvez porque as etapas previstas pelo Programa não foram aplicadas, carecendo de uma avaliação mais detalhada. Muitos, principalmente a população com poucas perspectivas de melhoria de vida, com atividades relacionadas aos setores primário e secundário, esperam da atividade turística uma possibilidade de melhorias socioeconômicas.

A dotação de infraestrutura na Amazônia, em grande parte financiada pelo capital estrangeiro como, por exemplo, os projetos – agropecuários, malha viária, mineração, hidrelétricos, afetou diretamente a dinâmica da região e conseqüentemente acarretou mudanças na esfera produtiva. Assim, surge um cenário propício para o desenvolvimento do turismo na Amazônia, mais especificamente em cidades com grande apelo para a prática da atividade e com equipamentos básicos e turísticos como se observa principalmente em Belém e Santarém.

O governo do Pará acompanhou as tendências de estruturação da governabilidade turística, assim, como ocorrido em 1966 com a criação da EMBRATUR e com a criação da SUDAM na mesma década. Na ocasião, o poder de atuação da Paratur ainda carecia de estrutura e de representação política. Para Endres (1999), o órgão estava confinado a um departamento dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, hoje já reestruturada.

Com a Lei Estadual n.º 4398 de 09 de dezembro de 1971, o poder legislativo do estado delegou competência ao Poder Executivo para constituir uma Sociedade de Economia Mista, a PARATUR. Em 12 de julho de 1972, através do Decreto n.º 8.8026, o Estado cria a Companhia Paraense de Turismo sem extinguir, no entanto, o Departamento de Turismo, constituindo dentro do Estado a superposição de competências até 1987 (ENDRES, 1999: 26).

Como é de praxe, pelo menos nos programas, projetos e planos de turismo, nas diversas esferas do poder público, geralmente ocorre uma superposição no que concerne aos aspectos de governabilidade, isto é, de competências entre os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do setor. No caso da Paratur, Endres (1999) aponta que esta superposição ocorreu entre os anos de

1972 e 1987, tendo como consequências a evasão de responsabilidades, indefinição da atuação dos órgãos, pulverização de recursos financeiros, entre outros, fragilizaram o setor no âmbito da gestão pública. A reestruturação das funções da Paratur como órgão Oficial de Turismo do estado ocorre somente a partir do Decreto n.º 5.266, quando a companhia foi integrada a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Turismo (SEICOM).

A partir de 1987 a Paratur foi dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial. Atualmente a empresa é composta por uma Assembléia Geral, um Conselho de Administração e um Fiscal, e uma Presidência. Tem como função desenvolver, em parceria com a iniciativa privada, uma política de estímulo e regulamentação da atividade turística no Estado, atuando no fomento e adequação da infraestrutura de interesse turístico, movimentação da cadeia produtiva local e o incremento do receptivo dos fluxos turísticos provenientes de centros emissores nacionais e internacionais, levando o desenvolvimento para a população, através de uma gestão pública participativa, inclusão social, geração de empregos, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida (PARATUR, 2007).

A onda da gestão descentralizada também estimulou o processo de planejamento e gestão da Paratur, tanto que este processo de descentralização começou a ser desenhado com maior clareza a partir de 2001, quando foi lançado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, elaborado pela empresa espanhola denominada THR¹⁶. A ideia era que o plano atendesse às demandas locais, dessa forma, a consultoria sugeriu que o estado do Pará fosse dividido em seis Pólos Turísticos, com características que conformassem os aspectos de cada região do Estado, a saber: Belém, Marajó, Amazônia Atlântica, Tapajós, Xingu, e Araguaia/Tocantins. A intenção era de construir um ambiente de cooperação e governabilidade, que contemplasse de maneira sinérgica os diversos agentes políticos, bem como da sociedade civil organizada envolvida no turismo. Apesar da iniciativa da Paratur, no intuito de fomentar o desenvolvimento turístico no Estado do Pará, é válido lembrar que estados do Nordeste brasileiro e da região sudeste, sobretudo os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, se destacaram ao longo da última década compreendida entre 2000 e 2010 em relação ao número de desembarques e

16 THR é uma empresa dedicada especificamente às questões turísticas. Foi fundada em 1985 por Eulogio Bordas na cidade de Barcelona, Espanha.

no quantitativo de serviços que compõem a cadeia produtiva do turismo¹⁷. Diferentemente, o Estado do Pará vêm declinando vertiginosamente comparado a várias capitais brasileiras.

É importante destacar que a reestruturação do 1º plano turístico do estado foi realizado em 2011, também por uma empresa espanhola denominada Chias *Marketing*, sediada nas cidades de Barcelona, São Paulo e Buenos Aires. O plano lançado em novembro de 2011, na cidade de Belém, fez uma avaliação dos avanços do turismo no estado ao longo da primeira década do século XXI, e também apresentou novas estratégias para o desenvolvimento do turismo no Estado (PARATUR, 2001; 2011).

Apesar do esforço do governo estadual em impulsionar o desenvolvimento do turismo é fato que vários outros destinos brasileiros como já explicitado anteriormente, estão muito mais estruturados no que concerne às ações de desenvolvimento do setor. O que se percebe é um desinteresse de associações, sindicatos de classes que compõem o *trade* turístico, ou melhor, as classes não trabalham de forma articulada e/ou integrada, são os interesses individuais que se sobrepõem aos interesses mais gerais. Para Endres (1999), mesmo existindo há muitos anos, a maioria das associações são caracterizadas pela pouca força política e limitada possibilidade de pressão frente a possíveis reivindicações de seus associados. Na pesquisa realizada com a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR) e Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), a falta de estímulo das associações é reflexo desta situação (desorganização das entidades de classe). Para a ABIH, por exemplo, a justificativa para a pouca atuação destas empresas é que, durante vários anos, os representantes do setor privado atribuíram exclusivamente ao governo, a responsabilidade pela falta de competitividade da atividade turística no Estado e município. A atribuição “culpa do governo” pelos empresários, fez com que esses se eximissem das preocupações em projetar alternativas para manter ou levantar o setor.

Além dos pontos levantados pela pesquisadora Ana Endres, outro ponto merece destaque para o não comprometimento do *trade* turístico com o órgão oficial de turismo é que por se tratar de um órgão da administração

17 Para maiores detalhes acessar os anuários estatísticos do Ministério do Turismo dos anos de 2011, 2010, e 2009. Também sugere-se a leitura do Projeto Integrado de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia, elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) no ano de 2006.

indireta, carece de recursos mais significativos capazes de envolver, isto é, motivar substancialmente os atores envolvidos, uma vez que o órgão não tem o poder de realizar grandes investimentos de forma independente, a não ser envolvendo diversas parcerias, fato este que desacelera o poder de atuação do órgão. Diante do exposto, o anseio de diferentes atores do *trade* turístico era a consolidação da criação de uma secretaria direta, isto é, com maior poder de investimentos, com recursos mais expressivos e com maior autonomia.

A capacidade administrativa do turismo no Estado ainda é muito precária. Em nível de governo estadual o turismo é regido por uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria Especial de Estado de Produção. No âmbito municipal as atividades turísticas se encontram, na maior parte das vezes, em departamentos ou secretarias que agregam os setores de esportes, cultura, meio ambiente e turismo. Isso sem falar da precariedade que algumas secretarias encontram do ponto de vista de recursos financeiros, de qualidade e escassez de mão-de-obra que ocupam as funções administrativas, pois a maioria das gestões municipais não dedica uma prioridade econômica do ponto de vista de investimentos. Percebe-se então, que na visão de gestores municipais o turismo é sinônimo de eventos, ou seja, festas que aquecem momentaneamente as economias locais, fato este que pode ser um possível gargalho no ponto de vista do planejamento do desenvolvimento em âmbito mais amplo, isto é, regional. Também vale destacar que alguns municípios, contam com conselhos municipais de turismo estruturados formalmente, mas a maioria deles não se reúne de forma regular, tendo apenas caráter consultivo, o que também pode ser um desestímulo para uma atuação dos seus membros.

No dia 29 de dezembro de 2011, o Governo do Estado publicou no Diário Oficial do Estado, a Lei Nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, que cria o Sistema Estadual de Gestão do Turismo - SEGETUR e a Secretaria de Estado de Turismo - SETUR. O SEGETUR que tem por missão institucional promover o desenvolvimento turístico no Estado do Pará, de forma integrada e articulada, com os órgãos que o compõem: Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará - FOMENTUR; PARATUR e SETUR. O decreto traz como funções básicas do SEGETUR, através dos órgãos que o compõem, propor a política estadual de desenvolvimento do turismo; promover e divulgar o turismo do Estado do Pará no país e no exterior; estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012).

A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), órgão da administração direta, está vinculada à Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (SEDIP), é também o órgão central do Sistema Estadual de Gestão de Turismo, cuja atuação está voltada para a observância e o cumprimento de sua finalidade institucional e das funções desenvolvidas pelos órgãos integrantes do sistema. O objetivo da SETUR será de planejar, coordenar e gerenciar a política de desenvolvimento turístico no Estado do Pará. A expectativa gerada é grande por parte dos atores da cadeia produtiva do turismo, no entanto, ainda é cedo para saber se esta reformulação institucional será a saída ou o melhor caminho para de fato promover o desenvolvimento regional no setor turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se, portanto, extrair e sistematizar as ideias dos diferentes teóricos que contribuíram para a conformação dos fatores ligados ao desenvolvimento, ultrapassando a ideia meramente econômica, pois é importante enfatizar outros aspectos como o da inclusão social, por exemplo, que transcendem os parâmetros quantitativos de renda e de acesso à saúde e educação. A atividade turística é complexa e merece uma reflexão direcionada aos diferentes atores que interagem com o setor turístico tanto do ponto de vista externo quanto interno. Externamente relaciona-se ao espaço físico e ao tempo. Internamente porque o imaginário do turista é instigado pela intelectualidade e pelos aspectos emocionais com intuito de vivenciar experiências únicas na descoberta do desconhecido e do diferente. Essa nova característica foi emoldurada através do tempo, construída por acesso à informação, melhoria na renda, disponibilidade de tempo, ou seja, situação construída por fatos históricos em âmbito mundial como já apontado anteriormente. A implantação de novos sistemas produtivos, inclusive nos setores turísticos, evidenciados pela economia no âmbito regional proporciona uma nova dinâmica no *modus vivendi* da população amazônica, sobretudo nas regiões as quais foram alvo de intervenção estatal, no entanto, é necessário que as políticas possam alcançar o sentido *stricto sensu* do desenvolvimento.

A observação do contexto das cidades de Santarém e Belém, *loci* da pesquisa (em andamento, com a primeira etapa concluída), demonstra os meandros de uma política específica de um setor, o turístico, contribuindo para a reconfiguração da dimensão das duas áreas urbanas. Nesse caso, especificamente o último Plano Nacional de Turismo – 2007/2010, cujo principal programa é o Programa de Regionalização, vai ao encontro das ideias de desenvolvimento regional e de fomento às atividades do setor a partir do investimento público e privado, convênios e editais para melhoria de infra-estrutura e elaboração de produtos que possam ser comercializados e concorrer no mercado internacional.

A dimensão urbana de capitais/metrópoles e de cidades médias vai aos poucos se reconfigurando nessa direção: o encontro da globalização do mercado com a redefinição estética do simbólico. As redes de relações pautadas nas dinâmicas das cadeias produtivas, dos arranjos e mecanismos econômicos engendram (mas também são engendrados) pela relação com as políticas de planejamento regional e local. Nessa ótica, o PRT produz um território híbrido, porque ele não produz isso só, mas também porque, como aspecto da política de desenvolvimento, regional e do turismo, permite a reconfiguração sócio-econômica-espacial (apesar dos debates sobre a categoria espaço, a manutenção do social e do econômico aponta a complexidade).

O rearranjo da dimensão urbana se dá por meio da reconfiguração das dimensões natural, rural ou qualquer outra que a Amazônia produza, surgindo um território híbrido, turistificado, que ultrapassa a ideia de urbanização extensiva (MONTEMOR, 1994), ou de metropolização ou ainda de disseminação de cultura urbana, mas a criação de uma dimensão com características poli, nas quais se observam espaços novos e antigos, modernos e arcaicos, onde os incentivos às infraestruturas convivem com o zoneamento da cidade em espaços/momentos produtores de mercadoria simbólica, e sustentam a espetacularização positiva ou negativa de alguns ícones da cidade.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. *Administração do turismo: conceituação e organização*. Bauru: Edusc, 2002.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.
- COSTA, F. A. *O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade*. Amazônia: Belém, v. 1, n. 1, p. 181-196, 2005.
- _____. *Teorias do Desenvolvimento e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável*. Texto Didático, 2006.
- CRUZ, R. C. *Política de turismo e território*. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2001.
- ENDRES, A. V. *As mudanças da condução política do Estado e seus reflexos nas políticas públicas de turismo: uma análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA/NAEA.
- GÓMEZ, J. M. *Globalização da política. Mitos, realidades e dilemas*. Revista Praia Vermelha Curso de Pós Graduação Em Serviço Social Ess Ufrj, Rio de Janeiro - RJ, v. nº1, p. 07-47, 1997.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Governo do Pará Publica Decreto de Criação da Secretaria de Turismo*. Belém, dez 2011. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br>> Acesso em 02 de janeiro de 2012.
- LEBORGNE, D. Nova ordem produtiva e polarização dos territórios. In: FORTES, J. A. A. S.; SOARES. R. M. S. M. *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. Brasília, 1996. pp-125-167.
- LENÁ, P.; BECKER, B. Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia. In LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 403-421.
- MONTE-MÓR, Roberto L.M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (org.) *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- NÓBREGA, W. R. M. *Turismo: planejamento e políticas públicas de turismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PARATUR. *Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará*. Belém, 2001.
- PARATUR. *Plano Ver o Pará: plano estratégico de turismo do Estado do Pará*. Belém, 2011.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Moraes, 1967.
- PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. 11 ed. Rio de janeiro: Campus, 1990.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. *Observatório de turismo*. Santarém: 2011, Semestralmente.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL – PROECOTUR. *Relatório do diagnóstico da operação turística no pólo Tapajós – Calha Norte*. Belém, 2006.
- RABAHY, W. A. *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Barueri: Manole, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital e crédito, juro e ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. *Projeto Integrado de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia*. Belém, 2006.
- SOUZA, C. *Políticas públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM. *Plano de turismo da Amazônia*. Belém, 1977.
- _____. *Plano de turismo da Amazônia*. Belém, 1992.
- _____. *Plano de desenvolvimento da Amazônia: 1994/97*. Belém, 1993.
- _____. *Plano de desenvolvimento da Amazônia: 1992/95*. Belém, 1992.
- VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: _____. (Org.) *Antropología del desarrollo*. Barcelona: Paidós, pp. 09-64, 2000.

Consumo e conservação no ecoturismo das UCs Área de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que nelas atuam

Artemísia dos Santos Soares¹⁸
Francisco Fransualdo de Azevedo¹⁹

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade o ecoturismo tem apresentado forte crescimento no mercado turístico mundial, acompanhando e fomentando um contexto de discussões globais sobre os problemas e as demandas ambientais, bem como evidenciando a necessidade de um aprofundamento científico através de um debate crítico sobre o imperativo do consumo vivido atualmente, questionando-se as dinâmicas de consumo e conservação que permeiam a prática ecoturística.

Este estudo se dedica a analisar a percepção dos agentes que atuam no ecoturismo das Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas UCs de uso sustentável selecionadas para este estudo.

Para tanto se teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa sob uma perspectiva crítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas semi-estruturadas com três grupos de agentes, a saber: gestores/técnicos, comunidade e ecoturistas envolvidos com o ecoturismo nas UCs selecionadas.

18 Mestre em Turismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Pós-Graduanda em Gestão Ambiental. artemisiasoares@yahoo.com.br

19 Economista, Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia. Docente - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. ffazevedo@gmail.com

O estudo foi realizado utilizando-se duas unidades de análise principais (consumo e conservação) subdivididas em doze categorias (ver quadro abaixo). Para a fixação das unidades de análise e categorias, tomou-se como referência autores que realizam crítica à sociedade do consumo e apresentam as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante, tais como Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) e A. B. Rodrigues (1996; 2003); e autores que tratam histórica e cientificamente a relevância do conceito de conservação, existente na gênese e no discurso do ecoturismo, descrevendo também suas características essenciais, como Diegues (1998; 2000), A. B. Rodrigues (2001), Pires (2002) e Neiman e Rabinovici (2010).

UNIDADE DE ANÁLISE	CATEGORIAS DE ANÁLISE	REFERÊNCIAS
CONSUMO	Sociedade capitalista e de mercado	Santos (1988; 2001; 2006); A. B. Rodrigues (2001)
	Consumo de moda	Santos (1994)
	Consumo de massa e para as massas	Santos (1987)
	Transitoriedade das coisas	Guerreiro Ramos (1989)
	Intencionalidade mercantil	Santos (1994)
CONSERVAÇÃO	Ordenamento e limitações	Pires (2002)
	Envolvimento da população	Diegues (1998; 2000)
	Educação Ambiental	Neiman e Rabinovici (2010)
	Interação e convivência	Diegues (2000); A. B. Rodrigues (2001).
	Autossustentabilidade econômica	Pires (2002)
	Participação de atores externos	Neiman e Rabinovici (2010)
	Intencionalidade simbólica	Santos (1994)

Quadro de análise. Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Os principais resultados revelam que o uso mercadológico do prefixo “eco” tem atuado como uma nova roupagem para o que na realidade ainda se revela antigo, ou seja, usa-se a conservação como justificativa para mais um novo tipo de consumo.

Os resultados também evidenciam que apesar da coexistência de intencionalidades mercantis e simbólicas em ambas UCs, é possível observar a predominância de características fundantes da sociedade do consumo em massa no processo de criação e nas atividades produtivas da APAJ, enquanto na RDSEPT nota-se em certa medida a predominância das características conservacionistas apregoadas pelo ecoturismo. Isso se constata também na percepção dos atores entrevistados, os quais estão envolvidos com o ecoturismo

nas UCs pesquisadas. Ou seja, as diferenças presentes no processo de criação também estão presentes no cotidiano e discurso dos envolvidos.

Pode-se inferir, portanto, que o turismo realizado na APAJ não pode ser denominado de ecoturismo, enquanto as práticas observadas na RDSEPT evidenciam um alinhamento com as diretrizes do ecoturismo. Os resultados apontam, ainda, que se deve reconhecer a sociedade do consumo e seus desdobramentos como fato, nisto inserindo-se também o ecoturismo e suas contradições. Nessa perspectiva, o meio natural conforma-se como mercadoria para a atividade ecoturística, necessitando do mercado para sua mediação, transformando-se, por vezes, em alternativa para o exercício do poder hegemônico, contradizendo os pressupostos ideológicos de conservação, nos quais se baseia, e/ou até mesmo reforçando, a importância de uma prática dirigida ao capital, modificando a essência de sua existência.

Nesse contexto, a presente pesquisa pretende ser fonte inspiradora para que o modo de desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação, especialmente na APAJ e na RDSEPT, seja resultado de ampla reflexão sobre o futuro dos recursos existentes, movida pelo anseio da comunidade, unida aos gestores/técnicos e ecoturistas, na busca por atuações inovadoras que agreguem os saberes locais. Desse modo, propicia-se uma melhor observância aos princípios da conservação em meio a sociedade do consumo em sua dinâmica.

ECOTURISMO: UMA INTERPRETAÇÃO SEGUNDO AS DINÂMICAS DA ATUAL SOCIEDADE

O ecoturismo tem entre seus fatores essenciais, a natureza como atrativo turístico. Nesse sentido torna-se relevante compreender os diferentes olhares dados à natureza no decorrer da história científico-filosófica. Assim, de acordo com Moreira (1990), a expressão natureza (do latim: *natura*, *naturam*, *naturea* ou *naturae*) aplica-se a tudo aquilo que tem como característica fundamental o fato de ser natural, ou seja, envolve todo o ambiente existente que não teve intervenção antrópica. Dessa noção da palavra, surge seu significado mais amplo, i.e., a natureza corresponde ao mundo material e, em extensão, ao Universo físico e toda sua matéria e energia, inseridas em um processo dinâmico que lhes é próprio e cujo funcionamento segue regras próprias (estudadas pelas ciências naturais).

Nesse sentido, comumente a natureza é vista como “paraíso”, em uma atitude mítica (legado da cultura judaico-cristã), e outras vezes vista como “agressiva”. Quanto a esta última atitude, observa-se um confronto direto “homem-natureza” inserido na percepção da natureza apartada do homem, visto que, por vezes, assemelhar-se à natureza significa reconhecer “o selvagem” e afastar-se do culturalmente civilizado (BRUHNS, 2009).

No século XIX, segundo Engels (1979), o avanço científico permitiu a reação transformadora do homem sobre a natureza que, conforme a visão do período, passou a ser considerada como produção a serviço do homem. Desse modo, a sujeição da natureza ao homem ainda se perpetuava, colaborando para a geração de uma forte dicotomia homem-natureza ainda presente nos dias atuais.

Sintetizando, a história da relação entre o homem e a natureza, na sua evolução, evidencia que o homem nem sempre se preocupou com questões que estivessem ligadas à natureza. Na Idade Média o rompimento com o mito o libertou da submissão à divindade. No Iluminismo foi resgatada a sua essência de “deus” na visão antropocêntrica, usando e abusando dos recursos naturais. Ao tornar-se “deus” de todas as coisas o homem perde a capacidade de sonhar, de sentir, de observar. E, aos poucos este poder o transforma num ser insensível e destruidor, incapaz de se inserir no contexto ambiental, vendo-o apenas como meio passível de exploração e transformação. A natureza, que no início era vista como “fonte de vida”, se transformou em “fonte de lucro”, com o único objetivo de propiciar o acúmulo de riquezas. Nesse sentido, Santos (1994, p. 5) afirma que

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

De acordo com Reigota (1995, p.74), “o homem contemporâneo [...] dificilmente se considera elemento da natureza, mas sim apartado dela, como observador e/ou explorador; certas vezes como ‘nota dissonante’, um componente depredador”. Todavia, com o crescimento desorganizado das cidades e o

consequente desgaste da vida urbana, a vida no campo, onde reinava a calma de uma vida bucólica, passou a ser valorizada, motivando a partir desse momento uma apreciação das paisagens naturais (DIEGUES, 2000).

Nesse contexto, evitar a extinção dos ecossistemas naturais tem se configurado como um dos maiores desafios da humanidade neste século. Além das razões morais que conduzem este desafio, existem as de ordem estética, religiosa, cultural, científica e econômica (WALLACE, 2002). Em decorrência desta premente necessidade, diversas políticas públicas têm sido desenvolvidas com o objetivo de proteger os recursos naturais, mas até o início do presente milênio, somente cinco por cento do planeta estava inserido em áreas naturais de conservação.

Seguindo a tendência de assegurar a preservação de recursos naturais, o ambientalismo de então, fortemente presente nas políticas de Estado, investiu em criação de Áreas Naturais Protegidas (ANPs). De acordo com Diegues (2000), as primeiras ideias a esse respeito foram geradas nos Estados Unidos, através da criação de parques ou reservas naturais desabitadas, as quais foram sendo implantadas em outros países e sociedades com características ambientais e sociais diferentes. Sendo assim, “o modelo ainda hoje dominante de conservação, estimulado por muitas organizações conservacionistas do Norte e suas associadas nos países do Sul” (op. cit., p. 5).

Em 1980, no movimento ambientalista, surgiu a necessidade de buscar alternativas de atuação e passou-se a incorporar concepções distintas da relação homem-natureza. Nesse contexto, surge o documento “Estratégias mundial para a conservação”, elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis (IUCN), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo *World Wildlife Fund* (WWF). Este documento introduziu o conceito de “conservação”, como também direciona para a apresentação do conceito de “desenvolvimento sustentável”, em 1987, pelo “Relatório *Brundtland*”, intitulado “Nosso futuro comum” (PIRES, 2002), que assim o define: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Assim, os conservacionistas, buscando unir o turismo à conservação da natureza geraram a seguinte conceituação: “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (LINDBERG; HAWKINS, 2002). Nota-se, portanto, a

interligação com as diretrizes do desenvolvimento sustentável constantes no Relatório Brundtland e definidas em 1987 (CMMAD, 1991).

Quanto ao ecoturismo, é fato que na sociedade atual, o crescimento das populações, o aumento do consumo ligado às inovações tecnológicas na vida urbana contemporânea tem tornado o contato com o ambiente natural cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais, e o envolvimento do homem com a natureza tem se mostrado mais relacionado ao lazer do que à rotina cotidiana. Sob este aspecto a experiência do mundo natural através do deslumbramento reverente possibilita uma identificação com atividades de lazer que vendem a “autenticidade” destes ambientes e mistificam o consumismo industrializado, propiciando a sua mercantilização (BRUHNS, 2009).

É nesse sentido que o ecoturismo, enquanto segmento do turismo iniciado com o cunho de “turismo alternativo”, segundo A. Jones (1992 apud PIRES, 2002), tem sido criticado por ser não mais do que um precursor do turismo de massas e, portanto, ensejando direcionamento quanto ao crescimento descontrolado. A partir destas exposições nota-se que, interessados em uma alta demanda, os gestores das ANPs têm relevado a importância e interesses dos autóctones e da própria natureza em função da corrida desenfreada pelo lucro. Assim, transformando o que dantes era intocado em mais um objeto da sociedade do consumo e passível de degradação pela alta pressão antrópica.

Nesse sentido, torna-se premente que a natureza seja considerada não mais como um objeto a explorar, mas inclusive em um processo de parceria, i.e., um território de experiência que permita a “relição social”, não relacionada “com um futuro a fazer, mas também com um presente a viver de uma maneira empática com todos” (MAFFESOLI, 1996).

Desta forma, faz-se necessário pensar o ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo e a elevada massificação dos objetos e ações, dos fixos e fluxos, como uma atividade dita alternativa e consonante com as horizontalidades existentes nos lugares.

Área de Proteção Ambiental Jenipabu (Apaj)

A APA Jenipabu foi criada em 17 de maio de 1995, pelo do Decreto nº. 12.620 e abrange porções territoriais dos municípios de Extremoz (96,9%) e Natal (3,1%), incluindo as praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu. A área da APAJ abrange cerca de 1.739 hectares, e perímetro de 19,6 Km, entre

as coordenadas 05° 40' 40"S e 05° 44' 20"S (latitudes) e 35° 12' 10"W e 35° 14' 01"W (longitudes) (PLANO DE MANEJO APAJ, 2009).

Segundo o Plano de Manejo da APAJ (2009),

Na APA Jenipabu tem-se o desafio de compatibilizar a proteção e conservação das dunas, lagoas, praias, mangues e tabuleiros, com a visitação, o uso e a ocupação do solo, proporcionando o desenvolvimento sustentável em seu território, o que, em termos regionais, representa a gestão adequada de parte do litoral potiguar.

A APAJ faz parte do bioma costeiro, formado por um mosaico de ecossistemas encontrados ao longo do litoral brasileiro. Manguezais, dunas, restingas, praias, lagoas, matas e outros ambientes importantes exemplificam a diversidade de ecossistemas encontrada.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) está situada nos municípios de Guimarães e Macau, região setentrional do estado do Rio Grande do Norte, sendo composta por seis comunidades tradicionais: Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, pertencentes ao município de Macau, e Mangue Seco I e II e Lagoa Doce, localizadas em Guimarães. A área total da Reserva abrange um território de 12.960 ha e está inserida no polígono delimitado pelas seguintes coordenadas: latitude 5°2' S e 5°16' S e de longitude 36°23' WGr e 36°32' WGr, incluindo uma parte terrestre e outra marinha (RN, 2003).

O ECOTURISMO SOB A PERCEPÇÃO DOS ATORES QUE ATUAM NAS UCS APAJ E RDSEPT

O ecoturismo surgiu como um segmento turístico preocupado com os recursos culturais e naturais, com a localidade, a participação e uma série de estratégias que tencionam aumentar os impactos positivos do turismo sobre a natureza e a conservação ambiental. Por estas características o turismo é considerado como a menos impactante das alternativas econômicas nos ambientes naturais protegidos por lei, se tornando, inclusive, justificativa para a criação de

UCs, em virtude da necessidade de sobrevivência dentro do sistema capitalista (POLES; RABINOVICI, 2010).

Todavia, apesar da sustentabilidade ser citada nos documentos norteadores do ecoturismo, até o início do século XXI, o número de casos de sucesso existentes é inexpressivo (ibidem). Esta realidade deve-se à complexidade da atividade que requer a gestão de múltiplas variáveis como o combate ao desemprego, além da observância à conservação dos lugares. Afinal, há a necessidade de um ecoturismo real, pragmático, transformador de utopias em práticas cotidianas (IRVING et al., 2005, p. 6).

Esta realidade leva a níveis distintos de percepção acerca do que seja o ecoturismo e suas práticas trazendo questionamentos acerca do papel de atuação do ecoturismo, como por exemplo, se esta atividade de fato atua como uma contrarracionalidade às práticas hegemônicas do turismo convencional. Assim, este estudo ouviu sujeitos diretamente ligados ao ecoturismo nas Unidades de Conservação, entre eles, técnicos e gestores, comunidade local e (eco)turistas para apreensão dos níveis de percepção predominantes em ambas UCs selecionadas para o estudo.

Seguindo as unidades e categorias de análise apresentadas na introdução deste artigo, no tocante à unidade de análise “consumo”, observa-se que as categorias mais frequentes na APAJ são as opiniões favoráveis às necessidades da *sociedade capitalista e de mercado* e as críticas à *transitoriedade das coisas*. Já na RDSEPT a categoria mais frequente é relativa às opiniões contrárias ao *consumo de massa*.

Esta distinção entre as UCs expressa que o ecoturismo é apropriado de várias maneiras pelo mercado, nem sempre considerando seus pressupostos fundamentais. Tal imprecisão é favorecida pela imprecisão semântica e pelo deslocamento conceitual que o ecoturismo sofre, com consequente pulverização para a utilização do mercado turístico. Muitas UCs tem se utilizado de seus recursos naturais apenas como cenário para as atividades (PIRES, 2002), tornando possível que representantes do *trade* turístico levados pelo oportunismo passem a “incorporar a ecologização, de forma superficial e não comprometida, como ingrediente ‘esverdeante’ de seus negócios ou projetos em torno do (eco)turismo” (idem, p. 163).

Assim, a influência de entidades distintas na comunidade pode interferir (positivamente e/ou negativamente) na percepção dos sujeitos ali envolvidos, acerca do ecoturismo, apesar de ambas possuírem características

geográficas e econômicas similares. Conforme Poles e Rabinovici (2010, p. 18), “o ecoturismo realizado por ONGs e comunidades assume um caráter revolucionário, transformador, completamente diferente da lógica que permeia o segmento de natureza operado por agências”. Assim, enquanto os sujeitos da APAJ privilegiam a geração de emprego e renda através da inclusão de empreendimentos turísticos, os sujeitos da RDSEPT priorizam a manutenção da identidade e participação da comunidade local na atividade turística na região.

Em relação à unidade de análise “conservação”, nota-se que as categorias mais frequentes na APAJ são as menções negativas ao estabelecimento de *ordenamento e limitações* nesta, a inexistência de *educação ambiental* e o conformismo com a ausência de *autossustentabilidade econômica*. Quanto à RDSEPT, a categoria mais frequente é relacionada à existência de *educação ambiental*, bem como de *convivência e interação* dos turistas com a comunidade da RDSEPT.

Este quantitativo de opiniões opostas nas UCs demonstra a relevância da educação ambiental para mudança de valores, comportamentos e atitudes dos envolvidos (POLES; RABINOVICI, 2010), pois a alta incidência de depoimentos relatando a inexistência desta na APAJ, certamente influenciou no posicionamento negativo dos entrevistados em relação ao ordenamento e limitações da UC que leva a não conservação do meio. Assim como, a existência da educação ambiental tornou os moradores da RDSEPT valorizadores do turismo que propicie interação e convivência com a comunidade, externando o fortalecimento de suas identidades.

Dessa forma, faz-se necessário o exame da ocorrência das categorias de análise dantes descritas para o entendimento das nuances que permeiam a prática do ecoturismo nas UCs deste estudo, face às dinâmicas de conservação e consumo ali existentes.

Inicialmente, observa-se que as características que evidenciam a importância da *sociedade capitalista e de mercado* para os sujeitos envolvidos na APAJ são amplamente mencionadas (trinta e cinco vezes), diferentemente da RDSEPT que a enfatizou em raros momentos (sete vezes). Nos depoimentos foi ressaltada a dependência econômica da comunidade da APAJ para com o turismo de massa através do discurso de geração de emprego e renda, do aproveitamento de oportunidades do mercado para crescimento e da necessidade da implantação de infraestrutura de meios de hospedagem e restauração, no momento, limitados pela existência da APAJ. Quanto à RDSEPT, as poucas menções feitas à necessidade de desenvolvimento econômico foram

acompanhadas de termos como “equilíbrio”, “responsabilidade”, denotando preocupação com os limites deste crescimento desejado.

Os depoimentos demonstram a capacidade de tornar indispensável, a participação dos objetos – das UCs – nas formas de trabalho hegemônico, a serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente (SANTOS, 1994). Vale salientar que a dependência econômica da comunidade em relação ao turismo sazonal, revelada nos depoimentos, pode acarretar incontáveis problemas e desestruturação da vida econômica do lugar. Na maioria das vezes, a dedicação exclusiva à prática do turismo pode se colocar como um dos piores impactos, pois incorre no abandono de outras práticas geradoras de renda ou de subsistência (PESSOA; RABINOVICI, 2010).

Na mesma perspectiva segue a categoria *consumo de moda*, sendo mencionada onze vezes pelos sujeitos envolvidos com a APAJ e uma única vez por um sujeito ligado à RDSEPT, sendo esta menção em forma de crítica. Os depoimentos dos sujeitos envolvidos com a APAJ são permeados de constatações como o desconhecimento do turista que o lugar se trata de uma APA, da visita apenas por modismos definidos como “eco” e pela beleza, sem, portanto, demonstrar uma postura de praticante do ecoturismo teoricamente definido.

Assim, “a contradição existe e pelo simples fato de viajar para alcançar *status* na sociedade à qual pertencem, esses ecoturistas põem em risco os ecossistemas mais frágeis. O ecoturista autêntico não deveria viajar por *status*, para ter vantagem sobre amigos” (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010).

Quanto à categoria *consumo de massa*, novamente nota-se que esteve mais presente nos depoimentos dos sujeitos envolvidos com a APAJ, de forma favorável ou contrária, ou apenas constatando. Na RDSEPT, as poucas menções ocorrentes foram de forma contrária. Conforme Poles e Rabinovici (2010, p. 27), têm-se como características do turismo de massa a:

Sazonalidade; contribuição para o desgaste dos recursos naturais; especulação de imóveis e terrenos; elevação do preço de produtos; pressão de corporações turísticas e corporações internacionais sobre as terras e a população; segmentação territorial; incentivo à prostituição; desrespeito à cultura local; desrespeito a locais sagrados; inchamento de trânsito nos destinos turísticos; desequilíbrio econômico; aumento da presença de corporações internacionais, neocolonialismo; espetacularização da cultura; interesses estritamente econômicos; e evasão de divisas.

Tais características permitem, “em áreas cada vez menos extensas, a produção de um mesmo produto em quantidades maiores e em tempo menor, rompendo os equilíbrios preexistentes e impondo outros, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população, dos capitais empregados, das formas de organização, das relações sociais etc” (SANTOS, 1994, p. 62).

Do mesmo modo ocorre em relação à categoria *transitoriedade das coisas*, recebendo crítica por parte da maioria dos entrevistados da APAJ e apenas uma menção, também em forma de crítica, da parte do entrevistado da RDSEPT. Os depoimentos evidenciam a ausência de cuidados dos turistas, bem como dos moradores e gestores em relação aos possíveis impactos culturais e ambientais decorrentes da massificação do turismo nas UCs. Isso torna compreensível a preocupação de Seabra (2001, p. 32) quando ele afirma:

É preocupante a velocidade com que as Unidades de Conservação e as demais áreas protegidas estão sendo ocupadas por diversos empreendimentos econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.

Assim, a UC torna-se “um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam” (SANTOS, 1994, p. 72), como também seus impactos positivos e negativos.

A última categoria da unidade de análise “consumo”, a *intencionalidade mercantil*, diz respeito à afirmação de Santos (1994, p. 50) quando este diz: “Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção”.

Após a análise dos depoimentos notam-se distinções de opiniões entre as UCs. Portanto, observa-se que enquanto na APAJ a intencionalidade mercantil é evidentemente de preservação para uso econômico, na RDSEPT, o uso econômico de bens naturais consta como possibilidade limitada à conservação da UC. Todavia, vale salientar que ambas UCs inspiram cuidados, pois, “na medida em que uma informação concebida cientificamente para mover objetos criados deliberadamente com intenção mercantil, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial, possibilita a criação de uma

enorme cópia de fluxos, extremamente diversos uns dos outros, tornando o espaço mais complexo” (SANTOS, 1994, p. 50).

Passando à unidade de análise “conservação”, observam-se também diferenças significativas entre os depoimentos dos sujeitos ligados à APAJ e os sujeitos ligados à RDSEPT, gerando, portanto, resultados distintos. Quanto à categoria *ordenamento e limitações*, nota-se frequência expressiva de menções negativas às limitações impostas por vias legais entre os entrevistados da APAJ, enquanto que entre os entrevistados da RDSEPT, além do baixo índice de menções, houve também equilíbrio de opiniões.

Em relação à APAJ os depoimentos expressam o descontentamento de uns pela abertura concedida no momento da criação, ao se optar pela categoria de “Uso Sustentável”, e de outros por exercer forte limitação às atividades econômicas no lugar, inclusive, o turismo. Os depoimentos evidenciam também, a existência de conflitos entre poder público, privado e comunidade, bem como a ausência de fiscalização, apesar de APAJ ter avançado legalmente com a aprovação do zoneamento econômico-ecológico e do Plano de Manejo da área.

Já na RDSEPT, como já mencionado, há equilíbrio de opiniões, muitos preferindo se referir à importância do ordenamento e das limitações do ecoturismo como nas demais atividades do que, simplesmente emitir opiniões positivas ou negativas a respeito. Todavia, também há a existência de conflitos de interesses, pois a população se divide entre àqueles que priorizam a conservação do ambiente e valorização das identidades e àqueles que anseiam pela chegada do progresso e do desenvolvimento.

Segundo Seabra e Neu (2003, p. 134), estão entre as estratégias básicas para a conservação: “Definir conceitualmente a unidade de conservação e os objetivos de sua criação; Realizar inventário físico, socioeconômico e zoneamento ecológico da área; Promover a integração dos interesses ecológicos, científicos, sociais, econômicos e políticos, na ordem hierárquica proposta”, dentre outras. Entretanto, observa-se que a efetivação destas ações não tem sido acompanhada pela integração mencionada na terceira estratégia anteriormente citada, e configurando em mais um ambiente onde predomina o poder econômico, em detrimento do fator humano que envolve os aspectos sociais e ambientais.

Vale ressaltar, todavia, que os interesses da comunidade são diretamente influenciados pelo nível de percepção da importância da UC para seu cotidiano, desta feita, nota-se que os conflitos entre comunidade e poder público

e/ou privado podem ter motivações distintas nas duas UCs, sendo na APAJ predominante a busca pelo desenvolvimento/crescimento, e na RDSEPT, pela conservação ambiental e cultural da área.

A categoria *envolvimento da população* segue a mesma perspectiva da anterior e, portanto, evidenciando diferenças de resultados entre as UCs. Na APAJ a quantidade de menções à inexistência de participação da comunidade é superior aos que afirmam haver participação. Já na RDSEPT, há uma única menção à inexistência e a maioria opinou acerca da importância deste envolvimento.

Na APAJ àqueles que afirmam haver participação da comunidade nos interesses e atividades da UC, em sua totalidade, são técnicos e/ou gestores que também afirmam que a inclusão da comunidade faz parte da dinâmica da criação e gerenciamento de todas UCs. Todavia, apesar da participação comunitária se configurar como quesito imprescindível para a sustentabilidade do turismo (POLES; RABINOVICI, 2010), a participação da comunidade na APAJ se mostra somente através dos representantes da comunidade no Conselho Gestor periodicamente eleitos.

Vale explicar que as categorias de análise ligadas à conservação são interdependentes, assim sendo, o baixo índice de educação ambiental leva a um envolvimento menor da comunidade, redundando na ausência de compreensão do ordenamento e suas limitações, gerando, portanto, os conflitos sociais e a busca pelo desenvolvimento econômico como “tábua de salvação”, em detrimento da valorização das identidades locais e do patrimônio natural.

Isto se dá porque, a participação das comunidades na criação, implantação e gestão das UCs ocorre, na maioria das vezes, apenas para que se possa realizar a transferência do conhecimento delas aos novos gestores, quase sempre técnicos indicados pelos órgãos públicos responsáveis pelas áreas. Assim, raramente as populações autóctones são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção (GIRALDELLA; NEIMAN, 2010).

Na RDSEPT o envolvimento da população existe desde os momentos anteriores à criação da UC. Após a institucionalização da RDS com a criação do Conselho Gestor, a participação tem se limitado ao âmbito da representatividade no conselho desta, todavia, contando com a fiscalização da comunidade.

Assim, na RDSEPT, os projetos de turismo consideram o momento, o ritmo e os aspectos culturais das comunidades em sua busca por autonomia,

liberdade, participação e uso dos recursos. Todavia, a comunidade tem dificuldade em entender o tempo dos projetos e, como muitos demoram para ser implementados ou mesmo negociados com a comunidade de forma realmente participativa, estas tendem a desiludir-se e a desacreditar do projeto e de seus proponentes, realidade que pode acirrar disputas preexistentes entre os atores sociais locais.

Outro fator amplamente comentado durante as entrevistas foi a necessidade de repartição igualitária dos benefícios decorrentes do turismo, assim unindo à atividade pesqueira outra possibilidade de atividade econômica con-dizente com as limitações da UC. Desta forma, evitando-se o incremento na renda de alguns em detrimento de outros não interessados no turismo e, portanto, evitando-se também novas desigualdades e conflitos (PESSOA; RABINOVICI, 2010).

Quanto à categoria *educação ambiental*, observa-se significativa distinção entre as duas UCs. Enquanto na APAJ a incidência de opiniões afirmando a inexistência de educação ambiental configura-se como maioria, na RDSEPT, grande parte dos entrevistados afirma existir educação ambiental na área.

Os depoimentos dos entrevistados ligados à APAJ têm como afirmação predominante a importância e/ou necessidade de uma Educação Ambiental (EA) na área, mencionam a ausência de palestras educativas, de sensibilização dos envolvidos, da construção da conscientização de cada sujeito e do real ecoturismo como instrumento para a EA. Os poucos entrevistados que mencionam atividades ligadas à EA, informam que as atividades educativas são realizadas raramente por iniciativa de instituições de ensino e pelo centro comunitário do lugar.

Sente-se, portanto, a ausência de um processo permanente de EA, que desencadeie atitudes relacionadas ao equilíbrio do indivíduo, as sociedade e do meio ambiente. Por isso, torna-se compreensível a carência de reflexão acerca dos comportamentos relacionados ao cotidiano frenético instituído pela lógica de consumo da atual sociedade.

Na RDSEPT o discurso predominante trata acerca do trabalho das diversas instituições a ela ligadas para a construção de uma consciência ambiental, como também, trata do diferencial do visitante da RDSEPT, como informa um dos entrevistados: “o ecoturista ele vem com um cuidado com a natureza. Ele quer conhecer o que ele não conhece, ele quer saber que aquilo ali vai ficar no futuro pra os filhos dele” (TG6B - Técnico/Gestor 6B entrevistado)

A existência de EA também está presente na importância que é dada à criação da reserva para a conservação do ambiente e do próprio morador.

E assim ocorre a EA, “a partir da criação da reserva, da realização dos encontros ecológicos, “né”? Existe, mesmo não havendo essa absorção totalitária pela comunidade, a consciência da preservação nas comunidades que estão é, ligadas à reserva” (TG8A, Técnico/Gestor 8A - entrevistado).

Dessa forma, minimizando a influência da sociedade do consumo do modo de vida da população autóctone, como declara este entrevistado:

Assim, hotéis e “tal”. Pode ser bom pra surgir emprego, mas pode prejudicar a nossa pesca, o meio ambiente também que vai ser devastado dunas, essas coisas assim, etc. [...] A reserva, na minha opinião, foi criada justamente pra isso, pra não acontecer esse tipo de devastação a natureza... Porque no tempo que foi criada essa reserva, os italianos disseram que tinham comprado... A nossa costa. Aí eles estavam planejando construir hotel, fazer, “né”? Que nem o turismo... Grandes negócios. Aí só sei que foi, na época da reserva, então ninguém podia mais nem pescar lá, porque eles queriam passar (CR5A, comunidade RDSEPT 5A entrevistado) – RDSEPT.

Este depoimento corrobora com o pensamento de que as questões abordadas pela EA não são todas estritamente de cunho ambiental, mas sim de uma transformação nos conceitos que cada indivíduo constrói, sendo consideradas questões fundamentais de cada ser humano e seu papel na sociedade e no ambiente (MENDONÇA, 2005).

Quanto à categoria *convivência e interação*, percebe-se a mesma diferenciação entre as UCs, das categorias analisadas anteriormente da unidade de análise “conservação”. Desta feita, os entrevistados da APAJ mencionaram este quesito poucas vezes, em comparação aos entrevistados da RDSEPT e, negativamente, somente um entrevistado afirmou existir convivência e interação no ecoturismo praticado na área. Já os entrevistados da RDSEPT, dentre dezessete menções, onze afirmaram a existência de convivência e interação no ecoturismo realizado na área.

Assim, os depoimentos dos entrevistados revelam que na APAJ as práticas de convivência e interação com o ambiente e a comunidade são realizadas com fins pedagógicos por entidades como o grupo de escoteiros e fins científicos por pesquisadores das áreas naturais e sociais. Sendo abordada também a

necessidade de uma integração do ecoturismo ao turismo convencional e seus atrativos, como a culinária e o artesanato.

Tal necessidade defendida por um dos entrevistados traz um fator preocupante, pois se estes atrativos foram potencializados junto ao turismo convencional, poderá potencializar também as alterações que sobrepõem a valores e riquezas tradicionais locais, tornando as manifestações culturais um espetáculo em atendimento às necessidades do mercado turístico e dos turistas. Esta situação pode atingir também o valor da autenticidade dos patrimônios materiais e imateriais, como o artesanato que é reproduzido somente para atender a demanda, perdendo suas características originais para atender as reproduções em série.

Na RDSEPT, a convivência e a interação presentes no discurso dos entrevistados estão relacionadas à inserção do turista no cotidiano dos moradores da reserva, através de trilhas ecológicas, pescarias, pernoites em casas de pescadores e o mútuo aprendizado cultural.

Os depoimentos dos entrevistados comprovam que o ecoturismo pode ajudar a rever os paradigmas da sociedade contemporânea e a compreender que, sendo uma atividade educativa, deve estar embasada numa postura participativa de integração, com alto envolvimento afetivo, proporcionando vivências únicas aos visitantes, assim, influenciando o seu processo de mudança. Esta possibilidade é passível de se realizar, sobretudo, porque o contato com a natureza traz uma meditação acerca do próprio sentido existencial do ser humano, como também de sua relação com a sociedade, através do aguçamento das percepções (GEERDINK; NEIMAN, 2010).

Diferentemente das categorias anteriores, a busca por *autossustentabilidade econômica* obteve depoimentos similares dos sujeitos entrevistados de ambas UCs. Isto se dá pela presença humana e a existência de atividades econômicas inerentes à tipologia das UCs deste estudo (SNUC, 2000), tornando o controle de entradas e saídas um pouco mais complexo. Tal realidade é explicada por um dos entrevistados

Em unidades de uso sustentável é muito difícil você [cobrar pela entrada]... Porque elas não são cercadas, elas não têm um espaço territorial delimitado, claramente que você, eu “tô” entrando e pra entrar eu pago. Entendeu? Num existe (TG1A, Técnico/Gestor 1A entrevistado).

E por causa desta complexidade, há acentuado conformismo em relação à dependência financeira do poder público. Todavia, já se observa entre os entrevistados algumas posturas que sinalizam para possibilidades de autossustentabilidade quanto à manutenção financeira das UCs através de cobrança pelas trilhas ecológicas, passeios de barco, cobrança de taxas ambientais, isto é, cobrança por atividades de ecoturismo dentro das UCs. Tais iniciativas são consideradas estratégicas para a conservação, desde que com os devidos cuidados. Assim torna-se possível encontrar na prática do ecoturismo, que respeite a capacidade de carga da região, um notável aliado para a consolidação das UCs (PATRICIO; NEIMAN, 2010).

Afinal, embora a gestão destas não deva estar sujeita às dinâmicas do mercado, a inserção do ecoturismo nessas áreas é conveniente para a geração da renda necessária para contorno das dificuldades financeiras para sua manutenção (FENNELL, 2002).

Quanto à categoria *participação de atores externos*, como no quesito anterior, este também apresentou equilíbrio de resultados entre as duas UCs. Havendo maioria nas afirmações de que há existência da participação de atores externos, como pesquisadores e ONGs no processo de planejamento do ecoturismo e demais atividades inseridas nas UCs.

A participação de atores externos está prevista no Plano de Manejo da APAJ (2009), como também na Lei de criação da RDSEPT (2003), em observância ao SNUC (2000), visando através desta parceria “incentivar a realização de pesquisas científicas para o conhecimento dos ecossistemas existentes visando o uso sustentável da área” (RN, 2003, Art. 2º, II). E, portanto, se configurando como mais uma estratégia para a conservação.

A última categoria da unidade de análise “conservação” *intencionalidade simbólica* trata da afirmação de Santos (1994, p. 50) quando ele afirma: “os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção”.

Ao afirmar que a intencionalidade é simbólica, significa dizer que os fins e usos das UCs possuem intencionalidades voltadas para a conservação do meio natural e qualidade de vida da população autóctone, diferentemente da intencionalidade mercantil, que prioriza o fator econômico em detrimento dos demais fatores.

Desta feita, na APAJ tem-se como intencionalidade simbólica assegurar a permanência dos recursos naturais e na RDSEPT a preservação e o respeito às comunidades tradicionais. Apesar de sutil, certamente existe distinção entre essas duas afirmações, pois a garantia da manutenção dos recursos está diretamente ligada à intencionalidade mercantil antes analisada, isto é, assegurar para consumir economicamente. Já na RDSEPT, prioriza-se o local, a conservação dos valores coletivos, tendo-se o ecoturismo e demais atividades econômicas como possibilidade, desde que em observância às limitações da reserva e que seus benefícios sejam partilhados com todos os envolvidos.

Pode-se, portanto, concluir que é possível pensar o ecoturismo localmente, não o inserindo nos projetos acrílicos que mantêm intactos os valores neoliberais, muitas vezes, embutidos no conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, também não coadunando com a atribuição de valores monetários à natureza para que seja mais uma mercadoria em negociação na atual sociedade do consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo em sua ampla acepção e de acordo com seus princípios tem se apresentado como uma alternativa ao turismo convencional, todavia, não será tal alternativa apenas por ser realizado em um ambiente natural protegido ou por viabilizar o contato com a cultura local, mas primordialmente pelo caráter influenciador e condutor de aprendizado a que se propõe. Desta feita, não se pode desconsiderar o atual contexto de consumo, uma vez que se torna premente um novo posicionamento do ecoturismo na sociedade contemporânea, levando em consideração as raízes teóricas e ideológicas que o criaram, priorizando, portanto, a conservação em sua totalidade, em detrimento do poder hegemônico do consumo.

A partir de tais constatações pode-se inferir, portanto, que o turismo realizado na UC APAJ não pode ser denominado de ecoturismo, corroborando com a parte inicial destas considerações e, sobretudo, com a teoria apresentada. Assim, apesar de esta atividade ser realizada em uma ANP, ela não ocorre com observância às diretrizes conservacionistas, tais como: a ativa participação da comunidade no planejamento e na realização das atividades na natureza, a aplicação da educação ambiental entre os moradores e visitantes, a inserção de um turismo de impacto mínimo com controle de visitação turística e, sobretudo, a

divulgação da área como lugar protegido e promotor da cultura local visando à mudança do perfil do turista que a visita. Tais inferências demonstram que o turismo que ocorre na APAJ se configura como reafirmação do turismo convencional, isto é, o turismo massivo.

Quanto à RDSEPT apreende-se um posicionamento contrário ao constatado na prática do ecoturismo da APAJ. Assim, percebe-se no discurso dos sujeitos entrevistados um entendimento acerca da importância da criação da reserva, bem como da necessidade de limites e ordenamento para a inclusão do turismo como atividade econômica na área. Tais posturas podem ser resultantes dos periódicos encontros ecológicos realizados nesta, como também da ativa participação de ONGs em sua gestão, propiciando a concretização da educação ambiental, e auxiliando-os na construção de um sentimento de pertencimento e valorização dos recursos ali existentes. Estas características evidenciam um alinhamento entre as diretrizes do ecoturismo e as práticas observadas na RDSEPT.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [MMA] Ministério do Meio Ambiente. *SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação*– SNUC: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA, 2000.
- BRUHNS, H. T. *A busca pela natureza: turismo e aventura*. Barueri, SP: Manole, 2009.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- DIEGUES, A. C. *O mito na da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, SP: Hucitec, 2000.
- ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FENNELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Turismo Contexto).
- GEERDINK, E.; NEIMAN, Z. *A educação ambiental pelo turismo*. In.: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 63 – 83.
- GIRANDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas protegidas. In.: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 124 – 148.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- IRVING, M. de A.; BURSZTYN, I.; SANCHO A. P. et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, v.5, n.4, pp. 1- 8, 2005.

- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) *Ecoturismo: planejamento e gestão*. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MENDONÇA, R. Educação ambiental e ecoturismo. In.: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.
- MOREIRA, I. V. D. (org.) *Vocabulário básico de meio ambiente*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1990.
- NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.
- PATRICIO, R. F.; NEIMAN, Z. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 84 – 104.
- PESSOA, M. A.; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades do turismo. In.: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 105 – 123.
- PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- POLES G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 1 – 24.
- RAMALHO, A. L.; SILVA P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 25 – 42.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIO GRANDE DO NORTE [ESTADO]. Lei nº 8.349 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Natal, 2003.
- _____. [IDEMA] Núcleo de Unidades de Conservação. Plano de manejo da área de proteção ambiental – APA Jenipabu. Relatório de consolidação. Natal, 2009.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos).
- SEABRA, G. F. *Ecoss do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. NEU, C. A face social do ecoturismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Orgs.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. pp. 132 – 142.

SOARES, A. S. O ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo: um estudo das Unidades de Conservação de uso sustentável do RN. 2011. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

WALLACE, G. N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG. K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) *Ecoturismo: planejamento e gestão*. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2002. pp. 193–139.

A *práxis* do turismo em Natal/RN e o capital social: uma articulação necessária

Christiano Henrique da Silva Maranhão¹

INTRODUÇÃO

Falar sobre turismo enquanto objeto de reflexão científica torna-se um desafio, na medida em que a área ainda procura gerar uma massa crítica que forneça avanços no fomento de seu conhecimento. No entanto, mesmo não apresentando bases epistemológicas sólidas para determinar com exatidão o seu objeto de estudo e uma conceituação aceita por todos os pesquisadores, é unânime a idéia sobre a importância econômica que o turismo desempenha nos locais onde se instala no decorrer do tempo e, de forma mais enfática, na contemporaneidade.

Essa tendência mundial pode ser visualizada no município de Natal/RN, uma vez que o turismo se constitui como uma de suas atividades econômicas mais relevantes e com expressivo poder de captação de investimentos (nacionais e internacionais). Estas divisas acabam por configurar a atual fase da expansão do turismo natalense, intitulada de Internacionalização do turismo, fruto dos investimentos efetuados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN), os quais visavam inserir a capital potiguar nas rotas do turismo internacional e concomitantemente, expandir o turismo doméstico.

Corroborando com esta lógica, é possível identificar em Natal um planejamento turístico que prioriza e aposta em critérios econômicos, inserindo por meio das obras estruturais, perspectivas mercantis em demasia, as quais acabam minimizando os espaços e o direito de participação ativa e igualitária de todos os agentes que participam da dinâmica turística natalense.

1 Turismólogo e Mestre em Turismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Professor Colaborador – Curso de Turismo (CCSA/ CCHLA/UFRN).
Email: christianomaranhao@gmail.com.

Entende-se que não é aconselhável comprimir a análise do turismo apenas aos quesitos econômicos, e por essa razão, se faz necessário enfatizar a idéia de que a “[...] relevância do turismo, extrapola largamente os circuitos econômico-financeiros e adquire significado mais profundo quando é apreendida como prática intercultural” (SANTOS, 2007, p.13). Por essa razão, busca-se neste capítulo discutir a importância de uma relação justa e cooperativa entre os agentes que produzem e determinam a expansão do turismo em Natal/RN.

Vale destacar que este capítulo expõe parte dos resultados da Dissertação de Mestrado em Turismo, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), intitulada de Turismo, Capital Social e Produção do Espaço: Uma leitura a partir do município de Natal/RN no período de 1980 a 2012.

Destarte, procura-se construir um território que fomente a análise de um turismo visto enquanto experiência complexa e totalitária, não o reduzindo de modo algum aos aspectos econômicos, sociológicos e/ou técnicos por mais importantes que estes sejam. É a partir disso, subsidiar novos elementos que forneçam avanços na construção e na validade de seu conhecimento, de sua *práxis* e por fim, da participação harmoniosa entre os agentes envolvidos com sua expansão.

O FENÔMENO SOCIAL DO TURISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES

As teorias do turismo concebidas até o presente momento pecam justamente na fase de estruturação do conhecimento, por limitá-lo a especialismos pontuais. Este isolamento temático dificulta o avanço para uma discussão conceitual de turismo, justamente por gerar uma compreensão fragmentada de um fenômeno que por si só, já é complexo.

Alguns Estudiosos (BARRETTO, 2001; PANOSSO NETO 2005; SANTOS, 2007; PANOSSO NETO e LOHMANN, 2008; FRATUCCI, 2008 e SANTOS FILHO, 2009) apresentam similaridade em suas pesquisas, e revelam que intrínseca ao turismo, é a forma como ele interfere nas relações entre os seus agentes, por meio das experiências realizadas. Estas intervenções implicam em processos, movimentos e contradições, que aproximam o turismo de uma forma analítica que o considera como um fenômeno social em essência bruta.

Em face ao surgimento de vários paradigmas, enfatiza-se a análise do turismo, entendido como experiência, co-relacionando elementos constitutivos do que se considera ser uma teoria geral da experiência com uma teoria dos espaços. Para Santos (2007, p.15):

A análise da experiência turística supôs uma reconstituição estruturada por uma série de dimensões da existência humana, como sejam: o desejo, a imaginação, a memória, a razão, que situam os indivíduos no espaço-tempo social [...], donde emergem sistemas técnicos que os envolvem e que, simultaneamente, configuram novos modelos de subjetividade.

Os modelos considerados e que deram forma a essa experiência turística constituem padrões históricos atuais, afetando novos imaginários, fazendo emergir um modelo de transição, onde os traços de todos os modelos passados se mesclam. Santos (2007), adjetiva de “*híbrido*” o modelo que desemboca na experiência turística atual.

Por esta conjuntura é que se delinea a abordagem da multidimensionalidade do turismo. “A experiência turística, [...] não emerge, nem se edifica apenas na forma de consumo do mundo em objetos, mas como sistema de significados que ele inaugura, no seio da ficcionalização mais geral da experiência” (SANTOS, 2007, p. 105).

Desse modo, observa-se que a modernidade passa por mutações substantivas, provocando o aparecimento de novas subjetividades que atuam diretamente no circuito do processo turístico, resultando em novas percepções de sentido que instauram novos imaginários. Dar-se início a partir daí, a uma análise científica do turismo, com o pensamento voltado e com redobrada atenção à nova consciência do imaginário e do simbólico enquanto partes estruturantes da própria experiência turística, ultrapassando com isso as fronteiras monetárias.

Portanto, ao perceber que a experiência do turismo é dotada de complexidade, opta-se pelo entendimento que o seu centro analítico é composto, por quesitos do imaginário, na medida em que é esse imaginário que se constitui como objeto de trabalho por parte dos agentes e operadores de captação de fluxos.

Santos (2007) esclarece que o imaginário do turismo na atualidade se organiza com base em quatro eixos essenciais: a imagem, o espaço, o tempo e a comunicação e é por meio da sinergia destes eixos que ocorrem simultaneamente, as motivações e os deslocamentos que compõem o “fazer” turismo.

A PRÁXIS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Contrariando a discussão sobre o turismo enquanto fenômeno social, baseado nas experiências, é a maneira como ele vem sendo gerido na atualidade, fato que provoca focos de tensão social entre os agentes que compõem a conjuntura turística, levando a sérios conflitos, de forma mais visível, os de ordem social.

No município de Natal/RN esta realidade pode ser visualizada, por meio do descaso que o turismo recebe por parte do poder público em relação à gestão e ao planejamento com uso de parâmetros sociais. É perceptível que os gestores e planejadores do turismo natalense pecam justamente, por limitar-se apenas aos quesitos econômicos fomentados pela atividade. Por essa razão, o turismo em Natal acaba interferindo diretamente e de forma desigual nas relações sociais cotidianas, o que corrobora para a explicação do dinamismo de certas regiões e o declínio de outras, conforme a gestão e planejamento turístico que lhe é conferido (VALLS, 2006).

É possível identificar em Natal, a principal contradição espacial percebida na sociedade contemporânea, que é a confrontação entre o espaço abstrato (exteriorização de práticas econômicas e políticas da classe dominante junto ao Estado) com o espaço social (espaço de valores de uso, produzidos pela complexa interação social na vivência diária). Nota-se o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) dominando o espaço social (integrado de comunhão social), o qual acaba perdendo sua unidade, dispersando-se em grupos distintos com lutas sem uma representação efetiva (GOTTDIENER, 2010).

Um das principais incoerências observadas na gestão do turismo em Natal é a negligência aos processos participativos, principalmente quando se trata da inserção dos moradores locais, nas decisões que determinam a expansão do turismo de Natal. Para Souza (2004, p.12):

É preciso perceber que o planejamento não é monopólio do Estado. Os ativismos sociais, como protagonistas da produção do espaço urbano, devem e precisam ter muito a dizer sobre as soluções e propostas, e não apenas como críticos daquilo que não lhes agrada, mas como autores de estratégias e planejamento alternativo.

Essa realidade sinaliza para o fato que a *práxis* do turismo no município de Natal, com o intuito de modificar seus espaços para condicioná-los ao

turismo, exclui de sua composição e dos debates decisórios, a população local e seus interesses. Sabe-se por meio da fala de Santos (2009) que a composição do espaço, enquanto totalidade revela uma junção composta por elementos chamados de fixos (construções concretas) e de fluxos (relações sociais), isto é, de objetos e de ações, enfatizando um sentido de complementaridade.

Por meio disso, evidencia-se quer seja por meio das políticas de caráter estrutural (modificadoras de espaços), adotadas pelo poder público local (CRUZ, 2000), quer seja por meio da alocação de um grande número de empreendimentos, casas de segunda residência, vastas áreas de lazer e complexos turísticos de nível internacional (FONSECA, 2007), que o espaço físico do município de Natal, como também as suas interações cotidianas, vem se transformando por influência de uma ótica externa ao local, deixando cada vez mais na lembrança a imagem peculiar do município de Natal, descrita por Mário de Andrade em seu livro *O turista aprendiz*, fruto de uma viagem de férias do autor à capital potiguar. (ANDRADE, 2002), a qual motivava sentimentos de pertencimento e identificação com o local, por parte dos munícipes.

TENDÊNCIAS PARA A EXPANSÃO DO TURISMO

Como resposta aos enclaves gerados pelo impedimento da população local nas decisões da atividade, o turismo vem se adaptando e agregando novos adjetivos que demonstram a necessidade imediata de mudanças no curso das ações deliberadas para a atividade, objetivando uma expansão mais equilibrada para todos os agentes envolvidos.

Face ao exposto, surge em 1987, o paradigma que busca um desenvolvimento sustentável, por meio do relatório “*Nosso futuro Comum*” (RODRIGUES, 2000) que foi rapidamente incorporado aos discursos turísticos, devido aos fortes impactos ambientais que eram promovidos pela atividade.

Seguindo a tendência adaptativa, aparece a concepção baseada no desenvolvimento de base comunitária (SOUZA, 1999, 2004), sugerindo uma implantação e gestão do turismo que priorize ações horizontais, confrontando com a lógica capitalista (ditatorial e antidemocrática) que vem sendo adotada em escala macro nos dias atuais.

Diante deste panorama, muitos estudiosos buscam equalizar esta situação conflituosa, promovendo uma análise mais focada e minuciosa dessas relações que alicerçam um possível sucesso do turismo em uma localidade. Isto

é, começa-se a entender que, em meio ao escopo do turismo, existem elementos sociais imprescindíveis e que precisam ser respeitados para que se alcance o êxito esperado. É a partir deste ponto que se busca investigar o turismo, por meio das contradições visíveis que os seus processos, experiências e movimentos ateiam.

Por essa razão, as tendências que caracterizam o turismo moderno e que validam a necessidade em dotar os agentes da expansão do turismo de prerrogativas participativas são: a busca pela “descentralização da gestão; a adoção [...] de estratégias de cooperação, alianças e parcerias [...], o maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais; a adoção de códigos de certificação e de ética” (RODRIGUES, 2006, p.299). Estas características inserem nas abordagens do turismo, questões que ultrapassam as tradicionais questões quantitativas, e esse aprofundamento pode gerar novos conhecimentos perante uma área multidisciplinar e em construção.

Nota-se que o atual cenário teórico que compõe a temática sobre a participação ativa do morador local dentro dos direcionamentos do turismo, vem recebendo atenção dos pesquisadores (CUNHA, 2000; MOWFORTH e MUNT, 2006; SILVA, 2007; COLODZEISKI, 2007; FRATUCCI, 2008; PIRES e ALCANTARINO, 2008; SHARPLEY e TELFER, 2008; SEBELE, 2010; KYTZIA, WALZ e WEGMANN, 2011), revelando múltiplas concepções, e oferecendo um olhar subjetivo sobre o tema, no momento de relacionar o turismo com o empoderamento local, por meio da inserção dos moradores locais nas decisões do planejamento e gestão do turismo.

OS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA EXPANÇÃO DO TURISMO EM NATAL/RN

Os principais agentes, vistos com certa hegemonia, e produtores do espaço turístico são: Estado, Mercado² e os próprios turistas (SILVA, 2007). Por essa razão não é de se estranhar a tendência crescente entre os pesquisadores (SILVA, 2007; MOWFORTH e MUNT, 2007; SHARPLEY e TELFER, 2008; SOUZA, 2009) de reservar nos seus estudos sobre o turismo, um espaço para o empoderamento da comunidade local sobre os processos decisórios,

2 O agente Mercado agrega vários outros agentes como: agentes imobiliários, agentes da construção civil, empresários do *trade* (bares e meios de hospedagem).

visando uma maior participação e uma maior representatividade da população local nas agendas que visam planejar e gerir o turismo.

Esses agentes produtores podem exercer papéis ativos ou passivos, diante do processo de expansão do turismo e interação com o espaço turístico produzido. Esses agentes estabelecem uma trama complexa de relações, espacializada e composta por pontos emissores, receptores e conectivos (físicos e imateriais), superpondo-se sobre as outras redes relacionais, densificando e turistificando o espaço pelo qual se manifesta. (FRATUCCI, 2008). No quadro 01, os autores Mowforth e Munt (2006), explanam as possibilidades de participação da população local diante da atividade do turismo, revelando uma variedade de formas de interação, umas benéficas e outras não.

PARTICIPAÇÃO NO TURISMO	
TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS
Participação Passiva	As pessoas participam sem conhecer as decisões. A informação é compartilhada somente com profissionais externos.
Participação Consultiva	As pessoas são consultadas sobre algumas questões. O processo não admite participação na tomada de decisão.
Participação Comprada	As pessoas participam, por meio de uma troca de interesses. As pessoas locais não apresentam interesse em prolongar a participação no turismo, sem que haja o uso de incentivos.
Participação Funcional	A participação é vista como um meio para atingir seus objetivos, especialmente quando se pensa em reduzir os custos. As pessoas participam formando grupos para atender a objetivos predeterminados.
Participação Interativa	As pessoas participam da análise, do desenvolvimento e no fortalecimento de grupos e instituições locais.
Participação Cooperativa	As pessoas participam independentemente de instituições. Desenvolvem contatos com instituições e assessoria técnica de que necessitam, mas mantém o controle significativo sobre os recursos.

Quadro 01: Tipologias de participação no turismo. Fonte: Pretty e Hine (1999); adaptado por Pretty (1995); Mowforth e Munt (2006, p. 215).

Motivado por esta variedade de formas de participação nos processos que decidem os rumos da atividade do turismo, compreende-se que o papel da população local precisa ser um misto de interatividade com cooperação, com vistas a fomentar o processo de desenvolvimento turístico em nível municipal, agindo no sentido de produzir os espaços urbanos voltados para os interesses da atividade turística e, com efeito, norteado pelos interesses cidadãos e locais.

CAPITAL SOCIAL: EXPLANAÇÕES CONCEITUAIS

É imperativo entender que a utilização do termo Capital Social (CS), baseia-se nesta pesquisa, no conceito exposto na obra de Robert Putnam, intitulada de “Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna”, que discute o nível da democracia italiana no período em que a Itália deixou de ser um Estado unitário (1970), onde por meio de uma reforma administrativa passou a ter 20 regiões com capacidade de autogoverno.

Antes, destaca-se que o estudioso James Coleman (1990) foi o pioneiro a usar o conceito de CS e a partir daí, surgiram outros pesquisadores como: Evans (1993), Fukuyama (1996), Fox (1996) e Ab-El-Haj (1999) e o próprio Putnam (2006), que apesar da diversidade de análises, contribuíram para a composição de uma corrente teórica, ampliando as discussões sobre a temática, demonstrando a complexidade e abrangência do tema.

Fazendo um sucinto resgate sobre a conceituação de CS, sabe-se que em sua gênese, surgiram muitos debates na comunidade sociológica, embasados por algumas críticas no que se refere ao uso do termo “capital”. Os estudiosos alegavam ilegítima a utilização aglutinada dos termos “capital” e “social”, por não visualizarem adequação lógica com a teoria econômica e de forma particular, com as análises de Karl Marx. No entanto, conforme Lin (2001, p.1):

Assistimos à emergência de uma nova teoria do capital (*neo-capital theory*), que elimina a referência às classes e por meio da qual se desenvolvem os conceitos de capital humano, capital cultural e capital social. Essa nova teoria se interessa pelo jogo das ações individuais e das posições sociais no processo de capitalização.

Conforme Putnam (2006, p.177), Capital Social diz respeito às “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.” Dessa forma, CS pode ser entendido quando parte da sociedade civil se organiza e reivindica por benefícios coletivos, de forma espontânea e associada na busca por ações que priorizem o bem-comum.

Segundo Azevedo (2008, p.99) “Pode-se acrescentar nessas características, as redes sociais, desde que contribuam para melhorar a eficácia da sociedade, fazendo com que as ações coordenadas fluam e surtam efeitos positivos no processo de construção da democracia e do desenvolvimento social”.

O capital social caracteriza-se como produtivo e heterogêneo e, por meio de um viés político, estimula a participação cívica, possibilitando a obtenção de metas sociais que seriam inalcançáveis se o mesmo inexistisse, devido às ações tendenciosas realizadas pelos agentes hegemônicos, já citados anteriormente.

Na visão de Souza (2004) a sociedade civil precisa se organizar, de forma autônoma e independente do Estado, fomentando ações e estabelecendo diversas parcerias que busquem fortalecer a atividade e que possam fiscalizar o devido cumprimento das leis, por parte do Estado.

Por essa razão, Azevedo (2008) afirma que é indispensável à existência de igualdade política, com o intuito de favorecer a maneira pela qual se desenvolvem as relações sociais. Para o autor é preciso que essas relações baseiem-se nos sistemas horizontais de participação cívica e rejeite qualquer tipologia de sistema vertical e hierarquizado.

Conforme Abramovay (2000, p.4) “o capital social é uma resposta a um dos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um conjunto de indivíduos, onde cada qual age para alcançar objetivos de maneira independente uns dos outros.” A noção de capital social consiste em entender que os indivíduos não agem de forma avulsa e que seus objetivos não estão estabelecidos de maneira individual. Dessa forma as estruturas sociais devem ser vistas como recursos e ferramentas, caracterizando-se como ativos formadores de CS de que os sujeitos podem dispor.

O CS é gerado como subproduto de outros elementos sociais. A confiança é um dos componentes básicos do CS e promove a cooperação, que por sua vez, volta a gerar confiança, caracterizando um círculo virtuoso. No entanto, sabe-se que apenas a confiança não é o único atributo determinante nestas relações. Até porque existe confiança também em outras tipologias de relações sociais, como é o caso da máfia, e mesmo assim, a particularidade da relação reside na verticalidade, gerando desequilíbrio entre as partes. (PUTNAM, 2006).

Ainda conforme Putnam (2006, p.176), os requisitos utilizados para projetos institucionais de ação coletiva devem ter: “a) clara definição de limites da instituição, b) participação efetiva das partes interessadas na definição das regras, c) adoção de sanções gradativas para transgressores, d) existência de mecanismos pouco onerosos para a solução dos conflitos.” Cabendo ainda frisar que resulta em CS, a soma do capital físico-estrutural (insumos,

infra-estrutura) com o capital humano (educação, preparação técnica). Com efeito, informa-se que o capital físico é tangível e dessa forma, concretizado materialmente, e o capital humano, por ser menos tangível, incorpora as habilidades e conhecimentos adquiridos pelo sujeito.

Face ao exposto nota-se que o capital social é um conjunto de recursos, boa parte deles, simbólicos, de cuja apropriação depende em grande parte da forma como o cotidiano é vivenciado. Ao contrário das outras formas de capital, o CS não existe nos objetos nem nas pessoas, mas antes de tudo, existe entre os seres humanos. (SVENDSEN, KJELDSEN e NOE, 2010) e a sua acumulação resulta no processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no âmbito local.

Outra característica que se pode destacar do CS é o fato de que ele se constitui em um bem público, sendo um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo. Desse modo, “o CS não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Isto explica o fato de ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados.” (PUTNAM, 2006, p.180). Fato este, que também revela a inexistência da necessidade de lideranças no CS.

É importante ter em mente, segundo Cunha (2000), que o CS é multidimensional, e dessa forma comporta 03 dimensões co-relacionadas: (a) dimensão estrutural (ligações e configurações da rede e dos membros), (b) dimensão relacional (confiança, normas, obrigações e identificação com o grupo) e (c) dimensão cognitiva (representações, interpretações e idéias compartilhadas). A partir disso, “o capital social pode ser usado para entender a eficácia do trabalho em equipe, observando o comprometimento dos indivíduos [...] impulsionados por meio das suas três dimensões”. (LIN, 2011, p. 916).

Ainda seguindo as idéias de Putnam (2006) e Sacchet (2009), o CS pode-se apresentar por meio de três tipologias:

- a) Bonding³: O CS caracteriza-se por ligações entre grupos homogêneos, que apresentam experiências comuns (ex: família, vizinhos, comunidade). Deriva de grupos que lutam por questões relacionadas com experiências pessoais similares;

3 *Bonding* significa em português, união

- b) Bridging⁴: As relações aqui são menos profundas, porém mais abrangentes. São estabelecidas entre grupos heterogêneos. Seus membros têm formação, conhecimentos e experiências diversas (ex: membros de partidos, clubes, grupo de profissionais);
- c) Linking⁵: Por fim, o CS pode referir-se às ligações com pessoas e/ou grupos que estão em posição de poder ou influência, sejam elas relativas à economia ou a política. Ocorrem ligações dos indivíduos com instituições formais. (ex: Ministério Público).

A RELAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE CAPITAL SOCIAL E TURISMO

Como já observado, os princípios basilares que compõem o termo capital social norteiam um novo modo de fomento do turismo pautado na: participação ativa da população, no exercício da cidadania, no desenvolvimento da cooperação e confiança mútua entre os agentes, e por fim, da promoção de ações mais humanizadas e humanizadoras, possibilitando um embate frente à lógica desigual do capitalismo.

Evidencia-se, portanto, uma articulação direta da prática do turismo bem planejado e gerido com a constituição de um capital social local que corrobore para o êxito da atividade. Autenticando a articulação entre a participação ativa da sociedade local no processo de tomada de decisão voltado para a atividade e a espacialização de um turismo bem planejado, pautado em quesitos sociais.

Na Figura 01, busca-se sistematizar a relação entre turismo e capital social, revelando as áreas concatenadas existentes entre os principais elementos presentes no contexto das informações em estudo. A referida figura expõe os espaços de interseção, onde se pode atestar a necessidade de articulação entre as esferas, a fim de contribuir para a expansão de um turismo que venha inserir e atingir a população local, por meio de impactos positivos, garantindo uma melhor qualidade de vida para o residente e reservando espaços para a comunidade local poder se expressar e decidir os rumos da atividade, de forma cooperativa e participativa, e por meio de relações horizontais.

4 *Bridging* significa em português, conexão

5 *Linking* significa em português, ligação



Figura 01: Elementos constituintes da relação e interseção entre turismo e capital social. Fonte: Elaboração própria (2012) baseado em: Abramovay (2000); Santos (2007), Putnam (2006), Silva (2007); Mowforth e Munt (2007); Sharpley e Telfer (2008) Azevedo (2008) e Souza (2009).

Fica demonstrado e expresso na Figura 01 que o conceito de capital social emerge no turismo a partir do momento em que se busca um desenvolvimento de base comunitária, como resposta frente ao distanciamento com a dimensão local. Visualiza-se um embate de forças horizontais de coletividade contra as relações verticais de autoridade e dependência impostas pelos agentes hegemônicos. Assim o capital social surge em meio à promoção de ações cooperativas, e como uma possibilidade de enriquecer o tecido social da localidade que o estimular.

O CAPITAL SOCIAL NATALENSE RELACIONADO AO TURISMO

Em Natal/RN, mesmo com o parcial desconhecimento do termo, existem grupos compostos por agentes sociais que buscam por meio de ações coletivas, uma maior representatividade nas agendas de planejamento e gestão e, conseqüentemente, almejam uma maior participação nas decisões que são tomadas e que determinam o direcionamento dado ao turismo municipal.

No Quadro 01, têm-se um breve levantamento do capital social constituído em Natal/RN. Explica-se que os representantes sociais marcados em negrito, são os que se envolvem diretamente com as questões do planejamento e gestão do turismo na capital potiguar.

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGS)
1-ONG Baobá
2-ONG Oceânica (Pesquisa, Educação e Conservação)
3-Responsabilidade Social Posta em Prática (ONG RESPOSTA)
4-ONG Casa do Bem
5-Coletivo Leila Diniz
6-Rede Ambientalista Potiguar (RAP)
MOVIMENTOS SOCIAIS
7-Movimento S.O.S Ponta Negra
8-Movimento S.O.S Mangue
9-Movimento S.O.S Mãe Luiza
10-Movimento S.O.S Mata Atlântica
11-Movimento Pró-Pitimbú
12-Filhos de Ponta
ASSOCIAÇÕES
13-Associação dos Barraqueiros de Ponta Negra (ABPN)
14-Associação dos Moradores, Empresários e Amigos de Ponta Negra (AME)
15-Associação Representativa de Ponta Negra,
16-Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra
17-Associação de Artesãos da Vila e da Praia de Ponta Negra
18-Associação Potiguar em Defesa da Cidadania (APDC)
19-Associação Potiguar Amigos da Natureza (ASPOAN)
20-Associação dos Ambulantes da Praia do Forte
21-Associações e Centros Associação de Vendedores Ambulantes de Ponta Negra
22-Associações e Centros Associação Comunitária de artesões da Redinha
CONSELHOS COMUNITÁRIOS
23-Conselho Comunitário de Ponta Negra
24-Conselho Comunitário da Redinha
25-Conselho Comunitário da Praia do Meio
26-Conselho Comunitário de Areia Preta
27-Conselho Comunitário de Santos Reis
OUTROS (PROJETOS SOCIAIS, ENTIDADES CIVIS, COOPERATIVAS)
28-Projeto Felipe Camarão
29-Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e turística (COOTUR)
30-Natal Voluntários
31-Casa Renascer
32-Companhia Terra Mar
33-Instituto dos amigos do patrimônio histórico e artístico cultural e da cidadania. (IAPHACC)
34-Vozes da Vila

Quadro 02: Breve levantamento do Capital Social constituído em Natal/RN. Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Dentre os principais grupos de agentes sociais que compõem o capital social em Natal /RN na atualidade, e que desenvolvem ações efetivas no turismo, destacam-se: a) Movimento Social S.O.S Ponta Negra: é um espaço

coletivo, democrático e livre, criado em defesa dos principais cartões postais de Natal/RN (a praia de Ponta Negra e o Morro do Careca) ; b) ONG RESPOSTA – Responsabilidade Social Posta em Prática: busca prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto turístico potiguar, lutando contra a falta de conhecimento e conscientização por parte de todos os agentes.

Ainda destaca-se: c) ONG Oceânica - Pesquisa, Educação e Conservação: atua no ambiente costeiro e marinho do estado, desenvolvendo pesquisa, elaborando e implantando programas de educação ambiental, auxiliando a criação e a manutenção de áreas de conservação, divulgando os resultados em meios de circulação acadêmica e mídia popular; d) Conselho Comunitário do Bairro de Ponta Negra: busca intermediar o diálogo entre a gestão municipal e estadual com os moradores do bairro.

Também é possível observar, por meio do Quadro 02, a variedade de frentes com as quais o capital social de Natal se envolve não se limitando apenas ao turismo. Existem militâncias no que tange os direitos femininos, projetos artísticos, culturais, comunitários entre outros. Nota-se, de forma incoerente, que existe um número reduzido de agentes que se envolvem com as causas do turismo, mesmo sabendo que a atividade é um dos carros chefes dos cofres estatais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, acredita-se que o conceito de capital social, mesmo não sendo tão explorado na atualidade quando relacionado ao turismo, acaba por aproximar-se e articular-se frente à necessidade visível de uma melhor organização, mobilização e representatividade cidadã nos processos que decidem os rumos da expansão da atividade turística.

A população local é vista como um elemento de fundamental importância para o redirecionamento de um processo turístico equilibrado do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista que tal fenômeno permeia a dinâmica socioeconômica e política do município cotidianamente.

Observa-se que inserido na análise do espaço geográfico, enquanto totalidade (SANTOS, 2009), um dos seus papéis constitutivos é representado pelo homem, que é visto como elemento que fornece poder de ação ao capital social.

Este fato corrobora para o entendimento da função do residente, como agente produtor do espaço turístico, capaz de intervir, modificar ou influenciar o curso dos direcionamentos, por meio de sua participação e fiscalização efetiva. Ressalta-se o papel do residente, enquanto agente ativo e co-responsável pelo modelo turístico que será adotado, gerando resultados com escopos mais sociais.

O fomento do processo de tomada de consciência e de organização por parte dos autóctones abre um caminho novo para o relacionamento do morador local com o turismo. Observando por meio disso que a comunidade local é o agente mais apto a direcionar os caminhos por onde o desenvolvimento deve agir primeiro, não podendo ser colocada a margem do processo de gestão e planejamento.

Por essa razão, apreende-se como legítima a necessidade de relação e articulação entre o planejamento e a gestão do turismo com o conceito de capital social expresso por Putnam (2006). Entende-se que a superação dessa conjuntura desigual visualizada no turismo atualmente e imposta por um planejamento e por uma gestão ineficaz, depende de uma cooperação voluntária entre as coletividades, onde a comunidade que apresente um maior estoque de civismo e um maior ativismo de capital social poderá obter melhores resultados diante das práticas comumente excludentes que se aplicam ao turismo.

Ratificando esta idéia, Azevedo (2008, p.100) declara que “Nas regiões onde as comunidades cívicas participam ativamente da política, organizando-se em associações autóctones, incorporando sentidos de responsabilidades sociais e se imbuindo do espírito público, os avanços sociais são mais notórios”.

Destarte, é imperativo admitir a relação existente entre turismo e capital social, uma vez que é na prática do fenômeno social turístico que se encontra fortes segregações sociais, geradas por processos desiguais e de caráter exógeno, os quais dificultam uma organização social legítima, e que possa vir a contribuir para uma vida cívica e coletiva mais harmônica e com perspectiva endógena.

O papel que o turismo representa no processo de desenvolvimento possui fortes laços com a natureza do destino e com as características socioeconômicas dos seus agentes produtores. (SOUZA, 2009), por essa razão entende-se que o CS, passa a ser visto como um elemento determinante na mudança da tipologia sobre o fenômeno turístico adotado em uma destinação,

considerando como elemento prioritário na consolidação do seu projeto de desenvolvimento endógeno, a população local.

Assim ressalta-se que a constituição do capital social pode impulsionar o processo que busca inserir a população local nos processos decisórios e do mesmo modo, pode levar as relações para um patamar de diálogo entre os agentes. O desafio consiste, portanto, em dotar as populações afetadas pelo turismo, de forma positiva ou não, de prerrogativas que as torne protagonistas centrais da construção de uma nova sociedade.

Há de se considerar diante do exposto, que a ação social comunitária necessita ser vista como ferramenta de empoderamento local a partir da potencialização do CS inserido no debate do turismo e de outros temas de interesse coletivo. Existe a possibilidade, segundo Putnam (2006) do desenvolvimento local, através de práticas de associativismo, reverter estágios de declínio e tensão, tendo como principal motivação o CS, através da mobilização comunitária e da criação de cooperativas. Assim, o capital social pode e deve se tornar em um subproduto destas questões que o turismo provoca.

REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. *O Debate em torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica*. Revista Brasileira da Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, nº47, 1º semestre de 1999. p.65-79.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial*. In Economia Aplicada, vl 4. Número 2, Abril/Junho. 2000.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2002.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. *Desenvolvimento Local e Capital Social: uma abordagem teórica*. Aracaju: *Revista Geonordeste*, Ano XIX, nº1, p.87-105, 2008
- BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 10 ed. Campinas. São Paulo, 2001.
- COLODZEISKI, Ana Caroline Teixeira da Silva. *Turismo e Capital Social: a experiência de desenvolvimento local sustentável no distrito de Morro Azul, Litoral Norte do RS*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. *Confiança, capital social e desenvolvimento territorial*. Revista RA'EGA, n. 4, p. 49-60. Editora da Universidade Federal do Paraná: Curitiba. 2000.
- DANTAS, Eugenio Wanderley Correia; FERREIRA, Ângela Lucia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Turismo imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- EVANS, P. *O Estado como problema e solução*. Lua Nova: revista de cultura e política, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 107-156, 1993.

- FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. 310f. Tese de Doutorado em Geografia- Instituto de Geociências - Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2008.
- FONSECA, Maria A. Pontes. Tendências Atuais do Turismo Potiguar: A internacionalização e a interiorização. In: NUNES, Elias; CARVALHO, Edílson Alves de; FURTADO, Edna Maria; FONSECA, Maria Aparecida P. da. (Orgs.). *Dinâmica e Gestão do Território Potiguar*. Natal: EDUFERN, 2007. p. 215 – 231.
- _____; TAVEIRA, Marcelo da Silva. O modelo turístico potiguar e seus efeitos sócio espaciais nas comunidades litorâneas. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP, 2009.
- FOX, J. *How does civil society thicken?* The political construction of social capital in rural. World development, Mexico, v. 24, n. 6, p. 1089- 1103, 1996.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 412
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- KYTZIA, Susanne; WALZ, Ariane; WEGMANN, Mattia. *How can tourism use land more efficiently?* A model - based approach to land-use efficiency for tourist destinations. Science Direct: Tourism Management. p 629-640.2011.
- LIN, Chieh-Peng. *Modeling job effectiveness and its antecedents from a social capital perspective: A survey of virtual teams within business organizations*. Science Direct: Computers in Human Behavior. p. 915–923.2011.
- MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. *Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world*. 2. ed. New York: Routledge, 2006.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.
- _____; LOHMANN, Guilherme. *Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Editora Aleph, 2008. (série turismo).
- PIRES, Ewerthon Veloso; ALCANTARINO, Marcos Delgado. *A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário – MG. Caderno Virtual de Turismo*. ISSN: 1677-6976 Vol. 8, N° 1, 2008.
- PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e a atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza (orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo e territorialidades plurais- lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amália Inês Geraigis de. Et all. *América Latina: Cidade, campo e turismo*. 1 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Figueiredo. *Turismo – mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística*. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.- (Coleção Milton Santos).

SANTOS FILHO, João dos. *Questões teóricas expressam riqueza e pobreza no debate epistemológico do fenômeno turístico: uma ciência em construção*. Parte I e Parte II. Disponível em : < <http://www.espacoacademico.com.br/096/96jsf.pdf>> maio 2009.

SHARPLEY, Richard; TELFER, David. J. *Tourism and development in the developing world*. Routledge, New York, 2008.

SEBELE, Lesego S. *Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana (Case Study)*. Science Direct: Tourism Management, p 136–146. 2010.

SOUZA, Crhis Anderson Martins. *Turismo e desenvolvimento: percepções e atitudes dos residentes da Serra da estrela*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia industrial. Universidade de Aveiro, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento Urbano e Ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo.)

SVENDSEN, Gunnar Lind Haase; KJELDSEN, Chris; NOE, Egon. *How do private entrepreneurs transform local social capital into economic capital? Four case studies from rural Denmark*. Science Direct: The Journal of Socio-Economics. p.631–644, 2010.

VALLS, Josep-Francesc. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*; tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Caminhos entre um rio e o mar: residentes e turistas em zonas e realidades díspares no destino “Cidade do Sol” - Natal/RN, Brasil

Michel Jairo Vieira da Silva¹

Lore Fortes²

NATAL-RN: ESTRADA EM LINHA RETA

Sapatos magnificamente lustrados e brilhantes tornam-se sujos quando colocados na mesa de refeições. Restituídos ao monte dos sapatos, eles recuperam a prístina pureza. Uma omelete, uma obra de arte culinária que dá água na boca quando no prato do jantar, torna-se uma mancha nojenta quando derramada sobre o travesseiro (BAUMAN, 1998, p.14).

Enaltecer o que existe de mais belo, organizado e confortável é talvez o propósito primeiro do fenômeno turístico. Apontar as mais belas praias, os mais confortáveis meios de hospedagem, fornecer uma série de agradáveis restaurantes e demais serviços turísticos, todos entornados por um sistema de segurança adequado, vias bem iluminadas, sinalizadas e pavimentadas, é emprestar à demanda turística o melhor que a infra e superestrutura do destino “Cidade do Sol” (Natal-RN) tem a oferecer. Porém esse “empréstimo” ultrapassa a condição de retorno, de compartilhamento com o residente. Requer em muitos casos a “entrega” de espaços da cidade ao fenômeno. Na mesma medida que é possível vislumbrar, ao tom de discrepância recorrente, outras realidades também “entregues”, mas agora a uma perturbadora biografia socioespacial.

Pode-se encontrar a alguns quilômetros desse centro de oferta turística (bairro de Ponta Negra e entorno) uma realidade totalmente distinta,

1 Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. E-mail: micheljvs@hotmail.com

2 Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora adj. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

que faz elevar uma reflexão acerca da necessidade de uma visão estratégica do urbano e ações de enfrentamento dos conflitos sociais no seio da cidade (CLEMENTINO, 2002). Para além, a reflexão questiona o envolvimento do residente, de onde e como estão sendo feitos os investimentos governamentais, onde e como vive aquele personagem mais aquém do luxuoso espaço turístico. Personagem esse que representa uma significativa camada da sociedade desconhecadora do setor contraditoriamente mais importante da cidade de Natal-RN - turismo. Atividade que parece se articular sem compreender o principal objetivo do termo “desenvolvimento”, que:

Passa pelo fomento de programas para transformá-la (cidade), cujos projetos são complementares e articulados, contemplando diversas atividades econômicas, tais como agricultura, pesca, artesanato, pequenas indústrias, lazer e turismo, dentre outras, favorecendo créditos para microempresas, e, sobretudo, visando ao crescimento e à participação das pessoas independente de seus papéis no processo produtivo (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 140).

Sendo assim, é indispensável rever a capacidade transformadora (desenvolvimentista) do turismo, que prega tantos aspectos positivos no âmbito da cidade, mas que em muitos casos não se estende para além da região onde se instala, esquecendo as condições de vida que em nada se parecem com a experiência turística, e que estão a poucos quilômetros de distância, às vezes ao lado, no mesmo espaço citadino. Mas seria mesmo o fenômeno turístico responsável por transformar essa realidade? Ele teria esse poder? O que gera essa desigualdade e segregação não é a atividade turística, mas o modelo de planejamento da região (independente da atividade, muitas vezes), que deveria ter a missão de atuar priorizando a igualdade de acesso a bens e serviços, espaços públicos e condições básicas e dignas de vida.

Partindo desse descontentamento com a prática de planejamento que se instala no Brasil, este artigo busca estabelecer uma comparação incommum (extremos espaciais e sociais de Natal). Ou seja, realiza uma apreciação da capacidade centralizadora de recursos e de retorno em benefícios para um único espaço, a partir do planejamento governamental desigual e gerador de contrastes, instrumentalizado por políticas públicas que muitas vezes

obedecem apenas o mercado imobiliário/turístico. Essa situação “ênfatisa a necessidade de que os governos locais, em conjunto com entidades da sociedade civil, interfiram na dinâmica econômica e construam projetos capazes de gerar um maior dinamismo das atividades econômicas e maior redistribuição da riqueza e da renda” (SANTANA, 2009, p. 122). Não sendo assim, relega-se num planejamento desigual - que deveria ser estendido e reconhecido por toda a comunidade - áreas que se encontram sob uma ordem social decadente, pobre, conflituosa e sem perspectivas, enfraquecida pelo sistema que deveria incluí-la, e que, no caso a seguir vem a tê-la ora como ameaça (marginal), ora como inexistente (desconhecida).

Natal aqui será estudada a partir do entendimento de periferia espacial, da compreensão de extremos geográficos da cidade, visto que tanto o bairro de Ponta Negra e entorno, como a comunidade Novo Horizonte estão bordeando a cidade de Natal (Mapa 01). Todavia, não apenas desse extremo geográfico se destacará, mas também da ideia de periferia sob a égide do social, de baixos índices de qualidade de vida, de periferia entendida como área dos menos abastados. Para além, vê-se a periferia como local onde residem pessoas com excelentes condições de vida e acesso a serviços sofisticados. Essa definição de periferia comunga da simplificação das palavras de Paviani (1996, p. 86), que explica existir esses dois tipos de periferia: “aquelas que são ocupadas pelos destituídos e as que são ocupadas pelas classes privilegiadas”.

A comunidade de Novo Horizonte como periferia favelizada, e o bairro de Ponta Negra como periferia elitizada (nesse caso pelo turismo), representantes dos conflitos da cidade contemporânea, e da “globalização”, essa que não deve ser encarada como responsável por todos os conflitos atuais em âmbito local e mundial. Entretanto é a maneira como a globalização é tratada que a torna a vilã de todos os entraves sociais (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 158). Compreende-se que não está no turismo em si, mas na “forma como o turismo é explorado, ou como se dão as relações sociais de produção, isso é que vai determinar se distribui ou concentra renda”, e resulta não apenas em qualidade do produto turístico vendido, mas também da qualidade de vida de TODO o grupo que no destino vive. Ao invés disso, Natal, assim como Fortaleza-CE (CORIOLANO; SOUZA,

2010), Salvador-BA (DIAS, 2002) e Pipa-RN (ARAÚJO, 2002), se mostra como “uma cidade que se tornou através dos anos um palco segregado, onde diversos atores sociais procuram delimitar seus espaços” (COSTA; MARINHO, 2008, p. 446), assim como outros destinos do litoral nordestino, como. E para evidenciar o roteiro que se mostra em parte deste palco, a comparação aqui se fará a partir da apreciação de vários vídeos de registro de viagem ao destino Natal-RN e que foram postados no www.youtube.br (2007 a 2010).

- Natal (RN) – postado por ESTEVANPAIVA (2007)
- Noite de Ponta Negra – postado por CIJAMEJR (2007).
- Férias em Natal/ 2008 – postado por FORMARADICAL (2008).
- Férias em Natal RN – postado por DENISEPERIN27 (2009).
- Férias em Natal – postado por VLADQUINTO (2009).
- Natal-RN – postado por SIM27 (2009).
- natal-rn – postado por DEDECA22 (2009).
- Saindo de Natal/RN – postado por ANDREYMICHEL (2009).
- Azucar em Ponta Negra Natal RN (2) – postado por CORAÇÃOBRASILEIRO (2010).

Para fazer o contraponto com os vídeos de registro turístico, têm-se o documentário “As Ruas do Rio: vidas reais ao redor de um rio morto”, produção local idealizada por dois professores (Cláudio Martins e Cíntia Sá) a partir do projeto de inclusão social PROJOVEM, que desenvolve um trabalho fora do ensino regular, onde os alunos recebem instrução pra conclusão do ensino fundamental e iniciação profissional. Tal vídeo foi desenvolvido no bairro das Quintas, mais precisamente na comunidade de Novo Horizonte (região oeste de Natal), nome dado a alguns anos, após obra de canalização do rio que corta a comunidade (rio das Quintas ou rio das Lavadeiras – Figura 01). Apesar do novo nome – também conflituoso – a comunidade ainda é estigmatizada por ter sido batizada no passado por populares como “Favela do Japão” (Figuras 03). Esse apelido sofrível que poderia refletir alguma característica de região distanciada da realidade da cidade, de região abaixo das demais, segundo morador (José Alves), surge de um dos seus principais e mais antigos problemas, a desordem estrutural:

EXTREMOS SOCIOESPACIAIS EM NATAL/RN (Bairro Ponta Negra e Comunidade de Novo Horizonte)



 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO (MESTRADO)

MESTRANDO: Michel Jairo Vieira da Silva, Esp
ORIENTADOR: Prof. Lore Fortes, Dr.

FONTE: Base Original: IBEMA/2007
 Imagens: Google Earth, 2011
ESCALA: 1:100.000
 Software: ArcGIS 9.2



Fonte: MAPA 01 - Banco de Dados dos Pesquisadores, 2011.

Aqui só havia buracos, cada vez que chovia os buracos aumentavam. A cratera aumentava. Por ser morro, a chuva tinha facilidade de remover aquela areia e cavar. Ia passando um senhor de idade, olhou assim para aquelas crateras e falou: - Se continuar assim vai sair no Japão. E o pessoal antigamente tinha a impressão que o Japão era debaixo da terra. Daí os populares ouviram e foi de onde surgiu o nome Japão. E quando a proporção da favela aumentou deu-se a marca de favela do Japão (José Alves, morador – durante documentário).

E é sobre a formação, a origem dessa comunidade carente que tal vídeo se enreda, sendo resultado de um trabalho integrado entre professores e alunos, que entrevistando moradores do bairro, e se utilizando de tais depoimentos, acrescidos de reproduções imagéticas do presente e do passado do lugar, revelam através principalmente da oralidade, uma história rica e nunca antes registrada. O enredo escandaliza pelo contexto de exclusão social extrema, miséria, insuficiência de serviços de educação, saúde, falta de emprego. Vale salientar que a quantidade de moradores da região trabalhando na região turística é bastante pequena, e quando acontece é na perspectiva de subemprego (vendedores ambulantes, por exemplo). Muitas vezes a única alternativa de emprego concedida pelo fomento do turismo. Para além desses problemas, destaca-se na comunidade de Novo Horizonte alto índice de violência, tráfico de drogas e impacto ambiental grave sobre o *rio das lavadeiras* (canal largo de esgoto a céu aberto) que corta a comunidade e inspira o nome do documentário.



Figura 01 – Abertura do documentário com imagem do canal ao fundo. Fonte: Documentário *As Ruas do Rio*, 2009.



Figura 02 – Fotografia da comunidade durante a obra de edificação do canal. Fonte: Documentário *As Ruas do Rio*, 2009

A análise dos vídeos de registro de viagem a Natal e o documentário anteriormente citado se deu a partir de um dos “Atributos de Imagens Aplicadas aos Diferentes Atores do Destino” (SANTANA, 2009, p. 114): *Infra Estrutura Geral*, que aqui será estudado através da interpretação de narrativas áudio visuais e entrevista com documentarista mediante análise de conteúdo, sob o entendimento de Representação Social. A imagem não será então abordada apenas na perspectiva turística, mas também sobre o olhar do residente, através do documentário.

NATAL-RN: UMA CIDADE COM DOIS CAMINHOS

Ao se destacar os aspectos infra-estruturais da comunidade de Novo Horizonte, o que se evidencia durante os 19 minutos de documentário é uma área carente de pavimentação, iluminação adequada, com sistema elétrico desorganizado, ruelas desordenadas, e apenas uma instituição governamental – que é a Escola Municipal Professora Angélica de Almeida Moura. A precariedade desses aspectos desenham uma região de favelização (Figura 03). O cenário é complementado pela existência do córrego do rio-esgoto, que segundo um dos idealizadores do vídeo, ainda apresenta nascentes de água limpa, mas que inevitavelmente se misturam aos dejetos de toda uma região que é no rio jogado (canal que leva o esgoto de parte da região oeste da cidade, e onde é despejado parte do lixo da própria comunidade).



Figura 03 – Panorama de parte da comunidade de Novo Horizonte.
Fonte: Documentário As Ruas do Rio, Natal – RN, 2009.

Um traço importante dessa região é o fato de que ao falar “*das ruas do rio, a gente tem a ideia das ruas serem pavimentadas, retas e o rio ser tortuoso. E ocorre o contrário, todas as ruas da comunidade são tortuosas, e o próprio rio ele é canalizado, ele é reto*” (Professor-documentarista Cláudio Martins em entrevista, 05/02/2011). Assim pode-se fazer uma reflexão sobre a ação do planejamento governamental no local, que se dá de maneira direta, de cima pra baixo, objetiva, cortando a comunidade.

A obra de canalização auxiliou os moradores no que tange o antigo problema de transbordamento do rio no período de chuva. Entretanto, a única obra de grande porte nessa região não ocorreu de maneira completa, levando em consideração o reordenamento não apenas do trajeto do rio, mas também o ordenamento das ruas que o margeiam. Ou seja, o poder público realizou obra na comunidade, visando atender parte da necessidade da região oeste de Natal. Mas os problemas de infra-estrutura geral - moradias em áreas de risco de desabamento, problemas de saúde pública (proliferação de insetos, doenças motivados por canal aberto em quase todo o seu percurso – Figura 04), entre outros - não foram contemplados pelo governo.

Agora tudo como mudou, a melhora que houve aqui eu mesma não gostei. Porque no antigamente esse rio era um rio muito limpo. Tinha aquelas duas carreiras de pedra. Todo mundo lavava roupa. Aquela água limpa, aquela coisa maravilhosa. Então a gente nesse tempo não tinha água saneada aqui nesse bairro, era tudo uma pobreza mesmo,

mas era lindo. (...) Hoje a gente temos água saneada e a gente tem muito problema com essa tal dessa água. Era muito boa, eu gostava. Mas depois que tudo mudou, fizeram esse canal ai, pra mim não foi uma coisa muito boa, revela muita “seboseira”, é aquelas coisas que todo mundo vê, ta feio. Mas num valeu de nada, nesse lixo vem de tudo que é “seboseira” de outros lados, fica ai. As vezes tem dia que a gente quer passar por perto e não tem como passar com aquele mau cheiro. Não tem quem aguente. (...) O esgoto só acumula lixo. Os moradores mesmos é que providencia uma pessoa interessada pra esgotar e é assim (expressão de flexão repetitiva de dedos, representando excesso de mosquitos). Tem adoecido até gente por aqui. Tem gente que fica ai com essas fossas abertas, que é pra ir pro esgoto dez, doze dias. A gente não pode almoçar, a gente não pode tomar café, sair ai fora, que não dá. Isso é muito problema que os órgãos competentes deveriam olhar pra gente aqui. É porque o bairro é pobre? Mas a gente merece (Dona Neuza, moradora, durante o documentário).



Figura 04 – Tubulação que despeja dejetos em natura no canal.
Fonte: Documentário As Ruas do Rio, 2009.

Em contrapartida, o que se percebe nos vídeos que representam a experiência turística é uma infra-estrutura deveras distinta da revelada pelo documentário, destacando uma “imagem forte e positiva do lugar, apoiada numa oferta de infra-estrutura e de serviços que atraia investidores, visitantes e usuários capazes de consumir” (CLEMENTINO, 2002, p. 127). Ou seja, o papel de “destino” turístico vem sendo adequadamente representado, e evidenciado

nas imagens que fazem compreender a região turística teoricamente como “ilha”, ou “bolha turística”.

O turista guarda sua distância, e veda a distância de se reduzir a proximidade. É como se cada um deles estivesse trancado numa bolha de osmose firmemente controlada; só coisas tais como as que o ocupante da bolha aceita podem verter para dentro (...) Dentro da bolha o turista pode sentir-se seguro: seja qual for o poder de atração do lado de fora, por mais aderente ou voraz que possa ser o mundo exterior, o turista está protegido (BAUMAN, 1998, p. 114).

Os visitantes, ao apresentarem os lugares por onde circularam, registram o que se pode chamar de “espaço globalizado” ou “não-lugares” (CARLOS, 1996), ou ainda “pseudo-lugares” (CRUZ, 2007) com características que o torna padronizado ao que o mercado de viagens estabelece como seguro, o arquétipo esperado pelo turista. Esse *set* para o espetáculo de qualidade turística (Figuras 05 e 06) tem seu principal ponto de convergência - o bairro de Ponta Negra e seu entorno: BR 101 (acesso ao Aeroporto Internacional Augusto Severo no município de Parnamirim), a Via Costeira que dá acesso aos hotéis de luxo e o litoral norte, além da rota do Sol – que liga a cidade ao litoral sul do estado. Em síntese a se remeter ao espaço de circulação turística e da elite local de Natal,

um jardim se estende do aeroporto ao centro da cidade e por toda a Av. Roberto Freire, caminho dos turistas aos hotéis de Ponta Negra e da Via Costeira. Nas principais ruas e avenidas da cidade, foi instalada iluminação colorida, predominantemente verde, nas árvores existentes. Não faltam recursos e esforços para a produção de aeroportos, sistemas viários, calçamento, iluminação e embelezamento das áreas mais nobres das cidades (VALENÇA; BONATES, 2008, p. 442).

De maneira direta, as imagens apresentadas pelos turistas denotam a presença de tudo que carece na região supracitada de Novo Horizonte. O bairro da praia de Ponta Negra é mostrado nos vídeos como sendo uma região totalmente pavimentada (hotéis de luxo e condomínios modernos e altos, fotografados das sacadas das UH’s), região bem iluminada (registrado em vídeo *Noite em Ponta Negra*) e com sistema de esgoto aparentemente adequado (visto que em nenhum registro se documentou problemas relacionados a saneamento básico da área). Outro aspecto revelado é a adequada sinalização pública, ordenamento

das vias e trânsito, além do paisagismo da região (Av. Roberto Freire, o pórtico da onda, o giradouro, a Via Costeira e início da Rota do Sol), evidenciado pelas palavras de um turista durante o vídeo “Saindo de Natal”: “ - *A cidade é muito bonita, é limpa. O povo é hospitaleiro de verdade, sabe tratar bem o turista. Nos adoramos isso aqui, amo tudo isso! (...) Agora dá pra ter uma noção da beleza da cidade, porque com toda essa luz, essas palmeiras, esses coqueirais, esse brilho*”. Portanto:



Figura 05 – Vista da sacada de um hotel, destacando a infra-estrutura de Ponta Negra. Fonte: Vídeo Férias em Natal/2008, 2008



Figura 06 – Vista de sacada para área de lazer de hotel a beira mar da praia de Ponta Negra. Fonte: Vídeo natal – rn 2, 2009.

É nesse ambiente onde, uma vez captados, os turistas se vêem submetidos à estrutura empresarial, tornando-se definitivamente

uma “matéria-prima” da “indústria”, fator catalisador de todo o sistema, já que é através dela, dos produtos e estereótipos que oferece ou intermedeia, que se produzem os encontros entre visitantes e locais (SANTANA, 2009, p. 64).

Estereotipando assim a imagem de uma cidade perfeita, iluminada não apenas pelos longos dias de sol, mas por uma dinâmica social equilibrada.

O registro feito por dois turistas que estão ao deixar a cidade mostra em curto tempo praticamente toda a representação imagética e do imaginário de quem visita Natal: uma cidade limpa e ordenada para receber. Será mesmo que agora, voltando para sua residência, ele estaria apto a dizer que “dá pra ter uma noção” sobre que cidade é essa chamada Natal? Acredita-se que seria necessário relativizar essa afirmação que está baseada numa experiência turística conduzida para a permanência do visitante na região melhor estruturada da cidade, onde tanto o poder público e suas obras de apoio ao fenômeno turístico, como a iniciativa privada nacional e estrangeira (construtoras, hotéis de rede, entre outros) sitiam o visitante, que acaba por não enclausurar-se inconscientemente em locais padronizados, mas também com a própria experiência turística padronizada (os vídeos, por serem semelhantes, revelam a repetição da experiência).

Com relação a essa clausura em espaços e maneiras de se exercer a viagem, Guattari *apud* Luchiari (1999, p. 24), entende, e nos vídeos sobre o destino Natal pode-se se diagnosticar que:

Os turistas fazem suas viagens sem sair do lugar, confinados nos mesmos ônibus, nas mesmas cabines de avião, nos mesmos quartos de hotéis e desfilam diante dos monumentos, paisagens que já viram centenas de vezes nos jornais, prospectos e nas telinhas de TV.

Em outra perspectiva Bauman (1998, p. 15) compreende essa “ação de controle” do que se vive, não apenas na experiência de viagem turística, mas essa “ordem” que, segundo ele, também envolver o residente segregado:

Ordem significa um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita – de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis, alguns virtualmente impossíveis.

E qual é o destino final (e portão de entrada) dos turistas desse vídeo, e de todos os outros turistas aqui analisados? O Aeroporto Internacional Augusto Severo. Na condição de portão de entrada, o aeroporto tem papel fundamental para crescimento do turismo no estado, sendo certamente a área onde circula a maior fatia do fluxo turístico. Sua estrutura também é levantada pelo registro fílmico.



Figura 07 – Aeroporto Internacional Augusto Severo, Parnamirim. Fonte: Vídeo Natal – RN, 2009.

Alguns vídeos (Férias em Natal / 2008, Natal RN, Saindo de Natal; e Natal-RN) ora apresentam-no, ora citam-no. Mas todos sempre numa perspectiva positiva, apontando sua arquitetura arrojada, decoração moderna, temática e turística, estacionamento, além do conforto (apesar de já haver indícios de super-lotação do aeroporto, mas que nos vídeos não foram detectados) das ordenadas vias de acesso (BR 101, e Av. Roberto Freire), e do pórtico dos Três Reis Magos que dão as boas vindas a esse turista que normalmente se hospeda em Ponta Negra.

Para além de repleta de serviços de hospedagem, restauração, casas de câmbio e artesanato, ao possuir uma infra-estrutura de apoio à atividade turística (envolve saneamento, segurança, comunicação, iluminação e energia, fornecimento de água, entre outros) a região de Ponta Negra e seu entorno (Via Costeira), parecem representar uma outra cidade, ou pelo menos uma área desta mesma cidade que em nada (ou quase nada) parece ou dialoga com a experienciada na comunidade de Novo Horizonte (Favela do Japão). Ou seja:

As cidades tornam-se objeto de novos e intensos fluxos de população e de uma profunda redistribuição da renda: seja nos bairros nobres (...) com formação de elite global móvel (...) seja nos bairros populares, com a ampliação dos cinturões periféricos, onde se junta uma enorme quantidade de populações deserdadas. Em suma, a cidade socialdemocrata (...) torna-se ameaçada em suas fundações, pois o tecido social é submetido a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente: os ricos tendem a se tornar ainda mais ricos, desfrutando as oportunidades disponibilizadas pela ampliação dos mercados, enquanto os mais pobres afundam na miséria, destituídos de sistemas de proteção social (BAUMAN, 2009, p. 8).

NATAL-RN: FIM DA LINHA

Os turistas são convidados a visitar apenas trechos da região costeira, deixando de conhecer os principais atores e cenários do destino turístico que escolheram para suas férias. Natal enquanto *pseudo-lugar* torna-se evidente por diversas obras estruturais (traslado aeroporto – núcleo de hotéis) e movimentações ocorridas nos últimos anos. O bairro e praia de Ponta Negra (principal cartão postal da cidade, e exemplo disso), resulta numa “ilha turística”. Hoje parte do bairro é disponível para a pequena elite local, mas principalmente para o deleite do turista e do investimento advindo do capital estrangeiro. E quem se vê a “margem dessa ilha” e de sua estrutura com calçada iluminado, shoppings, belos hotéis e restaurantes, rodovias pavimentadas e bem sinalizadas, acrescidos de segurança e limpeza, está sob uma realidade paralela muitas vezes com um nada “novo” horizonte de exclusão e miséria, em que turista não é convidado a contemplar.

Os depoentes desse horizonte cinza sob o rio parecem apontar o poder público como apático na busca por melhorias estruturais e sociais do local, mas também compreendem que o processo de apropriação desordenada do território promovida por eles mesmos (e teriam outra saída?) contribuiu para o estado desolador da comunidade. A cada depoimento e imagem – seja turística, seja local – quilômetros de distância e um muro invisível maior se edifica entre a elite turística, e a realidade temerosa dos mais pobres da cidade. Ambos – turista e residente – ao modo que os compete, são manipulados pela força dos sentidos pós-modernos de comportamento, medo, consumo e confinamento.

Consciente ou inconscientemente eles exercem sua experiência urbana sob a égide do capital, que seleciona, fragmenta e limita os espaços a circular e impressões pessoais de cada grupo.

Esse confinamento territorial do turismo querendo encobrir as irregularidades do entorno, infelizmente não é mais uma tendência. Apresenta-se como uma constante realidade de apropriação da cidade pelo fenômeno nos destinos litorâneos do nordeste brasileiro. Apropriação que segrega por meio da diferença, como também da hierarquia do consumo. Ação capitalista essa que promove uma experiência turística espetacular e bela – missão de permitir uma viagem agradável cumprida – mas que numa outra perspectiva mostra um planejamento público desigual. É preciso enfatizar que não se pode apontar o turismo como culpado, mas sim as prioridades e projetos de desenvolvimento e manutenção do social feita pelo governo.

A partir dessa tendência Natal transformou-se em cenário de contradição um tanto cruel para muitos. A Cidade – ora destino turístico, ora conjunto de zoneamentos urbanos desiguais – é produto do poder privado e enfatizado pelo agente estatal, que distribui de forma irregular os projetos de melhoria das bases do social e equipamentos urbanos, colaborando para a saliência da segregação e disparidade de realidades expressa nesta pesquisa. Dessa maneira, seria necessário acentuar ações públicas (infra e sociais) ligadas ou não ao fenômeno turístico (principal atividade econômica da cidade). Atuação que trouxesse a melhoria da qualidade de vida (saúde, moradia, segurança, educação, emprego) do grupo de excluídos, e seu livre acesso (na condição de cidadão natalense e de trabalhador do turístico) à regiões que não podem ser exclusivas do turismo.

O que se sugere para tal é um planejamento governamental holístico e participativo; com projetos de infraestrutura que alcance todas as classes; atividades de qualificação profissional e inserção da periferia no mercado; incentivo ao lazer local em todos os ambientes públicos da cidade; e demais ações que tombem o muro que impede e emudece a relação turista-residente, e que façam a população reconhecer o turismo como uma atividade de fato relevante para o desenvolvimento da cidade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. Uma viagem insólita: de um território pesqueiro, a um “paraíso” turístico pesqueiro. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

AS RUAS do rio – baseado em vidas reais ao redor de um ex-rio, produzido por Cláudio Martins. Natal: 2C Produções, 2009. 1 DVD (19 minutos): som.; col.; s/ legenda; português.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi/ São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, R. C. A. YÁZIGI, E. (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-38.

CLEMENTINO, M. L. M. Políticas públicas e promoção econômica das cidades. In: VALENÇA, M. M; GOMES, R. C. C. (Orgs.) *Globalização & desigualdade*. Natal: A. S. Editores, 2002.

CORIOLOANO, L.; SILVA, S. C. Bandeira de M. *Turismo e geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: EdUECE, 2005.

CORIOLOANO, L.; SOUZA, E. *Crise urbana e gueto dos lazeres: o parque do Cocó em Fortaleza, Ceará*. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: crises, práxis e autonomia – espaços de resistências e esperanças, AGB, Porto Alegre, 2010.

COSTA, A.; MARINHO, F. Segregação social: um olhar sobre as favelas de Natal. In: VALENÇA, M.; BONATES, M. (Orgs.) *Globalização e marginalidade: o Rio Grande do Norte em foco*. Natal: EDUFRN, 2008.

CRUZ, R. C. A. *Turismo e impactos em ambientes costeiros: Projeto Parque das Dunas via Costeira, Natal (RN)*. (Dissertação de Mestrado): USP, São Paulo, 1995.

DIAS, C. *Carnaval de Salvador/ BA: mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito*. (Dissertação de Mestrado): Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LUCHIARI, M T. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UFCE, 1999.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, et al. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.182- 90.

SANTANA, A. *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. Tradução de Eleonora Barreto. São Paulo: Aleph, 2009.

VALENÇA, M.; BONATES, M. Globalização e marginalidade: o Rio Grande do Norte em foco – uma apresentação. In: VALENÇA, M.; BONATES, M. (Orgs.) *Globalização e marginalidade: o Rio Grande do Norte em foco*. Natal: EDUFRN, 2008.

Captação de Eventos Internacionais: uma contribuição para o desenvolvimento do turismo de eventos

Renata Laís Ferreira de Santana¹

Josemery de Araújo Alves²

Kettrin Farias Bem Maracajá³

INTRODUÇÃO

A realização de eventos é de suma importância para o desenvolvimento do turismo, uma vez que se trata de uma atividade que pode agradar aos mais variados públicos, desde que seja bem planejado e de acordo com as diversas áreas de interesse. Muitas localidades utilizam-se dos eventos para fomentar o turismo e divulgar seus atrativos, já que o turismo de eventos vem sendo considerado um dos segmentos que mais cresce e movimenta capital.

Atualmente, o Brasil possui potencial suficiente para participar do mercado de eventos mundial, pois está inserido no Top 10 dos países que mais recebem eventos internacionais, de acordo com os critérios de classificação da *International Congress and Convention Association* (ICCA, 2012), importante referência no setor de eventos. Essa realidade poderá melhorar positivamente com o legado que a Copa do Mundo Fifa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 deixará para o país.

Dentre os objetivos do artigo pretende-se investigar a complexidade do processo de captação de eventos nacionais e internacionais, mostrando sua importância para o desenvolvimento do Turismo de Eventos. Outra meta é identificar as contribuições que os Eventos Internacionais trazem para o país sede, focando na Copa do Mundo Fifa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Discente da 8ª fase do curso de bacharelado em Turismo. renatalais@bol.com.br

2 Mestre em turismo/ UFRN e Graduada em turismo/UERN. Professora efetiva do curso de bacharelado em Turismo, DCSH - CERES - Currais Novos. josemeryalves@hotmail.com

3 Mestre em turismo / UFRN e Graduada em turismo / IESP. Professora efetiva do curso de bacharelado em Turismo, DCSH - CERES - Currais Novos. kettrin@ufrnet.br

A metodologia aplicada foi a pesquisa secundária, com foco em livros de autores renomados na área do turismo, bem como a exploração de documentos oficiais de entidades públicas como o “Relatório de Eventos resultados 2003-2009: desafios para 2020” do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur; documentos estatísticos da ICCA- *International Congress and Convention Association: statistics report 2002 – 2011*, que comprovam o *ranking* mundial entre os países realizadores de eventos internacionais; a cartilha sobre Turismo de negócios e eventos: orientações básicas do Ministério do Turismo; e *sites* dos órgãos públicos e parceiros do processo de captação de eventos.

Para finalizar, será apresentado as principais estratégias traçadas pelos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do Turismo no Brasil, para o período que antecede e sucede a realização da Copa do Mundo Fifa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

TURISMO DE EVENTOS

O fenômeno turístico depende de muitos fatores para promover seu desenvolvimento, sejam eles no âmbito dos recursos naturais, artificiais ou culturais que estejam passíveis a serem transformados em produtos turísticos. Muitos desses produtos dependem também de fatores climáticos para sua visitação, caracterizando os períodos de baixa e alta temporada. Dessa forma, a sazonalidade prejudica o fomento da atividade turística de uma determinada localidade, influenciando diretamente na geração de renda e utilização das estruturas turísticas criadas.

Uma das alternativas mais utilizadas para suprir a sazonalidade turística é a realização de eventos. Além de suprir tal necessidade, é vista também como importante idealizador de desenvolvimento econômico, uma vez que gera renda para a comunidade, com empregos fixos e temporários, impostos, intensificando a divulgação dos atrativos turísticos da localidade, dentre outros benefícios.

O turismo de eventos é a parte do turismo que leva em consideração o critério relacionado ao objetivo da atividade turística. É praticado com interesse profissional e cultural por meio de congressos, convenções, simpósios, feiras, encontros culturais, reuniões internacionais, entre outros, e é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo (HOELLER, 1999, p. 75).

Este segmento do turismo é visto como um dos que mais movimentam capital em uma localidade, “enquanto um turista de lazer desembolsa em média U\$ 80,00 (oitenta dólares) por dia, com uma permanência média no destino de três dias, o turista de eventos triplica seu gasto diário e aumenta para cinco dias sua estada no destino” (COUTINHO E COUTINHO, 2007, p. 6). De acordo com o Relatório de Eventos - Resultados 2003-2009 (BRASIL, 2010), do ponto de vista nacional, o turismo de eventos é um segmento que já movimentou 30 bilhões de dólares no mundo.

Diante das perspectivas do turismo para que o Turismo de Eventos aconteça, não é necessário apenas os espaços para a realização dos eventos, mas também a existência de infraestruturas de apoio turístico como hospedagem, restaurantes, transportes, agências de viagens, diversão e demais serviços terceirizados que dão suporte, visto que os eventos atraem uma demanda que utiliza dessa base de sustentação da atividade turística.

O turismo de eventos tem como principal motivação o próprio evento e [...] “compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (BRASIL, 2008, p. 15). Devido à relevância do Turismo de Eventos, que gera desde impactos econômicos e financeiros até sociais e culturais em uma localidade, entidades governamentais e empresariais buscam formas de incrementar este segmento do turismo em suas regiões, realizando um planejamento estratégico para a captação de eventos que sejam adequados para a localidade-sede, ou seja, organizam eventos de acordo com a capacidade que o local dispõe.

ATIVIDADE DE CAPTAÇÃO DE EVENTOS COMO ESTRATÉGIA DE FOMENTO AO TURISMO DE EVENTOS

Motivados pelos benefícios que o Turismo de Eventos traz para uma localidade, os destinos turísticos buscam ações de desenvolvimento do segmento para obterem tais benefícios, como a tentativa de captar eventos.

O processo de Captação de Eventos é bastante complexo e envolve a Embratur, associações e organismos oficiais na organização dos eventos. Esse processo de captação pode ser direcionado tanto para eventos nacionais ou internacionais. Nos eventos nacionais o processo é desenvolvido por empresas nacionais e em função disso, os eventos acontecem em território nacional. Já os

de âmbito internacional, possuem empresas representantes de diferentes países, com isso a sede do evento pode ser em qualquer país representado, desde que o local tenha suporte necessário para cada tipo de evento pleiteado.

Todo evento tem uma importância significativa no desenvolvimento econômico e turístico da localidade-sede, visto que ele proporciona um efeito multiplicador, pois para um evento acontecer é preciso infraestruturas que auxiliem na sua realização, atendendo as principais necessidades dos participantes.

O Brasil se consolida como um dos principais destinos de eventos do mundo, estando em 7º lugar no *ranking* mundial, com 304 eventos internacionais realizados em 2011, como pode ser visualizado na figura 1 (ICCA, 2012) e alcançará um novo patamar com a realização da Copa e Olimpíada.

Ranking Mundial: Números de eventos por países

<i>Ranking</i>	<i>País</i>	<i>Eventos em 2011</i>
1	Estados Unidos	759
2	Alemanha	577
3	Espanha	463
4	Reino Unido	434
5	França	428
6	Itália	363
7	Brasil	304
8	China	302
9	Holanda	291
10	Áustria	267

Figura 1: Ranking mundial de eventos internacionais realizados por países em 2011. Fonte: ICCA, 2012.

O conhecimento do mercado é tido para Andrade (2002) como ponto inicial para a captação de um evento, pois é ele quem configura a realidade da localidade, tendo como fatores principais a análise da infraestrutura e da oferta turística. Esse conhecimento é essencial para o sucesso da geração e captação dos diferentes tipos de eventos.

Para Pronetho (2009), o trabalho de captação de eventos envolve três atividades básicas. A primeira é a análise das condições do núcleo receptor que irá sediar o evento como, por exemplo, se a localidade-sede dispõe de espaços adequados para realizar o evento, a capacidade hoteleira e a existência e capacidade de transportes turísticos. A segunda etapa consiste na avaliação dos tipos de evento que a localidade-sede tem capacidade de receber, levantando

os eventos a serem realizados e suas características, incluindo a temática, o período de duração, o local de instalação, o perfil do público alvo e quantidade estimada, as necessidades técnicas, patrocínios, apoio, divulgação e avaliação do significado do evento pretendido para o mercado turístico local. A terceira fase caracteriza-se pela definição da estratégia de eventos para o núcleo receptor, onde é feita a elaboração de uma linha de argumentos de defesa do núcleo e de um sistema promocional para o mesmo, visto que se trata de uma competitividade entre localidades e a efetivação de candidatura ou inscrição para sediar o evento.

A captação de eventos proporciona inúmeras vantagens para a localidade-sede, principalmente com os eventos internacionais, dentre elas pode-se citar a redução da sazonalidade, vista no tópico anterior, pois utilizam-se da prática do turismo de eventos nas baixas temporadas turísticas para atrair demanda, como também o equilíbrio da balança comercial nacional, já que durante o período de realização do evento há uma maior entrada de divisas no país (MARTIN, 2007).

A melhoria da imagem da cidade-sede também é vista como uma vantagem da promoção de eventos, visto que uma vez escolhida para sediar um evento, a cidade é credenciada como excelente referência para obter outros eventos iguais ou de maior porte. Outro fator é o aumento da oferta de empregos, já que a prática de eventos gera novas oportunidades de trabalho, seja eles fixos ou temporários (MARTIN, 2007).

E como colaboração para a atividade turística, os eventos proporcionam um maior desenvolvimento do *trade* turístico, já que os participantes do evento, ou seja, a demanda alcançada irá utilizar dos equipamentos de apoio turístico investidos na cidade-sede.

Todo planejamento destinado à captação de eventos trará melhores resultados se houver parcerias em diversos segmentos que o evento abrangerá, contribuindo assim, para o sucesso da operação. Dessa forma, existe uma gama de parceiros que trabalham juntos na captação dos eventos, com papéis distintos, mas na busca de ideais semelhantes.

Parceiros

Para a configuração do grupo de parceiros que contribuirá para o desenvolvimento do processo de captação de eventos do país, é importante identificar as organizações públicas e privadas com interesse no envolvimento

do processo. É válido ressaltar que em virtude dos diferentes anseios “a concorrência é acirrada, com elevado grau de qualificação; assim, o trabalho conjunto e competente de profissionais, empresas e entidades é indispensável na composição dessas parceiras” (BRITTO; FONTES, 2002, p. 43).

Segundo Martin (2007), a parceria mínima para a captação de eventos são as entidades de classe nacional e estadual, a Associação Brasileira de Centro de Convenções e Feiras (ABRACCEF), Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), *Convention & Visitors Bureau – CVB* locais, empresas de turismo (agenciamento, transportadoras, hospedagem, alimentação e receptivo), órgãos públicos especializados e imprensa especializada de maneira que deverão [...] “trabalhar juntos somando esforços para conseguir captar o maior número de eventos nacionais e internacionais e, conseqüentemente, de turistas para as localidades-sedes” (MATIAS, 2007, p. 99). Tais parceiros serão apresentados a seguir:

Convention & Visitors Bureau

Para Tenan (2002, p. 71), os *Conventions & Visitors Bureau – C&VB* são organizações cooperativas privadas que reúnem associações e empresas do mercado turístico, entidades de setores produtivos da indústria e do comércio e órgãos governamentais.

O primeiro C&VB foi criado em Detroit nos Estados Unidos em 1896, por ser uma cidade de grande apelo turístico e economia poderosa (C&VB, 2012). No Brasil, os primeiros C&VB criados foram nas cidades de São Paulo, em 1983, e Rio de Janeiro, em 1984 (MARTIN, 2007).

Criada em 2005, a Confederação Brasileira de *Conventions & Visitions Bureau – CBC&VB* é composta por representações estaduais e tem como finalidade promover e representar todas as suas afiliadas nos interesses por elas integrados. Em 2006, a CBC&VB possuía uma rede de 70 C&VB organizados em 8 federações estaduais (CBC&VB, 2012).

A CBC&VB (2012) tem como objetivos:

- Desenvolver e implantar um plano de comunicação entre os associados e o *trade*;
- Criar unidades de negócios para desenvolvimento de produtos e serviços;
- Consolidar a representatividade profissional e institucional.

Tais objetivos direcionam principalmente para a captação de eventos internacionais e atração de visitantes para o Brasil, visando o desenvolvimento da atividade turística, em particular o turismo de eventos e econômico.

As principais fontes de pesquisa internacionais são *International Meetings (Congress & Convention) Association* – ICCA, criada em 1963, e a *Internacional Association of Convention & Visitors Bureau* – IACVB onde possuem banco de dados e estatísticas mais confiáveis do mercado de eventos mundiais (TENAN, 2002).

“Os C&VB, sendo associados a essas entidades internacionais, recebem, mensalmente, informações detalhadas, propiciando, assim, a seleção dos eventos mundiais que mais interessam a cada país” (BRITTO; FONTES, 2002).

A equipe do C&VB é responsável pelo levantamento dos eventos internacionais que são realizados pelo mundo, o histórico de locais que já sediaram para ter uma base da realidade das sedes anteriores para assim, poder implantar os aspectos positivos da localidade no país que irá se candidatar, a periodicidade e a data futura da realização (MATIAS, 2007).

Após o processo de levantamento, o C&VB faz a seleção dos eventos que se enquadram na realidade do país, a entidade nacional mostra interesse na captação do evento, para assim dá início ao processo de captação com a confecção do dossiê de candidatura, mais conhecido como *book* (MATIAS, 2007).

Durante a candidatura, o C&VB dá todo apoio à entidade nacional, disponibilizando documentações e orientações que contemplará na captação do evento.

Abraccef

Fundada em 30 de setembro de 1985, a Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras – ABRACCEF é uma sociedade civil sem fins lucrativos e de nenhum caráter religioso ou político. Tem como finalidade “promover a integração e a troca de informações relativas às áreas de operações, finanças, tecnologia, gerenciamento, marketing, comercial, relações com clientes e desenvolvimento de negócios” representando e desenvolvendo o mercado de Centros de Eventos (ABRACCEF, 2012).

A ABRACCEF é composta por empresas do ramo de eventos como os centros de convenções, pavilhões de exposições, hotéis que possuam centro de

convenções, arenas, teatros, casas de espetáculos e similares. Segundo Martin (2007, p.151), a ABRACCEF:

Hoje reúne e associa 20 dos principais centros de convenções e feiras de todo o Brasil [...] Embora possua pequeno grupo de associados, os demais números representam uma parcela significativa do Turismo de Negócios: área construída de 1,5 milhão de metros quadrados; área de exposição de 300 mil metros quadrados, que podem abrigar 16 milhões de participantes; capacidade instalada de 50 mil assentos, totalizando investimento de 500 milhões de dólares.

Embora sejam poucos associados, o campo de atuação e abrangência da ABRACCEF é bem significativo. Os objetivos dessa entidade estão voltados basicamente para o fomento e comercialização dos eventos e das estruturas ligadas à atividade que seus associados dispõem. Sua visão é “ser reconhecida no seu âmbito de atuação como a mais importante entidade representativa dos Centros de Eventos da América Latina, buscando sempre o aprimoramento e a qualificação dos seus associados” (ABRACCEF, 2012).

Entre outras atribuições a entidade elabora estudos e pesquisas no setor de turismo de eventos e publica um calendário anual de eventos que se realizam nos centros de convenções associados (TENAN, 2002, p.83).

Abeoc

A Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC foi fundada em 15 de Janeiro de 1977. Atualmente a associação está presente em 13 Estados brasileiros, são eles: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas, Distrito Federal, Maranhão e Sergipe totalizando cerca de 500 empresas associadas (ABEOC, 2012).

Tem como finalidade congregar, coordenar, orientar e defender os interesses de seus associados, as empresas de serviço especializadas em eventos, além de incentivar as relações entre elas, o intercâmbio técnico e cultural e a promoção e valorização das atividades profissionais deste segmento (MARTIN, 2007, p. 151).

Tem como objetivos orientar e estimular à promoção de eventos de acordo com a categoria da empresa. Defende também os interesses de seus associados junto às esferas governamentais responsáveis pela captação de

eventos do Brasil, como por exemplo, o Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Turismo e a EMBRATUR.

No quadro de parceiros, a ABEOC conta com empresas de diferentes ramos do mercado de eventos, nas categorias de planejamento, promoção, realização, prestação de serviço e assessoria, classificados em quatro categorias (TENAN, 2002), sendo:

- a) Titulares: composta pelas empresas organizadoras e promotoras de eventos;
- b) Colaboradores: são as prestadoras de serviços especializados como os centros de convenções, hotéis, agências de viagens e etc;
- c) Contribuintes: as empresas interessadas indiretamente no segmento;
- d) Honorários: as empresas que tenham prestado relevantes serviços à entidade.

O associativismo é visto pela ABEOC como o agente determinante para o fortalecimento de uma categoria profissional.

Empresas do turismo

Devido a atividade turística necessitar de uma ampla infraestrutura para seu desenvolvimento, na captação de eventos também é necessário obter informações e ter parcerias a cerca das agências de viagens, tanto do ramo receptivo, como também do emissivo, transportadoras, hospedagem e alimentação, buscando a melhoria na prestação de serviço e procurando atender as diferentes necessidades dos turistas nacionais e internacionais (BRITTO; FONTES, 2002).

Diante dessa parceria, é importante que se tenha agências especializadas na prestação de serviço do ramo de eventos ou compreender e adequar as empresas presentes no mercado. Essa adequação é necessária para que a agência interessada em participar do processo de captação de eventos, trabalhe e mantenha-se com os requisitos demandados pelo mercado. No Brasil, existem a EVENTPOOL, que é a associação de agências de turismo operadoras de eventos e a ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens criada em 1953, que tem como um dos seus objetivos promover congressos, exposições de turismo e conferências que contribuam para o desenvolvimento técnico do setor (ABAV, 2012).

A importância da parceria com as transportadoras aéreas se dá devido a dimensão territorial e as distâncias continentais entre os eventos internacionais.

E as transportadoras terrestres, com a questão do deslocamento dos participantes do evento, relacionado desde à chegada na cidade-sede, como também na circulação das pessoas diante dos diferentes atrativos que a cidade/país dispõe.

O trabalho junto a esse segmento se justifica ainda pela melhoria na infraestrutura oferecida ao turista com a ampliação de aeroportos, construções de linhas ferroviárias de alta velocidade, que inclusive é uma das metas do Brasil para a Copa do Mundo de 2014, expansão de redes metroviárias, dentre outras melhorias que deverão ser estudadas e implantadas em conjunto para uma melhor candidatura e execução do evento.

Imprensa especializada

Segundo Martin (2007, p. 152), “cada segmento econômico possui seus veículos de imprensa”. Caracteriza-se como imprensa especializada por ela conhecer os “macetes” de promoção do evento, a linguagem adequada, os dirigentes, o que falar e como se comportar em determinadas situações próprias do setor, envolve todo e qualquer modo de divulgação da candidatura na captação, como também do evento a ser realizado.

O processo de captação dos eventos, tanto o nacional como o internacional, basicamente acontecem da mesma forma, diferenciando-se no que se refere aos veículos de comunicação (mídias) utilizados na candidatura.

As mídias são as mesmas, só que a utilização de outros veículos também é muito frequente na captação de eventos nacionais. Quando esses veículos são combinados, podem causar grande efeito nas apresentações de candidaturas. Os outros veículos são coquetéis, jantares, espetáculos artísticos e culturais, distribuição de souvenirs e etc. (MATIAS, 2007, p. 104).

Esse relacionamento com a mídia é um componente de destaque no processo de captação de eventos, pois há essa necessidade de parcerias com empresas de qualidade, com profissionais capacitados, favorecendo assim a promoção do evento.

Órgãos públicos

Como o fomento do turismo é de interesse nacional, os eventos necessitam de apoio e aprovação governamental. Diante desse requisito, a parceria

com os órgãos públicos fortalece e credibiliza à candidatura da localidade a ser sede do evento, por isso a importância na parceria.

Os órgãos componentes são os governos municipais, estaduais e federais, os Ministérios, tanto relacionados ao de Esportes e Turismo como também das relações exteriores, Comitê Olímpico Brasileiro e Federações Brasileiras de Esportes na captação de eventos esportivos, as secretarias estaduais e municipais, EMBRATUR, associações ou sociedades técnicas, científicas ou cultural (MATIAS, 2007) e outras instituições voltadas ao turismo.

Um grande peso no processo de captação cairá sobre os órgãos públicos e entidades representativas do setor. Para Martin (2007), se o evento for internacional, as obrigações e responsabilidades serão de âmbito nacional, e se o evento for nacional, envolve as entidades e órgãos públicos de cunho estadual.

Na captação de eventos esportivos as Federações Brasileiras de Esportes são as filiadas às associações internacionais da modalidade, sendo os parceiros essenciais para a candidatura do Brasil. E o Comitê Olímpico reúne as federações e se articula internacionalmente com todo o movimento olímpico e federações esportivas internacionais (BRASIL, 2010).

A EMBRATUR é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução do Plano Nacional do Turismo (PNT) no quesito de promoção, marketing e comercialização dos serviços, destinos e produtos turísticos no mercado Internacional, dessa forma “trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, tem o ‘Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil’ como orientador de seus programas de ação” (MTUR, 2012).

Outro programa de ação para o desenvolvimento do turismo é o Relatório de Eventos Internacionais 2003-2009, que traz as principais estratégias de fomento da atividade no país com a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, traçando os desafios para 2020, que serão detalhados adiante.

PANORAMA DA REALIDADE DO BRASIL DIANTE DOS EVENTOS INTERNACIONAIS: ESTRATÉGIAS DE FOMENTO DO TURISMO

O Brasil hoje passa por uma constante adaptação dos seus recursos para a realização dos dois maiores e impactantes eventos esportivos internacionais: A Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O Ministério do Turismo, por meio da EMBRATUR, lançou um documento que retrata a nova fase de promoção para o Turismo de Eventos Internacionais no Brasil traçando desafios para 2020, tendo como base as principais tendências do segmento de eventos, congressos e incentivos no mundo, obtidos no primeiro programa de estratégias de promoção do Brasil lançado em 2003.

O sucesso na captação de eventos internacionais no Brasil, já o configura como um destino de eventos consolidado no mundo, fato constatado com as pesquisas do ICCA apresentado anteriormente, onde mostra o país em 7º lugar no *ranking* mundial de eventos internacionais realizados em 2011.

De acordo com o Relatório da EMBRATUR (2010), o Brasil posiciona-se em 1º lugar na América Latina e em 2º no continente Americano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos em realização de eventos internacionais. Esse sucesso na captação de eventos foi comentado pelo Presidente da ICCA (2010), Martin Sirk:

A liderança da EMBRATUR durante o período de 2003 a 2009 é, na minha opinião, o que está por trás do sucesso do Brasil no mercado global de eventos ICCA. Foi o que permitiu reunir as principais empresas e cidades de todo este vasto país com um objetivo comum: atrair mais associações internacionais para encontros no Brasil. E sua coordenação de pesquisa e candidaturas, definitivamente, teve um impacto tremendo. Embora o tamanho do mercado, indicado pelas estatísticas anuais da ICCA, tenha aumentado 25% durante este período, no Brasil a expansão foi de mais de 200%.

A captação de eventos “vai além de sediar um grande número de eventos: é também diversificar as cidades que os recebem, prolongar a permanência do turista, ampliar o volume de divisas geradas e beneficiar as economias e sociedades locais” (BRASIL, 2010, p.29). A diversificação das localidades sede, propiciam que os benefícios sejam circulados, proporcionando oportunidade

para os destinos interessados e com capacidade para atender as demandas dos eventos, fornecendo assim, muitos impactos positivos.

Os eventos internacionais esportivos estão dando ao Brasil a oportunidade de ampliar sua infraestrutura de equipamentos esportivos, turísticos e até mesmo melhoria na infraestrutura básica de muitas cidades, concretizando a visibilidade e credibilidade do país como destino de eventos esportivos, assim como outras tipologias de eventos que tendem a aumentar ainda mais a visibilidade do país futuramente.

O Brasil foi escolhido oficialmente como sede da Copa do Mundo Fifa 2014, em 2007, e o Rio de Janeiro selecionado como sede das Olimpíadas, em 2009. Desde então, o poder público juntamente com a iniciativa privada se mobilizam no planejamento e execução de atividades que tem como objetivo adequar o país com os requisitos necessários para a realização do evento (NEGRI, 2011).

Em pesquisa realizada pela EMBRATUR com turistas estrangeiros que estavam em visita ao Brasil em 2009, 57% afirmaram que pretendem voltar em 2014 e 67% dos que afirmam voltar em 2014, viriam para assistir os jogos e participar do evento (BRASIL, 2010, p. 89). Essa pesquisa configura a visão positiva que o turista tem para/com o Brasil, visto que mais da metade dos turistas pretendem voltar em 2014 e a excelência na promoção do país como destino turístico.

Geralmente, os países, estados e cidades que se candidatam à sediar eventos de grande porte como os esportivos estudados, visam os resultados econômicos e sociais que serão alcançados, como também o legado deixado dependendo da tipologia do evento (MATIAS, 2011).

Com um planejamento bem elaborado e metas cumpridas, os benefícios serão consideráveis e consequentemente, os resultados econômicos e sociais serão positivos. Dentre os campos beneficiados podem-se destacar: infraestrutura, capacitação e qualificação de mão de obra e turismo.

Infraestrutura

Com a realização desses “megaeventos”, novas e modernas instalações esportivas serão construídas, as existentes já estão sendo reformadas e adaptadas para receber o público, pois “a grande maioria dos atuais estádios brasileiros foi construída nos anos de 1960 e 1970, período dos governos militares” (PAZ, 2011, p. 180). Essa reforma inclui a instalação de novos portões de acesso,

ampliação da área livre externa para melhor evacuação do público e construção de estacionamento, instalações de cabines de imprensa, sanitários, lanchonetes, postos médicos e etc. Outros aspectos incluindo os estádios é a questão da segurança, melhoria na infraestrutura que se trata de requisitos específicos de segurança, como estrutura e prevenção de incêndios, sala de controle e sistema de vigilância (MATIAS, 2011).

Em consideração ao legado deixado pela Copa e Olimpíada, os órgãos responsáveis pela captação de eventos irá criar o programa *Meetings Brasil*, para a promoção do segmento MICE (*Meetings, Incentive, Congress & Exhibitions*) que terá como objetivo, divulgar o Brasil como destino com infraestrutura e condições de receber qualquer evento internacional da área esportiva. A captação será realizada diante da identificação de todas as modalidades esportivas que fazem eventos mundiais ou fases regionais que possam ser sediadas nas novas infraestruturas (BRASIL, 2010).

Como a cidade/sede terá disponível todo esse legado esportivo, o incentivo a formação de atletas também é visto como um dos benefícios adquiridos pelos megaeventos, pois pretende-se trabalhar com o incentivo à prática de atividade física buscando melhorias na qualidade de vida da população (MATIAS, 2011).

No setor urbanístico, são inúmeras as intervenções de mobilidade urbana que já estão sendo desenvolvidas onde visam a melhoria de vida e bem estar da população no momento pós-copa, como o aperfeiçoamento e ampliação do sistema de transportes, sendo foco principal o transporte público com a ligação ferroviária de alta velocidade que irá ligar as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas, e redes metroviárias; melhora na qualidade das estradas para uma boa circulação de pessoas e veículos; construções e modernização de aeroportos (PAZ, 2011).

Esses avanços em infraestrutura tendem a proporcionar os requisitos necessários para a boa condução do evento, como também, contribuir para a melhoria dos fluxos das localidades sede, que tenderão a usufruir do legado construído para os megaeventos.

Capacitação e Qualificação de Mão-De-Obra

A qualificação da mão-de-obra é peça importante no processo de desenvolvimento do país e aproveitando a oportunidade de progresso do país,

proveniente da realização de megaeventos, os órgãos públicos e privados têm destinado maior atenção a esse quesito.

O Ministério do Turismo, em parceria com governos estaduais, municipais e fundações estão oferecendo programas de capacitação gratuitos como por exemplo, o “Olá Turista” e o “PRONATEC”, que qualificam a mão de obra deixando o participante preparado para atuar no mercado de trabalho em diversas áreas (MTUR, 2012).

O Olá Turista é um projeto desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Roberto Marinho que tem como objetivo qualificar o brasileiro para a recepção do turista estrangeiro na Copa de 2014, oferecendo cursos online de inglês e espanhol (OLA TURISTA, 2012).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é um programa que pretende capacitar as pessoas que já trabalham no mercado do turismo como também as interessadas em trabalhar no setor em diversas áreas como recepção, viagens, eventos, alimentação, hotelaria e etc. É desenvolvido com parceria do Governo Federal, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, o Sistema S (Senac, Sesc, Sesi e Senai) e Institutos Federais de Educação Profissional.

Com os resultados pós-copa, a cidade-sede terá mão-de-obra qualificada nos diversos estabelecimentos, muitos já com experiência no mercado, permitindo às cidades estarem preparadas para receber turistas nacionais e internacionais.

Os programas de capacitação na área turística representam um incentivo a profissionalização no segmento turístico, já que por muito tempo o setor foi tratado de maneira amadora, no qual não havia tantas oportunidades de qualificação, marcadamente representado pela desvalorização dos cargos da atividade turística.

Espera-se que o maior reconhecimento que vem sendo dado ao profissional do turismo, associado a realização dos megaeventos, possam representar um passo significativo na valorização e regulamentação dos turismólogos.

Turismo

Um país, estado ou cidade ao sediar um evento de grande repercussão e tendo disponível todo o legado deixado, configura grandes chances de mostrar ao mundo todo o desenvolvimento adquirido com a realização do evento. O

fomento da atividade turística é atingida diretamente, pois divulga as condições econômicas do país, abre o leque de oportunidades de futuros investimentos internacionais, a diversidade cultural e os inúmeros atrativos turísticos naturais e culturais.

A configuração da parceria com as agências de viagens e transportadoras na captação de eventos que atuam no receptivo possibilita a comercialização de roteiros temáticos perante a diversidade de atrativos do país (PAZ, 2011). Como o evento é de cunho esportivo, esses roteiros podem incluir a visita de museus do Futebol, estádios, sedes de clubes do futebol brasileiro e o mais novo atrativo que será comercializado na Copa 2014, as *Fan Fests*, sucesso na Copa da Alemanha em 2010, que são amplas áreas equipadas com telões e apresentações culturais, para receber os torcedores que não conseguirem ingressos para os jogos.

É importante ressaltar que mesmo com todas essas oportunidades, é necessário criatividade e competência para saber administrá-las. Muitas cidades que não serão sedes dos jogos e não terão o legado que o evento proporciona, podem aproveitar a oportunidade para vender seus produtos (PAZ, 2011). É interessante também saber que mesmo os lugares que não serão beneficiados diretamente, sendo sede dos jogos, ainda assim, poderão sentir os reflexos dos impactos da Copa do Mundo Fifa de maneira geral, já que o país como um todo terá uma maior representatividade no segmento turístico nacional e internacional.

Todos esses aspectos que envolvem a comercialização dos produtos turísticos da localidade-sede contribuem para a ampliação da marca internacional do país (MATIAS, 2011) favorecendo as próximas candidaturas de captação de eventos de diferentes portes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A captação dos eventos internacionais de grande porte é uma importante ferramenta para o fomento da atividade turística no segmento do turismo de eventos. A contribuição desses eventos para o país, estado ou cidade que sediá-los é bastante relevante para o desenvolvimento econômico, social e cultural.

O processo de captação é bem complexo e envolve inúmeros parceiros, todos com um único objetivo, realizar o evento no país, obter um legado

considerável para desenvolver diversas atividades no âmbito do turismo, visto que ele proporciona um efeito multiplicador, e uma série de contribuições para a melhoria da qualidade de vida da população.

Há muito a ser feito no Brasil até a Copa do Mundo Fifa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, mas se o planejamento, estratégias e programas desenvolvidos em conjunto com o poder público e privado forem realizados, o país terá uma nova configuração após esses megaeventos esportivos e contará com uma gama de oferta nos diversos setores para trabalhar e comercializar o Turismo.

Diante do cenário atual, é imprescindível que seja dado maior visibilidade para as necessidades e demandas exigidas em megaeventos, atendendo aos requisitos apresentados no processo de captação dos eventos. Em caso contrário, o efeito poderá tomar um sentido inverso, ou seja, não atender as expectativas almejadas.

Torna-se ainda necessário disponibilizar maior atenção ao planejamento turístico e aos profissionais da área, tendo em vista que esse é um fator indispensável para o sucesso do evento.

As expectativas almejadas com a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e das Olimpíadas de 2016, a exemplo do que vem acontecendo nas últimas edições desses eventos, evidencia a necessidade de grande integração entre poder público, privado e sociedade em geral, na busca de junção de forças em busca de um ideal, a realização e sucesso dos megaeventos que serão sediados em território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens. Disponível em: <<http://www.abav.com.br/default.aspx>>. Acesso em: 24 de Julho de 2012.

ABEOC – Associação Brasileira de Empresas de Eventos. Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/>> Acesso em: 04 de Julho de 2012.

ABRACCEF – Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras. Disponível em: <http://www.abraccef.org.br/novo_site/index.php> Acesso em: 04 de Julho de 2012.

ANDRADE, Renato Brenol. *Manual de eventos*. 2 ed. ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Eventos internacionais no Brasil – Relatório de resultados 2003-2009: desafios para 2020*, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/RELATORIO_EVENTOS_2003_2009.pdf>. Acesso em: 05 de Julho de 2012.

_____. *Turismo de negócios e eventos: orientações básicas*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/

downloads_publicacoes/Turismo_NegocioseEventos__Orientaxes_Basicas.pdf>. Acesso em: 04 de Julho de 2012.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONVENTION & VISITORS BUERAU. Disponível em: <<http://www.fbcvb.org.br/principal.asp>>. Acesso em: 03 de Julho de 2012.

CONVENTION & VISITORS BUREAU. Disponível em: <http://www.fbcvb.org.br/fbcvb_quem_somos.asp> Acesso em: 23 de julho de 2012.

COUTINHO, Hevellyn Pérola Menezes; COUTINHO, Helen Rita Menezes. Turismo de Eventos como alternativa para o problema da sazonalidade turística. *Revista Eletrônica Aboré*. Edição 03/2007. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_3/Hevellyn%20Perola%20Menezes%20Coutinho.pdf> Acesso em: 03 de Julho de 2012.

HOELLER, Elisete Helena. Turismo de eventos: Centreventos Cau Hansen de Joinville – SC. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). *Turismo: Segmentação de mercado*. São Paulo: Futura, 1999, p. 75.

ICCA – International Congress and Convention Association: statistics report 2002 – 2011. Disponível em: <<http://www.iccaworld.com/>>. Acesso em: 14 de Julho de 2012.

MARTIN, Vanessa. *Manual prático de eventos*. 1. Ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS, Marlene. *Organização de eventos: procedimentos e técnicas*. 4. Ed. Barueri, SP: Manole, 2007.

_____. Captação de megaeventos esportivos. In: MATIAS, Marlene (Org). *Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos*. Barueri, SP: Manole, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 21 de Julho de 2012.

NEGRI, Carolina Aparecida Stefania. Megaeventos esportivos e desenvolvimento: copa do mundo. In: MATIAS, Marlene. (Org.) *Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos*. Barueri, SP: Manole, 2011.

OLA TURISTA. Disponível em: <<http://www.olaturista.org.br/ola>>. Acesso em: 24 de Julho de 2012.

PAZ, Sergio Miranda. Copa do mundo: o turismo de eventos entre em campo. In: MATIAS, Marlene. (Org.) *Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos*. Barueri, SP: Manole, 2011.

PRONETHO. *As três atividades básicas para a captação de eventos*. Turismo e Hotelaria. Disponível em: <<http://www.pronettho.com.br/v1/noticia.php?id=63>>. Acesso em: 02 de julho de 2012.

TENAN, Ilka Paulete Svissero. *Eventos*. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará¹

Cleber Augusto Trindade Castro²

Silvio Lima Figueiredo³

INTRODUÇÃO

O crescimento e o desenvolvimento da atividade turística têm induzido organizações privadas e estatais a procurarem meios de intervenções para que o turismo proporcione o alcance de seus objetivos e interesses, especialmente quanto a aspectos econômicos e políticos. Nesse contexto, é possível observar intervenções do governo do Estado do Pará, especialmente no que diz respeito à revitalização de espaços públicos, com o discurso de contribuição para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Na cidade de Belém, foram altos os gastos públicos na estruturação de espaços que se tornaram opções de lazer à população local e a seus visitantes. Entre estes espaços, parte da área que pertencia ao porto de Belém recebeu um projeto de restauração e revitalização em três de seus galpões, que o transformaram no que hoje é conhecido como “Estação das Docas”.

O governo justifica tal intervenção com a contribuição que o “novo espaço” apresenta para o desenvolvimento do turismo na cidade de Belém e no estado do Pará. No entanto, o desenvolvimento desta atividade deveria acontecer a partir de um processo de planejamento que garantisse a estruturação

-
- 1 Texto baseado na Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Turismo (UFPA). Pesquisa realizada dentro do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente (NAEA/UFPA) e do projeto de pesquisa Cidades na Amazônia, espaço público e turistificação (Edital Universal – CNPQ), coordenado pelo Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo. turismo.naea@gmail.com
 - 2 Turismólogo (UFPA). Especialista em Estudos Culturais da Amazônia (UFPA). Mestre em Geografia (UFPA). Atualmente é Professor Permanente e Coordenador do Eixo Tecnológico de Hospitalidade, Lazer e Turismo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Breves).
 - 3 Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

adequada destes espaços, considerando as especificidades que o turismo exige, além de considerar também a possibilidade da criação de lugares que não são representativos para a população onde estes “espaços” estão inseridos.

Considerando o fato de o Estado do Pará ter, entre suas instituições de governo, um órgão responsável por políticas públicas na área do turismo, esta pesquisa foi norteada por questionamentos quanto às políticas que a Companhia Paraense de Turismo – PARATUR planeja e implementa para a Estação das Docas, considerando a relevância deste espaço para o turismo em Belém e no Pará, bem como levando em conta ser aquele órgão o aparato do governo do estado do Pará responsável pelo planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no período de realização da pesquisa. É importante ressaltar que a partir de 2011 foi criada a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR), que passou a responder pela política pública de turismo para o estado, lançando o Plano “Ver-o-Pará” (Plano Estratégico de Turismo do Pará). A PARATUR foi mantida com funções de promoção e divulgação.

REQUALIFICAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Em texto anterior, Figueiredo (2008) mostra que o espaço público, visto como um espaço político e de sociabilidade, indispensável à vida nas cidades, e muitas vezes, agregando valores da natureza, está em constante mudança no tecido urbano, principalmente em função dos sistemas econômicos de produção. Assim, os espaços públicos caracterizados pela circulação, comunicação, lazer e sociabilidade têm sido alvos de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo nas cidades, geralmente com a premissa de proporcionar qualidade de vida à população, por meio de seus impactos na geração de emprego e renda. Dessa forma além das áreas de lazer e circulação tradicionais, como praças, passeios, jardins e parques, também são criados espaços que se configuram como equipamentos urbanos públicos ou semi-públicos, mix de passeio, praça, compras, cultura e gastronomia. Além disso, áreas de características diversas são transformadas em locais desses tipos, e mais e mais equipamentos urbanos passam a fazer parte da configuração do lugar.

Nos espaços já existentes, que possuem características bem específicas, as ideias de refuncionalização, e revitalização, atreladas principalmente aos espaços públicos destinados ao lazer, à cultura e ao turismo são frequentemente

usadas nas transformações urbanas, fazendo parte por muitas vezes de planos de desenvolvimento nas áreas do lazer, cultura e turismo.

Refuncionalizar, revitalizar, requalificar (KARA-JOSÉ, 2007) são conceitos semelhantes, entretanto, utilizados de forma diferente pelos principais profissionais que lidam com a gestão urbana. Arquitetos, urbanistas, antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas, bacharéis em turismo, produtores culturais. As diversas áreas possuem categorias diferentes para tratar um determinado espaço, quer seja por meio de seu planejamento, quer seja por meio das análises e estudos que realizam. Essas mesmas categorias, aparentemente semelhantes, ganham diferenças contundentes para o planejamento urbano, para a sociologia ou para o turismo.

Em primeiro lugar, a ideia de modificações nos espaços urbanos pode trazer subjacente a tentativa de mudar a função de uma determinada área por considerá-la inapropriada para a configuração que a cidade “constrói para si”. O equívoco é histórico, espontâneo ou planejado. Não importa: é um equívoco que precisa ser resolvido e um incômodo que precisa ser extirpado da gestão urbana.

Essas modificações de espaços urbanos geralmente se dão a partir da consideração de uma feição de um lugar da cidade, que prejudica o todo. São as áreas consideradas decadentes e que enfeiam a cidade. A decadência aparece nas atividades econômicas, nas relações sociais, na configuração física dos prédios e equipamentos públicos. E principalmente, no simbólico dos habitantes, que classificam e dividem os bairros, áreas da cidade em lugares: lugar de identidade, lugar de memória.

As áreas degradadas geralmente são representadas pelos centros velhos, distantes das tenazes significações da pós-modernidade. Também por bairros, prédios específicos de determinadas atividades econômicas, como galpões de fabricas, áreas portuárias, etc. Além disso, os espaços vazios, ermos, abandonados pelo capital entram nessa classificação.

Passaram por essa situação os “Centros Históricos” da cidade de São Luis, capital do Maranhão, da cidade de Recife, capital de Pernambuco e da cidade de Salvador, no estado da Bahia. Também a revitalização do centro de São Paulo, e do centro do Rio de Janeiro, grandes cidades brasileiras. Todos esses processos estiveram rodeados de polêmicas naquilo que se referia à metodologia utilizada para a efetivação das intervenções. Uma das polêmicas se refere à consulta aos moradores tradicionais sobre o futuro destino dessas áreas.

Em segundo lugar, não se faz necessário o uso da retórica da área degradada, e do anacronismo para a produção de espaços com funções mistas de cultura, lazer e turismo. Conjuntos de casas, prédios comerciais ou qualquer configuração espacial podem ser transformados nesse tipo de espaço/empreendimento, geralmente associados a compras e serviços. E assim esses ambientes híbridos de público e privado ganham “espaço”, determinados por várias situações, desde a insegurança da vida na cidade, até questões ligadas ao clima, como calor ou frio em demasia. São como microambientes, microespaços com ordenamento e normas próprios. As ações se baseiam nas seguintes ideias: Na transformação das áreas em Patrimônio; Na busca por uma imagem política, social, e econômica da cidade; Na espetaculização da cidade; No controle das ações dos moradores e visitantes da cidade; Na criação da cidade mercadoria.

Deve-se à atividade turística a atribuição de uma das razões dessas modificações e adaptações, dada a percepção de como uma atividade econômica pode influenciar nas discussões sobre os usos dos espaços públicos. A linguagem turística “constitui-se num reflexo e num instrumento de reprodução dos valores dominantes e das configurações territoriais que melhor lhes adequam. O espaço do turista deriva então de tais determinações” (GARCIA, 1979, p. 84). A maior parte dessas interpretações traz uma característica clara, a possibilidade de construção de uma imagem sintética, mesmo que construída em cima da diversidade cultural. No que é mostrado, por exemplo, nos estudos de Garcia (1997) sobre Curitiba. A atribuição de um valor de troca à cidade faz da mesma uma mercadoria e fica fácil, então, produzi-la para determinado consumo. E o turismo é o consumo das experiências em um espaço/tempo.

PLANEJAMENTO E GESTÃO NO ESPAÇO “ESTAÇÃO DAS DOCAS”

Inaugurado em 13 de maio de 2000, o espaço “Estação das Docas” fica às margens da Baía do Guajará, inserido no contexto da utilização da orla fluvial da cidade de Belém para a estruturação de espaços públicos. Também nesta orla, às proximidades da Estação das Docas, há outros espaços, como o complexo Ver-o-Peso, o projeto “Ver-o-Rio”⁴ e o complexo “Feliz Lusitânia”, que permitem turistas e moradores exercerem atividades de compras (o Ver-o-Peso é uma grade feira de produtos regionais e entreposto de comercialização

4 Estes espaços receberam intervenções do poder público municipal, sendo também opções de lazer e turismo da cidade de Belém.

desses produtos, além de ser uma grande atração turística da cidade), entretenimento e lazer, tendo o rio como paisagem.

O espaço “Estação das Docas” fica em uma área da cidade de Belém de interesse da atividade turística, seja pela presença de atrativos e espaços de lazer, seja pela existência de estruturas e serviços que servem ao turismo – como meios de hospedagem e serviço de alimentação. O espaço tem uma área total de 32.000 m², que envolve os três primeiros antigos galpões do porto de Belém, além do antigo terminal fluvial de passageiros, bem como as ruínas da Fortaleza São Pedro Nolasco. Existem dois portões de acesso à visitação, um pela praça Pedro Teixeira e outro pelo Boulevard Castilho França (Figura 01).

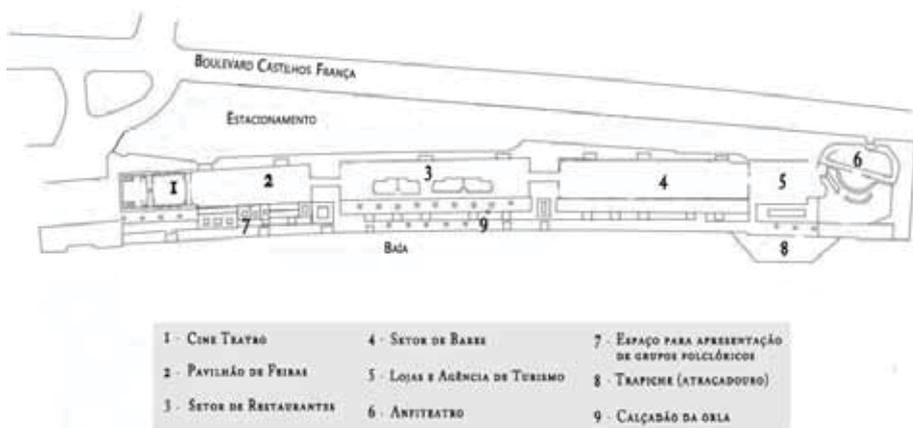


Figura 01 – Estação das Docas (Fonte: Figueiredo, 2008)

No térreo do Armazém 1 – o espaço denominado Boulevard das Artes – existem duas exposições permanentes: “Memorial do Porto” e “Arqueologia Urbana”. Ainda neste armazém existem quiosques de comercialização de produtos regionais, bem como uma choperia com fábrica no próprio local, um bar-restaurant e uma lanchonete. Além disso, existe neste espaço uma feira de artesanato, com oito barracas.

Como o próprio nome indica, no Boulevard da Gastronomia – Armazém 2 – há a presença predominante de empreendimentos ligados a serviços de alimentos e bebidas. No térreo existe uma soverteria, e cinco restaurantes (alguns restaurantes atualmente estão desativados). No mezanino, com acesso por escadas rolantes ou elevador, há dois restaurantes, com serviços

à *la carte* e *buffet* a quilo. Outras opções de lazer para crianças, instaladas no mezanino estão desativadas.

O térreo do Armazém 3 – Boulevard das Feiras – é destinado à realização de diversos tipos de eventos, com possibilidade de locação para eventos particulares. No mezanino do Boulevard das Feiras funciona a Organização Social PARÁ 2000, que administra o espaço. O acesso, por uma escada central, é restrito a funcionários e não há escadas rolantes, nem elevador.

No armazém 3 também está localizado o “Cine-teatro Maria Sylvia Nunes”, construído em estilo italiano, com capacidade de 426 lugares e sua bilheteria na parte externa ao cine-teatro.

A orla à margem da Baía do Guajará, que perpassa por todos os espaços da Estação das Docas, chamada Caminho do Sol, permite que os visitantes deste espaço tenham vista da baía, além de neste espaço também ocorrerem algumas manifestações culturais, como rodas de carimbó e apresentações de bois bumbás.



Figura 2 – Orla da Estação das Docas

Na orla permaneceram elementos da estrutura portuária do espaço, como o piso em paralelepípedos, pontos de atracação de embarcações, bem como seis guindastes, que hoje apenas ornamentam a paisagem. A arborização da orla é feita com palmeiras e também existem bancos ao longo deste espaço. Estão expostos, no Caminho do Sol, em frente ao Boulevard das Feiras, outros elementos que remetem à origem portuária do espaço.

No terminal fluvial existe um caixa de auto-atendimento bancário, bem como uma agência de câmbio. Também há um posto do Comando

Independente de Policiamento Turístico – CIPTUR, bem como uma loja de souvenir e a única agência de turismo instalada em todo o espaço “Estação das Docas”. No hall do terminal fluvial existem bancos, que podem ser removidos para a realização de eventos.

Em frente o terminal fluvial está instalado um cais flutuante, de onde saem os passeios de barco promovidos pela agência de turismo que opera na Estação das Docas.

Durante a revitalização da área portuária, para estruturar o espaço “Estação das Docas”, foram recuperadas as ruínas da Fortaleza de São Pedro Nolasco, construção do século XVII destruída durante a Revolta da Cabanagem, em 1825. Nesse espaço foi construído um anfiteatro, com arquibancada e um tablado em madeira, que serve como palco para espetáculos de música, dança e teatro.



Figura 3 – Orla da Estação das Docas com atracadouro

No contexto das intervenções estatais em espaços públicos na área urbana de Belém, usando o turismo como justificativa, o espaço “Estação das Docas” foi estruturado por meio de um projeto executado pelo governo do estado do Pará, no entanto, Arruda (2003), diz que outro projeto de intervenção nessa área portuária tinha sido planejado, envolvendo a então Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM, com acompanhamento de técnicos da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR.

Em setembro de 1991 foi firmado um Protocolo de Intenções entre a SEICOM e a CDP para a realização do projeto proposto. No entanto, o governo desconsiderou tal projeto, realizando, então, um concurso para escolha

do projeto que seria executado para a revitalização da área. O projeto vencedor desse concurso foi o que transformou o espaço portuário no que conhecemos hoje, executado pelo governo do estado do Pará, tendo à frente a Secretaria Executiva de Cultura – SECULT, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento urbano direcionado ao lazer, ao turismo, às práticas culturais, à recuperação do patrimônio edificado e à busca de referências históricas, sociais, econômicas e de ocupação territorial da Amazônia e do Pará (ARRUDA, 2003).

Foram, então, restaurados e revitalizados quatro galpões de ferro pré-fabricados na Inglaterra, no início do século, que serviram para o armazenamento de carga. A Estação das Docas seguiu o exemplo do que foi feito em centros como Nova York, São Francisco e Buenos Aires, onde esses portos foram transformados em espaços que passaram a servir ao turismo (ESTAÇÃO, 2002).

O espaço “Estação das Docas”, então, foi construído para “o apoio à cultura e incentivo ao turismo” (PARÁ, 2007). Desse modo, cabe destacar – sem discutir aspectos que relacione o espaço à cultura – que o ocorrido foi a atuação exclusiva do aparato estatal ligado a políticas para a cultura no planejamento e execução das ações, sem articulação ou participação do órgão estadual responsável por políticas para o turismo, o que demonstra o descuido, por parte do governo, com relação a ações específicas para a atividade turística no espaço “Estação das Docas”.

Outro aspecto que permite notar a incoerência do Estado quanto à assertiva de que a intervenção da atuação do governo para a estruturação da Estação das Docas visou o desenvolvimento do turismo no Pará é o fato de o projeto que estruturou tal espaço ter contado com uma equipe técnica onde predominou a presença de profissionais da arquitetura e do urbanismo, quando muito de áreas afins, como engenharia, programação visual e iluminação.

Isso permite observar que, desde a concepção daquele espaço, houve uma preocupação com sua estruturação física, levando em conta principalmente aspectos estéticos e funcionais, em detrimento de profissionais e processos de planejamento específicos para o desenvolvimento da atividade turística no espaço e na própria cidade.

O projeto de estruturação do espaço “Estação das Docas” é criticado quanto à falta de uma discussão com relação a aspectos antropológicos,

sociológicos, históricos, geográficos entre outros, bem como quanto aos possíveis impactos no contexto do centro histórico da cidade.

Ao final da execução do projeto foram gastos (oficialmente) R\$ 19 milhões investidos pelo governo e R\$ 5 milhões como contrapartida da iniciativa privada. (ARRUDA, 2003). Isso demonstra o quanto agentes ligados ao mercado estavam relacionados com o governo na implementação das ações de estruturação da Estação das Docas.

Posto em funcionamento, o espaço “Estação das Docas” passou a ser gerido por uma Organização Social – O.S., denominada PARÁ 2000, de acordo com o decreto nº 3.881, de 25 de janeiro de 2000. Esta O.S. é uma entidade em fins lucrativos, de direito privado, que é “destinada à produção de cultura, lazer, turismo e serviços no Pará” (ESTAÇÃO DAS DOCAS, 2007). A PARÁ 2000, por meio de contrato de gestão com o governo do Estado (SECULT) administra, além do espaço “Estação das Docas”, o Parque Ambiental “Mangal das Garças”, áreas do projeto Feliz Lusitânia e atualmente também o Centro de Convenções e Feiras Hangar.

Estes espaços apresentam atividades comerciais, especialmente pela presença de organizações privadas, que garantem receita por parte da administração dos espaços. Ainda assim, o Estado fornece subsídios mensais para garantir o funcionamento destes espaços, já que a receita vinda da exploração comercial não cobre os gastos com a administração dos mesmos.

Em seu organograma, a O.S. conta com um conselho administrativo, do qual fazem parte representantes da iniciativa privada, entidades civis e órgãos públicos do Estado – como a SECULT, a quem a administração do espaço está diretamente ligada.

No entanto, a PARATUR, por um lado, não faz parte do conselho administrativo da PARÁ 2000 e esta, por sua vez, não participa do Fórum Estadual de Turismo – FOMENTUR, organização que reúne representações do trade turístico e instituições estatais do Pará, em discussões sobre políticas para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Isso demonstra a desarticulação entre a gestão de um espaço público de significativa relevância para a atividade turística e organizações envolvidas na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento desta atividade.

Apesar de não haver dados quantitativos específicos da atividade turística no espaço, cabe apresentar que, segundo a PARÁ 2000, até recentemente a Estação das Docas foi responsável por 600 postos de trabalhos diretos e 1800

empregos indiretos, recebendo uma visitação de 6 mil pessoas por dia – cerca de 3 milhões de visitantes ao ano –, com a média de 120 eventos realizados a cada mês (PARÁ, 2007). De acordo com entrevistas colhidas com presidentes anteriores da PARÁ 2000, a O.S. contava com 170 funcionários em 2008 (numero que subiu em função da incorporação da gestão do Centro de Convenções Hangar em 2011), de diversas áreas de formação, todavia, nenhum desses era profissional da área de turismo no período da pesquisa. Esse fator – bem como outros, apresentados na próxima seção – permite dizer que, mesmo sendo a Estação das Docas “[...] um dos principais pontos turísticos do estado, não tem ações sistemáticas voltadas para a área do turismo” (CASTRO, 2008). Essa situação se reproduz até hoje.

POLÍTICAS DO ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DO ESTADO PARA O ESPAÇO “ESTAÇÃO DAS DOCAS”.

No espaço “Estação das Docas” há apenas um empreendimento que presta serviços turísticos – sendo este uma agência de turismo, que, entre outros serviços, promove passeios de barco, com saída do cais do terminal fluvial. Várias outras organizações presentes no espaço prestam apenas serviços de apoio à atividade turística – como gastronomia, serviços bancários e de câmbio, vendas de souvenir, entre outros. Não existe, por parte da PARATUR, ou da recente SETUR, o planejamento de ações específicas para o fomento e apoio a empreendimentos turísticos no espaço “Estação das Docas”, tampouco articulação com a administração do espaço para implementar ações nesse sentido.

A presidente da PARÁ 2000 em 2008 informou que existem procedimentos e critérios específicos para a instalação de organizações no espaço “Estação das Docas”. Porém, a gerência de negócios da PARATUR desconhece tais procedimentos e critérios, não podendo, assim, orientar possíveis empreendedores turísticos quanto à utilização da Estação das Docas para seu negócio. Assim, é possível observar a ausência de metas e objetivos, por parte da PARATUR, referentes à presença de empreendimentos diretamente ligados à atividade turística no espaço “Estação das Docas”, por conseguinte não há políticas específicas para o fomento e apoio a negócios turísticos neste espaço, tampouco a PARATUR exerce o papel de articulador com outras instituições, inclusive com a gestão do espaço, para o planejamento de intervenções no campo dos negócios turísticos no espaço “Estação das Docas”.

De acordo com o que foi exposto em outras seções, desde o planejamento das intervenções para a estruturação do espaço “Estação das Docas” houve a ausência de um processo de planificação de ações específicas para o desenvolvimento da atividade turística neste espaço. Assim, foi possível notar a falta de estruturas logísticas para que o turismo ocorra no Estação das Docas, como a ausência de um estacionamento específico para ônibus de turismo.

Foi observada também a ausência de uma sinalização que obedeça aos padrões normativos utilizados pelo turismo, ou alguma sinalização específica para os turistas, fato confirmado em entrevista com gestores e observação. A sinalização existente orienta a visitação aos mezaninos, funcionando mais como ação de marketing – já que os mezaninos eram pouco visitados – do que de orientação do turista no local. Portanto, cabe afirmar que, mesmo nos dias de hoje, o espaço não sofreu intervenções, consequência de um processo de planejamento específico para o turismo, que dotasse o “Estação das Docas” de uma sinalização turística.

Quanto a isso, a gerente de infra-estrutura turística da PARATUR na ocasião da pesquisa explicou que o espaço “Estação das Docas” consta na sinalização turística planejada pelo órgão para a cidade de Belém, no entanto não há intervenções por parte da PARATUR especificamente no espaço, alegando ser responsabilidade da O.S. administradora da Estação das Docas planejar ações de sinalização turística do espaço. A PARATUR também se exime do planejamento de ações na área de infraestrutura para o “Estação das Docas”, alegando nunca ter recebido demanda por parte da gestão do espaço para isto.

Outra deficiência do espaço “Estação das Docas”, referente à infraestrutura turística, é que mesmo sendo um lugar de grande presença de turistas, não há um posto de informações turísticas neste espaço. Existe por parte da PARÁ 2000 o interesse em instalar tal serviço, inclusive em parceria com a PARATUR, todavia, ainda não há articulações oficiais entre os órgãos para que isso ocorra.

As ações de marketing da Estação das Docas são realizadas principalmente considerando a divulgação do espaço. Desse modo, existe por parte da PARATUR uma política de promoção da Estação das Docas no contexto das ações de marketing de Belém. O espaço “Estação das Docas” é divulgado a mercados nacionais e internacionais, junto com outros espaços e atrativos de Belém, como uma opção de lazer, entretenimento e serviços aos visitantes da cidade ou como um “ponto ou atrativo turístico” (CASTRO, 2007).

Por outro lado, a PARÁ 2000 também tem suas ações de marketing para o espaço “Estação das Docas”, todavia, considerando esclarecimentos nas entrevistas com os gestores, essas ações estão mais focadas na atração de visitantes locais para o espaço, em detrimento, assim, de um marketing turístico da Estação das Docas. Quanto a isso, cabe dizer que a Pará 2000 tem uma acessória de comunicação que planeja a divulgação da imagem do espaço perante a população em geral, porém, estas ações são planejadas e implementadas de maneira desconexas a políticas elaboradas pela PARATUR.

É declarado pela PARATUR, que não há ações de marketing específicas para o espaço “Estação das Docas”, nem parcerias ou articulações com a gestão do espaço para o planejamento de tais ações. Por parte da PARÁ 2000, foi explicado que a PARATUR solicita informações sobre o espaço para incrementar as ações de marketing desta e tais informações são sempre disponibilizadas pela administração da Estação das Docas, além disso, por parte da O.S. há um monitoramento das informações veiculadas pela PARATUR, referentes ao espaço “Estação das Docas”.

A PARATUR tem como política ligada ao planejamento público do marketing do Pará o fomento e apoio à realização de eventos. Mas os diversos eventos promovidos e realizados na Estação das Docas (sem considerar os eventos particulares, realizados com a locação do espaço como casamentos, festas de formatura, aniversários, e outras coisas do tipo) não têm influência ou apoio algum por parte da PARATUR. De acordo com informações dos gestores, alguns eventos públicos ocorrem por meio de relações institucionais entre a administração do espaço e o(s) órgão(s) promotor(es) – como ao caso do “Circuito Cultural Banco do Brasil”, eventos promovidos pela SECULT, no entanto, não há intervenção nem apoio por parte da PARATUR, mesmo sendo eventos que ocorrem no espaço de interesse do turismo na cidade.

A PARATUR não tem uma política de qualificação dos serviços prestados especificamente no espaço “Estação das docas”, seja por meio de ações de capacitação de profissionais que atuam no espaço, seja por meio de um aparato normativo e de vistoria da qualidade dos serviços prestados. Por parte da PARÁ 2000, são realizadas ações de capacitação profissional, para incrementar a qualidade dos serviços prestados no espaço. Algumas dessas ações ocorrem em parceria com instituições públicas, como a SECULT, porém sem intervenções da PARATUR. Ainda por parte da gestão do espaço, existem ações de

verificação da qualidade dos serviços prestados pelos empreendimentos instalados no espaço – mas há dificuldade de um trabalho sistemático.

Nesse sentido, foi observada a falta de padrões normativos para os serviços prestados no espaço, como por exemplo alguns utilizados por políticas mais amplas, planejadas sob coordenação do Ministério do Turismo – onde a PARATUR poderia atuar como agente orientador para a implementação destas políticas. Assim, não há na Estação das Docas uma obrigatoriedade nem orientação para que haja cardápios ou atendimentos em outros idiomas nos restaurantes, assim como os “orientadores de público” não estão capacitados para monitorarem as visitas.

CONCLUSÕES

Há alguns anos, o poder público estadual elabora ações de estruturação de espaços públicos na cidade de Belém, utilizando o discurso desenvolvimentista do turismo, principalmente enquanto atividade econômica. Isso logo gera críticas, especialmente por parte de estudiosos de diversas áreas, considerando principalmente os problemas que estas intervenções e a presença da atividade turística podem levar para estes espaços e para a vida social da cidade.

Desse modo, a Estação das Docas, dentro da execução do modelo de políticas supracitado, foi estruturada tendo, juntamente com o incentivo à cultura local, e o turismo, como justificativa. Entretanto, o que é possível observar no planejamento das intervenções para a revitalização da área portuária transformada no espaço com novas funções, que é o espaço “Estação das Docas”, é a centralização deste processo em uma instituição do governo e sob a responsabilidade de um grupo técnico e político, dentro do Estado. Assim, foram executadas ações que tinham a estruturação estética e a construção de um lugar “elitizado”, atendendo as demandas de uma parcela privilegiada da sociedade paraense, em detrimento de um planejamento mais democrático e que contasse com a participação de outros agentes sociais nas decisões tomadas (FIGUEREDO, 2008).

Além disso, também foi desconsiderado o fato de que para o desenvolvimento do turismo no espaço era necessário um processo de planejamento específico, que considerasse a complexidade e particularidades desta atividade, especialmente em espaços públicos urbanos. Nesse contexto, é notada a falta de participação da PARATUR, enquanto órgão do próprio governo que realizou a construção do espaço “Estação das Docas”, no planejamento das ações para

esta área, que passou a ser utilizada para atividades também ligadas ao turismo em Belém. No processo de elaboração das ações executadas na estruturação da Estação das Docas, a PARATUR esteve, posteriormente, desintegrada da gestão deste espaço. Após aproximadamente uma década de existência, passando por uma administração que buscou a integração novamente, tanto da área do turismo, como a integração com a cidade e seus moradores, o espaço continua com sua gestão confusa entre a cultura, o turismo e a gestão urbana, com diálogos permeados de lacunas entre essas três áreas e a própria população da cidade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E. S. *Porto de Belém do Pará: Origens, Concessão e Contemporaneidade*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.
- CASTRO, C. A. *Notas de Campo*. Belém, 2008. (Arquivo pessoal do autor)
- CASTRO, C. A.; OLIVEIRA, A. *Turismo e Cultura: Concepções Teóricas desta Relação*. (Anais do IV Seminário Turismo em Debate, p. 20-33). Belém: CSE/UFPA, 2007.
- ESTAÇÃO das Docas. *Pará Mais*. v. 4. Belém: Editora Círios, 2002.
- ESTAÇÃO das Docas. Disponível em <<http://www.estacadasdocas.com.br>>, acesso em 13/12/2007.
- FIGUEIREDO, S. L. *Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação*. In: FIGUEIREDO, S. L. (org.). *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional*. Belém: NAEA/UFPA/ANPUR, 2008.
- GARCIA, F. E. S. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Ed. Palavra, 1997.
- KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos*. São Paulo: Annabume, FAPESP, 2007.
- PARÁ. *Estação das Docas em Novo Tempo*. Vídeo Institucional. Belém: SECULT, 2007.

Gestão pública e interiorização do turismo no Rio Grande do Norte: um paralelo entre desenvolvimento e crescimento econômico

Darlyne Fontes Virgínio¹

INTRODUÇÃO

Sachs (2004) explica que o termo desenvolvimento é distinto de crescimento econômico, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta do bem-estar social.

Diante disso, o desenvolvimento turístico deve considerar diversos fatores, dentre eles o planejamento, a sustentabilidade, a integração e a atuação dos agentes que fazem parte de sua formação, importantes quando se trata de disseminar benefícios para inúmeras pessoas, o que na atividade do turismo podem ser entendidas por população local, empresários e turistas. A partir de então, evidencia-se a necessidade de envolver diretamente nesse processo, além das entidades privadas, do terceiro setor e da sociedade civil organizada, as instituições públicas que lidam diretamente com essa pasta, tida, muitas vezes, como prioridade em municípios que buscam alternativas de crescimento econômico.

Com isso, órgãos públicos têm enxergado nessa atividade uma oportunidade quando se trata de gerar fontes econômicas, fato este que pode ser identificado em diversos estudos da área. A maioria dos municípios com interesse em desenvolver o turismo depara com a realidade de uma atividade lucrativa, porém complexa.

1 Turismóloga e Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Técnica em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Trainee do Setor de Turismo do SEBRAE/RN.

Dessa forma, só recentemente é que o turismo passa a ser visto sob aspectos intrínsecos à sua constituição, que há pouco vêm sendo disseminados, como a preservação ambiental e a intervenção de políticas públicas específicas para a gestão de espaços já turistificados.

Com a criação dos 05 polos de turismo no Estado e a implantação de suas instâncias de governança, respectivamente, a regionalização do turismo tem sido instituída no Rio Grande do Norte. Porém, é um desafio tratar do possível desenvolvimento regional que essa política pública tenciona realizar nos estados da federação. Portanto, a atividade turística requer cuidados para que seu desenvolvimento ocorra nos lugares, assim questiona-se: A Gestão Pública do Turismo pode incrementar o desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte?

Quanto à profundidade do trabalho, os assuntos a serem abordados, especialmente sobre desenvolvimento regional, serão tratados até certo ponto, mas não considerando aspectos relacionados à geografia quando do conceito de região² e ao esgotamento das tantas vertentes, as quais o termo desenvolvimento engloba, podendo ser tratados e aprofundados em estudos posteriores. Além disso, o turismo será tratado enquanto atividade econômica, não desmerecendo seu caráter social nem mesmo sua relevância enquanto área do conhecimento.

Tendo um caráter descritivo em sua abordagem, e método de procedimento funcional com viés crítico, o presente estudo tem fortes laços com os aspectos político-econômicos e suas influências no campo do turismo, na medida em que não foge à realidade socioambiental dos atores³ que formam a rede de relações na construção de um possível desenvolvimento regional, a partir das políticas públicas de turismo no Rio Grande do Norte.

Para tanto, foi utilizada uma metodologia do tipo descritivo-exploratória de natureza qualitativa. É relevante, ainda, esclarecer que o termo desenvolvimento regional é amplo, complexo e envolve diversos setores, tais como social, ambiental, político e econômico num determinado espaço geográfico. Portanto, falar sobre desenvolvimento em regiões implica conceitos, ações e acima de tudo, responsabilidades e controvérsias. Por essa razão, no presente

2 A região terá abordagem, neste estudo, com um enfoque na síntese de características ou de processos.

3 Foram realizadas entrevistas estruturadas com gestores estaduais, regionais e municipais de turismo nas diferentes regiões do estado, num total de 15 participantes.

estudo far-se-ão algumas considerações sobre pontos de vista de estudiosos na área a fim de facilitar o entendimento e o direcionamento que se pretende abordar neste trabalho quanto ao desenvolvimento regional.

De acordo com as diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2004), entende-se que este é um fomentador do turismo regional, oportunizando aos demais municípios do Estado um desenvolvimento, principalmente através da geração de benefícios socioeconômicos à população local. Assim sendo, pode-se inferir que, de acordo com documentos oficiais sobre o Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte, quando implementado, monitorado e avaliado, este poderá induzir um crescimento econômico e contribuir para a redução das desigualdades existentes no território estadual, dentro das vertentes a que se habilita a atividade turística.

Com base no exposto acima, depreende-se claramente a importância que tem essa política pública de turismo para o Governo do Estado e, mais ainda, de estudar sua implementação e como todo esse processo vem sendo percebido pelos gestores e atores que operam nela.

DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA EM TURISMO

Em reflexões acerca do turismo mundial e a economia brasileira, Rabahy (2003) informa que o desempenho do setor turístico está intimamente relacionado ao comportamento da renda e sua distribuição, bem como da disponibilidade de tempo livre e outras facilidades propiciadas pelo progresso tecnológico, até mesmo dos meios de transporte, encurtando as distâncias. Acontecimentos sociais, políticos e econômicos afetam o desempenho das atividades econômicas, assim como as turísticas.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial (The Travel & Tourism Competitiveness Index, 2011, p.15), o Brasil ocupa o 7º lugar entre os países das Américas e o 52º no ranking geral, caindo sete posições desde a última avaliação (2009), mas com um resultado estável.

O país está classificado em 1º lugar entre todos os países por causa de seus recursos naturais e em 23º pelos seus recursos culturais, possuindo muitos lugares pertencentes ao Patrimônio Mundial, uma grande proporção de área de terra protegida, e as faunas mais ricas do mundo. Isto é reforçado por um foco na sustentabilidade ambiental (29º lugar), uma área que tem melhorado nos

últimos anos. Itens como segurança e proteção também melhoraram desde a última de avaliação. Por outro lado, o transporte terrestre continua subdesenvolvido (116º), com a qualidade das estradas, portos e ferrovias necessitando de melhorias. O país também continua a sofrer de uma falta de competitividade de preços (114º), atribuída, em parte, aos elevados impostos e taxas aeroportuárias do país, bem como os preços elevados e alta tributação em geral. Além disso, o quadro global da política não é particularmente propício ao desenvolvimento do setor (114º), com regras de desincentivo, muito tempo para iniciar um negócio, e um pouco restritivo a compromissos com a abertura dos serviços de turismo (The Travel & Tourism Competitiveness Index, 2011, p.15).

Por outro lado, inúmeros outros elementos foram analisados e apontam para um atraso em áreas como educação, infraestrutura e segurança, conforme Quadro 01 do referido trabalho. Além disso, a ausência de políticas públicas, a insegurança jurídica e a ausência de todo o estado de bem-estar tornam a situação do Brasil nesse estudo de competitividade ainda mais deficiente. Se comparado com os principais receptores de turistas, a situação do país é muito ruim para o desenvolvimento do setor turístico.

Dessa forma, há que se contestar o enfático desenvolvimento gerado em lugares turistificados, pois as vertentes do desenvolvimento são muitas, e atestar que a atividade turística pode ser influenciada é um fato, mas afirmar que ela o influencia nem sempre é verdade e não é recomendável.

Rabahy (2003) observa que acontecimentos de ordem histórica, econômica ou ligados a guerras, desigualdades, política, cultura, entre outros, afetam sobremaneira as atividades turísticas quanto aos resultados gerados por ela no país e no mundo. Dessa forma, “os métodos que se propõem a investigar essa área de atividade não podem prescindir do conhecimento de um conjunto de matérias, tornando o turismo um campo de estudos interdisciplinar, sendo aqui enfatizada, além do turismo, a economia, a história, as ciências políticas, a estatística e a teometria”.

Indicador	Rank/139	Indicador	Rank/139
1º pilar: Regras de políticas e regulamentações		8º Pilar: infraestrutura Turística	
1,01 Prevalência de propriedade estrangeira	76	8,01 Quartos de hotel	91
1,02 Direitos de propriedade	72	8,02 Presença de empresas de aluguel de automóveis	64
1,03 Impacto nos negócios das regras relativas aos IED	81	8,03 Aceita os cartões Visa ATM	62
1,04 Visa requisitos	74	9º Pilar: infraestrutura TIC	
1,05 Abertura de acordos bilaterais de serviços aéreos	38	9,01 Extensão da internet para usuários a negócios	25
1,06 Transparência da política governamental	87	9,02 Usuários da Internet	59
1,07 Tempo necessário para iniciar um negócio	135	9,03 Linhas telefônicas	61
1,08 Custo para iniciar um negócio	59	9,04 Internet banda larga	61
2º pilar: Sustentabilidade Ambiental		9,05 Telefone móvel	77
2,01 Rigor do ambiente regulatório	29	10º Pilar: A competitividade dos preços na indústria de T & T	
2,02 Execução de regulação ambiental	61	10,01 Ticket impostos e taxas de aeroporto	97
2,03 Sustentabilidade do T&T	94	10,02 Paridade de poder de compra	104
2,04 Emissões de dióxido de carbono	55	10,03 Extensão e efeitos da tributação	139
2,05 Concentração Partículas	40	10,04 Níveis de preços de combustível	89
2,06 Espécies ameaçadas	104	10,05 Índice de preços de hotéis	34
2,07 Ratificação do Tratado Ambiental	16	11º Pilar: Recursos humanos	
3º pilar: Segurança e Proteção		11,01 Inscrição na educação primária	66
3,01 Custos de negócios do terrorismo	15	11,02 Matrículas no ensino secundário	24
3,02 Confiabilidade da polícia serviços	74	11,03 Qualidade do sistema de ensino	103
3,03 Custos de negócios do crime e da violência	123	11,04 Disponibilidade de local de pesquisa e treinamento em serviços	36
3,04 Acidentes de Aviação	79	11,05 Extensão de formação de pessoal	53
4º pilar: Saúde e higiene		11,06 As práticas de contratação e demissão	131
4,01 Densidade Médico	65	11,07 Facilidade de contratação de mão de obra estrangeira 109	109
4,02 Acesso a saneamento melhorado	81	11,08 Prevalência do HIV	93

Indicador	Rank/139	Indicador	Rank/139
4,03 Acesso à água potável	57	11,09 Impacto do HIV / SIDA nos negócios	68
4,04 Leitos Hospital	74	11,10 Expectativa de vida	64
5º Pilar: Priorização de viagens e turismo		12º Pilar: Afinidade por viagens e turismo	
5,01 Priorização Governo da T & T indústria	104	12,01 Abertura ao Turismo	131
5,02 T & T despesas públicas	83	12,02 Atitude da população para com visitantes estrangeiros	25
5,03 Eficácia de marketing e branding	95	12,03 Extensão de viagens de negócios recomendado	69
5,04 T & T participação em feiras	119	13º pilar: Recursos Naturais	
6º Pilar: Infraestrutura de transporte aéreo		13,01 Número de sítios do Patrimônio Mundial natural	06
6,01 Qualidade da infraestrutura do transporte aéreo	93	13,02 Áreas Protegidas	11
6,02 Disponibilidade de assentos domésticos km	04	13,03 Qualidade do ambiente natural	44
6,03 Disponibilidade de assentos internacionais km	18	13,04 Total de espécies conhecidas	01
6,04 Partidas por 1.000 população	60	14º Pilar: Recursos Culturais	
6,05 Ddensidade Aeroporto	82	14,01 Número de Patrimônio Mundial cultural	19
6,06 Número de companhias aéreas que operam	31	14,02 Estádios para esportes	58
6,07 Rede de transportes aéreo internacional	65	14,03 Número de feiras e exposições internacionais	08
7º Pilar: infraestrutura de transporte terrestre		14,04 Indústrias criativas de exportação	36
7,01 Qualidade das estradas	105		
7,02 Qualidade de infraestrutura ferroviária	87		
7,03 Qualidade de infraestrutura portuária	123		
7,04 Qualidade da rede de transportes terrestres	74		
7,05 Densidade estradas	84		

Quadro 01 – Estudo sobre os indicadores do Brasil. Fonte: World Economic Forum. The travel & tourism competitiveness index, 2011.

No estudo da economia do turismo, conceitos como renda, receita, fluxo, demanda e oferta são largamente difundidos. Apesar das opiniões divergentes, é fato auferir que todos esses elementos influem direta ou indiretamente no estudo da atividade turística, em especial, quando se aborda as consequências desses valores, números e estatísticas no contexto de um possível crescimento,

de um desenvolvimento e até mesmo das variáveis que tangem ao complexo conceito de sustentabilidade, como o estudo de capacidades de carga e de um planejamento, seja este integrado, estratégico, participativo.

Sobre renda, ainda no concernente ao estudo econômico do turismo e seus efeitos, o efeito multiplicador a que é atribuído esse conceito deve ser cautelosamente verificado quando do seu uso em pesquisas, publicações e produções sobre o setor.

Devemos lembrar ainda a interdependência estrutural da atividade turística com todos os setores econômicos produtivos. Embora o turismo apresente-se como uma atividade pertencente ao setor econômico terciário, ele tem uma correlação muito estreita com os setores primário e secundário da economia de um país. Além disso, sendo uma atividade que comercializa o patrimônio cultural e natural de uma região, reúne não só aspectos econômicos, mas também políticos, sociais, ambientais, culturais e outros [...] (LAGE; MILONE, 2009, p. 123).

Destarte, a renda, outro importante assunto diretamente relacionado ao desenvolvimento do turismo, refere-se às receitas das viagens, estas por sua vez, são mais sensíveis às mudanças econômicas do que ao número de chegadas ou receptivo.

No que se refere ao turismo emissivo, Rabahy (2003) enfatiza que ele é composto por alguns poucos países, basicamente por países com alto nível de renda. Segundo Dias (2003), mais de 50% do turismo emissivo internacional, medido pelo número de chegadas, e 55%, em valor dos gastos, é formado por apenas 10 países. A concentração das atividades turísticas em alguns poucos países, a exemplo do que ocorre em atividades de outra natureza, está associada a suas condições socioeconômicas, basicamente ao nível e distribuição de renda, ao tamanho da população e às condições de acesso e proximidade do mercado.

Ao estabelecer-se uma relação direta entre desenvolvimento e economia, fica claro porque muitos autores defendem que aquele é consequência desta. Se o crescimento econômico trouxesse, de fato, o desenvolvimento em municípios turísticos, como se justificaria municípios ricos com um dos menores índices de desenvolvimento humano? No estado do Rio Grande do Norte, essa relação ocorre com frequência, a exemplo de municípios como Guamaré, em que a receita gerada pelo município, por causa dos *royalties* do petróleo que

produz, é superior à de muitos outros, ao mesmo tempo em que, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴ é um dos menores do Estado.

Ao transferir essa discussão para os interesses que envolvem a atividade turística, é correto informar que, por sua vez:

O turismo não representa, em si, uma solução para o crescimento econômico dos países que não apresentam as pré-condições necessárias. Dispondo dessas condições, considera então que o turismo deva integrar-se em uma estratégia global de crescimento regional e nacional. Por não dispor de muitas outras alternativas, alguns países do Terceiro Mundo buscam no turismo a saída para o crescimento econômico, sem as devidas avaliações dos custos dessa decisão. Do que foi analisado, verifica-se que o desenvolvimento, por um lado, favorece o turismo, não sendo, de outro, tão evidente que o turismo promova, por si, o desenvolvimento (RABAHY, 2003).

Estando a prática do turismo ligada aos efeitos ou impactos (positivos e negativos) que é capaz de gerar nos lugares onde ocorre, torna-se mister fazer uma reflexão quanto ao grau de importância dado a essa atividade e, até onde ela pode gerar benefícios para a população receptora dessa demanda turística.

A má distribuição da renda, na sociedade como um todo e nas distintas regiões do país, interage com a alocação dos investimentos públicos e privados. Segundo critérios do Banco Mundial, o Brasil é tido como país de renda média, mais precisamente país em desenvolvimento de renda média alta.

No entanto, os efeitos do turismo não se restringem às questões associadas ao balanço de pagamentos, bem como em outros campos de atividade, principalmente no social, no político, no ambiental e no cultural. O turismo, assim como qualquer outra atividade econômica, resulta de um complexo de fatores que interagem com ele. Souza (2002, p.19) define desenvolvimento socioespacial como:

Um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual

4 Índice que mede o grau, em média, de três dimensões básicas de desenvolvimento humano, nomeadamente: uma vida longa e saudável; o nível de conhecimentos adquiridos; e um nível de vida digno (PNUD, 2009, p. 15).

e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social.

É evidente que a atividade do turismo pode trazer, assim como o crescimento econômico, os aspectos inerentes ao desenvolvimento de uma localidade ou região predeterminada, uma vez que tende a reunir possibilidades e ferramentas essenciais à instituição de ações para essa consolidação. Portanto, é relevante que o governo assuma seu papel enquanto gestor das políticas públicas que direcionam os rumos que tal setor pode induzir num âmbito regional ou até mesmo internacional, como é o caso do turismo.

Por muitos anos, o fluxo dos benefícios do turismo foi tido como certeza em muitos destinos. Isto “tido como certeza” do turismo, e particularmente os enormes retornos econômicos que prevê escapado à atenção em tempos de crescimento econômico global e as condições de bem-estar geral das nações desenvolvidas do mundo. No entanto, uma vez que este bem-estar socioeconômico veio sob a ameaça de reestruturação global, muitos desses mesmos destinos passaram a apreciar melhor as contribuições econômica e social trazidas pelo setor de turismo em suas economias (RITCHIE & CROUCH, 1999, p. 150).

Conforme Dann (2002), o turismo é tido como alternativa para movimentar a economia em alguns lugares e, por essa razão, governos e comunidades não podem ter como fontes confiáveis essas abordagens. E menciona, no seu estudo, três posições adotáveis e orientadas para o futuro do desenvolvimento do turismo: a Abordagem de Toffler ou de Especulação (grande ênfase na predição de situações que provavelmente ocorrerão a curto, médio e longo prazo); a Perspectiva Simmeliana (abordagem sociológica com foco numa combinação de paradigmas e disciplinas); e o Trabalho Aberto (examina as pesquisas publicadas e enfoca o início e a conclusão de suas contas existentes).

A partir do enfoque sobre o trabalho aberto, Dann cita as seguintes estratégias, como estímulo para o avanço de nossa compreensão do fenômeno sobre o desenvolvimento do turismo, são elas:

ESTRATÉGIAS	COMPREENSÃO
Ruas sem saída	Promove o caminho escolhido, pela rejeição dos atalhos falsos.
Auto-propriação	Interesse antropológico no papel de observador dos estudos.
Inversão da sabedoria convencional	Uma subversão daquele conhecimento que é dito como padrão, como paradigma, que é amplamente aceito.
Extrapolação conceitual	Extrapola a estrutura teórica de um contexto para extrapolar sua viabilidade em outro.
Ampliação do escopo	Ir além das ideias e das variáveis operacionalizadas para ampliar o escopo global de um projeto de pesquisa, num estágio posterior.
Desobstrução do caso	É a compreensão que transcende o ideográfico, sendo facilitada pela confrontação da motivação.
Resolvendo paradoxos	Antes de estudar os desvios patológicos, deveríamos tentar chegar a entender o que é normal.
Estabelecendo novos vínculos	Procurar conexões mediante tratamento multidisciplinar.

Quadro 02 – Compreensão sobre o desenvolvimento do turismo. Fonte: Adaptado a partir de Dann, 2002.

Assim, para Dann todos esses itens possuem componentes teóricos, mas muito poucos parecem ter sido explorados conforme as linhas desejáveis.

Para Castells (1999), a evolução da tecnologia contribuiu, em grande parte, para a capacidade produtiva da sociedade e seus padrões de vida na atualidade. E, acrescenta, ainda, que um modelo informacional de desenvolvimento caracterizará as futuras décadas.

Falar de desenvolvimento implica acionar, entre outras coisas, distribuição de renda, direito à educação, saúde, transporte, enfim, tudo aquilo que deveria ser assegurado aos indivíduos. Diante da complexidade do tema, para fins do estudo aqui proposto, direcionou-se o tema desenvolvimento enquanto fator socioeconômico como focos principais, especialmente por ser esta a abrangência dada pelo Macroprograma de Regionalização do Turismo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Sobre uma definição acerca de desenvolvimento, Singer (2003) acredita que este se caracteriza pela ausência de uma conceituação universalmente aceita e o simplifica em duas correntes: as que identificam desenvolvimento como crescimento econômico e as que distinguem desenvolvimento de crescimento. Porém, a dinâmica econômica é invariavelmente a mesma em seus fundamentos.

Assim, passo a passo, o crescimento econômico é um processo contínuo de progresso científico e sua aplicação é baseada em técnicas de produção,

mediante acumulação de capital. A existência de sistemas econômicos diferentes não é casual nem desvinculada da problemática do desenvolvimento e, cada sistema permite determinado grau de crescimento econômico, explica o autor.

Num mundo em que existem diferentes sistemas econômicos, alguns se mostraram mais suscetíveis que outros para adotar novas técnicas de produção. No entanto, para Singer, desenvolvimento se traduz usando a temática dos diferentes sistemas econômicos existentes. Ele explica que o subdesenvolvimento é o resultado da ausência de crescimento ou do desnível entre índices de crescimento de países diferentes. “O mero crescimento econômico não se identifica com o desenvolvimento”.

Singer (2003) exemplifica tal afirmação dizendo que a renda *per capita* não é suficiente para que haja desenvolvimento e sim crescimento. Pode-se dizer que desenvolvimento e crescimento econômico são sinônimos em sua essência, mas quando não ocorre o crescimento, não há desenvolvimento, e sim subdesenvolvimento.

Por outro lado, Sachs (2004) trata sobre essa conceituação fazendo inferência aos países do terceiro mundo. Para ele, o desenvolvimento deve ser abordado:

Como processo histórico, o que pode, no estado atual, esclarecer as normas de ação, não para fornecer fórmulas feitas, mas para introduzir um determinado modo de pensar, ajudando a levantar questões pertinentes que não são nada evidentes e que não seriam sem dúvida levantadas sem a contribuição da teoria.

Ele aborda ainda a operacionalização do desenvolvimento e comenta que uma tecnologia do desenvolvimento aplicável deve ser inventada para cada ocasião, levando em conta a realidade histórica do processo social global. A teoria do desenvolvimento deseja que todos os seus protagonistas a reinventem constantemente, e que a confrontem intensamente com a prática, de maneira a enriquecê-la.

O autor aponta que o mais importante é liberar-se da influência de um paradigma mecanicista emprestado das ciências físicas e que se traduz principalmente por uma excessiva concentração da atenção sobre o volume da poupança e do investimento. Mas importa também saber qual será a eficácia social do investimento. De um modo geral, Sachs (2004) mostra o desenvolvimento sob uma ótica um tanto social, bem como política, em que há interferência de bancos e do governo num país, por exemplo.

Os efeitos do crescimento econômico segundo padrões cumulativos, a crescente consciência ambiental e a ineficácia das políticas tradicionais de desenvolvimento, visto os pobres resultados nos países menos desenvolvidos e sua incapacidade para fazer frente a ciclos econômicos recessivos sofridos pelos países desenvolvidos, facilita a aparição de políticas superadoras da concepção quantitativa do desenvolvimento que incorporam variáveis qualitativas irrenunciáveis a vista dos efeitos sociais (desemprego estrutural, marginalização social, pobreza...), ecológicos (ameaças a conservação do meio ambiente), e territoriais (incremento dos desequilíbrios territoriais), dos padrões de desenvolvimento baseados na acumulação, modelos de desenvolvimento que, ademais, não oferecem uma solução clara para as crises que tem contribuído a engendrar (Instituto Universitario de Geografia, Universidad de Alicante, 2001, p.14).

Sob a ótica do desenvolvimento, Sen (2000) trouxe contribuições que perpassam a dinâmica econômica, onde os fins e os meios dessa temática afloram o lado social, humano. O autor acredita que a existência de redes de segurança social para proteger os muito pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, entre outros, são uma consequência do desenvolvimento a partir do ganho econômico, sendo este o ponto de partida à abertura de outros fatores sociais que beneficiam a maioria, ou seja, o desenvolvimento é tido como um processo de expansão das liberdades reais (papel constitutivo e papel instrumental) que as pessoas desfrutam.

Assim sendo, o autor defende que “o processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa incluir a eliminação da privação dessa pessoa”. A eficácia dessa liberdade como meio e não apenas como fim concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento.

Direitos, oportunidades e intitamentos instrumentais de liberdade são destacados pelo autor através de cinco componentes que se inter-relacionam, são eles: facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, sendo o processo de desenvolvimento extremamente influenciado por elas. É importante apreender essas interligações ao deliberar sobre políticas de desenvolvimento.

A ênfase aos aspectos qualitativos da inclusão social de caráter psicológico, sociológico, político e cultural relaciona-se ao nível de satisfação e felicidade das pessoas e à possibilidade de expressão e realização de direitos de participação nos processos democráticos de mudanças. O poder e autonomia das comunidades é requisito do desenvolvimento regional. Esse processo inicia-se pela consolidação das instituições, cujo conceito transcende a formalização das estruturas, abrangendo os valores culturais da população. Por outro lado, as instituições devem ser paradigmas da ética, desfrutando de idoneidade e credibilidade. Na abordagem sociológica da educação, identificada com a cultura popular, reitera-se o elemento do desenvolvimento humano como premissa do desenvolvimento econômico (TOMAZZONI, 2007, p. 33).

Conforme Sen (2000), desenvolvimentos econômicos foram imensamente favorecidos pelo desenvolvimento dos recursos humanos relacionado com as oportunidades sociais que foram geradas. O autor cita, inclusive, a diminuição da mortalidade em alguns países como fator de desenvolvimento que, associado às liberdades do indivíduo, trouxeram benefícios humanos consideráveis para a população aliado a uma ótica econômica. Nesse processo, outra característica da obra de Sen é destacar a necessidade de envolvimento das pessoas no processo de desenvolvimento, articulando-se com o Estado não só passivamente ao usufruírem dessas liberdades, mas principalmente na construção dessa estrutura, sendo um meio e um fim para o desenvolvimento.

No que se refere ao Estado como detentor de poderes e construtor de políticas públicas que visam ao auxílio na execução de ações em prol da melhoria de vida das pessoas em todos os âmbitos a que lhe confere, pode-se destacar que o desenvolvimento requer integração e atuação eficazes do setor público no trato com as dinâmicas socioeconômicas existentes nas localidades. Especialmente em turismo, visto como atividade econômica para uns e como fenômeno social para outros, salienta-se que não pode haver turismo sem a existência dessas duas vertentes (social e econômica), o que mostra a importante e imprescindível inter-relação entre os temas abordados.

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL E GESTÃO PÚBLICA

A importância do turismo no desenvolvimento regional se mostra na análise do planejamento econômico do setor, que tem como objetivo a obtenção de uma distribuição espacial eficiente dos recursos e atividades econômicas (STEFANI, 2006, p. 92). Sobre processos migratórios o relatório do PNUD (2009) faz uma relação destes e suas consequências para o desenvolvimento:

A distribuição de oportunidades no mundo é muito desigual. Esta desigualdade é um fator determinante do desenvolvimento humano e, por isso, implica que as deslocamentos tenham um enorme potencial no sentido de melhorar o desenvolvimento humano. Contudo, as deslocamentos não são uma mera expressão de escolha muitas vezes, as pessoas são coagidas a deslocarem-se em situações que podem ser de enorme gravidade e os benefícios que recolhem por se mudarem são distribuídos de forma extremamente desigual. A nossa ideia de desenvolvimento como algo que promove a liberdade das pessoas levarem as vidas que escolherem para si mesmas reconhece a mobilidade como uma componente essencial dessa mesma liberdade. Todavia, as deslocamentos envolvem dilemas tanto para os migrantes como para aqueles que permanecem nos seus locais de residência. Compreender e analisar esses dilemas é crucial para a formulação de políticas adequadas (PNUD, 2009, p. 9).

Por outro lado, no que tange aos deslocamentos turísticos, deve-se ressaltar, porém, que a cada ano vem se reduzindo o grau de concentração do receptivo e, essa tendência aumenta as perspectivas de crescimento das novas destinações turísticas. A partir da constatação do relevante significado do turismo para economias de localidades menos desenvolvidas, surge a tentação de se considerar essa atividade como um importante instrumento de redistribuição de renda (RABAHY, 2003).

Entende-se a desigualdade social como um fenômeno que acontece quando a renda é má distribuída e a maior parte dessa renda se concentra nas mãos de poucas pessoas que já têm condições financeiras consideráveis para suprir suas necessidades de saúde, educação, alimentação, lazer etc. Para os demais, no caso, a maioria da população, especialmente no Brasil que é um país ainda subdesenvolvido e cuja desigualdade social é uma das maiores do mundo, de acordo com o relatório do PNUD (2009), há muito o que se melhorar.

O Brasil apresenta um índice de desenvolvimento humano elevado, segundo dados do PNUD (2009), apesar de ocupar hoje, a 75ª posição num *ranking* de 182 países, ficando atrás de países como Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela. Em relação ao Índice de Pobreza Humana (IPH), o Brasil é o 43º numa lista com 135 países.

Esses dados revelam como o país ainda sofre com disparidades econômico-sociais mesmo estando em vias de desenvolvimento e tendo alcançado índices melhores ao longo dos últimos anos. Isso prova que a desigualdade social é fruto da má distribuição da renda, uma vez que um país rico como o Brasil se coloca em atraso perante muitos outros que sequer conseguem manter a paz interna, como Israel (27ª posição), que possui um IDH muito elevado, segundo dados do mesmo Relatório.

O Relatório aponta que o índice de Gini⁵, parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda, no Brasil caiu de 0,593 em 2003 para 0,550 em 2007, sobre o IDH em 182 países. Ainda de acordo com o mesmo documento, em 2007 no Brasil 43% da renda nacional concentrava-se nas mãos dos 10% mais ricos. Enquanto que os 10% mais pobres ficavam com apenas 1,1% da renda.

O Rio Grande do Norte é um estado cujos aspectos econômicos vêm se consolidando como polos de desenvolvimento baseado em diversas vertentes, tais como a agricultura, a pesca, a pecuária, a extração mineral, o setor têxtil e finalmente o turismo. Este tem sido desenvolvido no Estado a partir da década de 1980, com a construção do megaprojeto Parque das Dunas/ Via Costeira (PD/VC), quando o turismo passa a ser considerado como uma das atividades que poderia minimizar as disparidades regionais e promover o desenvolvimento regional (FONSECA, 2005, p. 74).

Todavia, cabe analisar determinadas regiões a partir do grau de desenvolvimento socioeconômico que apresentam, pressupondo que deva ir além da geração de emprego e renda, estabelecendo principalmente uma relação com a distribuição dessa riqueza gerada pelas atividades econômicas, para

5 Mede a disparidade de distribuição (ou consumo) de rendimentos entre os diversos indivíduos ou agregados familiares num determinado país. A curva de Lorenz marca a percentagem total de acumulação de rendimentos distribuídos relativamente ao número de beneficiários, começando pelos indivíduos ou agregados familiares mais pobres. O índice de GINI mede a área entre a curva de Lorenz e a hipotética linha de igualdade absoluta, representada como percentagem da área máxima abaixo da linha. O valor 0 representa absoluta igualdade, ao passo que o valor 100 representa absoluta desigualdade.

que dessa forma seja possível diminuir impactos negativos que o turismo possa causar nos destinos.

Porém, a desigualdade social e a má distribuição da renda levam ao aumento na proporção de pobres em qualquer lugar do mundo e, a atividade turística por si só não deve ser vista como solução para esse fato e sim como um segmento que traz contribuições de um modo geral. Restam aos órgãos governamentais e a sociedade, até mesmo os empresários da área, entender esse processo tal como sugerido.

Contudo, para Telfer (2007) “Inovação, polos de crescimento, aglomeração das economias e clusters estão conectados com o desenvolvimento”. Mesmo que o desenvolvimento regional envolva tais dimensões e venha requerer análises mais profundas sobre sua concepção, há que se considerar a evolução de tais teorias que justifiquem sua formação, merecendo destaque a teoria dos polos de crescimento de Perroux (1947), quando se trata de turismo⁶.

O Macroprograma de Regionalização do Turismo, coordenado pelo Ministério do Turismo e implantado pelos órgãos oficiais de turismo dos estados da federação, assume certa responsabilidade sob essa vertente desenvolvimentista no âmbito do discurso do poder público.

Dentre as diretrizes do governo que tratam da atividade turística como fomentadora de um desenvolvimento econômico-sustentável e ferramenta para a inclusão social, pode-se dizer que os efeitos da desigualdade social existentes na maioria das cidades brasileiras, são resultantes de problemas que envolvem inúmeras questões como: educação, violência e concentração de renda, que vão além do alcance socioeconômico ao qual o turismo se propõe em seus programas de desenvolvimento regional.

No entanto, Rodrigues (2002, p. 16) ainda observa que:

[...] a gradativa isenção das responsabilidades sociais do Estado, desviando-se significativo montante da arrecadação de recursos tributários a fim de preparar os territórios na montagem das infraestruturas necessárias para a implantação dos grandes projetos das firmas transnacionais. Assim o Estado se endivida,

6 O Governo brasileiro no setor turístico, desde que iniciou estudos na formatação de uma metodologia que tencionava disseminar o turismo para as demais regiões do país que não fossem nas capitais, tem incorporado em suas ações uma fundamentação teórica no campo dos polos de crescimento de Perroux. Com isso evidenciou em suas publicações conceitos adaptados para a atividade turística, mas que remetiam à lógica de trabalho do referido autor.

tanto interna, como externamente, causando um elevado ônus à sociedade. É só examinar um sem-número de projetos do BID e do BIRD para constatar que a tônica do desenvolvimento local aparece em quase todos os documentos, justificando a aplicação dos recursos.

A atividade turística por si só não deve ser vista como solução para os gargalos sociais existentes nos lugares, mas sim como um contribuinte para uma possível diminuição de tais efeitos. Sugere-se que os órgãos governamentais e a sociedade, até mesmo os empresários da área, promovam-na de forma integrada, a fim de obter melhores resultados em sua conjuntura. O desenvolvimento integrado do turismo requer necessariamente a participação coletiva dos atores envolvidos direta ou indiretamente na construção da atividade.

Cabe ao Estado não somente pautar ações relativas à infraestrutura dos lugares, mas também preocupar-se com os impactos que o turismo gera nas comunidades locais, pois mesmo sendo importante para o turismo, essa condicionante se constitui num dos vértices do sistema integrado da política e planejamento turístico. No que se refere às políticas regionais, Gutierrez (2001, p. 52) aponta que:

As políticas regionais estão cada vez mais orientadas ao crescimento e mudança estrutural dos lugares e regiões que têm que reestruturar seus sistemas produtivos. A redistribuição espacial da atividade produtiva se vê forçada porque os processos de descentralização produtiva e funcional e a industrialização endógena propiciam que os sistemas industriais sejam, cada vez, menos polarizados e mais difusos, o que tende a reduzir os níveis de concentração produtiva. É possível assim utilizar melhor os recursos locais que permaneciam inutilizados no território e fazer frente à construção do tecido produtivo das economias regionais e locais. Desta forma, a redução das diferenças espaciais de renda e emprego se assumem de forma operativa (e não programática).

Uma vez que, para trazer desenvolvimento regional é preciso criar condições econômicas e sociais à população residente, ou mesmo dotar os destinos turísticos de infraestrutura e de ferramentas de gestão, é fundamental discutir as políticas regionais e locais para que haja um esforço no direcionamento de ações que visem à redução das desigualdades existentes tanto na economia como nas condições de vida dos municípios.

No turismo não é diferente, pelo contrário, é mais complexo quando se remete ao ponto de vista do planejamento integrado e da participação das pessoas em toda a sua estruturação, ou seja, o desenvolvimento regional e a atividade turística estão intimamente ligados quando no âmbito das políticas públicas e no envolvimento da comunidade, tecemos consideráveis ajustes nos campos social, ambiental, econômico, político-institucional e cultural.

Conforme discutido por Salini (2008, p. 74), o desenvolvimento regional depende não só do incremento dos agregados econômicos relevantes, mas de fatores como a cultura e os valores, o ambiente psicossociológico em que decorre a interação dos atores sociais e as motivações intrínsecas dos agentes econômicos locais.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM A POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA NO RN: VETOR PARA O DESENVOLVIMENTO?

No Brasil, o Plano Nacional de Turismo se apresenta como uma importante política que norteia os rumos da atividade turística. O mesmo denota claramente no seu objetivo geral o enfoque dado à descentralização das ações. Se por um lado, os benefícios econômicos do turismo são uma prioridade para os governos, por outro, observa-se que carece maior preocupação em atuar com planejamento participativo e em implementar o que foi formulado.

Sob essa ótica, observa-se que a política de regionalização do turismo no Rio Grande do Norte, mesmo realizando ações pontuais tanto na capacitação de profissionais do setor, quanto no apoio ainda incipiente à gestão municipal, não tem alcançado os objetivos a que se propõe especialmente no que se refere à firmação da regionalização como política de prioridade para o turismo nacional.

Muitos destinos turísticos ainda são explorados de forma predatória, ou mesmo não oferecendo as mínimas condições à prática adequada e sustentável, já que além da infraestrutura necessária, carecem de qualidade dos serviços e recursos humanos. Verifica-se que políticas públicas de turismo implementadas no Brasil e no Rio Grande do Norte, especialmente no que diz respeito ao Macroprograma de Regionalização do Turismo, não podem

ser consideradas, ainda, instrumentos que de fato, tenham conseguido atingir aos objetivos propostos, uma vez que não foram concluídas e, por conseguinte avaliadas.

Para analisar se o Macroprograma de Regionalização do Turismo (principal política de interiorização do turismo no Rio Grande do Norte, atualmente) é uma eficiente política de desenvolvimento para o estado do Rio Grande do Norte, é preciso considerar e analisar algumas informações sobre a realidade do setor público estadual.

A SETUR, como órgão gestor do turismo no Rio Grande do Norte, deveria formular uma política de trabalho. Atualmente não existe plano ou planejamento nesse órgão para gerir a atividade, além de não possuir estrutura física, recursos financeiros e/ou humanos. As dificuldades são muitas, mas, sobretudo, a capacidade de gestão é mínima.

Tanto aqueles municípios cujas repartições de turismo contam com centenas de empregados, como os do outro extremo, que em certos momentos concentram em uma ou em duas pessoas a atenção das exigências do setor, têm as mesmas necessidades técnicas. Acontece o mesmo nos países de estruturas unitárias, as quais nestes se inclinam em maior ou menos medida para o federalismo. O princípio sustentado apoia-se no fato de serem as estruturas administrativas as que devem se adaptar à realidade, e não esta àquelas estruturas. O fato de que atualmente o sistema funcione como está ocorrendo não é um argumento válido para afirmar que por isso deve-se continuar do mesmo modo, a não ser que tudo indique que os resultados de sua aplicação são aceitáveis. Se isto não acontece, antes de pensar que se deve mudar a realidade, deve-se constatar se alguma vez as estruturas administrativas do turismo responderam a essa realidade e, mesmo no caso da resposta ser afirmativa, se o continuam fazendo (BOULLÓN, 2005, p. 100 e 101).

Com isso, é importante ressaltar que mesmo em meio a esses entraves, a SETUR tem difundido a regionalização como política de desenvolvimento turístico, porém, tal fato mostra que no Rio Grande do Norte:

AÇÃO	OBSERVAÇÃO
O turismo tem sido amplamente explorado, especialmente na modalidade do turismo sol e mar.	Desse modo, a interiorização ainda não é uma realidade para muitos municípios que apostaram e apostam nessa política.
O PDITS se encontra em fase de elaboração em três dos cinco polos de turismo, aliado às obras do PRODETUR.	Estas ações vêm detectando e destacando as particularidades do setor, não necessariamente em áreas litorâneas.
A criação das Instâncias de Governança é uma realidade.	As reuniões e o funcionamento de 03 dos 05 Conselhos é algo que deixa a desejar em vários aspectos, em especial, sobre gestão e planejamento.

Quadro 03 – Considerações sobre a regionalização no RN. Fonte: Elaboração própria, 2011.

Ao receber a atenção dos gestores públicos, especialmente em consonância com as demandas sociais e com base num planejamento integrado e participativo, o setor turístico provavelmente contribuirá para a movimentação da economia das localidades que se turistificam. Isso, se os gestores públicos conseguirem além de formular, implementar, avaliar e monitorar todo o processo.

A infraestrutura e a capacitação são exemplos de ações que vêm acontecendo a partir de incentivos e investimentos em consonância com essa política, no entanto, os atores não a reconhecem como principal elo nesse processo.

O PRODETUR, ainda, não é um programa que foi incluído na regionalização, a maioria dos gestores o citam como independente e principal vetor de desenvolvimento turístico para os destinos quando na verdade esse programa é, mais um elemento, parte do Macroprograma de Regionalização do Turismo.

A percepção avaliativa sobre impactos no turismo, desenvolvimento e Macroprograma de Regionalização do Turismo foi contemplada neste estudo, de modo que a opinião dos entrevistados reflete esses questionamentos.

Quanto ao fato de o turismo trazer impactos aos lugares, todos os entrevistados afirmaram que há impactos positivos e negativos trazidos ou advindos dessa atividade, dos quais, vale destacar os principais:

Porém, o setor que o turismo provoca impactos negativos diretos, citados pelos entrevistados, foi o ambiental, seguido do sociocultural. E que isso acontece, principalmente por falta de planejamento e de interesse e capacitação dos gestores; ou seja, eles reconhecem que as pessoas que atuam na área ainda são mal preparadas para a complexidade do turismo. “O impacto sempre

vai existir, mesmo que haja planejamento, interesse ou capacitação porque o turismo é uma atividade cheia de contratemplos” (R – 03).

Impactos positivos	Impactos negativos
Oportunidade de negócios	Aumento da criminalidade
Melhora a autoestima das pessoas	Prostituição exploração sexual
Capacitação	Degradação ambiental
Geração de emprego e renda*	Aumento no custo de vida da população
Valorização da cultura local	Perda de identidade cultural
Infraestrutura*	Especulação imobiliária*
Desenvolvimento*	Crescimento desordenado das localidades
Entrada de divisas	Aumento no consumo de drogas

*mais citados.

Quadro 04 – Impactos causados pelo turismo. Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Se houve contribuições dadas pelo processo de regionalização para consolidar o turismo no Estado, apenas 02 gestores informaram que não houve contribuições dadas pela regionalização do turismo. O que, de fato, não tem ocorrido nos polos de turismo Serrano e Agreste-Trairi, principalmente por terem iniciado nesse processo recentemente.

Sem mudanças na política regional que se tem levado a cabo no Brasil há décadas, com um privilegio latente a das porções do território, não há setor da economia que possa minimizar disparidades socioeconômicas entre uma e outra região (KANITZ et al., 2010, p. 117).

De um modo geral, os gestores avaliaram a política de regionalização do turismo como sendo boa, no entanto, alguns a consideraram ruim e/ou regular.

Dentre os Itens associados ao desenvolvimento pelos entrevistados, merece destaque as melhorias sociais, tais como saúde, moradia, transporte e alimentação. Além desse quesito, outros foram lembrados pelos gestores como elementos associados ao desenvolvimento de lugares, a saber:

- Crescimento econômico;
- Qualidade de vida;
- Aumento na quantidade de empregos;
- Educação;
- Meio ambiente sustentável.

Conforme discutido, ao longo deste estudo, sabe-se que o crescimento econômico é distinto de desenvolvimento e que o aumento na quantidade de empregos é um discurso plenamente presente, especialmente através de

programas de governo. Sabe-se que há relação e distinção entre um e outro, porém os gestores ainda confundem os termos e sua interpretação, quando boa parte dos entrevistados aponta que há relação, mas não há distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Todos os fatores apontados na análise do processo de crescimento e desenvolvimento econômico da segunda metade do século XX indicam a necessidade imediata de os países desenvolvidos definirem uma política global que permita aos países em desenvolvimento uma participação na economia global do futuro, de forma que o abismo entre os extremos diminua e que as sociedades em desenvolvimento encontrem internamente a força exigida para a adoção de políticas distributivas que diminuam a distância entre ricos e pobres dentro de um mesmo país. Somente assim poderemos ter a perspectiva de um mundo com menos pobreza e mais igualdade de condições de vida ao alcance dos indivíduos (LAGE e; MILONE, 2009, p. 207).

Dann (2002) informa que o desenvolvimento do turismo, da mesma forma que o próprio turismo, ainda se encontra no estágio inicial do seu avanço teórico. Assim, chama atenção um dado quanto à opinião de todos os gestores de turismo do estado (entrevistados) afirmar que há relação entre a regionalização do turismo e o desenvolvimento local.

Desenvolvimento local não envolve, necessariamente, crescimento econômico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis em uma dada comunidade ou sociedade vivendo em um dado lugar. Nesse sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemonzados (CRUZ, 2010, p. 27).

Visando entender de que forma se dá esse processo de desenvolvimento local através da regionalização, os gestores explicaram que:

A regionalização se dá de forma a contemplar regiões e não somente um local. Roteirização que contempla todos os municípios é uma forma de desenvolver todos por igual (E – 02).

O programa pode e deve ser uma ação de fomento de uma das atividades econômicas mais importantes em nosso estado (E – 04).

Infraestrutura; capacitações; investimentos da iniciativa privada; surgimento de novas oportunidades de geração de emprego e renda. O desenvolvimento local ocorre porque há o interesse do município em desenvolver o turismo e começa a buscar recursos, articulações, etc. mesmo sem planejamento, o que é um ponto negativo (R – 03).

A principal foi a percepção da importância do planejamento turístico e a perspectiva de desenvolvimento coletivo. É inviável o desenvolvimento isolado, a regionalização fortalece cada indivíduo e beneficia a todos (R – 04).

Para os interiores é praticamente a única forma de desenvolvimento (M – 04).

A roteirização, a existência do programa e investimentos diversos, bem como a participação na construção de um planejamento turístico refletem, sob medida, como o processo de regionalização vem deixando contribuições. Portanto, sabe-se que medidas estruturais não traduzem o alcance de melhorias em prol da coletividade. Ademais, não se pode concluir se tais ações visem melhorias para benefício de toda a sociedade local, assim como não se pode afirmar que as transformações socioespaciais são decorrentes da atividade turística em determinados lugares.

Por outro lado, a participação da população no desenvolvimento do turismo é relevante na medida em que está inserida no processo.

Os gestores afirmam que “o tempo é pouco para fazer tantas obras, tantos projetos etc. o importante é fazer algo para deixar a marca” (R – 03). Esse registro informa o quanto à divulgação do que é feito para impressionar as massas, é tida como relevante no desenvolvimento do turismo. A preocupação maior é aparecer, mostrar o que está sendo feito, se não os esforços não valerão a pena.

Se a política de regionalização traz desenvolvimento, seja ele social, político-institucional, econômico, cultural e ambiental, o presente estudo não pode afirmar. O que se sabe é que importantes comentários aqui registrados traduzem os modelos de implementação dessa política, bem como discute a importância da atividade turística para as regiões. Ao mesmo tempo em que alerta para os exageros produzidos nos discursos não somente do poder público, mas também da iniciativa privada, do terceiro setor e até mesmo da população local.

Essa política tem alcançado resultados em outros estados do país, de acordo com dados do MTur (2010), através de cases de sucesso em sua implementação. Porém, analisar o MacroPRT sob a ótica de sua formulação e implementação, é algo dinâmico e mostra a carência de estudos nessa perspectiva de análise.

A relação do governo com o turismo é tão complexa que as pesquisas científicas deveriam discutir como e de que forma as ações governamentais e o próprio governo influenciam e impactam a atividade turística. No entanto, poderiam ser desenvolvidos estudos que procurassem analisar como as ações dos governos, em todos os níveis, têm sido influenciadas pelo turismo (PANOSSO NETTO, 2008, p.123).

No Rio Grande do Norte, apesar de alguns gestores opinarem sobre esse processo, nota-se que a maioria vê possibilidades de desenvolvimento a partir dessa política. Contudo, os órgãos governamentais deveriam trazer à tona a realidade das limitações quanto a esse possível desenvolvimento através de uma política pública como propõe a regionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os aspectos mais relevantes elencados por esta pesquisa, pode-se destacar as abordagens feitas envolvendo assuntos de interesse para o setor do turismo, tais como: desenvolvimento regional, políticas públicas, regionalização, gestão.

Com a elaboração deste estudo, a análise crítica se configura como um ponto forte, uma vez que contribui para o incremento de pesquisas e estudos científicos no campo teórico do turismo, de forma séria e profunda.

A abordagem sobre desenvolvimento tratou de mostrar a relação e distinção presente no conceito entre esse e o crescimento econômico, tendo como principal objetivo esclarecer as exageradas e difundidas práticas de que o turismo é gerador de emprego e renda e, por isso, traz desenvolvimento aos lugares. É preciso haver entendimento sobre tais afirmações, para que não haja equívocos e expectativas supervalorizadas, como vêm ocorrendo nos discursos do setor turístico em todas as esferas.

A regionalização do turismo, principal foco de análise, obteve aporte teórico-metodológico que possibilitou uma análise de sua realização existente

no Estado, nos últimos anos. Apesar de ter sido um desafio, pois não há estudos com profundidade suficiente para dar suporte a uma análise crítica, já que a maioria das publicações exalta essa política ou não a estuda sob o enfoque das regiões turísticas que os estados possuem, nem tampouco abordam aspectos relacionados ao desenvolvimento regional que tenciona induzir nos lugares onde é implementada.

De modo geral, não se pode dizer que a implementação da regionalização ocorra de forma plena no Estado, isso está longe de acontecer. A formulação da política é boa, mas a ineficiência na gestão por diversos fatores já mencionados prejudica sua implementação.

Assim, a atividade turística não pode prometer trazer uma realidade desenvolvimentista regionalmente quando não planejada ou preparada para enfrentar seus próprios gargalos.

REFERÊNCIAS

- CROUCH, Geoffrey e RITCHIE, Brent. Tourism, competitiveness, and societal prosperity. *Journal of business research* 44, 137-152 (1999).
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: COSTA, J.H; SOUZA, M. (Orgs.). In: *Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.
- DANN, Graham M.S. Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda. In PEARCE, D. G; BUTLER, R. W. (Orgs.). In: *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*, atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007). São Paulo: Atlas, 2003.
- GUTIERREZ, Fermin Rodriguez. (Editor). *Manual de desarrollo local*. 2. ed. Espanha: Ediciones Trea, S. L., 2001.
- INSTITUTO UNIVERSITARIO DE GEOGRAFIA. *Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores*. Proyecto METASIG. Comisión Interministerial de Ciencia y Tecnología (CICYT), Comisión Europea, Universidad de Alicante, 2001.
- KANITZ, Heidi Graciele; MORAIS, Jefferson Dantas Freire de; MARTINS, Liège Azevedo; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. Plano Nacional de turismo 2007/2010: análise e desafios de sua implementação. In: COSTA, J.H; SOUZA, M. (Orgs.). *Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais*. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- Ministério do Turismo. *Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas*. Ministério do Turismo, SNPT. Brasília: 2004.

_____. SEBRAE, FGV. *Estudo de competitividade do turismo nacional: 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional*. Relatório Brasil. Brasília, 2010.

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. *Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world*. 2. ed. New York and London: Routledge, 2003.

PANOSSO NETTO, Alexandre; LOHMANN, Guilherme. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008. (Série Turismo).

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório de desenvolvimento humano 2009 - ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos*. Nova Iorque: 2009.

RABAHY, Wilson Abrahão. *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Barueri, SP: Manole, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Desenvolvimento com base local como bandeira de uma política de emancipação e afirmação. In SOUZA, M.J. (Org.). *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALINI, Talita Sheila. *Políticas públicas e desenvolvimento turístico regional na região de Blumenau, SC: perspectivas e desafios sociais para a sustentabilidade*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau. Santa Catarina: 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STEFANI, Cláudia do Carmo de. *Regionalização e gestão territorial: o turismo na região metropolitana de Curitiba (PR)*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2006.

TOMAZZONI, Edegar Luis. *Turismo e desenvolvimento regional: Modelo de APL TUR aplicado à região das Hortênsias*. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, USP. Escola de Comunicação e Artes, ECA. São Paulo: 2007.

TELFER, David J. Tourism and Regional Development Issues. In: SHARPLEY; TELFER. (Orgs.). *Tourism and development: concepts and Issues*. Canada: 2007.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The tourism and travel competitiveness report index*. Geneva, Switzerland, 2011.

Políticas públicas de desenvolvimento do turismo em Moçambique: da panaceia à prática

Daniel Augusta Zacarias¹

INTRODUÇÃO

O turismo tem sido considerado uma das principais atividades socio-económicas e alicerce para o financiamento de economias frágeis como é o dos países em desenvolvimento. Neste diapasão, a “corrida” para atrair cada vez mais turistas se converteu na principal preocupação de diversos governos que se apropriam do turismo como salvaguarda dos interesses económicos de suas nações. Como ilustrado por Cooper (2007), a natureza do turismo promove a demanda para os demais setores industriais e de serviços, criando de forma direta ou indireta impactos globais cada vez mais impulsionados pelo desenvolvimento tecnológico, pelo crescimento das cidades, pelo avanço dos meios de transporte e pelo advento das tecnologias de comunicação (in: DOMINGOS, 2012, p. 2)

Embora seja um galvanizador da economia, o turismo pode gerar efeitos irreversíveis nos locais de receção, afectando sobremaneira os padrões de vida das comunidades, na qualidade do ambiente circundante e na estrutura de mercado já estabelecida em determinado destino. Dependendo da complexidade destes factores, o conjunto de políticas e instituições públicas pode assumir um papel cada vez maior na sua solução e gestão. Considerando que com o término da guerra civil o Governo de Moçambique adotou o turismo como meio de desenvolvimento, não só do ponto de vista económico como também no sentido de reverter a imagem de guerra, miséria e fome que o país ostentava, tendo adoptado um conjunto demasiado complexo de leis, políticas e regulamentos para gerir a actividade, importa neste trabalho problematizar o impacto que este conjunto de regulamentos e instituições em reproduzido

1 Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique; Professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Moçambique; Pós-graduação em Maneio da Vida Selvagem (College of African Wildlife Management, Tanzania; Mestre em Gestão da Água e da Costa-Universidade do Algarve, Portugal. E-mail: daniel.zacarias3@gmail.com

nos processos de desenvolvimento do turismo e melhoramento da actividade através da atracção de mais turistas e investimentos, salvaguardando a qualidade ambiental, o ambiente de negócios e os padrões de vida das comunidades receptoras. Deste modo, a abordagem metodológica para a prossecução deste trabalho fundamenta-se em revisão bibliográfica sobre os mais vários documentos legislativos para gestão do turismo em Moçambique, bem como em pesquisa documental para aferir o efeito da existência destes mecanismos sobre a economia nacional, demanda turística e nível de investimentos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO

A análise da política turística fundamenta-se na reflexão sobre o conceito de política pública que no contexto atual e escalas de atuação é a tipologia de políticas públicas que incidem diretamente sobre o turismo (SECALI, 2009). Segundo Ribeiro dos Santos & Gomes (2007), a definição de política envolve uma complexidade de fenómenos relacionados à filosofia, história, ideologia, entre outros, que interferem na compreensão deste termo, pois como afirma Castro & Falcão (2004), a política compreende um conjunto de esforços empreendidos pelas pessoas que objetivam participar do poder ou influenciar a distribuição do poder.

Políticas públicas são um conjunto de ações do estado, direcionadas para atender às necessidades da sociedade, com o intuito do bem comum (RIBEIRO DOS SANTOS & GOMES, 2007), ou as regras e ações que têm como finalidade dar resposta à multiplicidade de necessidades, interesses e preferências de grupos e pessoas que conformam uma sociedade (SECALI, 2009). A sua definição compreende seis passos básicos (SUBIRATS, 1994) cujo encadeamento é apresentado na Figura 1.

Segundo o mesmo autor, na primeira fase (percepção e definição do problema), os problemas são um conjunto de factos ou circunstâncias que dificultam o alcance de alguma finalidade, requerendo, deste modo, uma intervenção global, sendo esta resposta dependente da relevância pública, dos recursos disponíveis, e da vontade política. Após a identificação do problema, torna-se necessário incluí-lo na agenda do governo para definição de um conjunto de objetivos gerais e específicos e diferentes linhas de ação que contemplem diversas possibilidades e consequências (segunda fase – formulação de alternativas de solução).

Estas alternativas são posteriormente submetidas a um processo de escolha e decisão para seleção da alternativa ou grupo de alternativas mais adequadas à dimensão do problema (terceira fase – adoção de uma alternativa ou conjunto de alternativas) sendo estas, posteriormente postas em prática mediante intervenção de diferentes níveis governamentais e atores sociais (quarta fase – implementação).

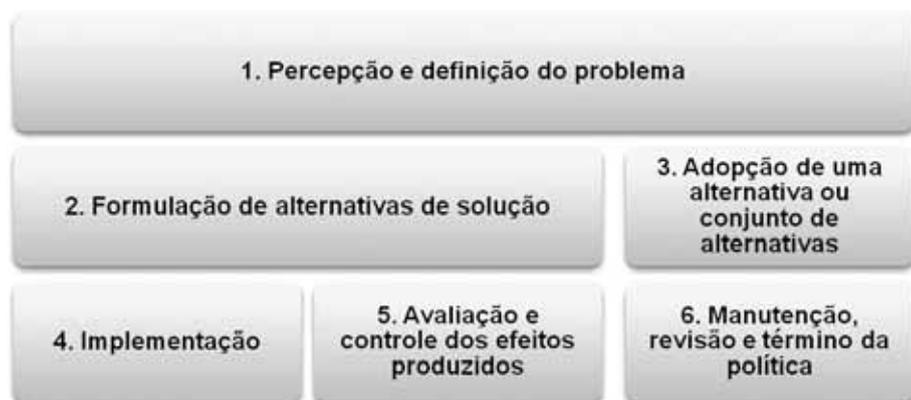


Figura 1 – Processo de definição de políticas públicas (Subirats, 1994)

Uma vez que todas as alternativas de solução de um problema possuem carácter subjetivo, torna-se necessário analisar a configuração do programa, a sua implementação e impacto, devendo-se proceder à avaliação da eficácia da política, o grau de satisfação e o seu nível de eficiência (quinta fase – avaliação e controle dos efeitos produzidos), cujos resultados influenciam a continuidade, modificação ou término das políticas anteriormente definidas (sexta fase – manutenção, revisão e término da política).

No contexto das políticas públicas, as políticas de turismo se afiguram pertinentes, não só por o turismo ser uma catividade económica por si só reconhecidamente *panacea* para o desenvolvimento das nações menos desenvolvidas, mas também por impulsionar o desenvolvimento de outras atividades económicas e infraestruturas. Sendo uma importante componente nas equações de desenvolvimento (DIAS, 2003), o turismo tem a capacidade de afetar diversos âmbitos e sectores e cujas ações se refletem sobre legislação complementar com as quais o turismo compartilha objetivos e instrumentos nos vários níveis de execução administrativa. Dada esta complexidade, as políticas públicas de turismo se compartilham em quatro plataformas principais (SECALI, 2009, p. 78), nomeadamente i) económicas e sociais (que agrupa as

políticas relacionadas às estratégias produtivas e os programas vinculados ao bem-estar); ii) territoriais (políticas públicas com enfoque sobre ordenamento e planificação do território, seja, territorial, urbanística, de promoção de cidades) e iii) ambientais e culturais (todas as políticas que se preocupam com a protecção dos valores naturais e culturais).

Embora o turismo seja visto como o motor de desenvolvimento das nações privilegiadamente turísticas, o seu desenvolvimento acarreta também contribuições negativas, cuja minimização apenas é possível com a formulação de políticas de turismo ou áreas afins e o conseqüente planeamento adequado, pois, como afirma Beni (2001, p. 177),

A política de turismo é a espinha dorsal do processo de formulação (planeamento), do pensamento (plano), da ação (projetos, programas), da execução (preservação, conservação, utilização e re-significação do património natural e cultural e sua sustentabilidade, da reprogramação (estratégia) e do fomento (investimentos e vendas) do desenvolvimento do turismo de um país ou região e seus produtos finais.

Neste contexto, a política de turismo passa a constituir o conjunto de factores condicionantes e de directrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objectivos globais do turismo em determinado país (BENI, 2001), devendo funcionar no estímulo e no controle directo do desenvolvimento do turismo e defender os interesses da sociedade (SOLHA, 2006), cuja execução recai sobre os órgãos públicos que determinam as directrizes, criam normas, administram os recursos e estímulos e provêm as facilidades para sua implementação (RIBEIRO DOS SANTOS & GOMES, 2007).

ESTRUTURA DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE

A oferta turística de Moçambique apresenta-se em duas fases distintas, separadas por uma fase de conflito e instabilidade nacional. Aliás, como referido no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo de Moçambique (PEDTM),

Historicamente, Moçambique era considerado um dos destinos turísticos de primeira classe em África e este sector jogava um papel importante na economia do país. [...] O turismo desenvolveu-se em torno de três temas – as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos – e concentrava-se

principalmente nas zonas sul e centro do país. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e de andar de barco eram únicos na África Austral. O ambiente continental, a cozinha mediterrânea e as cidades cosmopolitas de Maputo e Beira constituíam uma componente importante da experiência turística. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional da Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) na zona centro possuíam padrão internacional (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2004, p. 11).

Esta realidade, infelizmente, foi obscurecida pelo clima de instabilidade que ocorreu entre 1973 e 2002 que resultou no declínio do sector como consequência da degradação das infraestruturas turísticas e dos recursos faunísticos, com destaque para os grandes mamíferos (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2004).

Com o fim da guerra, iniciam-se os primeiros passos para a reestruturação do sector de turismo e hotelaria em Moçambique. Com efeito, assiste-se a uma revitalização do mercado turístico da Cidade de Maputo, determinado pelo aumento da procura turística internacional e a construção de novas unidades hoteleiras (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2003; 2004). Com efeito, estas potencialidades têm sido maximizadas através de um trabalho conjunto com os parceiros regionais, a criação de ligações espaciais, a orientação das respostas para as exigências do mercado, a promoção de investimentos apropriados e dirigidos, a ênfase na conservação, o alinhamento e a coordenação de políticas, de iniciativas e de recursos.

Atualmente, o potencial do turismo de Moçambique pode ser considerado invejável: 2700 km de litoral tropical, biodiversidade de grande valor ecológico, expressa pela singularidade dos seis parques nacionais (Gorongosa, Zinave, Banhine, Bazaruto, Limpopo e Quirimbas), cinco reservas (Maputo, Pomene, Marromeu, Gilé e Niassa) e 12 coutadas de caça numa área de 126.187 km² (16,1% do território nacional), incluindo espécies endémicas (*giraffa camelopardalis*, *dugong dugon*, *loxodonta africana*, *syncerus caffer*, tubarão baleia, raia manta, tartarugas marinhas e variadas espécies de aves) e património histórico-cultural bastante rico e internacionalmente reconhecido (danças nyau e timbila e ilha de Moçambique) e classificados como património da humanidade pela UNESCO e uma população recetora e acolhedora,

uma mistura de população nativa, árabe e portuguesa (CHL CONSULTING COMPANY LTD., 2006) e uma cozinha extraordinária.

AMBIENTE LEGAL E INSTITUCIONAL PARA GESTÃO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE

Barbosa (2002) refere que embora os governos falem com demasiada frequência em qualidade de turismo, medem o desempenho em termos numéricos, não sendo aceitável que esses objetivos sejam às custas do meio ambiente, ou que afetem adversamente a comunidade anfitriã. Neste caso, torna-se necessário implementar políticas públicas como alternativa para manter o equilíbrio entre os vários objetivos, e não tentar maximizar qualquer um deles, isoladamente (LICKORISH, 1991).

Moçambique não foge a esta realidade e embora o objetivo central do desenvolvimento do turismo seja a atração de cerca de quatro milhões de turistas até ao ano 2025 (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2004) foram implementados diversos mecanismos de políticas públicas sobre as mais diversas áreas para que os fluxos turísticos almejados e o desenvolvimento sejam ambientalmente sãos e socioculturalmente aceitáveis.

Nesta perspetiva, destacam-se elementos como a obrigatoriedade de elaboração de estudos de impacto ambiental para projetos turísticos, a política de turismo e estratégia de implementação, o plano estratégico para desenvolvimento do turismo e vários mecanismos sectoriais e de visão de desenvolvimento como o PARPA e os regulamentos de funcionamento de estabelecimentos turísticos e hoteleiros, dentre outros.

Enquadramento institucional para gestão do turismo em Moçambique

Após permanecer durante alguns anos sob tutela do Ministério da Indústria e Comércio, a partir do ano 2000 todas as atividades relacionadas com o turismo são geridas pelo Ministério do Turismo (Figura 2) criado pelo Decreto Presidencial nº 1/2000 de 23 de Maio. Neste contexto, o Ministério do Turismo (MITUR) “é o órgão central do aparelho do Estado que dirige e planifica a execução das políticas nos domínios das atividades turísticas, da indústria hoteleira e similar, bem como nas áreas de conservação para fins turísticos” (Decreto Presidencial nº9/2000, artº1).

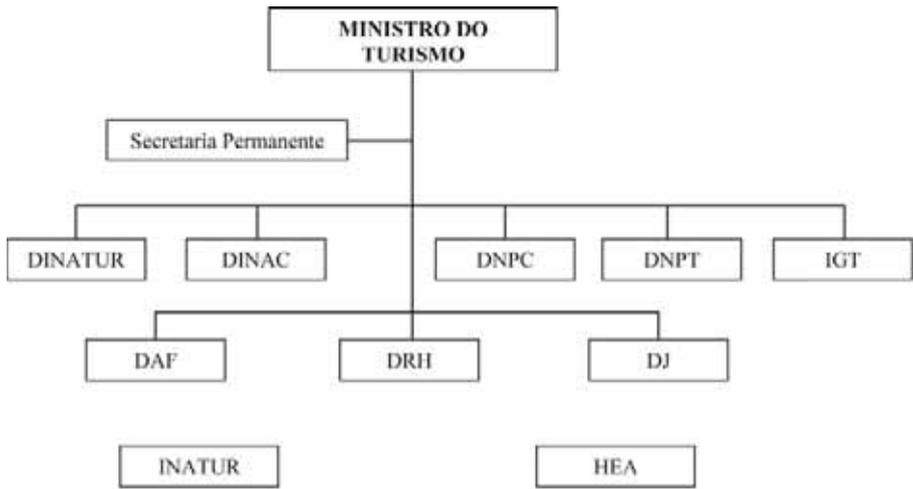


Figura 2 – Estrutura orgânica do Ministério do Turismo de Moçambique (MITUR). DINATUR = Direção Nacional do Turismo; DNAC = Direção Nacional de Áreas de Conservação; DNPC = Direção Nacional de Planificação e Cooperação; DNPT = Direção Nacional de Promoção Turística; IGT = Inspeção Geral do Turismo; DAF = Departamento de Administração e Finanças; DRH = Direção dos Recursos Humanos; DJ = Departamento Jurídico; INATUR = Instituto Nacional do Turismo; HEA = Hotel-Escola Andalucia

Com base nesta estrutura, o Ministério do Turismo de Moçambique (MITUR) tem como funções:

- i) promover o desenvolvimento sustentável do turismo com vista a contribuir para o desenvolvimento económico e social do País;
- ii) promover a conservação da fauna bravia na sua utilização como uma das componentes necessárias para o desenvolvimento do turismo;
- iii) contribuir para o aumento das receitas do Estado através da promoção e desenvolvimento do turismo interno e externo;
- iv) promover o aumento de oportunidades de emprego com vista a garantir uma melhoria do nível de vida das populações;
- v) incentivar o desenvolvimento do turismo com vista a contribuir para o reforço da unidade nacional, para melhor conhecimento do País pelos cidadãos e para o intercâmbio cultural com os outros povos;
- vi) contribuir para o estabelecimento de uma política de licenciamento para a expansão da prática do jogo em estabelecimentos hoteleiros e similares, tendo em vista o aumento da qualidade da oferta turística nacional e arrecadação de receitas para a economia nacional; e
- vii) promover a formação de profissionais com vista a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo sector do turismo (artº2 do Decreto Presidencial nº9/2000 de 23 de Maio).

Para dar cobro a estas funções o MITUR dissocia-se em várias direcções como ilustrado na Figura 2. Assim no domínio das actividades turísticas e da indústria hoteleira e similar, o MITUR atua através da DINATUR, cujas principais competências concentram-se em i) orientar disciplinar e apoiar o desenvolvimento da atividade turística, da indústria hoteleira e similar; ii) definir e propor a aprovação de políticas e estratégias de desenvolvimento do turismo e da indústria hoteleira e similar e garantir a sua aplicação efetiva; iii) regulamentar, licenciar, fiscalizar e acompanhar o exercício das atividades turísticas, indústria hoteleira e similar; iv) propor a criação de zonas de turismo; e v) coordenar e apoiar as atividades de informação e promoção do turismo nacional no país e no estrangeiro (artº3 do Decreto Presidencial nº9/2000 de 23 de Maio).

No que concerne ao desenvolvimento de atividades turísticas nas áreas de conservação, o MITUR atua através da DINAC cujas competências se circunscrevem à definição, em coordenação com outros órgãos do Estado, dos termos e condições para a gestão turística das mesmas em parceria com os sectores público e privado; ao licenciamento, fiscalização e acompanhamento da exploração das áreas de conservação *para fins turísticos*, bem como o estudo e proposta, em coordenação com outros sectores, da criação de zonas de proteção parcial para o turismo (artº4 do Decreto Presidencial nº9/2000 de 23 de Maio; *O grifo é nosso*)

Para além destes organismos de nível central, o MITUR é também representado por outras entidades como o Instituto Nacional do Turismo (INATUR) cuja principal função é apoiar a realização de estudos, reuniões, seminários e actividades de formação e outras iniciativas que contribuam para a elevação do nível técnico e de conhecimentos para a promoção e coordenação de acções respeitantes ao fomento do turismo, bem como a promoção do desenvolvimento turístico integrado, criação e gestão de destinos turísticos através de aprimoração de serviços e certificação da qualidade dos mesmos e de produtos vis-à-vis a integração regional e outros destinos concorrentes e estabilização do mercado através de criação de condições para atrações dos grandes e melhores investidores e operadores turísticos (Decreto 36/2008 de 17 de Setembro), pelo Hotel-Escola Andalusia cuja missão é fomentar as bases que permitam uma sistematização na capacitação de técnicos e quadros em matéria de hotelaria, tendo em conta as necessidades do sector definidas pelo departamento de formação e pelas representações provinciais cujas funções se

circunscrevem à implementação a nível local das directrizes de desenvolvimento do turismo (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2004).

A espinha dorsal para gestão das atividades turísticas em Moçambique

A primeira geração de legislação turística inicia no regime colonial (anos 60) com a aprovação de mecanismos legais que criam as primeiras áreas de conservação na então província de Moçambique. Com efeito estabeleceu-se o Decreto-lei no 1993 de 23 de Julho de 1960 que cria o parque nacional da Gorongosa, o Diploma Legislativo 47, de 26 de Junho de 1962 que cria o parque nacional de Zinave e Diploma Legislativo 46 de 25 de Maio de 1971 que cria o Parque Nacional de Bazaruto. Este processo enfrenta severas dificuldades para o seu prosseguimento, nos anos 70 com a “fuga” dos técnicos do governo colonial e posteriormente com a guerra civil que dizimou grande parte dos recursos faunísticos e impossibilitou o acesso as áreas de conservação e alguns destinos turísticos do país. Com o fim da guerra, dão-se os primeiros passos para o rejuvenescimento do turismo com a requalificação do Parque Nacional do Bazaruto e a implantação do Ministério do Turismo. Por conseguinte, destacam-se na estrutura legislativa para gestão de turismo a Lei de Turismo, a Política de Turismo e Estratégia de Implementação, o Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique e a Estratégia de Marketing de Turismo.

Lei do turismo de Moçambique

A Lei do Turismo de Moçambique (Lei nº 4/2004, de 17 de Junho), foi publicada na sequência da aposta de Moçambique no desenvolvimento do turismo e como mecanismo para suprir a escassez de legislação que regulamentasse a atividade na época. Como referido por Torres (2005), este mecanismo legal que passou a substituir a legislação da indústria hoteleira e estabelecimentos similares publicada em 1969, permite uma considerável amplitude em sede regulamentar, porquanto matérias consideradas fulcrais, como a tipologia dos estabelecimentos hoteleiros, serão livremente concebidas na fase agora iniciada, tornando-a, assim, muito estimulante do ponto de vista da arquitetura do novo edifício normativo.

Como plasmado no artigo 3º, de entre os vários objetivos da Lei de Turismo, destacam-se a necessidade de promover o desenvolvimento económico e social com a inerente criação de emprego e redução da pobreza, respeitando, o património natural, arqueológico e artístico; o estímulo ao sector privado moçambicano na participação, promoção e desenvolvimento dos recursos turísticos; o incentivo de medidas de segurança e tranquilidade dos turistas, consumidores e fornecedores de serviços turísticos, bem como a consecução de um princípio da igualdade de direitos e oportunidades (Moçambique, 2004; Torres, 2005).

Política de turismo e estratégia de implementação (PTEI)

Considerando a dinâmica do turismo e a necessidade de implementação de mecanismos sustentáveis para o desenvolvimento de atividades, dando ênfase ao turismo doméstico e estabelecendo uma relação mais estreita entre o produto e o mercado (Resolução nº 14/2003 de 20 de Abril), o Governo de Moçambique aprovou a Política de Turismo e Estratégia de Implementação que identifica os princípios gerais, os objetivos do turismo e as áreas prioritárias de intervenção e atuação.

Estes mecanismos consideram o sector do turismo como um motor de crescimento face aos vários benefícios diretos que possam resultar do seu desenvolvimento. Esses benefícios podem ser avaliados no âmbito da geração dos rendimentos para a economia nacional, emprego aos nacionais, a conservação ecológica e ambiental, investimento público e privado, expansão das Infraestruturas, prestígio do País que pode criar um bom ambiente de atração de negócios.

A linha de produtos turísticos (turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo temático e de aventura), a globalização, a integração horizontal e vertical, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e as novas tecnologias de informação são aspetos considerados de base no impulso do Turismo global e que Moçambique tem de tomá-los em consideração para se tornar num destino turístico competitivo.

Analisa também os princípios, objetivos (económico, social e ambiental), as prioridades de intervenção e atuação bem como a estrutura organizacional que deve ser tomada em consideração para a prossecução dos objetivos traçados tomando em linha de conta a transversalidade que caracteriza o sector.

Este mecanismo de gestão adota como princípios fundamentais a integração do turismo no quadro de planificação e desenvolvimento do País, descentralização como medida de controlo dos padrões de desenvolvimento da atividade, a planificação e coordenação do desenvolvimento dos mercados e infraestruturas turísticas, a consciencialização sobre a importância do turismo e do valor do património turístico (natural e cultural), a formação e profissionalização como garante da qualidade e reconhece o sector privado como força motriz para o desenvolvimento da indústria turística nacional.

Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (PEDTM), 2004-2013

Tomando em consideração o grande potencial que Moçambique tem na área do turismo e o seu inquestionável contributo para o crescimento económico, o Governo de Moçambique definiu, no PEDTM (2004-2013), como visão estratégica do sector de turismo, a criação de um ambiente institucional que garanta o desenvolvimento sustentável do turismo contribuindo para o desenvolvimento económico e social nas comunidades locais e no País em geral. Este mecanismo define as áreas, as linhas e as ações estratégicas, e os antecedentes que conduziram à formulação das ações estratégicas resumidas, bem como, faz uma avaliação do potencial de mercado, da base de recursos do turismo, do papel atual e potencial da conservação para o turismo, apresentado de forma detalhada as ações estratégicas de desenvolvimento de recursos humanos no turismo e o quadro espacial para o turismo. Com este mecanismo, o Governo de Moçambique, segundo a qual,

Até ao ano de 2025 Moçambique será o destino turístico mais vibrante, dinâmico e exótico de África, famoso pelas suas praias e atrações litorais tropicais, produtos de ecoturismo excelentes e pela sua cultura intrigante, que dá boas-vindas a mais de 4 milhões de turistas por ano. As áreas de conservação constituem uma parte integrante do turismo e os seus benefícios darão um contributo significativo para o PIB, trazendo riqueza e prosperidade para as comunidades do País” (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2004:50).

Ainda segundo mesmo documento, a materialização desta visão passa, dentre outras, pelo estabelecimento de (i) um quadro institucional, com mecanismos adequados de planificação e de controlo e uma capacidade de

implementação efetiva de programas aos níveis nacional, provincial e distrital; (ii) estabelecimento de mecanismos de marketing efetivo que resultem na criação de uma imagem forte do país através dos programas nacionais de marketing, bem como resultantes das parcerias com o sector privado; (iii) desenvolvimento de mecanismos para o estabelecimento de produtos turísticos prósperos e a criação de um ambiente de investimento harmonioso para investidores nacionais e internacionais; (iv) criação de condições para o envolvimento efetivo das comunidades no desenvolvimento do sector do turismo; bem como desenvolvimento de uma base de recursos humanos a todos os níveis profissionais no sector privado e público e dentro das comunidades através da educação e formação (idem, pg.50).

Estratégia de marketing de turismo de Moçambique (2006-2013)

A estratégia de marketing de turismo de Moçambique representa a materialização das medidas impulsionadoras do desenvolvimento do turismo plasmadas no PEDTM. Neste sentido, este documento visa contribuir para posicionar Moçambique como um destino

turístico de classe mundial através da produção de materiais promocionais, estabelecimento de escritórios de promoção no exterior, desenvolvimento de relações públicas, promoção de visitas de familiarização dos média e operadores turísticos e participação nas principais feiras de turismo internacional dos principais mercados emissores e emergentes (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2006).

Adicionalmente, este mecanismo legal prioriza a implantação de ações combinadas de marketing que devem abranger principalmente os âmbitos de promoção de investimentos e a promoção de produtos estrela ou produtos chave, tendo como objetivo a atração de investimentos diretos estrangeiros para operações conjuntas ou “*joint ventures*” para a reabilitação ou construção de hotéis elevar a cabo ações de promoção direcionadas ao incremento da estadia média e da ocupação dos hotéis de categorias superiores.

A Estratégia identifica o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo cultural como áreas do mercado de nicho que Moçambique deverá procurar promover e define ações que devem ser realizadas com o fim de promover e desenvolver o sector do turismo, entre outras o melhoramento da recolha de dados, o melhoramento do marketing e o desenvolvimento de infraestruturas (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2006), objetivando um crescimento anual de 6% no turismo do mercado regional; melhor marketing de Moçambique

como destino; oferta competitiva de serviços de transporte aéreo; infraestrutura melhorada nos aeroportos principais; melhor atendimento aos viajantes por parte dos oficiais estatais nas fronteiras e dentro do país; e a conceção e promoção duma marca distinta para o turismo moçambicano (ACIS, 2008).

Outros mecanismos legais e legislação complementar para gestão do turismo em Moçambique

Para além dos mecanismos de gestão acima apresentado, Moçambique adotou um conjunto extenso de legislação complementar, abrangendo as mais variadas áreas, desde investimentos, gestão ambiental até ao uso de terra. Por exemplo, para muitos empreendimentos turísticos, a obtenção do direito ao uso de terra é fundamental, uma vez que a Constituição da República de Moçambique estipula que, em Moçambique a terra é propriedade do Estado, não podendo ser vendida, hipotecada ou por qualquer outra forma alienada, sendo o uso e aproveitamento da terra direito de todo o povo moçambicano² (MOÇAMBIQUE, 2004).

Por outro lado, a implantação de projetos turísticos deve estar em concordância com a legislação ambiental em vigor, com destaque para a Lei e Política do Ambiente e o regulamento de avaliação de impacto ambiental, uma vez que o abrigo da Lei do Ambiente qualquer atividade que pode afetar o meio ambiente carece de autorização, cujo processo baseia-se numa avaliação do potencial impacto das atividades planeadas para determinar a sua viabilidade ambiental, e termina com a emissão duma licença ambiental pelo Ministério para a Coordenação de Ação Ambiental (MICOA).

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Um dos aspetos que se pode considerar positivo o processo de gestão de turismo é sem muita sombra de dúvidas o desaparecimento da imagem de guerra, miséria e fome que acompanhou Moçambique durante longos tempos. Como referiu o Ministro do Turismo de Moçambique,

A nível mundial Moçambique deixou de ter imagem de guerra, fome e carência. Passou a ser um país alegre, um país de referência. As pessoas quando falam da cidade de Maputo dizem que é um país alegre, onde as pessoas têm uma boa relação com

² Artigos 109 e 110 da Constituição da República de Moçambique

o visitante; olham para as ilhas e arquipélagos e até fazem lua-de-mel nesses sítios. Portanto, é um país de muita alegria, de muita intensidade e que a imagem negativa que existia do país está desaparecendo (...), de tal modo que não devemos deixar de falar dos problemas que existem no país, porque não tentamos escamotear nada.

Ademais,

O país desenvolveu um segmento de taxa de densidade de alto rendimento, que permite desenvolver empreendimentos de luxo, mas com pouca pressão de volume de pessoas que se deslocam para lá. Trata-se dum produto virado para um segmento muito específico, que é daqueles turistas que selecionam com muito rigor o local onde pretendem ir, pretendem ter sossego, querem ter tranquilidade, contacto com a natureza e querem ter uma relação muito intensiva com as comunidades e pessoas que se encontram no local. Desenvolvemos e conseguimos posicionar-nos. Se olhar para as principais referências sobre o turismo moçambicano, a nível mundial, poderá notar que as maiores e melhores revistas sobre turismo fazem elogio àquilo que acontece em Moçambique, particularmente no arquipélago das Quirimbas. Já fazem referências ao Niassa; ao arquipélago do Bazaruto, onde temos estâncias de belíssima qualidade; e também à cidade de Maputo devido à sua atividade muito vibrante, à característica muito especial da relação entre o turista e a população local, bem como o negócio informal. neste sentido, podemos dizer que moçambique é um destino de referência a nível mundial.

Como se pode depreender, já existem evidências suficientes de que a implantação de mecanismos legais para gestão do turismo começam a surtir efeitos positivos, através da “limpeza” da imagem de guerra e apresentação de uma imagem mais sadia e alegre que é característica de Moçambique. A elevada qualidade do potencial turístico nacional tem determinado fluxos turísticos cada vez maiores, que reporta as estatísticas de hóspedes em Moçambique para o ano 2004 e 2005 (INE, 2005).

Como se pode depreender, Moçambique recebeu um total de 319836 hóspedes, sendo 161871 estrangeiros e 157965 nacionais para no ano posterior (2005) registou uma movimentação de cerca de 339051 hóspedes dos quais 171557 eram estrangeiros e os restantes 167494 eram nacionais, o que representa uma taxa de crescimento de 6,01%. Quando

associado a abertura das fronteiras e relativa acessibilidade das políticas públicas de turismo e associadas, o potencial turístico é compensado pela cada vez maior procura tanto a nível internacional como a nível nacional, estando o sector de turismo a contribuir positivamente para a economia nacional (Figura 3).

O potencial turístico e o nível de procura (nacional e estrangeira) têm surtido resultados positivos medidos através dos valores de investimentos que se têm verificado no sector de turismo e hotelaria no país (Tabela 1).

Embora o nível de investimentos esteja em constante crescimento, a operacionalização das políticas diretas e indiretas de gestão tem criado constrangimentos de variadas ordens, com destaque para morosidade na tramitação do acesso e exploração da terra e obtenção de energia elétrica, como alguns exemplos (Figura 4).

Como se pode depreender, de entre vários aspetos que influenciam o processo de desenvolvimento turístico, apenas dois conheceram melhoramentos significativos, como sejam a proteção aos investidores e processo de abertura e empresas, atributos amplamente associados à elite económica de Moçambique.

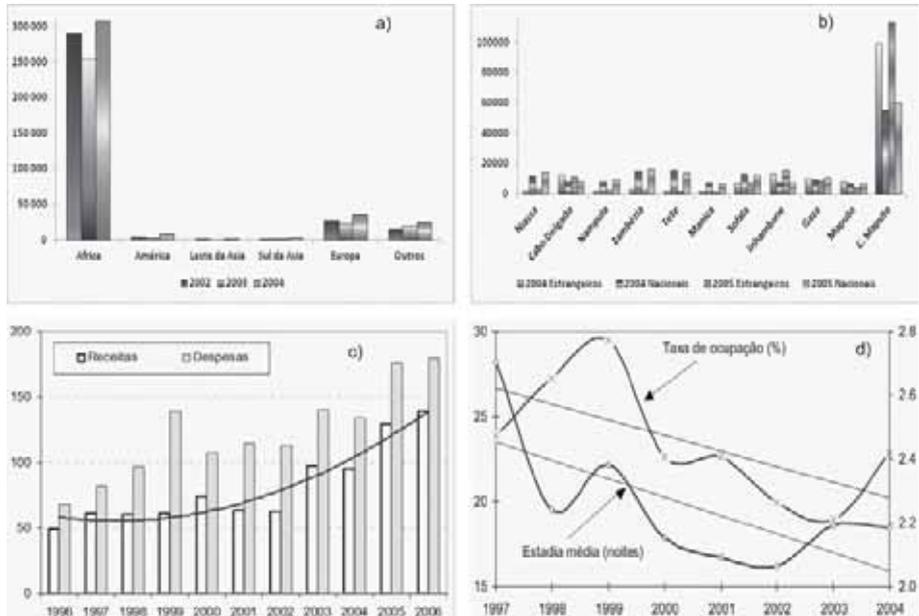


Figura 3 – Demonstração da dimensão económica e social do turismo em Moçambique. a) Entrada de turistas por país/região de residência permanente (INE, 2005); b) Estatísticas de turismo em Moçambique, 2004-2005 (INE, 2005); c) Turismo na balança de pagamentos em US\$ milhões (Jones, 2007); d) Taxa média de ocupação e estadia média anual, 1997-2004 (INE, 2005 *apud* Jones, 2007)

Ano	Projetos	Valor (USD)			Empregos	%
		IDE	IDN	Total		
2003	16	11.129.256	5.234.794	16.364.050	588	4,31
2004	22	50.701.016	5.562.553	56.263.569	1.770	13,39
2005	39	83.972.426	2.914.300	86.886.726	3.967	26,25
2006	58	76.629.638	3.459.409	80.089.047	3.120	16,11
2007	48	138.714.763	7.177.294	145.892.057	4.952	18,04
2008	37	124.699.251	17.352.057	142.051.308	2.836	14,18
2009	57	73.972.570	43.779.179	117.751.749	2.264	8,46
Total	277	559.818.920	85.479.586	645.298.506	19.497	14,39

Tabela 1 – Tendências de investimento em turismo e hotelaria em Moçambique e volume de empregos gerados. Fonte: Dados do Centro de Promoção de investimentos (CPI). IDE = Investimento direto estrangeiro; IDN = Investimento direto nacional

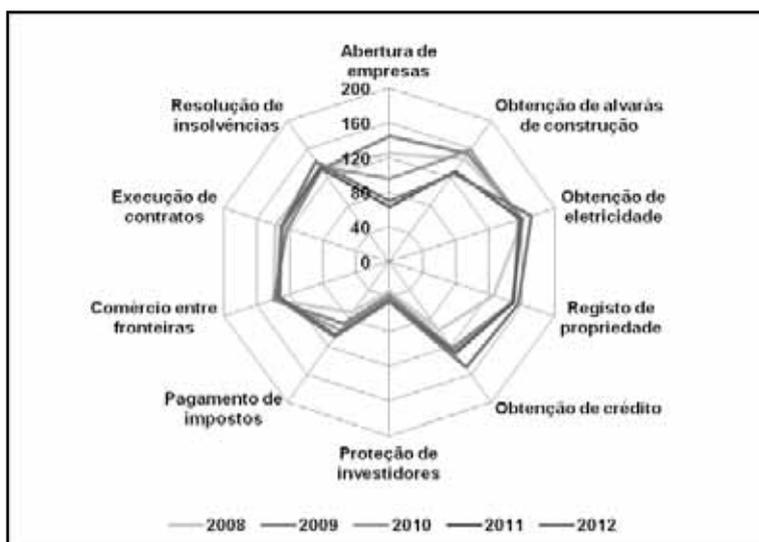


Figura 4 – Evolução dos indicadores do ambiente de negócios em Moçambique, 2008-2012 (fontes múltiplas).

As principais fragilidades ao desenvolvimento do turismo são fundamentalmente associadas à deficiente integração da indústria no quadro geral de desenvolvimento, permanecendo, ainda, como uma atividade isolada das restantes e com um quadro legislativo não associado a outras componentes, Isto significa que o turismo, embora seja uma atividade transversal, a nível político-institucional continua uma atividade isolada. Os dados acima apresentados suportam, deste modo, as conclusões apresentadas por Domingos

(2012) quando afirma que “as políticas públicas, em Moçambique, não estão participando a implementação de programas de desenvolvimento turístico devido ao carácter conservador e centralizado como são formulados tais programas” (o destacado é do autor). Deste modo,

Cria-se um excesso de regulamentações, programas e serviços governamentais que não são aplicados, ou simplesmente servem para alimentar as tendências naturais dos políticos e burocratas de expandirem seus poderes na sociedade, exagerando nos benefícios dos programas governamentais e subestimando os custos, com as chamadas ilusões fiscais, impostos ocultos e deduções em financiamentos do deficit” (DYE, 2010 citado por DOMINGOS, 2012:90).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de problematização do papel das instituições e regulamentos para desenvolvimento e gestão da atividade turística constituiu a base para elaboração deste artigo. Consoante a abordagem metodológica utilizada, existem condições para se afirmar que o desenvolvimento turístico em Moçambique enfrenta uma dualidade, caracterizada, por um lado, pela existência de um corpo institucional e legislativo extenso e adequado e por outro pela complexidade de simbiose entre estes elementos que culmina na criação de barreiras várias ao desenvolvimento sadio e célere da atividade. Questões económicas e políticas constituem aspeto importante a considerar no processo de compreensão das políticas públicas e seu papel no desenvolvimento do turismo em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- ACIS. Quadro legal do licenciamento de empreendimentos turísticos e afins em Moçambique. 2008. Disponível em <http://www.acismoz.com/lib/services/publications/docs/Turismo%20Edicao%20I%20Portugues.pdf>
- BARBOSA DOS SANTOS, M.H.M. & CORREA DOS SANTOS, R.I. A importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural em Florianópolis e Porto Alegre. *IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*, 7 e 8 de Julho de 2006. Caxias do Sul.
- BARBOSA, L.G.M. Os impactos económicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil. *VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, 8-11 de Outubro. Lisboa, 2002.

CASTRO, C.A.P. & FALCÃO, L.P. *Ciência política: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2004.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMINGOS, C. T. Políticas públicas de promoção turística e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Vilanculos/Moçambique. Dissertação de Mestrado não publicada. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-17052012-113111/publico/CleotildeTDomingos_Corrigida.pdf.

FERNANDO, M.; & GONÇALVES, A. Vulnerabilidade socio-ambiental das políticas de desenvolvimento do turismo em Moçambique: a experiencia das “Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico – APIT’s” em Inhambane. *XIV Encontro da Rede Luso-Brasileira de Estudos Ambientais*, 2011. Disponível em <http://soac.bce.unb.br/index.php/ERLBEA/XIVERLBEA/paper/view/1275>

FERREIRA, L.S. (...). Organização das políticas públicas de turismo no Brasil: diretrizes nacionais e fragilidades locais.

GOVERNO de Moçambique. Lei de turismo, 2004. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/turismo_leg/lei%20do%20turismo.pdf.

GOVERNO de Moçambique Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo de Moçambique. Ministério do Turismo, 2004. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/estrategia/turismo/Plano_Estrategico_pt_MITUR.pdf.

JARDIM, G.S. (...). Políticas públicas e turismo em nível local: o caso de Porto Murtinho – MS. Jones, S. & Ibrahim, H. The economic contribution of tourism in Mozambique: present and future. Desafios para a investigação social e económica em Moçambique, Conferência Inaugural do IESE, 19 de Setembro de 2007. Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Jones,Sam%20&%20Ibrahim,Hanifa_EconomicContribution.pdf.

JONES, S. *A economia de turismo em Moçambique: tamanho, impacto e implicações*. Documento para discussão número 55p. Maputo: MPD, 2007. Disponível em <http://www.tourisminvest.org/Mozambique/downloads/tourism%20sector%20background/Poverty%20reduction%20and%20economic%20impact/The%20tourism%20economy%20in%20Mozambique.pdf>.

JONES, S.; IBRAHIMO, H.; MATOS, C.; NEVES, H. & NHAMPOSSA, P. Turismo e a economia local: o caso da Praia do Bilene, Moçambique. Documento para discussão número 56, 2007. Disponível em <http://www.tourisminvest.org/Mozambique/downloads/tourism%20sector%20background/Poverty%20reduction%20and%20economic%20impact/Tourism%20and%20the%20local%20economy%20in%20Bilene.pdf>.

MOURA, A.K.C & GARCIA, L.G. Políticas públicas de turismo e sustentabilidade: o pólo turístico Cabo Branco em análise. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo* 3(3): 85-101, 2009.

RIBEIRO DOS SANTOS, S. & GOMES, C.M. Políticas públicas de turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão. *III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI*, 28 a 30 de Agosto de 2007. São Luís: Universidade Federal do Maranhão.

SECALI, L.B. Les polítiques turístiques en el marc de la reestructuració de les destinacions litorals: avaluació dels plans d'excel·lència al litoral català. Tese de Doctorament. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili, 2009.

SOLHA, K.T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. & SOLHA, K.T. (Orgs.). *Planejamento turístico*. São Paulo: Manole, 2005.

SUBIRATS, J. *Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración*. Madrid: Instituto Nacional de la Administración Pública, 1994.

TORRES, C. A nova legislação do turismo de Moçambique. *TURISVER*, XX (647), (2005).

VAN EEDEN, J. *The cost of doing business in Mozambique relative to other SADC countries*. Nota de pesquisa número 10, Abril 2009. Disponível em http://www.econex.co.za/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=29&tmpl=component&format=raw&Itemid=60

Políticas públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais

Mirleide Chaar Bahia³
Sílvia Lima Figueiredo⁴

Tom said to himself that it was not such a hollow world, after all. He had discovered a great law of human action, without knowing it – namely, that in order to make a man or a boy covet a thing, it is only necessary to make the thing difficult to attain. If he had been a great and wise philosopher, like the writer of this book, he would now have comprehended that Work consists of whatever a body is OBLIGED to do, and that Play consists of whatever a body is not obliged to do. And this would help him to understand why constructing artificial flowers or performing on a tread-mill is work, while rolling ten-pins or climbing Mont Blanc is only amusement.

Mark Twain, *The Adventures of Tom Sawyer*, 1903

INTRODUÇÃO

A criação do estado como reflexo da sociedade, principalmente, para organizá-la, tem suas origens em diversas culturas e com diversas funções. A compreensão de um organismo supra social foi buscada em diversos pensadores principalmente do ocidente, como Maquiavel, Locke, Hobbes, Weber, Marx e outros. Desde então, muito se tem debatido sobre esse conceito e sobre as formas que ele aparece nas sociedades históricas. O debate mais atual sobre o assunto gira em torno do estado capitalista até o estado pós-neoliberal e as suas formas de atuação, entre elas as políticas públicas, e dizem respeito às

3 Professora e pesquisadora da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal – Brasil; Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

4 Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

relações entre capital, trabalho, poder e vida cotidiana, incluindo-se mais uma variável de grande relevância para o mundo atual, a questão ambiental.

O lazer não foge à regra, desde seu nascimento, vem ganhando centralidade não só no debate conceitual das ciências humanas, mas também no debate sobre as políticas públicas. As mudanças no mundo do trabalho, a partir da expansão do capitalismo e da industrialização, produziram demandas sobre a necessidade de diminuição da jornada de trabalho e do aumento do tempo livre (CORBIN, 2009 e BAHIA; FIGUEIREDO, 2013). No século XX, o processo de reorganização do capital e a busca de respostas à crise desencadeada a partir dos anos 1970, trazem desdobramentos para as políticas públicas, principalmente no que se refere às necessidades específicas das populações e das chamadas Políticas de Bem Estar Social (*Welfare State*). Na temática do lazer, o debate passa pela necessidade do tempo livre em resposta à exploração do trabalho, à utilização desse tempo em atividades de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social e, chega no ideário atual da necessidade do lazer para as sociedades modernas, como básico e importante nos fluxos temporais da vida cotidiana.

Dessa forma o lazer, essa necessidade transformada agora em direito, precisa ser garantido e democratizado, para além de sua relação intrínseca com o consumo e políticas públicas devem então existir para dar conta dessa ânsia. As políticas públicas que garantiriam o acesso ao lazer nem sempre estão, especificamente, ligadas ao planejamento e ao desenvolvimento do conceito Lazer. Elas estão presentes nas políticas culturais de democratização da cultura, seja no fomento da produção ou da exibição, nas políticas de esporte e lazer, principalmente nas práticas ligadas ao esporte amador e aos jogos comunitários, e também está presente nas políticas de criação e manutenção de espaços (públicos), em áreas urbanas ou não (parques naturais), com a presença do verde e de atividades ligadas à educação ou ao lazer *stricto sensu*. Mas também estão presentes em secretarias ou órgãos do governo ligados estritamente ao lazer, mas que pela característica multidisciplinar das práticas, acabam por trabalhar de forma articulada com os outros órgãos.

Em Belém, estado do Pará, as práticas de lazer se diversificam na medida em que o processo de urbanização vai avançando na cidade (BAHIA; FIGUEIREDO, 2012), e em pouco tempo, é preciso organizar e propor não só as práticas de lazer, mas também políticas referentes ao tema, interferindo na qualidade de vida dos moradores, pela impossibilidade ou possibilidade restrita da população vivenciar tais direitos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Falar de políticas públicas requer compreender algumas construções teóricas realizadas sobre a temática, e Souza (2006) traz algumas reflexões, considerando que a área das políticas públicas contou com quatro grandes fundadores (H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton).

A autora descreve as linhas de discussão dos referidos autores e inicia sua descrição explicando que Laswell foi quem introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, e também como possibilidade de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Segundo Souza (2006), Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, no entanto, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas, tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, etc., mas a racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório, pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

A mesma autora descreve o questionamento de Lindblom acerca da ênfase ao racionalismo de Laswell e Simon, e explica que este estabeleceu outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, bem como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um início. Assim, as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Finalmente, Souza (2006) descreve que Easton contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo sua teoria, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam diretamente seus resultados e efeitos.

Vários autores que discutem as políticas públicas procuram estabelecer uma definição, mas não existe uma única, nem uma melhor definição sobre o que seja política pública. Souza (2006) traz algumas contribuições e faz uma síntese de alguns autores reconhecidamente estudiosos da área. Para a autora, apesar das abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes; e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Sendo que, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, e seus focos estão nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos.

Por essa razão, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, resultando, portanto, no fato de que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

São vários os autores que procuram descrever os tipos de políticas públicas, mas talvez a tipologia mais conhecida, de acordo com Souza (2006), seja a que Theodor Lowi desenvolveu, a qual foi elaborada a partir de uma máxima: “A Política Pública faz a Política”. Com essa máxima, Lowi procura explicar que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que as disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas.

Segundo ainda Souza (2006), as políticas públicas podem assumir quatro formatos: as políticas distributivas, que são as decisões tomadas pelo governo desconsiderando a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo; as políticas regulatórias, as mais visíveis ao

público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; as políticas redistributivas, que atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros (são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento); e as políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se dentro do sistema político de forma também diferente.

Para se exigir mudanças e se verificar a realidade atual das políticas públicas em âmbito geral, e de lazer em âmbito específico, é preciso discutir elementos de análise e de avaliação das mesmas. De acordo com Marinho e Façanha (2001, p. 4), “a avaliação, além de cumprir tarefas descritivas e características de mecanismos de controle, deve contemplar também avaliações analíticas, constituindo atividade e *mecanismo de avaliação e de monitoramento*”.

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas discussões e nas elaborações de políticas públicas podem conduzir ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira. O resgate dos processos de participação pode levar às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Portanto, nesse sentido, a participação é também um instrumento de luta por condições melhores de vida e pelos benefícios da civilização.

[...] podemos ter três formas de participação política: a presencial – forma menos intensa e marginal, com comportamentos receptivos ou passivos; a ativação – na qual um indivíduo desenvolve uma série de atividades a ele delegadas de forma permanente; participação (propriamente dita) – termo reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (GOHN, 2003, p. 26).

Um dos aspectos de grande relevância nas políticas públicas é o de que a participação política deve ser um elemento de fundamental importância para a fiscalização e a cobrança sobre a garantia dos direitos da população. Além dos instrumentos de avaliação utilizados por técnicos específicos, a própria população deve estar atenta à efetividade, à eficiência e a eficácia de tais políticas.

Para Marinho e Façanha (2001) a *efetividade* do programa social diria respeito, portanto, à implementação e ao aprimoramento de objetivos, independentemente das orientações insuficientes e das falhas de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa.

Por sua vez, a dimensão da *eficiência* remete à avaliação para considerações de benefício e custo dos programas sociais, e há notórias complexidades a respeito que devem e serão levadas em conta. Marinho e Façanha (2001) explicam que esta seria equivalente à *efetividade organizacional*, pois ela somente estaria sendo alcançada na medida em que as organizações e programas se mostrassem efetivos, e suas regras de conduta dotadas de reputação e confiabilidade.

Finalmente, para os autores, programas sociais regem-se, também, por objetivos de *eficácia*, uma vez que é desejo de todos que os investimentos que mobilizam devem produzir os efeitos desejados. Resumindo, os programas sociais só serão eficazes se forem antes efetivos e eficientes, e os objetivos pretendidos dos programas também são estruturados pela condução e objetivos efetivos. Os problemas e as políticas sociais necessitam de avaliações permanentes, contínuas e de forma aprofundada, não estando apenas focadas em questões de natureza econômica.

Programas sociais de governo, talvez, mobilizem avaliações mais acaloradas e comprometidas. Mas, não raramente, observa-se alternância do foco das discussões: *a)* de preocupações exclusivas com os *resultados e impactos sociais* desejados de políticas, em um extremo, para *b)* considerações de *restrições de recursos*, no outro, o que se dá por questões legítimas, mas tende a limitar entendimentos, assim como esclarecimentos úteis e indispensáveis, acerca dos complexos problemas de gerenciamento envolvidos no caso. Em particular, esses problemas merecem ser devidamente prestigiados e superados, para que se assegure o sucesso de investimentos que se pretende potencializar e tornar permanentes (MARINHO; FAÇANHA, 2001, p. 1).

Nessas primeiras aproximações com a discussão sobre políticas públicas, a partir de um contexto histórico traçado, cabe compreender que o Lazer é um direito social inalienável do ser humano (firmado na Declaração dos Direitos Humanos, nos artigos 24 e 27), devendo sair dos discursos políticos falaciosos e das políticas públicas voltadas à alienação da população ou do papel de “redentor dos problemas sociais”, em direção à participação popular efetiva na construção de políticas que reflitam os anseios da população e que concretizem práticas democratizadoras de lazer e políticas abrangentes, possibilitando oportunidades iguais para todos. Esse debate conceitual sobre política pública é importante para se entender como as Políticas Públicas de

Lazer são formuladas e como elas ganham importância nas sociedades e, especificamente, no Brasil ou na cidade de Belém.

A EFETIVIDADE DO DIREITO AO LAZER NO BRASIL

A partir do conhecimento sobre algumas particularidades das políticas públicas, percebe-se que a elaboração das mesmas ainda carece de elementos necessários para atender a sociedade e suas necessidades específicas. Dessa forma, é preciso conhecer algumas dessas necessidades, as quais, mesmo garantidas legalmente, muitas vezes são negligenciadas.

No Brasil, a promulgação do Decreto-lei n. 5.452, em 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebida como um avanço nas relações sociais brasileiras e um passo decisivo para o desenvolvimento econômico, social e humano da classe trabalhadora. Segundo Pinto (2009), a CLT dispôs sobre um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); intervalo para repouso/alimentação no trabalho (art. 71); remuneração para repouso semanal (do art. 67 ao 69), feriados (art. 70) e férias (do art. 129 ao 153).

Mascarenhas (2005) e Pinto (2009) ressaltam em seus estudos que, figurando na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948, pela Resolução da III Sessão Ordinária da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, o lazer, assim como a saúde, a educação, a habitação etc., passam a adquirir o *status* de direitos sociais básicos. Declaração que, atualmente, refere-se aos direitos humanos e, segundo a qual, todo indivíduo tem direito ao lazer, tratado diferentemente do tempo de repouso.

Curiosamente, até fins do século XX, a CLT não sofreu alterações significativas nos itens destinados ao direito ao “tempo de não trabalho”, o que pode ser explicado pelo fato do direito a esse “tempo”, no Brasil, ter sido criado e sustentado num contexto histórico no qual o capitalismo, para se sedimentar no País, precisava dos aparatos legais e da formação de valores básicos ao novo modo de produção.

O que se verifica é que a CLT, embora constituída e normatizada pelo Estado e o mercado sem (na sua gênese) a participação dos trabalhadores, foi usada para disciplinar os corpos, os trabalhos e os tempos cotidianos da classe trabalhadora. Para Pinto (2009), mesmo revestida de caráter de doação,

representando uma forma de adaptação ao sistema socioeconômico e político requerido pelo capitalismo, a CLT inaugurou um fato “novo” – ou seja, o reconhecimento legal de um “tempo social” que abriu espaço para experiências que foram sendo ressignificadas como lazer, à medida que, historicamente, foi sendo reconhecido que o essencial da vida dos atores sociais se desenrola para além do tempo dedicado ao trabalho remunerado.

A implementação da CLT gerou a elaboração e a execução de “políticas de atividades recreativas” de caráter assistencialista e corporativista, privilegiando apenas um grupo social mais organizado, com vistas a ocupar o “tempo de não-trabalho” regulamentado. Isso contribuiu para acentuar as desigualdades sociais relativas ao direito ao tempo de lazer, uma vez que a legalização/institucionalização desse “tempo” como direito ficou, por um bom tempo, restrito aos trabalhadores assalariados urbanos.

Os estudos de Pinto (2004) demonstram que as “políticas de atividades”, de caráter nacional, promovidas pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), criados em 1946, aparentemente tratavam dos problemas relacionados à organização de vivências em um tempo social de “não trabalho”. Este modelo encontra-se baseado em princípios funcionalistas que tinham como objetivo explícito a promoção da recreação como distração, descanso e recomposição da força de trabalho, mantendo diferenças na posse da vida cultural a ser vivida nesse “tempo” pelos indivíduos das diferentes camadas sociais.

Nos anos de 1980, o setor público continuou a viver os problemas sociais que, desde anos anteriores, vinham desafiando governos e sociedade, como o crescimento econômico irregular no país, a pobreza, as desigualdades sociais, a insegurança pessoal. No início desta década, o lazer não era incluído nos dilemas sociais. A apropriação cultural consumista promovia vivências acríticas de lazer. E esse período foi também marcado pelo aumento da participação dos atores sociais nos processos de democratização, gestando um ambiente propício às mudanças políticas, que posteriormente influíram nas políticas de lazer. As grandes mobilizações democráticas marcam um “novo” momento histórico – como a campanha pelas “diretas já” e o nascer de formas de participação dos cidadãos na formulação e gestão das políticas implementadas a partir da Constituição Federal de 1988.

Assim, depois de longo período de privação de liberdades democráticas, a década de 1980 culminou com a promulgação da Constituição Federal

de 1988, avançando-se quanto à ampliação/extensão dos direitos sociais e afirmação da cidadania, neles incluído o direito ao lazer.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 2012), aborda a questão do lazer em diferentes enfoques. No capítulo II – Dos Direitos Sociais, no artigo 6º, ao tratar Dos Direitos e Garantias Fundamentais, inclui o lazer como um desses direitos, juntamente com a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Também no artigo 7º, ao tratar dos direitos sociais, há referência aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, no parágrafo IV, sendo que o lazer aparece como uma das necessidades básicas que o salário mínimo deve atender.

No título VIII da Constituição, quando trata da Ordem Social, no capítulo II – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, na seção III do Desporto (art. 217- parágrafo 3º) o incentivo do poder público ao lazer é incluído como forma de promoção social (BRASIL, 2012).

No entanto, a inclusão do lazer nesta Carta Magna, apesar de representar algum avanço no que se refere ao reconhecimento do lazer no conjunto dos direitos sociais, manteve-se, nessa legislação, com uma conotação estigmatizante e questionada por muitos. Sobre isso, Marcellino (2001) analisa a inclusão do lazer no Título VIII, Capítulo III, seção III, Do Desporto, art. 217, § 3º e último parágrafo do item IV, que diz: “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988, não paginado). Para o autor, a expressão “promoção social” é carregada de vícios assistencialistas, compreendendo o lazer como uma “utilidade”, e não como um dos fatores para o desenvolvimento social e humano.

Numa nova fase de avanços, foram aprovados o Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte e as normas básicas de sua primeira reunião (BRASIL, 2008), estes embasados pelo art. 87 (parágrafo único, incisos II e IV) da Constituição e no Decreto de 21 de janeiro de 2004.

A Conferência Nacional do Esporte apresenta como finalidade a democratização e a proposição de princípios e diretrizes para a elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer, criando assim o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNDEL), tendo por base o regime de colaboração entre a União, os Estados e Municípios, com ênfase na municipalização do esporte recreativo e do lazer.

[...] consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove

e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersectorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer (BRASIL, 2008, não paginado).

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer surge com o objetivo de consolidar a Política Nacional do Esporte, bem como de criar mecanismos que garantam a execução e acessibilidade da mesma em todas as esferas da federação, além de definir os papéis das entidades dirigentes do esporte e do lazer.

Nas diretrizes do Ministério do Esporte (BRASIL, 2008), que é o responsável pela elaboração das Políticas Públicas de Lazer em nível Federal, há previsão de criação de pastas específicas de Esporte e Lazer nas esferas estaduais e municipais (Secretarias, Fundações, Autarquias), com autonomia administrativa e orçamentária, conselhos específicos e planos de desenvolvimento, para a implementação e a continuidade de políticas de esporte e lazer em todas as dimensões, visando à inclusão social, e definindo prazo máximo para essa criação.

Percebe-se, portanto, que o acesso ao lazer – compreendido como direito social básico, ao lado do trabalho, da educação, da saúde, da habitação etc. – pode ser entendido como pressuposto de cidadania e qualidade de vida; e é dever do poder público garantir a execução de políticas que, efetivamente, consigam cumprir com este papel. Mas, o que se percebe é que não há clareza de como o poder público assegurará o cumprimento desses direitos sociais. Até mesmo a população, em meio à rotina extenuante de trabalho, não percebe a importância que o lazer tem em suas vidas e não o relaciona a um direito básico de felicidade, de prazer e de realização.

Nem todos têm, por exemplo, a possibilidade de acesso ao lazer, propriamente dito, aos espaços públicos e aos equipamentos de lazer das cidades, seja por falta de condições econômicas, que limitam o próprio deslocamento para ter acesso a estes, seja por falta de políticas públicas de lazer, ou ainda, por deficiência no planejamento de uma política de animação sociocultural para os espaços, e de uma democratização cultural.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que há diferenças socioculturais e econômicas, e limites de acessibilidade ao lazer de certos indivíduos e grupos sociais, cabendo ao poder público minimizar tais diferenças e barreiras com o estabelecimento de políticas de lazer capazes de ampliar

e diversificar as oportunidades, buscando a democratização do acesso à vivência cultural do lazer.

Atualmente, a manifestação do lazer é uma característica fundamental na vida urbana, no cotidiano das pessoas e no seu tempo disponível nas cidades. Isso significa dizer que para se falar de um lazer que possa ser direito da sociedade e prática social central, é necessário identificar e analisar as políticas públicas que se propõem a isso, e no presente caso, as políticas públicas de lazer na capital do estado do Pará.

AS POLÍTICAS DE LAZER EM BELÉM

As principais políticas de lazer na cidade de Belém têm como base, na esfera municipal, o seu plano diretor. O Plano Diretor de Belém foi instituído por meio da Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993, tendo sido realizados, no período de 2000 a 2004, estudos técnicos e fóruns de debates com a sociedade civil, no intuito de realizar a sua revisão, resultando na Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, em vigor atualmente.

Um aspecto geral importante a ser destacado no novo Plano diretor de 2008 é referente às políticas sociais, as quais receberam tratamento diferenciado, tendo sido elaborado um capítulo específico para delinear os objetivos e as diretrizes voltadas à educação, à saúde, à assistência social, ao desporto e lazer, ao patrimônio cultural e ao meio ambiente.

Outro ponto a ser observado é que as questões relativas ao meio ambiente se distribuem em vários momentos do Plano, como uma questão transversal e de grande importância ao planejamento urbano da cidade e ao cumprimento da diretriz traçada pelo Estatuto da Cidade, a qual se refere à garantia de se estabelecer cidades sustentáveis.

Com base no novo Plano Diretor de Belém, lei 8.655 (BELÉM, 2008) e em pesquisa realizada sobre o lazer nos Planos Diretores das Metrôpoles Amazônicas (SANTOS, 2010), foi possível observar alguns aspectos relacionados à Política Municipal de Esporte e Lazer. Sobre a Política Municipal de Esporte e Lazer e de Meio Ambiente no Plano Diretor de Belém a Seção V, Da Política de Esporte e Lazer apresenta três artigos importantes:

Art. 23 A Política Municipal de Esporte e Lazer, entendida como direito social básico à garantia da cidadania e de inclusão social, tem como objetivos:

I - atender as crescentes necessidades e demandas da população por esporte e lazer;

II - consolidar e implementar o esporte e o lazer como direitos sociais e dever do Estado, promovendo o bem-estar e melhoria das condições de vida;

III - viabilizar acordos de cooperação e intercâmbio institucionais;

IV - promover, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades desportivas e de lazer;

V - manter em funcionamento pleno as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer;

VI - apoiar e fomentar as iniciativas populares voltadas ao esporte e lazer.

Art. 24 São diretrizes da Política Municipal de Esporte e Lazer:

I - integrar a Política Municipal de Esporte e Lazer às demais políticas setoriais;

II - elaborar programas e projetos para promover a melhoria da política de desporto e lazer;

III - garantir acesso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a todos os equipamentos esportivos municipais;

IV - assegurar a valorização da memória do esporte;

V - promover atividades de lazer que proporcionem oportunidades de integração e equilíbrio à criança, aos jovens e aos adultos;

VI - proporcionar atividades de esporte e lazer àqueles que se encontram em situação de risco social, prioritariamente os envolvidos com a criminalidade;

VII - incentivar a participação e a cooperação das associações de bairros integrando-as às atividades de esporte e lazer promovidas pelo Poder Público.

Art. 25 O Poder Público Municipal deverá elaborar e encaminhar à Câmara Municipal de Belém, no prazo de até doze meses a contar da publicação desta Lei, projeto de lei instituindo o Plano Municipal do Desporto e Lazer, que deverá contemplar:

I - a implantação e recuperação de equipamentos de esportes, adequados à realização de eventos e espetáculos esportivos;

II - a implantação de um sistema regionalizado de administração dos equipamentos das atividades de esporte e lazer;

III - a realização de levantamentos e a manutenção atualizada do registro das áreas com potencialidades para a prática de lazer;

IV - o acompanhamento e a orientação quanto à utilização de espaços públicos e particulares, que possibilitem a realização de programações de caráter cívico, social e esportivo, planejadas pela comunidade;

V - assegurar a implantação de equipamentos de esportes, adequados as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BELÉM, 2008).

Esses artigos apresentam algumas características específicas. Sobre a gestão democrática, não há referências sobre o assunto no Plano, e percebe-se que se estabelece uma política centralizada nas mãos do Poder Executivo, que de acordo com a Lei, definirá todas as estratégias de manutenção, planejamento e execução da política de esporte e lazer no município. O Plano também restringe a participação popular apenas no desenvolvimento de atividades oferecidas pelo Poder Público, não garantindo a sua participação na proposição e definição destas políticas (Ver no Art. 24, inciso VII e no inciso II das Diretrizes da Política de Esporte e Lazer). O texto também não faz qualquer referência a algum instrumento de controle social na área e o Conselho Municipal de Esporte e Lazer não é citado e não está reconhecido no Plano como uma instância legal de participação social, mesmo já existindo enquanto lei e já tendo funcionado na gestão municipal anterior, encontrando-se desativado atualmente.

Sobre a concepção de lazer, no inciso relacionado à função social da cidade, os termos educação, saúde e lazer desaparecem do texto (estes constavam no plano anterior), ficando no lugar termos como “serviços públicos” e “espaços públicos”. A expressão lazer aparece em vários momentos da formulação do Plano e em cada área assume dimensões diferenciadas como: benefício público, lazer como produto mercadológico (turismo explorado economicamente), lazer funcionalista como solução imediata de mazelas sociais (projetos para pessoas em situação de risco social). A política de esporte e lazer não informa claramente a construção e criação de novos espaços públicos de lazer, ambientalmente equilibrados, de maneira descentralizada na cidade, para que assim seja possível ampliar os serviços e Programas pela cidade. Apenas

referenda ao Poder público municipal que faça levantamento de dados sobre espaços de práticas de lazer, ou seja, identifique onde existem atividades de lazer na cidade para fins de cadastro desses espaços. Em outros pontos do Plano, os espaços de lazer têm destacada importância na política de planejamento sustentável da cidade, a exemplo das Políticas do Patrimônio Cultural e do Ordenamento Territorial do Município.

Quanto às diretrizes da Política de Patrimônio Cultural, estas orientam a criação de novos espaços de lazer na cidade prevendo: “garantir a criação e a ampliação da oferta de equipamentos e espaços culturais no território municipal”; identificar e delimitar novas áreas de interesse à preservação; e “fomentar o desenvolvimento de atividades culturais a partir de organizações populares”.

Além dos artigos referentes estritamente ao lazer, também trazem contribuições os artigos 54 a 56, sobre a política de Meio Ambiente. Nesses artigos são abordados o direito aos espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural do Município, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, e a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município. O turismo de natureza e o esporte de aventura são utilizados como produtos turísticos no uso dos recursos naturais comuns, valorizando-os e favorecendo sua exploração econômica.

O incentivo às práticas de lazer e turismo está presente no zoneamento da cidade, na definição das políticas de utilização das Macrozonas do Ambiente Natural (MZAN). Já, a Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU) registra o lazer e a contemplação como formas de utilização destas áreas.

Ainda na Política Municipal de Meio Ambiente, tem-se definida a criação do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer (áreas verdes públicas ou privadas significativas, parques e unidades de conservação; Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental; e áreas naturais preservadas em função da existência de populações tradicionais. Esse sistema possibilitaria a articulação de mecanismos necessários à ampliação do lazer como benefício público em Belém, com os objetivos de: “ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando parques lineares ao longo dos cursos d’água não urbanizados” e “ampliar e articular os espaços de uso público, em particular os arborizados e destinados à circulação e bem estar dos pedestres”. O Sistema também orienta para o uso racional deste recurso comum a todos, quando define, no Art. 58, inciso II,

“adotar critérios justos e equitativos de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer no âmbito municipal”; e, nas diretrizes “o disciplinamento do uso, nas praças, nos parques e demais áreas verdes, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico.”

Os preceitos orientadores da política de lazer são operacionalizados principalmente pelas secretarias municipais e órgãos similares, responsáveis na execução da política e do alcance de seus objetivos. A Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) foi criada em 21 de janeiro de 2008, pela Lei Ordinária nº 8629, de 21 de janeiro de 2008, e sucedeu o Departamento de Desporto, da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e a Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer (CEAL), da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), extintos por meio do Decreto Municipal nº 55669, de 04 de junho 2008. A SEJEL tem por finalidade institucional, a formulação e a gestão das políticas públicas de sua competência, promovendo e estimulando as ações públicas e privadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população (Art. 2º). Compete a SEJEL planejar, coordenar, orientar, acompanhar a execução, o controle e a avaliação das ações governamentais direcionadas ao esporte, à juventude e ao lazer no Município de Belém (Art. 3º). Em sua estrutura organizacional, dentre as Coordenadorias existentes, possui duas Coordenadorias que desenvolvem programas, projetos e ações diretamente ligados ao lazer, em nível municipal: Coordenadoria de Programas de Lazer e Coordenadoria de Programas de Projetos Especiais. Em Belém, a Coordenadoria de Programas de Projetos Especiais é responsável pelo PELC/ PRONASCI (vinculado ao Ministério do Esporte) e o Programa Despertar na Terceira Idade; e a Coordenadoria de Programas de Lazer é responsável pelos Projetos: Brinca Belém, Recreando, Metrôpole em Cores, Saúde e Lazer, Verão.

Outras instituições são importantes e agem na concretização de políticas nacionais e estaduais de lazer e de suas interfaces com as políticas municipais e de programas intersetoriais, são elas: o Ministério do Esporte e a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

Ministério do Esporte - Criado em 2003, é responsável pela gestão dos Programas do Governo Federal, que envolvem o esporte em qualquer de suas manifestações, dando-se com a divisão de secretarias, conforme a Lei 9.615/98, que descreve o esporte em três tipos de manifestações diferentes: esporte de rendimento, educacional e de participação (lazer). Em sua estrutura organizacional, dentre outros setores, possui a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), que é responsável pelo desenvolvimento de

programas, projetos e ações de esporte de participação e de lazer, tais como o Programa Esporte e Lazer da Cidade/Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PELC/PRONASCI), desenvolvido como forma de convênio com Estados e Municípios, Instituições de Ensino Superior, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Por meio do PELC/PRONASCI, o Ministério descentraliza e municipaliza as ações do Estado e busca orientar a estruturação e condução de políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais (planejamento, a implementação e a avaliação), incentivando e financiando as ações locais no sentido da compreensão do lazer e do esporte como direitos sociais e objetos de políticas públicas e programas sociais.

As suas principais ações relacionadas com a cidade de Belém são: subsídio ao PELC /PRONASCI por meio de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL).

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) - Criada pela Lei nº 6.215, de 28 de abril de 1999, tem como missão formular e executar as políticas públicas e o plano estadual relacionados ao esporte e lazer, promovendo e estimulando a sua prática, objetivando o desenvolvimento integral e a melhoria da qualidade de vida da população. Em sua estrutura organizacional, um dentre outros setores, possui o Departamento de Esporte e Lazer, que é responsável por projetos e ações de lazer, em nível estadual. Em Belém, este departamento é responsável pelos projetos: “Vida Ativa” e “Este rio é minha rua”. Sua influência no lazer se relaciona ao fato de que formula e executa as políticas públicas de esporte e lazer do Estado, incluindo-se as políticas que funcionam no município de Belém.

No âmbito das políticas de meio ambiente, diretamente ligadas principalmente à definição das áreas verdes e naturais que geralmente tem grande importância nas práticas de lazer temos o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (e ligados a ele o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA); a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) (com o Departamento de Controle Ambiental; a Coordenadoria de Educação Ambiental; o Departamento de Gestão de Áreas Especiais; e o Departamento de Áreas Verdes Públicas).

No âmbito das políticas culturais, os órgãos e secretarias envolvidos são responsáveis por uma diversidade de programações culturais na cidade, com interface direta com o lazer, observando suas principais responsabilidades no campo da educação e formação para a cultura, o fomento e a difusão cultural. São elas: Fundação Cultural Tancredo Neves, Fundação Curro Velho, Instituto de Artes do Pará – IAP, Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, na esfera estadual e a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, na esfera municipal.

Em pesquisas realizadas no período de 2009 a 2012, (LIMA et al, 2011e BAHIA, 2012), foi possível verificar uma série de programas e projetos realizados na cidade de Belém, observando-se maiores ou menores interfaces com o lazer. Algumas ações são específicas para o município de Belém, outras são ações realizadas em todo o estado do Pará e que também são desenvolvidas em Belém:

ORGÃO	PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	ATIVIDADES
Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL	PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade, Escola Municipal de Ginástica, Escola de Dança, Programa Segundo Tempo, Ciranda da Imaginação/ Livroteca, Brinca Belém, Ciranda da Imaginação/ Brinquedoteca, MetrÓpole em Cores, Jogos Abertos de Belém, Escola de Esporte, Programa Recreando, Programa Saúde e Lazer, Programa Verão , Programa Despertar na Terceira Idade.	Atividades esportivas e artísticas, ginástica para as comunidades, danças clássicas e contemporâneas, leitura e ludicidade, arte, esporte e lazer, brincadeiras, grafiteagem, ações educacionais
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL	Papo Cabeça, Vida Ativa, Navegar, Aldeia Solidária, <i>Rally</i> transamazônico, Surf na Pororoca, Programa Este rio é minha rua.	Esportes náuticos, esportes indígenas, esporte de rendimento e lazer
Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL	Aniversário de Belém, Projeto Carnaval, Projeto Arraial, Projeto Verão, Projeto Círio, Projeto Natal, Aniversário do Ver-o-Peso, Dia Internacional da Dança, Dia do Teatro, Dia Municipal do Carimbó, Show Musical, Apresentação de Grupos Parafolclóricos, Apresentação de Boi-bumbás, Pássaros Juninos, Grupos de Toada, Quadrilhas Juninas, Oficinas Culturais, Seminários e Filmes, Cortejos.	Arte e lazer
Fundação Cultural Tancredo Neves	Cine Arte Pará, Corda Livre, Choro do Pará, Cena Arte, Sala de Cordas.	Arte e lazer
Fundação Curro Velho	Projeto Cine Club da FCV, Projeto Puxirum, Oficinas de Artes Cênicas, Crias do Curro Velho, Feira da Beira, Festividades da Quadra Junina, Festividades do Círio, Dia da Consciência Negra, Festividades do Natal, Semana dos Povos Indígenas.	Arte e lazer
Instituto de Artes do Pará - IAP	Danças Circulares, Danças de Salão.	Arte e lazer

Secretaria de Estado de Cultura - SECULT	Projeto Museu Cidadão, Projeto Interação Museu Escola, Projeto Interação Museu Portadores de Necessidades Especiais, Cultura para Todos, Circuito Cultural Paraense, Calendário de Festividades Tradicionais (Carnaval, Círio e Natal), Pontos de Cultura, Festival de Sotaques, Feira do Livro, Salão do Livro, Festival de Ópera.	Arte e lazer
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC	IV mostra de Grupos Folclóricos, Ecuarte na Praça, EDCULTURA - Pará em extensão, VII Mostra de Dança, Programa Polo Esportivo, Xadrez na Escola, Escola de Portas Abertas, Programa Mais Educação.	Arte e lazer
Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)	Programa de Educação Ambiental, com as seguintes ações: visitas das escolas; Trilhas Ecológicas, com Palestras de Educação Ambiental; Visitação da Estação de tratamento de água da COSANPA; Atividades de Aventura; Seminário de Lideranças Comunitárias; Encontro de Educação Ambiental; capacitação de professores; reflorestamento urbano e escolar no parque; projeto “Férias no Parque”; projeto “Quartas Verdes”; projeto “Parque vai a praça”; projeto “Usuários da Bica” e projeto da formação da “Associação dos Amigos do Parque”. Programa de Uso Público do Parque, com as seguintes ações: sinalização do PEU; formação de condutores de atrativos naturais; capacitação de monitores ambientais e revitalização de trilhas realizados no Parque Estadual do Utinga (PEUt).	Lazer, esporte e educação ambiental
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)	Campanhas Educativas; Programações em datas comemorativas; Projeto “Brinquedoteca” com atividades de Educação Ambiental; Projeto “Circuito Permanente de Cultura e Meio Ambiente”; “contação” de histórias; oficinas diversas; plantio de mudas; apresentações teatrais; mini trilha ecológica; projeção de filmes com assuntos temáticos da região (lendas, meio ambiente); Projeto “Agente Ambiental Mirim”; Projeto “Jardim Sensorial” com trilha adaptada e sinalização em Braille; Projeto “Trilha Ecológica Monitorada”; Projeto “Trilha Monitorada Inclusiva”; Projeto “O Bosque vai à Escola”; Projeto “Conversas de Jardim” com ciclo de palestras sobre temas relacionados ao meio ambiente; Projeto “Plantando uma Ideia” com formação de agentes multiplicadores, no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia; Campanhas Educativas; Programação em datas comemorativas; Mutirões; Exposições; Apresentações artísticas (grupos musicais, grupos de danças, grupos de capoeira e lutas), na Praça Batista Campos e em algumas outras praças.	Lazer, esporte e educação ambiental

Quadro 1 - Programas, projetos e/ou ações de lazer em Belém.

Fonte: Adaptado de Lima et al. (2011) e Bahia (2012).

CONCLUSÃO

O que se observa no texto do Plano Diretor de Belém, nos planos, programas e projetos dos diversos órgãos e secretarias federais, estaduais e municipais e nas tímidas ações de lazer *stricto sensu* e das ações multidisciplinares existentes é que o sistema possui entraves em diversos pontos.

Apesar dos avanços na interpretação do lazer como direito, da criação das políticas e da inclusão do lazer em temas específicos em Belém, observa-se ainda que o tema é tratado de forma periférica na contramão da importância que o lazer vem ganhando no mundo atual, essa contradição diz respeito à ideia de que o campo do consumo resolveria as questões de acessibilidade e democratização do lazer. Essa ideia questionaria a existência de políticas públicas exclusivas para o lazer, situando-o como um acessório.

A concretização das políticas esbarra na questão acima, mas também na vontade política para execução das mesmas, na complexidade do sistema, que é multidisciplinar e intersetorial e nas próprias infraestruturas e recursos humanos e materiais dos órgãos e secretarias envolvidos.

As políticas públicas assumem o papel de produzir maiores oportunidades, quando criam, facilitam o acesso e democratizam espaços e equipamentos públicos de lazer na cidade. Possivelmente, serão esses espaços e equipamentos que poderão vir a qualificar a diversidade de tais experiências. Mas também é preciso não esquecer que em algumas situações as políticas públicas estabelecem formas tão organizadas e estruturadas de lazer, as quais, muitas vezes, não atendem às demandas e às necessidades dos usuários. Isso vai de encontro com a intenção de vivência de um lazer mais emancipatório, livre e transformador (BAHIA, 2012).

O Ministério do Esporte, a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, apesar de serem as instituições que legalmente possuem a responsabilidade de institucionalizar as políticas públicas de lazer, por meio de diretrizes, programas, projetos e ações, geralmente trabalham com equipamentos e em espaços tradicionais construídos (quadras, ginásios, escolas, salas etc.), não conseguindo avançar na ampliação dos programas e projetos.

REFERÊNCIAS

- CORBIN, A. L'avènement des loisirs. In : CORBIN, A. (org.). *L'avènement des loisirs, 1850-1960*. Paris : Flammarion, 2009.
- BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. A construção social do lazer e sua trajetória científica. *Papers do NAEA*, n. 309, 2013.
- BAHIA, M. C. ; FIGUEIREDO, S. L. Urbanização e dinâmica do lazer em Belém, Pará. In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE Jr., S. C. (Org.). *Desenvolvimento e Sustentabilidade*. 1ed. Belém: NAEA, 2012. p. 341-355.
- BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.
- BELÉM. *Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008*. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, 2008.
- BRASIL. Ministério do Esporte. Portaria nº 13, de 3 de fevereiro de 2004. Aprova o anexo Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte e as normas básicas de sua primeira reunião. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/portariaN1303022004.jsp>>. Acesso em: 13 dez. 2008.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 mar. 2012.
- GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIMA, P. C. de et al. Diagnóstico do acesso ao esporte e lazer da população do Estado do Pará por meio das políticas públicas. In: SOARES, A. et al. (Org.). *Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira: o existente e o necessário*. Manaus: EDUA, 2011. p. 130-165. 210p.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papyrus, 2001, p. 45-59.
- MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão; 787).
- MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer*. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- PINTO, L. M. S. de M. Experiência educativa lúdica. In: SALGADO, M. U. C.; MIRANDA, G. V. de. (Org.). *Veredas: formação superior de professores*. Belo Horizonte: SEE-MG, 2004. v. 1, p. 21-52. (Módulo 6).
- _____. *Políticas participativas de lazer*. Belo Horizonte, 2009. Mimeografado.

SANTOS, D. de C. S. *O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus*. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Belém, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

Cidade, urbano e urbanização: fundamentos metodológicos para o estudo do turismo

Everaldo Batista da Costa¹
Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

INTRODUÇÃO

É evidente que o turismo representa um importante fenômeno da sociedade contemporânea que se vincula, diretamente, à transformação material, simbólica e imaginária dos lugares e de territórios. Nesse sentido e para contextualizar a proposta do debate que se segue, partimos do pressuposto de que a crítica radical ao turismo é incapaz de desvelar suas potencialidades e suas fragilidades para cada lugar ou território em que se implanta, bem como obscurece a leitura das nuances específicas desses mesmos lugares e territórios.

Ao enfatizar o turismo, em primeiro plano, como o objeto de um estudo, em qualquer dos campos dos saberes, o pesquisador incorre na negligência aos fatos e fenômenos existentes *a priori* e que o promovem *a posteriori*, ou seja, incorre em equívoco metodológico. Tais fatos e fenômenos são reconhecidos conforme a arcabouço ou a formação daqueles que buscam a referida interpretação.

Neste trabalho, reconhece-se a cidade enquanto fato, o urbano enquanto fenômeno junto ao processo de urbanização e o turismo como elemento *a posteriori* para e da própria análise. Entendido dessa maneira, metodologicamente, há de se reconhecer que a propalada *geografia do turismo* deve buscar as bases da geografia enquanto ciência para o seu amadurecimento, reconhecendo-a como campo do saber voltado ao desvendamento das contradições socioespaciais.

1 Professor doutor do Depto. de Geografia da Universidade de Brasília, Brasil (GEA/UNB).
everaldocosta@unb.br

2 Professor doutor do Depto. de Geografia da Universidade de Brasília, Brasil (GEA/UNB).
flasobrinho@unb.br

Conforme Michel Foucault, chamamos disciplina a conjuntos de enunciados que tomam emprestado de modelos científicos sua organização, que tendem à coerência e à demonstratividade, que são recebidos, institucionalizados, transmitidos e ensinados como ciência. A existência de uma *geografia do turismo* depende da valorização de tais enunciados e modelos científicos, cujos quais extrapolam os limites da crítica radial ao processo de turistificação.

O esforço deve ser pelo *saber* em sua relação direta com a ciência; no caso em análise, o saber geográfico vem a subsidiar a interpretação da prática socioespacial turística. O saber em sua relação com a ciência deve promover a liberdade coletiva, ser inseparável de um pensamento esclarecedor. Mas, um ponto deve ser reconhecido de antemão. Negar a crítica radical não significa dar as costas às contradições que reproduzem o mundo do presente dito em *progresso*, muito pelo contrário. Em *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer deixam-nos elementos de prova, partindo do princípio de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor, ao mesmo passo em que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto fatos concretos e as instituições sociais com as quais se relacionam tal pensamento esclarecedor, contêm o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte; daí a necessidade do cuidado com o radicalismo crítico. Em suma, deve-se interpretar o caráter destrutivo do progresso em diferentes níveis ou situações para além do turismo enquanto objeto analítico; deve-se cuidar do pensamento puramente pragmatizado que minimiza o caráter das contradições e, assim, visar ao compromisso com o saber e a verdade; a crítica eficaz é aquela que não ofusca a concretude do movimento do mundo, que é capaz de se mover do concreto pensado à prática concreta do dito progresso. Para Adorno e Horkheimer, a disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio do despotismo do progresso, sua afinidade autodestrutiva, todo esse absurdo incompreendido, manifesta a fraqueza do poder de desvendamento do pensamento teórico atual.

Essa breve introdução direciona a reflexão que entrelaça a cidade enquanto fato, o urbano e a urbanização como fenômenos e o turismo enquanto apenas um elemento da teia complexa de práticas socioespaciais que engendram os aglomerados da vida cotidiana no campo ou nas cidades; essa abordagem saltará a crítica dogmática, a fim de estimular a leitura do turismo inserido no palimpsesto eventos que dão corpo às cidades. Assim, tem-se por objetivo problematizar o que se considera neste trabalho como um dos

principais sustentáculos do debate geográfico do turismo: a discussão sobre a complexidade das cidades e do processo de urbanização, entendendo que é a própria cidade o principal suporte sociotécnico contemporâneo das diferentes práticas e territórios do turismo. É no contexto da potência de uma *urbanização generalizada* oriunda de um mundo veloz em constante mutação que paisagens, territórios, regiões, lugares e o espaço geográfico merecem revisão conceitual por serem ressignificados concretamente no frenesi tecnológico e de ressignificação cultural do presente.

A CIDADE: MONUMENTALIDADE HISTÓRICA E FATO COMPLEXO

Podemos considerar que a ideia de cidade nos aparece de maneira mais precisa que a de urbano. No entanto, o conceito de cidade é nebuloso. Lencioni (2008) questiona como um conceito pode abrangar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de habitantes. A autora indaga também como pode se referir a um objeto que se apresenta com características bem distintas e que, por isso exige, frequentemente, o complemento de um adjetivo, como segue as seguintes “tipologias” de cidades: cidade satélite, cidade-estado, cidade colonial, cidade medieval, cidade turística, cidade histórica.

Sandra Lencioni trata que a palavra cidade teria atravessado séculos sem alterações, embora se refira a um objeto em perpétua mudança. Essa é a questão: “por não conseguirmos expressar as transformações constantes de algo tão mutável, temos mantido a palavra cidade e acrescentado a ela adjetivos” (LENCIONI, 2008, p. 115). É isso que nos leva a entender a presença de variadas adjetivações para falar de suas características, funções e simbolismos: cidade horizontal, cidade verticalizada, cidade mundial, cidade global, cidade moderna, cidade-patrimônio e outras.

Para o historiador das cidades Lewis Mumford (1991), sua origem é obscura, é enterrada ou irrecuperavelmente apagada uma grande parte de seu passado, de forma a ficar difícil mensurar suas perspectivas futuras. Logo, “desaparecerá a cidade ou todo o planeta tornar-se-á uma colmeia urbana?” questiona o autor. Também podemos interrogar se há a possibilidade de se edificar um novo tipo de cidade permeada pelo desenvolvimento social, livre de suas contradições internas oriundas da própria lógica do capitalismo – utopia!?

Mumford (1991) problematiza se o homem irá dedicar-se ao desenvolvimento de sua mais profunda condição humana ou se irá entregar-se às forças hoje quase automáticas, que ele próprio criou, e ceder lugar a seu desumanizado alter ego, o “Homem Pós-Histórico”, que trará consigo uma progressiva perda do sentimento, da emoção, da audácia criadora e da consciência – elementos que se corporificam nas cidades.

Nesse processo, há de se seguir a trilha para trás, se quisermos identificar a cidade, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas hoje, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no espaçotempo, na cultura (MUMFORD, 1991). Ou seja, antes de tratarmos de qualquer prática que venha a ressignificar uma cidade (sendo o turismo uma delas), precisamos desenvolver uma *arqueologia* desta mesma cidade, na busca dos elementos ou eventos embriões que redundam em sua transformação material e simbólica no presente – objetos e ações passadas que deram corpo concreto à cidade enquanto matéria, fatos da memória da cidade.

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. (MUMFORD, 1991, p. 11).

No teatro da cidade, são representadas peças dramáticas da vida cotidiana. Dentre os aperfeiçoamentos técnicos difundidos pela cidade, podemos apontar as contribuições mais contraditórias da civilização urbana: a escravidão, a exagerada especialização vocacional, a guerra e a orientação para a morte, diz Mumford (1991, p. 613); elementos da produção material e subjetiva da cidade, favorecedores e produzidos pela técnica. Nesse sentido, cabe mais um breve parêntese para a reflexão sobre a ideia de esclarecimento apresentada por Adorno e Horkheimer, relacionada à técnica. Para os autores de Frankfurt, o saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. “Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da econômica burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.18). O debate posto

é o de que a técnica é a essência desse saber que se produz sobre e nas cidades, e que conduz ao método para seu próprio desvendamento.

A função cidadina de “recipiente” favoreceu a concentração de energia física (trabalho morto e trabalho vivo) e cultural (modos de vida e o próprio desenvolvimento do capitalismo); a cidade acelerou o ritmo do intercurso humano e traduziu seus produtos em formas que podiam ser reproduzidas. Por meio de seus documentos e monumentos, a cidade pôde aumentar o âmbito de todas as atividades humanas, tanto para o passado quanto para o futuro, no transcurso do tempo; por meio de prédios, porões, sobrados igrejas, mosteiros, castelos, palácios, livros, imagens, a cidade tornou-se capaz de transmitir de geração a geração uma cultura técnica cada vez mais complexa; a cidade produziu uma estrutura física e humana capaz de retransmitir suas heranças para as novas cidades, progressivamente, o que continua sendo o maior dos seus dons (MUMFORD, 1991, p. 614).

O nível de povoamento foi considerado, por muitos estudiosos, como característica precípua no trato do que vinha a ser uma área urbana, ainda que, em nível teórico, tenha sido utilizado junto com outras características, de forma que “lo más frecuente es considerar la densidad de habitantes o de edificios” (CAPEL, 1975, p. 267). Porém, esses critérios foram utilizados por geógrafos e sociólogos no início do desenvolvimento dos estudos urbanos. Hoje, o aspecto formal, de conteúdo técnico e mesmo ideológico do aglomerado devem ser relevados para a caracterização da cidade; trás formas mais ou menos construídas e ordenadas, agrupadas em torno de um núcleo primitivo, ou por núcleos que se desenvolvem interligados a um sítio original, fácil de distinguir e com aspecto variado, seguido de elementos híbridos de tradição e modernidade; além da produção de centralidades. Local em que os homens se reúnem, produzem seus meios de vida e caracteriza econômico-culturalmente / material-simbolicamente seu território. Capel (1975, p. 269) vale-se de Richthofen para afirmar que “la ciudad es un agrupamiento cuyos medios de existencia normales consisten en la concentración de formas de trabajo que no están consagradas a la agricultura, sino particularmente al comercio y a la industria”.

Ainda, há de se incluir, junto à indústria e ao comércio, outras atividades, inclusive, atreladas a ambos: os serviços que se concentram, especialmente, nos centros das cidades, subsidiando os outros setores da economia urbana – questão esta que já se aproxima da urbanização, que será tratada a seguir. Se consideramos a afirmação já feita por Deffontaines e Brunhes (1934) há mais

de setenta anos, de que há cidade quando grande parte dos residentes passam a maior parte do tempo no interior do aglomerado, faz-se necessário a própria concentração, numa dada área acessível e reduzida, dos constituintes da economia urbana (comércio, serviços, indústrias, lazer, etc.) para caracterizar a própria cidade. Logo, a cidade deve ser entendida na esfera da produção, do consumo, da circulação e da concentração de pessoas e produtos que, no limite, remetem à urbanização.

Max Derruau, na década de 1960, também fez referência à cidade enquanto uma aglomeração duradoura, por oposição a aglomerações temporais antigas. Para esse geógrafo, cada cidade caracteriza-se por sua paisagem urbana particular, somada à sua área circundante, tudo organizado para a vida coletiva.

Então, entender os elementos que dão o caráter de *aglomerado que concentra a monumentalidade histórica da vida* deve ser o primeiro objetivo do geógrafo preocupado com qualquer atividade que transforma material, simbólica e imaginariamente uma cidade, sobretudo o geógrafo preocupado com o turismo enquanto uma atividade moderna e modernizante que se desenvolve nesses territórios por meio de objetos técnicos e de atrativos patrimoniais culturais edificados, de representações e, ainda, naturais. Nessa busca reside o enfoque dialético e, por isso, simultâneo de produção da cidade enquanto objeto concreto, objeto pensado e objeto desejado para o turismo.

Logo, o primeiro passo em busca da cidade para o estudo do turismo se dá na direção de sua monumentalidade histórica – ou seja, dos objetos e ações símbolos de seu desenvolvimento espaçotemporal concreto e técnico. Essa proposição reside na compreensão dos elementos particulares que a torna um fato complexo e que favorece sua estruturação presente (para o turismo ou qualquer outra prática socioespacial – é da memória da cidade que se trata). Esse pode ser o primeiro e preponderante passo na busca do *espírito da cidade* que, por sua vez, é a essência do urbano e da urbanização. Monumentalidade e caracterização sociomorfológica cujo entendimento, por vezes, é negligenciado pela geografia radical.

Pedro de Almeida Vasconcelos lembra-nos que a geografia crítica radical aparece na década de 1970 e, desde então, bastante eclética, mesmo que a maioria dos autores tenham se consolidado na inspiração marxista. Para Vasconcelos (1994), a cidade é vista por essa corrente como *locus* principal da acumulação do capital e da contradição entre capital e trabalho e entre

sociedade civil e Estado. No entanto, prossegue o autor afirmando que a maior contribuição da geografia crítica é eminentemente teórica e apresenta questões específicas ou parciais sobre as cidades, de forma que é pequena a contribuição do pensamento sobre cidades concretas, examinadas em seu conjunto. Nesse sentido, o pressuposto do qual partimos é a da necessária busca da totalidade urbana ou territorial, bem como de sua monumentalidade histórica, para a compreensão das possibilidades do turismo nas cidades, na região e mesmo no país que o acolhe, dentro de uma perspectiva interescalar (COSTA, 2011; COSTA, 2012). Como lembra Pedro de Vasconcelos (1994, p. 75, grifo nosso), “estes estudos poderão ter como elemento unificador o veio pelo qual é possível compreender as raízes das especificidades de cada cidade: *a história urbana*”.

O debate sobre o turismo na geografia, para não se fazer frágil, deve buscar os elementos concretos que o estimulam enquanto prática, bem como as contradições da turistificação que é regida, em primeiro plano, pela lógica da urbanização. Lembremos, para buscar o sentido das coisas precisamos efetuar uma série de operações que equivalem ao *método: (odos) caminho + (meta) através*. Pouco interessa o turismo enquanto fato em si; os fatos não nos interessam se não analisados em sua complexidade; interessa o sentido que assumem os territórios e a lógica que imprime ao espaço geográfico. Basta fazermos análises de um fenômeno sem sabermos do que se trata em seu processo constitutivo? Não basta saber que existem positivamente, cumpre fazer uma periodização do objeto. Não nos interessa a leitura do turismo de sol e praia no litoral nordestino ou a descrição dos programas criados para seu desenvolvimento ou o denominado “desenvolvimento regional”, mas sim a tradução da gama de sentidos que essa prática de deslocamento imprime no território dos atributos históricos do mesmo, bem como interessa a sua causalidade referente à produção de paisagens e à impressão de complexidade às cidades daquela região. Importa, em primeiro plano, reconhecer que a cidade é a *projeção da sociedade sobre um local*, não apenas sobre o lugar sensível, mas também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano (LEFEBVRE, 2001).

Em suma, se o primeiro passo em busca da cidade para o estudo do turismo se dá na direção de sua *monumentalidade histórica* que a torna um fato complexo interessante à própria atividade de lazer, o segundo passo se refere à necessária compreensão do fenômeno da *urbanização generalizada*, em diferentes escalas analíticas imbricadas. O debate apresentado justifica-se ante o

argumento lefebvriano de que a cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente, “não sendo mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco” (LEFEBVRE, 2001, p. 106). Atestamos a morte da cidade ou seu ressurgimento em um novo padrão de urbanização? Ao que parece, a cidade constrói-se sobre novas bases, em um outro padrão de sociedade urbana; o resgate de sua *monumentalidade histórica* pode nos apontar seus desígnios passados e as contradições produzidas face a busca de possibilidades para o presente, as quais são criadas no processo de recuperação (por vezes, precária) desta mesma monumentalidade.

O FENÔMENO URBANO E O TURISMO COMO UM ELEMENTO DA ANÁLISE

Anteriormente, debatemos a cidade como objeto concreto produto da saga histórica da humanidade; entendimento necessário à compreensão geográfica dos elementos germinativos e catalisadores das práticas socioespaciais. Neste ponto, abordaremos a cidade enquanto sistema complexo redundante e associado ao fenômeno urbano e ao processo de urbanização, no qual se insere, também e não exclusivamente, o turismo. Essa colocação faz-nos defender a noção de que buscar a teoria geográfica (do urbano e da urbanização, sobretudo) pode ser um caminho seguro para a pesquisa em turismo. Essa colocação justifica-se ante a ideia de que a ciência representa a especulação sobre uma face do real, de maneira que a geografia urbana representa “uma especialização da geografia que trata de uma especificidade do real: a cidade” (ABREU, 1994, p. 134). As faces do real a que se dedica a geografia são os constitutivos do próprio espaço geográfico em movimento, ao qual se incluem objetos e ações sistematizados, como nos ensinou Milton Santos. O turismo é *uma* das infinitas práticas incorporadas e formadoras deste “real”, sistemática e contraditoriamente, como o é o ato de produzir mercadorias (e o turismo em si é estímulo produtor de mercadorias e do espaço mercadoria); mas é da cidade e da urbanização *a priori* que tratamos.

Como referencia Abreu (1994), os estudos atuais sobre as cidades constituem-se da busca das relações entre espaços urbanos, ampliando-se a perspectiva das leituras, que, agora, extrapolam o âmbito limitado do espaço interno das cidades. Lembra a autora que,

Se o primeiro momento da existência da geografia urbana se caracteriza pela descrição do ‘real’, identificada no positivismo clássico, e, se o segundo momento pode ser identificado pela efervescência dessa nova especialização da geografia, calcada no neopositivismo, pode-se, a partir da segunda metade deste século, identificar um novo enfoque para os estudos urbanos – um terceiro momento da geografia urbana – caracterizado não pela predominância de um só referencial teórico-metodológico, mas, ao contrário, pela sua multiplicidade, pois tenta dar conta da explicação para a complexidade e amplitude do fenômeno urbano (ABREU, 1994, p. 132-133).

Carminda Cavaco, em 1970, associava o turismo ao fenômeno da urbanização, apontando a necessidade de compreensão desta última para entender a emergência daquela prática. “A urbanização tende a universalizar-se. Cada grande cidade dos países industriais e progressistas é sede de uma população numerosa, dispendo de meios econômicos e técnicos, de tempo livre e que sente a necessidade de se afastar desse quadro esgotante (...) uma ‘religião das férias’ tende a universalizar-se, mas segundo ritos diferentes” (CAVACO, 1970, p. 251).

As análises nos sugerem que o entendimento de qualquer programa de turismo exige prévio exame rigoroso de todos os elementos que o condiciona àquele local – por isso o esforço metodológico de entendimento da cidade e da urbanização do passado e do presente enquanto fato e fenômeno, respectivamente, de propulsão do próprio turismo. Nesse sentido é que Carminda Cavaco, há quatro décadas, já dizia que “o turismo interessa duplamente à geografia: factor de explicação de paisagens existentes e motor de criação de novos ambientes humanos, onde será de desejar o estabelecimento de múltiplos contactos sociais, com osmose de culturas, sem detrimento das personalidades, e colaboração econômica a favor da população local” (CAVACO, 1970, p. 282).

Assim, o turismo se desenrola no cerne do redimensionamento dos fluxos, em relação direta com o desenvolvimento econômico que rebate distintamente sobre os lugares, da transformação do fenômeno urbano, das facilidades dos transportes e do repensar o humano, a humanidade e a urbanidade, no contexto da massificação e de um permanente redirecionamento do consumo, que são prévios e não exclusivos ao turismo. Estas questões reverberam sobre a cidade como fato e sobre a urbanização enquanto fenômeno e processo,

e podem ser associadas ao turismo ao resgatarmos os princípios lógicos da geografia³. Tanto a cidade, quanto a urbanização podem ser elucidados e correlacionados à prática socioespacial do turismo, no contexto dos referidos princípios, cujos quais prenunciamos em trabalho anterior,

Devemos a dois fundadores da Geografia, Friedrich Ratzel e Jean Brunhes, os *princípios*, respectivamente, da *extensão* e da *conexão*. Tratar desses dois elementos fez da disciplina, por um longo período, a ciência da “diferenciação de áreas”; uma ciência que se desenvolveu ‘à sombra do desejo e da curiosidade pelos lugares’, para fazer menção a Richard Hartshorne. Está na raiz da Geografia a discussão sobre conquista–dominação–exploração de territórios, o conhecimento de ambientes e a descrição das paisagens – em *extensão* e em *conexão*. A superação das distâncias ou a minimização do tempo de deslocamentos representa um problema histórico (e técnico) da existência humana e do pensamento geográfico (para Milton Santos, a Geografia seria uma *filosofia das técnicas*) (COSTA, 2012, p. 158).

Assim, antes de tratar o turismo como um *a priori* produtor do espaço, precisamos resgatar os fundamentos metodológicos do pensar e do fazer geográficos,

Por isso, já podemos dizer que se constitui em um crasso erro da teoria geográfica do turismo o aprisionamento em uma só escala de pensamento, em um só momento do tempo, ou em um recorte isolado do mundo, pois *diferenciações*, *interações* ou *relações* não se perfazem tão somente em um nível – aqui, já começa a ganhar escopo nossa problematização do discurso e da prática sobre a *produção do espaço na escala local*. O trato das diferenças de escalas pode ser considerado como a linha mestra da leitura política e relacional do espaço, no limiar da constituição de territórios ou da produção de paisagens para ou pelo turismo (Costa, 2012, p. 158).

A urbanização se dá no deslocamento, na permanência, na fruição e na superposição–redimensão de valores, que também são os principais elementos

3 Cf. Moreira (2007) e Silveira (2006). Os trabalhos indicados destes autores, publicados recentemente, estimularam-nos nessa reflexão sobre os *princípios lógicos* da geografia e sua necessária e permanente aplicação na revisão conceitual deste campo do saber.

constitutivos da prática socioeconômica do turismo. Nesse contexto, essa prática não poderia deixar de ser objeto do olhar aguçado dos geógrafos que têm, em sua histórica formação, princípios incorporados e em franco diálogo com tais elementos. Os princípios da extensão e da conexão (que para os geógrafos clássicos correspondiam à dimensão geométrica do mundo) são os motores da superposição-redimensão de valores na configuração complexa do fenômeno urbano e, em consonância, de diferentes práticas sociourbanas como a industrialização, a espacialização, a especialização do capital financeiro, o próprio o turismo etc. Extensão e conexão são os elementos que interagem o local, o regional e o global (enquanto escalas) por meio das redes técnicas que produzem a urbanização e permitem os deslocamentos (exigentes de um esforço de abstração maior); “no esforço de abstração podemos encontrar a extensão e a conexão como elementos da coexistência, da vida comunal; é onde saltaremos na reflexão do espaço unidimensional para o espaço multidimensional da existência coletiva” (COSTA, 2012, p. 160). A extensão e a conexão, hoje, devem ser analisadas no viés das virtualidades operantes e também da existência.

Se o essencial do fenômeno urbano encontra-se na *centralidade* como quer Henri Lefebvre, mesmo que considerada em seu movimento dialético que a constitui e a destrói, fazendo-se o sentido do espaço-tempo urbano, a centralidade não se faz enquanto recorte, pois é elemento do movimento da urbanização. Essa reflexão revigora o sentido de conexão e extensão aplicado à lógica da urbanização e seu movimento na reprodução das práticas e do conteúdo citadino. “A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza ou do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações” (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

Assim, entender o fenômeno urbano em consonância com a decifração do turismo exige o estudo das diferenças de intervenções socioespaciais, a busca das contradições escancaradas no território ora valorizado, ora negligenciado, na escala nacional, regional e local, e a compreensão da ressignificação das paisagens, para além do próprio turismo. A cidade física é condição da produção, com a privação do uso de benfeitorias coletivas (SANTOS, 1994), é condição e fator concreto da urbanização generalizada e localizada. “Perceber o turismo na dimensão geográfica é localizá-lo, entender as conexões, interpretar as distâncias, diagnosticar a extensão e sua relação interescalar – no plano do concreto, do vivido, do percebido, do imaginário e do sonhado” (COSTA,

2012, p. 162). A chamada *geografia do turismo* deve, em primeiro plano, reconhecer que seu potencial analítico e metodológico está nos princípios básicos que regem os próprios conceitos em Geografia, bem como nas especificidades do real que se tornaram objetos especiais da geografia, e não no turismo como um *a priori*, pois este é apenas um elemento da análise que envolve a cidade e a urbanização. O atual desafio está em ultrapassar a perspectiva geométrica do mundo e do próprio turismo no reconhecimento da *distância*, da *extensão* e das *conexões* em novo patamar: o de suas possíveis e novas representações face ao processo de urbanização, que perpassa a produção da cidade e a reprodução do urbano material e imaginariamente.

O esforço empreendido até aqui foi o de buscarmos na cidade enquanto fato complexo e na urbanização enquanto fenômeno generalizado recursos metodológicos para o estudo do turismo. Porém, outra questão basilar da análise do turismo pela disciplina centra-se, em nosso entendimento, na visão interescalar do fenômeno. A interpretação dialética da “regionalização turística, por exemplo, fornece uma abertura para observarmos a dinâmica da espacilização local dessa atividade e do desenvolvimento geograficamente desigual; confere maior profundidade e significado à noção de divisão social e territorial do trabalho com o turismo, e é esclarecedora das ligações dos interesses hegemônicos e verticais que transformam as relações recíprocas horizontais” (COSTA, 2012, p. 165).

O que deve ficar claro é que ofertas e demandas, fluxos e fixos, deslocamentos e permanências, extensão e conexão, sítios e situações, redes e pontos, fruição e superposição–redimensão de valores não são elementos únicos para a abordagem do turismo, mas alguns princípios que dão coro aos temas considerados pelos geógrafos na história da disciplina, sobretudo aos temas *cidade* e *urbanização*. Outra questão é a de que “falar em *produção espacial na escala local* significa, para a sociedade e sua cultura, sobretudo *viver*, pois viver é *viver no espaço*, é *tecer as relações*, quer seja no turismo ou em qualquer outra prática socioeconômica e cultural” (COSTA, 2012, p. 166).

Assim, o ponto que se segue tratará da *urbanização e o turismo no contexto regional*, entendendo a necessidade da imbricação das escalas analíticas local-regional-global, perpassadas pelo nacional. Para além da crítica radical ao turismo, devemos buscar os princípios lógicos e os fundamentos metodológicos da própria geografia, para a análise do turismo enquanto uma das muitas práticas socioespaciais que geram as cidades e dão corpo à urbanização. A cidade

em si mesma, produto e produtora do processo urbanizador, é fator objetivo de socialização, quando torna possível o desenvolvimento de uma economia de trocas materiais e simbólicas, bem como da monetarização, que promove o desenvolvimento local, regional e nacional, de maneira intrincada.

Por fim, valemo-nos de Milton Santos, em *Por uma economia política das cidades*, para dizer que toda análise urbana, para ter validade, deve apoiar-se em categorias que levem em conta, simultaneamente, a generalidade das situações e a especificidade do caso que se deseja abordar. Nesse entendimento, reside nossa proposição de um turismo compreendido, geograficamente, *a posteriori* do domínio teórico e prático das cidades como fatos complexos e do fenômeno da urbanização generalizada, uma vez que o turismo é apenas *um* caso da gama de elementos e práticas que as engendram, simultaneamente. Sem esse domínio e conhecimento aprimorado prévio, o estudo do turismo pode se fazer negligente.

ESTUDOS URBANO-TURÍSTICOS COM ENFOQUE REGIONAL: NOTA METODOLÓGICA

Fora referência, na geografia urbana de meados do século passado, as chamadas monografias urbanas, cuja metodologia foi trabalhada, também, por Pierre Monbeig. Como lembra Maurício de Almeida Abreu, essas monografias urbanas significavam o resultado da aplicação do método da geografia regional à cidade, onde a região passara a ser a cidade, nessa análise.

Nada menos que uma síntese urbana. E como fazer esta síntese? Da mesma forma como vinham sendo feitas as ‘sínteses regionais’, ou seja, pela integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade do ‘fato geográfico’ que era a cidade. O trabalho de Monbeig é, neste sentido, perfeitamente claro e didático. O estudo geográfico das cidades deveria ser o resultado final da superação de uma série de etapas metodológicas, cada uma direcionada à observação e obtenção (*in locu* ou a partir de fontes secundárias) dos dados exigidos para a elaboração de cada segmento da monografia. E que segmentos seriam esses? Eles seriam basicamente seis: o *sítio*, a *posição*, a *evolução histórica*, a *fisionomia e estrutura*, as *funções urbanas* e o *raio de ação da cidade* (ABREU, 1994, p. 208).

Esse foi um importante momento da geografia urbana brasileira, em que as cidades eram estudadas na perspectiva do *sítio* e de sua *situação*, dois princípios geográficos que, em nosso entendimento, não foram abandonados por completo pela geografia urbana, nas últimas décadas, face à geografia urbana radical; como também não o foram o de conexão e extensão, tratados no tópico anterior. Houve uma redefinição do olhar para tais princípios.

O Brasil, na década de 1960, passou por transformações bruscas em sua base política, econômica e cultural, acompanhando as tendências internacionais de reestruturação do capitalismo regido, sobretudo, pela indústria e grandes firmas. Tais transformações regidas pelas forças de acumulação capitalista, que redefiniam a lógica espacial de fluxos e fixos, rebatem diretamente sobre a morfologia inter e intraurbana que, por sua vez, dá um novo caráter a cenários regionais. Essas questões, como lembra Abreu (1994), exigiram uma redefinição dos estudos monográficos desenvolvidos pela geografia. “Como já visto, as monografias urbanas até continuaram a ser realizadas, mas já não expressavam mais o estudo geográfico padrão das cidades” (ABREU, 1994, p. 228).

Trabalhos sobre centralidades urbanas, redes de cidades, hierarquias urbanas, além dos estudos intraurbanos, passam a fazer parte do temário geográfico da década de 1960. “Finalmente, a difusão das atividades de planejamento territorial na Europa no período do pós-guerra, e sua expansão ao Brasil, no final da década de 50, constituíram-se em força centrípeta de grande intensidade, completando o processo de atração dos geógrafos pela chamada *área urbano-regional*” (ABREU, 1994, p. 229). Assim, as metrópoles, sua estrutura interna e dinâmica impressa regionalmente passam a ser elementos de tais análises. Em suma, *metropolização e organização interna das cidades* são temáticas que passam a dominar nos estudos de geografia urbana, após a década de 1970.

Esse breve retrospecto do enfoque geográfico da cidade deve-se à proposição de que o turismo, no contexto regional, deve ser analisado pelo viés da dinâmica das cidades, sobretudo daquelas que ditam a ordem dos fluxos e da produção dos fixos em amplo território. Tanto para a compreensão quanto para o desenvolvimento do turismo em um dado recorte espacial, há de se analisar, em primeiro plano: a existência de patrimônio (natural, cultural), a infraestrutura urbana, os equipamentos de engenharia e os meios de acessibilidade ao mercado consumidor; portanto, são estabelecidos fluxos (pessoas, mercadorias

e capitais) e fixos, os espaços construídos ou cooptados para e pelo mercado para atender às demandas gerais e também do turismo ou de outra atividade de reordenamento territorial. Como destaca Anderson Portuguesez, ao reconhecer o papel do estudo das cidades na análise do turismo,

Não se trata somente do que consumir, mas de onde e a partir de quais estímulos, considerando ainda o papel dos lugares na configuração dos estratos sociais. Assim, para cada estrutura cultural, para cada densidade técnica, para cada nível de inserção ou de exclusão dos atores do meio urbano em engrenagens regionais, nacionais e globais, a cidade poderá evidenciar uma determinada quantidade de características que exigem análises mais detidas (PORTUGUEZ, 2001, p. 07).

O atual momento de expansão do capitalismo global, porém, não irá homogeneizar os lugares e transformá-los todos em destinos turísticos. Ao lado de regiões especializadas densamente tecnificadas e com culturas valorizadas, teremos regiões ainda relacionadas a modelos de produção arcaicos e de economia deprimida; tais questões rebatem, diretamente, sobre o padrão de urbanização desenvolvida e vice-versa, ou seja, é a urbanização o elemento catalizador das condições de desenvolvimento regional, para além da atividade turística.

Quando Boullón (2002, p. 71-72) afirma que há “a tendência dos bens e serviços ficarem concentrados em alguns aglomerados urbanos e em sua capacidade de estender sua influência para além dos limites urbanos, alcançando uma parte do espaço rural que os rodeia”, o autor enaltece o papel da polarização do processo urbanizador na dinâmica turística. O mesmo autor trata, nessa perspectiva, de “região turística”, onde “os sistemas de planejamento optam por atuar em certos espaços geográficos que consideram estratégicos”. Entendemos que tal concepção fomenta um discurso que compreende uma estratégia pelo território, de forma que as cidades são os fatos técnicos de tal polarização; conforma-se, a partir do que se trata por “região turística”, uma estratégia de planejamento que, sem sombra de dúvidas, também encoberta as contradições regionais e locais, a fim de se promover o que se convencionou tratar por “desenvolvimento regional do turismo”.

Os termos “desenvolvimento regional” e “turismo”, então, convergem para a crença da possibilidade de novas perspectivas econômicas em uma região pelo turismo. Não se pode acreditar que o desenvolvimento regional seja

uma premissa calcada apenas no turismo e muito menos crer que o turismo é a alternativa de inserir as regiões periféricas ou negligenciadas na dinâmica capitalista global, pois, esta, como qualquer outra atividade socioeconômica, é acompanhada pelas contradições que envolvem sua implementação em qualquer escala espacial de análise. A noção de região apresentada por Milton Santos nos é salutar para justificar os argumentos apresentados. Para o autor, a região é um subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades, é o resultado das possibilidades ligadas a certa presença de capitais fixos, exercendo específico papel ou determinadas funções cujo funcionamento econômico é dado por uma rede de relações sociais; a região faz-se lugar de realização de atividades produtivas (SANTOS, 1985).

Feitas essas considerações, cabe sintetizar que entender o turismo no recorte regional requer escrutínio de estudo criterioso das tendências do processo de urbanização vigente no recorte analisado e para além dele, o que será seguido pela leitura da distribuição territorial dos atrativos turísticos e dos empreendimentos, a fim de localizar os agrupamentos e concentrações que são destinados ou podem ser destinados à atividade. Para Boullón (2002, p. 80), a melhor maneira de se determinar ou identificar a região turística é recorrendo ao método empírico, na busca do que trata por “componentes do espaço turístico”, que possuem diferenças quanto ao tamanho de sua superfície, respectivamente: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado e de estada. É um percurso este apresentado por Boullón; contudo, a metodologia deve extrapolar a dimensão do visível e da escala analítica una.

Assim, defendemos que o estudo geográfico das cidades e do processo urbanizador representa um caminho positivo para a compreensão do turismo em âmbito regional (mesmo local e nacional), dentro de uma sequência de etapas que conformam específica metodologia, cuja qual remonta à antiga monografia urbana direcionada à observação e obtenção de dados, mas em outra perspectiva – tal metodologia carece de revisão. Se para muitos essa proposição possa soar retrógrada por remontar a um antigo paradigma analítico geográfico, afirmamos que compreender os *valores* e os *processos* constituintes do *sítio*, da *situação*, da *evolução histórica*, da *fisionomia e estrutura*, das *funções urbanas* e do *raio de ação da cidade* (como propunha Pierre George), pode ser um caminho para entendermos o papel desse fato geográfico complexo na composição de

qualquer atividade econômica localizada, uma vez que oferece parâmetros para o entendimento das novas dinâmicas e papéis das redes urbanas e, assim, dos chamados circuitos turísticos. Tais elementos devem ser avaliados, obrigatoriamente, no contexto da totalidade. Assim, a noção de processo histórico, das contradições que permeiam a produção do espaço, a negligência ao território e às próprias cidades ou redes de cidades enquanto totalidades dinâmicas não podem escapar a essa análise empírica concreta. Enfatizamos a retomada do empírico para a elucidação da essência da existência e dos imaginários sobre os lugares, e vice-versa, resgatar no debate da existência e dos imaginários sobre os lugares sua base empírica.

Como lembra Abreu (1994), a revalorização do particular, da paisagem, do lugar, não deve ser interpretada como uma proposta de volta a paradigmas anteriores, como por exemplo, a diferenciação de áreas, já que ela deverá estar acoplada à análise da totalidade maior, da dinâmica do modo de produção. Concordamos com a ênfase do autor de que é hora de voltarmos a valorizar aquilo que tem sido o cerne da preocupação geográfica de todos os tempos, isto é, nossa capacidade de explicar a variabilidade da paisagem, do território e das regiões. O enfoque não pode ser diferente na análise geográfica do turismo e pouco se discute ou são resgatados os princípios lógicos que regeram e regem o pensamento geográfico sobre o mundo concreto.

Reduzir o trabalho à crítica ao processo de urbanização, ao planejamento ou à dinâmica do turismo não é o único caminho para a elucidação do que seja, propriamente e de forma localizada, a concretude do processo de urbanização e do fenômeno turismo em suas diferentes vertentes. O aprofundamento dos trabalhos e relatórios de campo, acompanhados de teoria crítica, de método e metodologia apropriados, são preponderantes para a análise.

As técnicas, a operacionalidade no mercado ou a gestão em qualquer nível ou área não bastam a si mesmas. Essa perspectiva desconsidera, via de regra, o papel das *reestruturações parciais e seletivas* da economia mundial, das novas regionalizações e espacializações que dão, permanentemente, novos sentidos aos lugares. Importa uma preocupação concreta em atingirmos os fundamentos do conhecimento geográfico e de aprofundar nos conceitos essenciais, nos *princípios lógicos* que sustentam o corpo da disciplina e de onde a mesma deduz suas regras para o desvendamento da realidade, quer seja no turismo ou em qualquer outra atividade socioeconômica que tem por base o consumo ou a produção do espaço geográfico (COSTA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade faz-se uma monumentalidade histórica e um fato complexo; a urbanização representa um fenômeno socioespacial que incorpora o turismo como *um* e apenas *um* elemento para a análise, por mais que ele envolva diferentes agentes e processos imbricados para sua dinâmica. Antes do turismo ou da urbanização turística, é o processo urbanizador que deve ser esclarecido como *a priori* da própria atividade, pois assim seremos capazes de entender o turismo como um elemento inerente à urbanização e transformando-se dentro de parâmetros de localização e de fluidez que a envolve.

Logo, se o primeiro passo em busca da cidade para o estudo do turismo se dá na direção de sua *monumentalidade histórica* que a torna um fato complexo interessante à própria atividade de lazer, o segundo passo se refere à necessária compreensão do fenômeno da *urbanização generalizada*, sustentáculo do discurso e da prática em prol do “desenvolvimento regional do turismo”.

É no contexto desta potência de *urbanização generalizada* que os conceitos geográficos merecem revisão permanente, quando a realidade concreta faz-se mutante no frenesi tecnológico e cultural do presente. O aspecto formal, de conteúdo técnico e mesmo ideológico dos aglomerados devem ser relevados para a caracterização da cidade, do urbano e da urbanização para, então, vislumbramos o turismo.

Por fim, a postura metodológica de estudo do turismo pelos geógrafos deve assumir a importância dos princípios que regem a disciplina, historicamente. Extensão e conexão interagem o local, o regional e o global (enquanto escalas) por meio das redes técnicas que produzem a urbanização e permitem os deslocamentos em uma perspectiva material e existencial. Essa reflexão revigora o sentido de conexão e extensão aplicado à lógica da urbanização e seu movimento na reprodução das práticas e do conteúdo citadino, não ficando fora dessa tendência, está claro, o turismo. Cidade, urbano, urbanização e turismo são, de fato, produtos do império da prática sobre a natureza. Esse império ocorreu, como apontam Adorno e Horkheimer, em uma escala telúrica, na constituição do esclarecimento⁴ convertido na coisificação das massas e na sociedade, em parte, alienada de sua realidade concreta, cuja qual envolve desde o empírico ao imaginário sobre os territórios tecnificados.

4 “A humanidade, cujas habilidades e conhecimentos se diferenciam com a divisão do trabalho, é ao mesmo tempo forçada a regredir a estágios antropologicamente mais primitivos, pois a persistência da dominação determina, com a facilitação técnica da existência, a fixação do instinto através de uma repressão mais forte. A fantasia atrofia-se. A desgraça não está em que os indivíduos tenham se atrasado relativamente à sociedade ou à sua produção material (...). *A maldição do progresso (técnico) irrefreável é a irrefreável regressão*” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 40-41).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, A. F. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre cidade e urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 129-136.
- ABREU, Irlane G. Geografia urbana: questões sobre sua natureza e seu objeto. In: CARLOS, A. F. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre cidade e urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 129-136.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOULLON, Roberto. *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru, Edusc, 2002.
- BRUNHES, Jean; DEFFONTAINES, Pierre. *La géographie humaine*. Paris: Alcan, 1934.
- CAPEL, Horacio. La definición de lo urbano. *Revista Estudios Geográficos*, Madrid, nº 138-139, 1975, p. 265-301.
- CAVACO, Carminda. Geografia e Turismo: exemplos, problemas e reflexões. *Revista Finisterra*, Vol 5, nº 10, Lisboa, 1970, p. 247-282.
- COSTA, Everaldo B. Contribuição à leitura interescolar do turismo: resgate aos princípios lógicos da Geografia. In: PORTUGUEZ, A. P; SEABRA, G; QUEIROZ, O. (Org.). *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa: EdUFPB, 2012, p. 156-166.
- COSTA, Everaldo B. *Totalidade urbana e totalidade-mundo – as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. São Paulo: DG/USP – Tese de Doutorado em Geografia– FFLCH, 2011.
- DERRUAU, Max. *Tratado de Geografia Humana*. Barcelona: Vicéns Vives, 1964.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. São Paulo: *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*, nº 24, 2003, p. 109-123.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo, Editora Roca, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política das cidades*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.
- SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. São Paulo: *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*, nº 19, p. 81-91, 2006.
- VASCONCELOS, Pedro A. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, A. F. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre cidade e urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 129-136.

Propuestas estratégicas para el fomento del turismo rural en Currais Novos/RN

Sidcley D'sordi Alves Alegrini da Silva¹

INTRODUCCIÓN

El turismo viene posicionándose como un fenómeno importante en los contextos económico, ambiental, social y cultural debido a su capacidad de desarrollo internacional, nacional, regional y municipal.

Surge una diversificación de segmentos turísticos, destacándose el turismo rural como una alternativa de creación de empleo y renta para las comunidades rurales, evitando la salida del hombre y la mujer del campo para los grandes centros urbanos.

El turismo rural, proporciona una valorización de la vida del campesino, garantizando el fomento sostenible de las zonas involucradas en esta práctica.

Al hilo de esta premisa es posible sugerir que las relaciones entre el turismo y lo rural están en pleno proceso de construcción y desarrollo. Esta investigación está basada en los estudios de Crosby (2009); Brasil (2007); Portugal (2006); Salles (2006); Mediano (2004); Rodrigues (2003); Gómez (2001); Graça (2001); Martínez (2000); Zimmermann (2000); Almeida (2000), entre otros.

Se utilizó un camino científico capaz de alcanzar el objetivo propuesto, a través de una metodología cuantitativa y cualitativa, técnicas de investigación como: cuestionarios, formularios y análisis de documentos.

Dado este hecho, el problema que generó esta investigación fue: ¿El escaso turismo rural en *Currais Novos* se da por la ausencia de recursos rurales

1 Doutor em turismo integral, interculturalidade e desenvolvimento sustentável, mestre internacional em turismo e bacharel em turismo. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (Campus de Natal, Departamento de Turismo) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

o por la ineficiencia del poder público en la formulación y realización de políticas públicas de desarrollo turístico rural para esta localidad?

Siendo así, se hace necesario realizar dos preguntas básicas: ¿están las comunidades locales dispuestas a pagar el precio del turismo?, y si la respuesta es afirmativa, la segunda pregunta es: ¿cuánto están dispuestas a pagar?, siendo necesario indicar cuáles son los límites aceptables en el cambio del sistema.

Objetivo General

Estudiar el turismo rural en *Currais Novos/RN*, su potencial y recursos/atractivos turísticos.

Objetivos Específicos

- Analizar la infraestructura para el desarrollo del turismo rural en *Currais Novos*.
- Investigar la capacidad técnica de los agentes públicos para el fomento del turismo rural en *Currais Novos*.
- Proponer directrices y estrategias de expansión para el turismo rural en *Currais Novos/RN*.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceptos y evolución del turismo rural

La diversificación de la oferta turística mundial viene presentando un gran crecimiento en el mercado global, esto provoca una revitalización de los segmentos turísticos, debido a las singularidades y a las características impares que cada uno posee, considerando así las peculiaridades de cada continente, país, estado o región.

El turismo rural se presenta como una alternativa de desarrollo económico, social y cultural para las comunidades involucradas con este segmento, valorando su patrimonio tangible e intangible a través de las actividades típicas del medio rural, evitando, en cierta medida, el éxodo rural, a través de la fijación del hombre en el medio rural, asegurando, la producción agrícola y la producción de bienes rurales para los centros urbanos.

El turismo rural, también a veces conocido o relacionado con el agroturismo, no puede, por sí solo, convertirse en una 'tabla de salvación' para la economía rural, pero sí, necesita presentarse como un valor agregado para este espacio, una vez que aporta, en su interior, la mejora de la calidad de vida de la comunidad local, generando renta y empleo en esta zona, contribuyendo, a un desarrollo general para el destino.

Hoy por hoy, existe una amplia variación de definiciones del turismo rural, así como de diversas corrientes de pensamiento científico, pero no es el objetivo de este estudio agotar esta temática, pero sí presentar caminos para una comprensión global del tema. Se presentan a continuación, algunas definiciones para este segmento de mercado, con el intento de contribuir a poder aclarar algunos aspectos epistemológicos y conceptuales, como son los siguientes:

Actividad multidisciplinaria que se realiza en el medio ambiente, fuera de áreas intensamente urbanizadas. Caracterizada por empresas turísticas de pequeño porte, que tienen en el uso de la tierra la actividad económica predominante, dirigida para las prácticas agrícolas y pecuarias (SILVA, 2000, p. 18).

El turismo rural se refiere a lugares en funcionamiento (haciendas o plantaciones) que complementan sus rendimientos con algunas actividades agrícolas- ofreciendo generalmente alojamientos², comidas y oportunidades de adquirir conocimientos respecto de las actividades agrícolas.

Ruschmann (2000) afirma que el turismo rural debe estar constituido en estructuras eminentemente rurales, de pequeña escala, al aire libre, proporcionando al visitante el contacto con la naturaleza, con la herencia cultural de las comunidades del campo y de las llamadas sociedades tradicionales.

Por otro lado, Zimmermann (2000) define turismo rural como un producto que atienda a la demanda de una clientela turística atraída por la producción y por el consumo de bienes y servicios en el ambiente rural productivo.

En el Turismo Rural, entendemos que existe una relación muy directa entre la actividad en el medio rural y el desarrollo local, donde las comunidades locales pueden incrementar y desarrollar soportes para las actividades turísticas sin suprimir la tradicional actividad agrícola y ganadera.

2 Para Martínez (2000) existen cinco tipologías básicas de alojamiento rural que son: casa rural; casa rural de alquiler; hotel rural; albergue o residencia rural y *camping* rural.

En este contexto, La Carta de Joinville (2004, p. 3 apud PORTUGUEZ, 2006, p. 10)³ define el turismo rural como:

Aquel que, desde el punto de vista geográfico, se desarrolla en el espacio rural; desde el punto de vista antropológico, ofrece al visitante la posibilidad de vivencias de la cultura rural; desde el punto de vista socioeconómico, representa un complemento a las actividades agropecuarias y, finalmente desde el punto de vista del imaginario, atiende a las expectativas de evasión de la rutina urbana y de realizar otras experiencias de vida.

Los conceptos anteriores, a veces inspirados en pensamientos complementarios y hasta dispares, surge el llamado ‘Nuevo Rural’, compuesto, según Silva y Del Grossi (2002) de tres grupos de actividades: agropecuaria moderna, basada en *commodities*⁴ e íntimamente relacionada a las agroindustrias; un conjunto de actividades no agrícolas, como vivienda, ocio y varias actividades industriales y de prestación de servicio; un conjunto de nuevas actividades agropecuarias, ubicadas en segmentos especiales de mercados.

Por eso, algunas cuestiones necesitan de aclaración para que se pueda entender el turismo rural de una forma más profunda como: Entender el uso de términos como área, espacio, zona y medio aplicado al rural; Conocer los criterios para delimitar el urbano y el rural e; Determinar y estudiar las características y las transformaciones del espacio rural.

3 Documento presentado durante el *IV Congreso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável* – CITURDES, entre los días 12 y 15 de mayo de 2004 que propone algunos puntos como: más investigaciones y orientación de los currículos en la academia para la temática del turismo rural; elaboración de una legislación específica para el turismo en el espacio rural; creación de unidades de conservación de uso sostenible; participación efectiva de la comunidad rural en la toma de decisiones; visualización del Turismo Rural - TR como una actividad complementaria (no substitutiva); establecimiento de prioridad para pequeñas y medianas empresas relacionados con la agricultura familiar; creación de un programa especial de obtención de crédito; creación de políticas públicas para el TR; respecto a la cultura rural; realización de un diagnóstico nacional del TR; participación de los tres niveles de gobierno (federal, estadual y municipal) en la planificación del TR; estructuración de una red en Latinoamérica para investigaciones al respecto del TR (PORTUGUEZ, 2006).

4 Todo bien que es producido en masa por el hombre o incluso del cual existen enormes cantidades disponibles en la naturaleza, que tiene un valor o utilidad y un muy bajo nivel de diferenciación o especialización.

Ante este debate, se observa, inicialmente, una dificultad de utilización de términos como Turismo en el Espacio Rural (TER), Turismo en las Zonas Rurales (TAR) y Turismo en la Zona y en el Medio Rural. En este último caso, la palabra ‘medio’ es aplicada a lo ‘rural’ como una referencia al ambiente típico de esta área y a su propio significado para el turismo. En una gran parte de la literatura turística, estas expresiones son utilizadas como sinónimos, sin una preocupación con el significado de los vocablos.

Otra discusión pertinente para este debate es la utilización de criterios que establezcan lo que es ‘rural’ y lo que es ‘urbano’. Tradicionalmente, la temática viene siendo delimitada por las actividades y funciones que las caracterizan, es decir, lo ‘urbano’ sería la ciudad que concentra funciones como la industria, servicios, viviendas, centro político y administrativo, centro financiero, etc. Mientras que lo ‘rural’ se caracteriza por espacios que desarrollan actividades de producción primaria, como la agricultura y la pecuaria. Es necesario decir, que existen áreas de transición entre lo urbano y lo rural, o sea, zonas intermedias, conocidas como ‘frangas urbanas’. Ante este contexto, el urbano puede invadir el rural o al revés, creando zonas de transición y así una dificultad elevada para poder distinguir los conceptos que tratamos de aclarar.

Los criterios de delimitación entre rural y urbano varían mucho y la diversidad viene siendo señalada como la principal dificultad para la realización de estudios comparativos en algunos países como Brasil, así como para el entendimiento de cuestiones relacionadas al conocimiento de los conceptos de rural y de urbano, su fomento y oportunidades, impactando directamente en la comprensión al respecto del turismo rural en una escala macro.

El turismo rural en Brasil: desarrollo y oportunidades

Es difícil definir con precisión el inicio del TR en Brasil, pero Novais (1994) apunta el inicio en la región serrana del departamento de *Santa Catarina* (Sur de Brasil), precisamente en el municipio de *Lages*, en 1984. La idea inicial era aprovechar la estructura existente en las haciendas para recibir turistas.

El turismo rural organizado en dicha zona, tuvo su génesis con la *Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas S.A.*, órgano oficial de turismo del municipio de *Lages*, creado con la finalidad de implantar acciones para el desarrollo de esta actividad. *Lages* ha tenido el mérito de organizar

y promover esa modalidad de turismo, confiriéndole personalidad y marca, cambiando el TR en un producto de marca conocido e imitado por otras regiones.

Con la pionera Hacienda *Pedras Brancas*, fueron incorporadas otras de la misma región serrana para el fomento del TR, como las haciendas: *Barreiro*, *Asa Verde*, *Ciclone do Boqueirão* y *Refúgio do Lago*.

Luego, el TR empieza su expansión por todo el departamento de *Santa Catarina*, basado en herencias culturales de la colonización europea, principalmente alemana, italiana, portuguesa y austriaca.

Actualmente, se observa un gran crecimiento del turismo rural en Brasil, debido a la diversidad rural y las dimensiones continentales del país. Bajo estos criterios las regiones sur, sudeste y centro-oeste presentan un gran potencial, en todos los Estados, para el desarrollo del TR, incluso con productos turísticos ya implantados. En las regiones noreste y norte del país, el turismo rural, todavía, aparece en puntos aislados, sin embargo, se sabe que hay posibilidades de desarrollo debido a las grandes extensiones territoriales rurales y la potencialidad de explotación rural de la fauna y flora locales.

En *Rio Grande de Norte - RN*, algunas acciones y programas ya están siendo implantados como, el *Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar - PNTRAF*, que apoya al agricultor familiar en el desarrollo de actividades de carácter turístico, a través de servicios turísticos (ocio, alimentación y hospedaje), siendo ofertado estos servicios para otros proyectos turísticos en la propia área rural, ampliando la comercialización de hoteles, bares, restaurantes y similares para la utilización del TR.

El programa tiene como principios básicos su desarrollo de forma asociativa y organizada, con la manutención del carácter complementario de los productos y servicios turísticos en relación a las actividades típicas de la agricultura familiar, contribuyendo en la rehabilitación del territorio rural, rescatando, la autoestima de los agricultores familiares y respetando los valores y especificidades regionales. (BRASIL/MDA, 2009)

Otra acción importante en RN es la *Rede de Turismo rural na agricultura familiar - RED TRAF*, se trata de un instrumento para promover las políticas del Ministerio de Desarrollo Agrario de Brasil - MDA para el turismo en la agricultura familiar. La articulación, en RN, es hecha a través de

una red, basada en temas transversales como el medioambiente, la cultura y la economía.

La *Confederação Brasileira de Atividades Esportivas Não Competitivas e Inclusão Social* – ANDA BRASIL, también posee actuación en RN. La confederación fue fundada en 17 de agosto de 2006 y es filiada al *Internationaler Volkssportverband* (una sociedad civil de carácter social, técnico, deportivo y de inclusión social), que trabaja con modalidades deportivas básicas como, el senderismo⁵, el *tracking*⁶, el *hiking*⁷, el cicloturismo, los deportes de aventuras no competitivos y el montañismo. (ABRATURR, 2009)

Ante este contexto, observamos en *Currais Novos*, zona de atención de este estudio, algunas acciones para la práctica del turismo rural que ya están en marcha. Con el apoyo del ayuntamiento y de la Consejería de Desarrollo Económico y turismo, las atenciones prioritarias han sido destinados a los eventos de naturaleza rural en la ciudad como:

- *Cactus Moto Fest* – se celebra en marzo, es un encuentro anual de motociclistas de todo país, realizado por el *Cactus Moto Clube* y cuenta con una estructura para conciertos, plaza de alimentación, moto paseo y confraternización entre los motociclistas.
- *Exponovos* – tradicional feria de ganado, atrayendo criadores y administradores de la creación de ganado. Este evento se realiza en fecha estratégica entre los meses de mayo y junio, involucrando, todavía, los siguientes eventos: Torneo lechero de bovinos y caprinos, Exposición de vacas lecheras y matrices, Exposición de reproductores, Tiendas de comidas típicas, Subasta agropecuario, Ponencias técnicas, Juzgamiento de razas bovinas, Rodeo (etapa noreste) y fiesta de la leche.
- *Festa do Agricultor* – evento tradicional durante la *Festa de Sant’Ana*⁸ que lleva a las calles diversas asociaciones rurales y centenas de agricultores

5 Es una actividad al aire libre que consiste en caminar en ambientes naturales, a menudo sobre rutas de senderismo.

6 Enduro de regularidad que consiste en un sendero preestablecido por una organización donde los integrantes de los equipos reciben una planilla conteniendo los trechos a ser seguidos, sus velocidades y distancias. La velocidad media se encuentra en metros por minuto y la distancia en metros. Existen también, Puestos de Control (PC’s), establecidos al azar entre los trechos, que son responsables por la verificación de la regularidad.

7 Caminada como actividad recreativa y/o deporte. Especialmente para quien es sedentario, se trata de un ejercicio natural que promueve el condicionamiento físico. Es económico, conveniente y no precisa de equipamientos especiales.

8 Celebración socio-religioso realizado en el período de 17 hasta 26 de junio, en homenaje a la protectora de *Currais Novos*.

que pasean por la ciudad a caballo o a pie para asistir a la celebración de la misa en homenaje a *Sant'Ana*.

- *Forrónovos* – desarrollado durante las fiestas juninas⁹, y cuenta con un concurso de *quadrilhas*¹⁰ de *Rio Grande do Norte* y de otros Estados, además de presentaciones de bandas de *forró*¹¹, comidas típicas, artesanía y caña.
- *Vaquejada* – evento que se realiza en julio y consiste en una práctica deportiva típica del noreste de Brasil, con la participación de vaqueros de todo el país, añadido de conciertos musicales.
- *Rally dos Sertões* – espectáculo competitivo que fue iniciado en 1991 solamente con motos. Actualmente, la competición reúne motos y vehículos 4x4, en un trayecto de aproximadamente 4.500 kilómetros, que se inicia en el interior del departamento de *Goiás* y tiene su llegada en la capital de *Rio Grande do Norte*, pasando incluso por el municipio de *Currais Novos*.

Desarrollo del turismo rural: estrategias, fundamentos y retos

El desarrollo del turismo rural, necesita estar dotado de una planificación turística y eficaz con el objetivo principal de afrontar los retos de ese segmento, ayudando a solucionar los principales problemas por los cuales podrá atravesar un determinado destino en las áreas rurales. Así, se tiene que ante la probabilidad de estancamiento de las actividades tradicionales rurales¹², existe la posibilidad del establecimiento de estrategias claves basadas en la diversificación de las actividades dominantes en el destino, así como la sustitución de algunas actividades dominantes, pero consideradas débiles, por otras más dinámicas.

9 Fiestas típicas de la región noreste de Brasil, en junio.

10 La 'quadrilha junina', *matuta* o *caipira* es una danza típica de las fiestas juninas (de junio), danzada, principalmente, en la región noreste de Brasil. Es originaria de viejas danzas populares de áreas rurales de Francia (Normandía) y de Inglaterra. Fue introducida en Brasil, más precisamente en *Rio de Janeiro*, posiblemente en 1820, por miembros de la elite imperial.

11 Es la danza practicada en las fiestas del noreste de Brasil, conocida también por *arrasta-pé*, *bate-chinela*, *fobó*, *forrobodó*. En el *forró*, varios ritmos musicales son mezclados como el *baião*, la *quadrilha*, el *xaxado*, que tienen influencias holandesas y el *xote*, que ha venido de Portugal. Son tocados, tradicionalmente, por tríos, compuestos de un *sanfoneiro* (tocador de acordeón), un *zabumbeiro* y un tocador de triángulo.

12 Se entiende por actividades rurales: crías de aves, porcinas, ovinas, caprinas, conejos, abejas, gusanos de seda, bovinos, equinos, peces, así como, actividades agrícolas diversas, biotecnología y otras (PEREIRA, 2004).

La estrategia de diversificación podría ayudar la economía local, haciéndola menos dependiente, más dinámica, plural y con una capacidad de resistencia ante los cambios coyunturales que puedan acontecer.

Las directrices del plan de desarrollo local del turismo implican distintos enfoques que conducen a situaciones diferentes. Por otro lado, si se plantea el desarrollo desde la perspectiva regional, se podrá fomentar el establecimiento de conexiones entre diversas zonas geográficas vecinas, es decir, el entorno necesita ser considerado en este plan, extendiéndose así, los beneficios positivos de la actividad turística en el medio rural y minimizando los impactos negativos (ALMEIDA y RIEDL, 2000). Con este enfoque la comunidad debe poseer una mayor participación, mejorando su calidad de vida e integrándose al proceso de forma sostenible.

Resumiendo Crosby (2009) apunta los siguientes fundamentos y retos para el desarrollo del turismo rural - DTR:

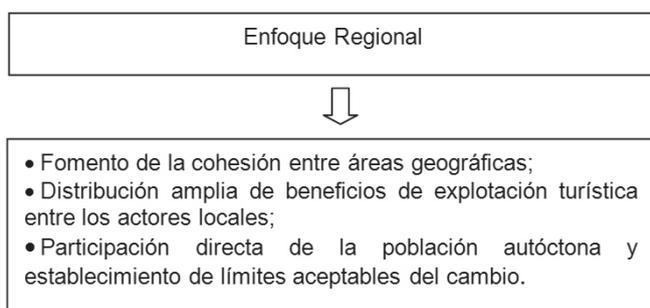


Figura 1 *DRT con enfoque regional* Fuente: Crosby (2009, p. 29)

Con base en la figura 1, observamos que el turismo rural necesita un enfoque regional, pues existe una variación muy considerable de las características generales de una zona con otra, además de las cuestiones del tamaño del territorio, que en muchos casos, presentan diferencias ambientales, sociales y culturales.

Para desarrollar el turismo rural de forma profesionalizada es necesario una planificación participativa, involucrando los diversos actores del proceso y escuchando la población autóctona, incluso incluyéndola en la toma de decisiones.

En una nueva óptica y enfoque, el turismo rural viene pasando por algunas reformulaciones estructurales componiendo un nuevo paradigma rural, bajo los siguientes parámetros (PROPIO AUTOR, 2011):

- Objetivos: competitividad de las áreas rurales, puestas de valor de los recursos locales y explotación de los recursos no utilizados.
- Sector clave: varios sectores de la economía rural (turismo, manufacturas, etc.).
- Principales instrumentos: inversiones.
- Actores clave: todos los niveles de gobierno (supranacional, nacional, regional y local); varios agentes locales (públicos, privados, ONG's).

Estos parámetros son orientados para el DTR, siendo necesario considerar las características de la demanda¹³ y la oferta rural¹⁴, indudablemente necesarias para la búsqueda de un mejor entendimiento de este sector de mercado y consecuentemente una mejor organización.

Currais Novos/RN: historia, fomento y tendencias

El turismo en *Rio Grande do Norte*, donde está ubicado el municipio de *Currais Novos*, es principalmente de sol y mar, generando presiones socioambientales en todo el territorio estatal. Con esta tendencia histórica, el turismo rural se presenta como una opción al desarrollo turístico local, enfocando una diversificación del producto turístico tradicional y la mejora de la calidad de vida de la población alejada de los principales centros urbanos del Estado.

El municipio de *Currais Novos*, ubicado en el interior del *Rio Grande do Norte*, surgió en pleno siglo del ganado, en el año 1.755, cuando el coronel *Cipriano Lopes Galvão*, llegó del municipio de *Igarassu*, en el Estado de *Pernambuco*, fijó su residencia en la hacienda *Totoró*¹⁵,

13 La demanda turística rural está relacionada con el flujo de personas, puede ser dividida: en real (las personas que realmente viajan, pues atienden simultáneamente a 3 elementos: el tiempo libre, la motivación y la renta) y potencial (los individuos potencialmente aptos para viajar) (HOLLOWAY, 2001)

14 La oferta turística rural es compuesta por: alojamientos rurales; transportes; las agencias en su vertiente receptiva y otros elementos similares; la oferta complementaria (actividades recreativas, oferta de restauración, oferta comercial, etc.) y los atractivos y recursos rurales. (MARTÍNEZ, 2000)

15 *Totoró* o *Tororó* es una palabra de origen indígena y significa 'lugar donde se encuentra agua', un lugar rocoso, drenado por varios riachos, pequeños ríos y lagunas, enriquecido por el Río *Totoró*. La localidad también es conocida por el Pico *Totoró*, una elevación de 615 metros de altitud, configurándose como punto más alto del municipio de *Currais Novos* (SOUZA, 2008).

permaneciendo en esta localidad hasta su muerte en el año 1.764 (SOUZA, 2008).

La expansión de la actividad pecuaria por el semiárido de Brasil ha hecho surgir muchos poblados e infinidad de ferias, que más adelante originaron ciudades como, por ejemplo, *Currais Novos/RN* y en el siglo XVIII abasteció la minería (FERREIRA, 1995).

Separado y dividido del municipio de *Acarí*, el día 15 de octubre de 1890, el municipio de *Currais Novos* tuvo su sede oficial, en la Villa de *Currais Novos*, convirtiéndose en ciudad el día 29 de noviembre del año 1.920. (FERREIRA, 1995)

El área municipal de *Currais Novos*, tiene una amplia extensión y cuenta con más de 864 km², con una población de 43.315 habitantes, de los que 5.262 habitantes pertenecen a las zonas rurales, distribuidos en 703 propiedades rurales oficiales, que están catalogadas en el municipio. La ciudad de *Currais Novos* está constituida de 2 planos topográficos, contemplando un total de 13 barrios, 449 calles y algunas avenidas. (IBGE, 2009).

Según el Mapa 1, es posible comprobar que son vecinos del municipio de *Currais Novos*: *Lagoa Nova*, a 53 km; *Cerro Corrá*, a 35 km (norte); Estado de *Paraíba* (sur); *São Tomé*, a 78 km; *Campo Redondo*, a 46 km (leste); *São Vicente*, a 20 km. y *Acarí*, a 27 km (oeste) (IBGE, 2009).

Hablando de economía, RN se destaca en el escenario nacional, como el mayor productor de sal, *diatomita*¹⁶, *scheelita*¹⁷, petróleo en tierra y todavía presenta una posición de importancia en la producción de *feldespatos*¹⁸, *caolín*¹⁹, *tantalita*²⁰, *columbita*²¹ y piedras preciosas.

16 Roca sedimentaria.

17 *Scheelita* o *xelita* es un mineral relacionado al tungsteno natural de calcio, se encuentra, generalmente, en las pegmatitas de graníticos y está asociado a molibdenita, piritita, granada y otras, constituyendo en el mineral de tungsteno. Es materia prima de inúmeros productos industriales como: industria mecánica (herramientas y equipos de operación como limas, tijeras, sierras de metal, punciones, corta hilos, perforadores, matrices, estampadores, laminas de cuchillo, navajas, lamina de reloj, espejos, agujas de fonógrafos, pesos padrones, cuerda de instrumentos musicales y otros); industria bélica (revestimiento de cañones de las armas de fuego, proyectéis, cascos de navíos); industria eléctrica (filamentos de lámparas, emisoras termoiónicas, microscopio electrónico, reguladores de voltaje y resistencia, etc.); industria óptica (hilos para los residuos de teodolitos y telescopio); industria automovilista y aeronáutica (válvulas, tubos de escape de motores y explosión, aviones a reacción y velas); industria química (colorantes de vidrio y cerámica de porcelana, tintas de impresión, papel, etc.) (SOUZA, 2008).

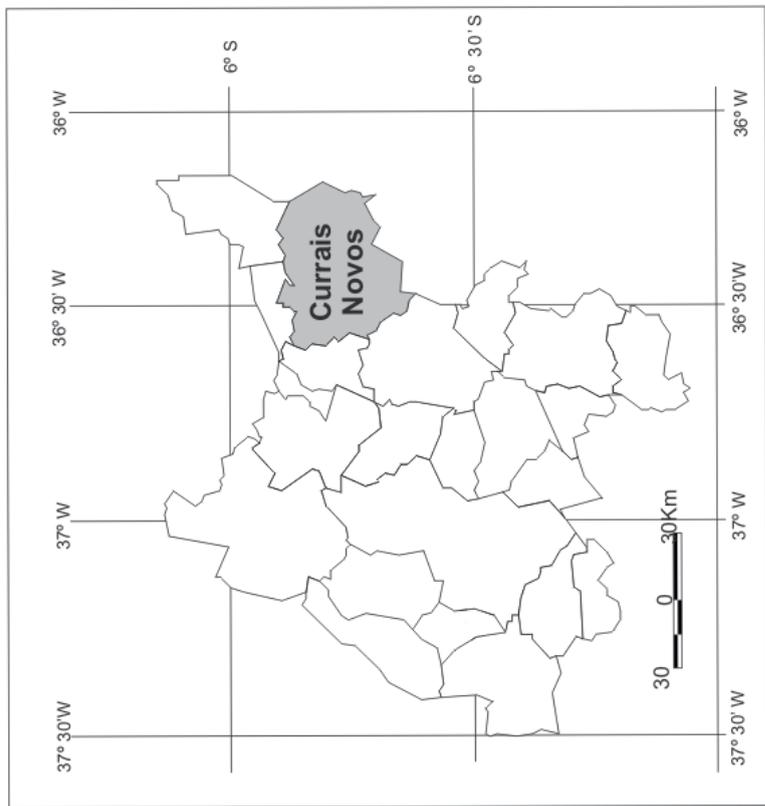
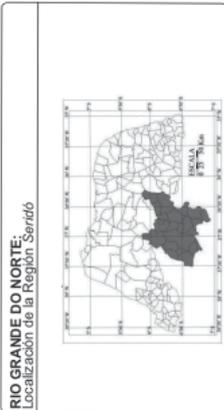
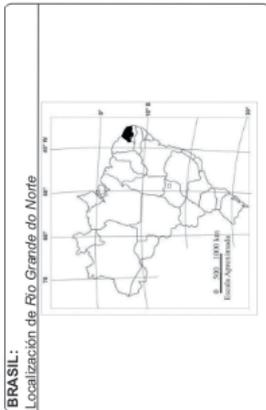
18 Constituyente fundamentalmente de las rocas ígneas aunque puede encontrarse en cualquier otro tipo de roca.

19 Es una arcilla blanca muy pura que se utiliza para la fabricación de porcelanas y de aprestos para almidonar.

20 Mineral negro o pardo y bastante pesado.

21 Mineral del grupo IV (óxidos).

Título: Mapa 01 : Localización de Currais Novos/RN



Ficha Técnica
Mapa confeccionado con base en IBGE (1998).

 Apoio:	Autor: Sidley D'sordi A. da Silva Dirección de Tesis (Dirección de Investigación)	Autor: Sidley D'sordi A. da Silva Dirección de Tesis (Dirección de Investigación)
	Dr. Antonio González Molina Dr. Francisco Fransuado de Azevedo Dr. José Hernández Moreno	Título: Documento de Trabajo Año: 01/2010 Página: 01

Con relación a la *sheelita*, el mineral fue producido a gran escala, en Brasil, durante el periodo del año 1942 hasta el año 1954, empezando la producción de *Currais Novos* en el año 1954 de forma organizada y sistemática, surgiendo, entonces, la *Mina Brejuí*, como la primera mina de *sheelita* de RN. (SILVA, 2006)

MATERIALES Y MÉTODO

Metodología

Esta investigación está caracterizada por la utilización de una metodología cuantitativa y cualitativa, que trabajó con datos cualitativos en los cuestionarios y cuantitativos en el análisis de los documentos.

El uso de los cuestionarios facilitó alcanzar los objetivos marcados por la investigación desarrollada y determinó las propiedades rurales que serían estudiadas en el municipio de *Currais Novos*, facilitando la producción de registros descriptivos del fenómeno investigado.

Con esto, el trabajo de campo, que suministró los principales datos para este estudio, se caracterizó por ser exploratorio y descriptivo. Siendo así, la utilización de la epistemología fue fundamental en el proceso, una vez que se trabajó, durante esta investigación, con dos polos de producción del conocimiento, es decir, el sujeto (científico) y el objeto (la realidad que se deseaba conocer). Así se visualizó el papel fundamental del científico (autor) en este proceso, pues fue él el elemento central para la comprensión de la ciencia, de sus implicaciones y desdoblamientos.

Población y muestra

El municipio de *Currais Novos* tiene una área considerable de zonas rurales, típica de ciudades ubicadas en el noreste de Brasil y consecuentemente en el departamento de *Rio Grande do Norte*.

Por esto decidimos estudiar, en esta investigación, la zona rural del municipio, que comprende una población de 703 propiedades rurales oficializadas por el INCRA (2008).

Este estudio es fundamental para la comprensión de las posibilidades de fomento del turismo rural en el municipio investigado, visto que la población rural podría utilizar sus recursos naturales, culturales e históricos para la

implantación y/o consolidación de un turismo sostenible en la zona, garantizando la fijación del hombre en el campo, disminuyendo el éxodo rural.

La muestra utilizada por esta investigación fue calculada basándose en los estudios presentados por Martins (1992), a través de la siguiente fórmula estadística para investigaciones con población heterogénea:

$$n = \frac{Z^2 * \hat{p} * \hat{q} * N}{d^2 * (N - 1) + Z^2 * \hat{p} * \hat{q}}$$

Según esta fórmula, los distintos aspectos son:

- (n) = determinación del tamaño de la muestra.
- N = tamaño de la población.
- Z = abscisa de la distribución normal padrón.

Entonces, para el nivel de confianza de la muestra de 95%, Z = 1,96.

- p = estimativa de proporción.
- q = 1 - p.

Cuando no hay posibilidad de prever el valor de p, se admite p = 0,50, consecuentemente, q = 0,50.

- d = error de muestreo en decimales.

Para el caso considerado en este trabajo, d = 5% = 0,05.

Por lo tanto, considerando que la variable elegida es nominal u ordinal y la población es finita, se tiene:

Nivel de confianza de 95% y error de muestreo de 10% Población heterogénea: p = 0,50 y q = 0,50			
Población (N)	Muestra (n)	Muestra	% Población
703	84,60	85	12%

Tabla 1 – *Muestra probabilística de las propiedades rurales en Currais Novos*. Fuente: Investigación de campo (2009).

Para que este estudio tuviese una viabilidad técnica decidimos no ampliar la muestra, una vez que no había posibilidad estructural de estudiar más propiedades rurales debido a la gran extensión del territorio rural del municipio de *Currais Novos*, las largas distancias identificadas entre las casas rurales y la limitación de recursos financieros para esta investigación. Sugerimos, entonces, que en próximos estudios, las propiedades no sondeadas por este trabajo sean contempladas, con el objetivo de ampliar el entendimiento del turismo rural en el municipio.

Método y técnicas utilizadas en la investigación

El método utilizado por esta investigación fue el hipotético-deductivo, que permitió la observación del fenómeno turístico y rural en el municipio de *Curraís Novos*, a través de la creación de una hipótesis para explicar dicho fenómeno, la deducción de consecuencias y la comprobación de la verdad.

Para fundamentar el método científico y subsidiar el análisis de los resultados de este estudio fueron utilizadas algunas técnicas de investigación como, un ensayo del Inventario Turístico²² – INVITUR de la zona rural de *Curraís Novos*, a través de los formularios confeccionados por el Ministerio de Turismo de Brasil - MTur, siendo los resultados obtenidos cruzados con los cuestionarios aplicados a los propietarios rurales del municipio y al ayuntamiento de *Curraís Novos*.

Con relación al cuestionario orientado a los propietarios rurales fue realizado un pre-test para verificar la eficacia y operatividad del cuestionario. Para esto, fueron utilizados 5 (cinco) propiedades rurales, elegidas con base en el potencial turístico y rural de las fincas. Con esto, fue identificada una dificultad de responder algunas cuestiones propuestas en el cuestionario, formuladas, inicialmente, con algunas preguntas abiertas. Debido esta dificultad, el cuestionario fue reformulado y se optó por utilizar variables cualitativas nominales (dicotómicas o policotómicas), siendo así, subsanadas integralmente las dificultades de contestación.

Con relación al cuestionario destinado al ayuntamiento de la ciudad investigada no fue identificada ninguna dificultad de contestación, por parte de la Consejería de Turismo del municipio, referentes a las preguntas abiertas y cerradas formuladas, por esto este cuestionario no sufrió modificaciones.

Para poder ordenar el proceso de investigación y análisis de los datos de este estudio, fueron utilizadas, también, como técnica, el análisis de documentos. Conforme Lakatos y Marconi (2001), el primer paso para la realización de cualquier investigación científica es la recolección de datos a través de análisis de documentos (fuentes secundarias).

²² El inventario turístico permite un entendimiento de la oferta turística local, a través de informaciones totales del área estudiada.

RESULTADOS Y PROPUESTAS

Las posibilidades de fomento del turismo rural en turismo en Currais Novos

Utilizando un parámetro de análisis, a través del cruzamiento de datos obtenidos de la cuestión (finalidad de la propiedad) con el bloque turístico del cuestionario destinado a los propietarios rurales, constatamos (Tabla 2), que de las 5 casas rurales del municipio investigado, 1 (20%) tiene como finalidad de sus negocios la actividad de ocio, 1 (20%) tiene como principal finalidad la producción primaria (PP), 1 (20%) trabaja específicamente con el turismo y 2 (40%) desarrollan todas las finalidades económicas citadas anteriormente. Con esto, concluimos que el turismo, podría ser un elemento clave para el fomento económico de estas casas rurales, incluso utilizando todo el potencial agrícola y pecuario de la región. Bajo esta óptica, corroboramos con el pensamiento de que cuando se implanta la actividad turística rural ocurren ganancias financieras y una consecuente generación de empleo en la propiedad rural.

Otro punto importante de análisis, en la Tabla 2, es que 100% de las propiedades que no desarrollaban la actividad turística, en el municipio investigado, se dedican prioritariamente a la producción primaria (PP), olvidándose y/o no teniendo deseo de explotar otros segmentos económicos como alternativa de renta y ampliación de los negocios rurales. Bajo esta característica, verificamos una falta de instrucción profesional de los propietarios rurales con relación a los beneficios del turismo rural. Para cambiar este escenario, entendemos que sería necesario un conjunto de acciones públicas claras, que despertase el deseo de los productores rurales en explotar, por ejemplo, las actividades de naturaleza turística y rural como una alternativa de ampliación financiera de los negocios en la zona investigada.

			Finalidad de la propiedad				Total
			1 Ocio	2 PP	3 Turismo	4 Todas	
Desarrolla alguna actividad turística	1 (Si)	Count % within Desarrollo de actividad turística	1 20,0%	1 20,0%	1 20,0%	2 40,0%	5 100,0%
	2 (No)	Count % within Desarrollo de actividad turística	0 0%	80 100,0%	0 0%	0 0%	80 100,0%
Total			1 1,2%	81 95,3%	1 1,2%	2 2,4%	85 100,0%

Tabla 2 *Desarrollo de alguna actividad turística/Finalidad de la propiedad.* Fuente: Investigación de Campo (2010). Nota: Confeccionado con base en *Crosstabulation* – SPSS, 17.0

Con esto, se piensa, que sería necesario la elaboración de una plan de marketing, que identifique el perfil de los visitantes reales y potenciales y sus principales motivaciones rurales, en el municipio de *Currais Novos*, identificando, entre otros factores, su origen, deseos y necesidades, una vez que se reconoce (gráfico 1) que la actividad turística en *Currais Novos* es considerada un elemento clave (89%) para el desarrollo del municipio estudiado.

Delante del presentado es de fundamental importancia utilizar de la planificación turística como elemento estratégico para el desarrollo turístico rural en el municipio estudiado, con esto, un camino interesante, bajo nuestra visión, es la elaboración de directrices y estrategias de fomento, sugerencias que serán visualizadas a continuación.

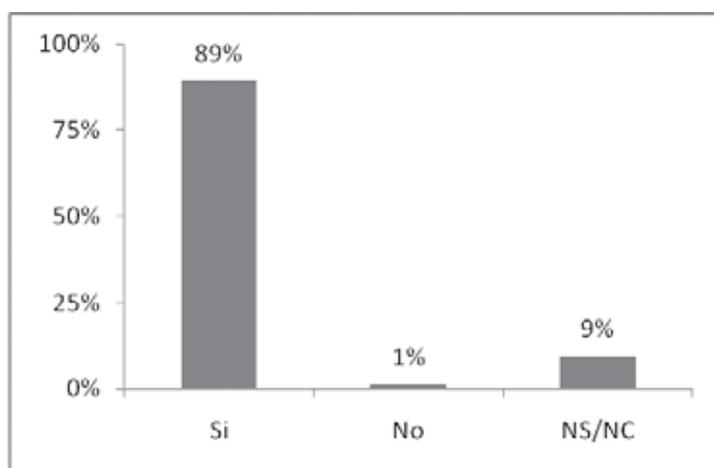


Gráfico 1 El turismo como elemento clave para el fomento del municipio de Currais Novos
Fuente: Investigación de campo (2009).

Propuesta para el desarrollo del turismo rural en Currais Novos/RN

Con esta subsección es posible confirmar la hipótesis construida en la parte inicial de este estudio, es decir, el municipio de *Currais Novos* posee potencial para el desarrollo del turismo rural, sin embargo, faltan políticas públicas para el fomento de este segmento de mercado. Con esto pensamos que sean necesarios un conjunto de directrices y estrategias de fomento turístico y rural.

Por lo tanto, según el estudio, la propuesta para el fomento del turismo rural en el municipio de *Currais Novos*, deberá estar basada en 7 (siete) directrices generales, mientras sean directrices de un nivel general, no agotan la

temática, pues las cuestiones rurales son muy subjetivas y obviamente modificables de tiempos en tiempos.

Este conjunto de directrices y estrategias fueran producidas por el autor de esta investigación y apoyado en la investigación de campo fomentada y en los estudios de Brasil (2007) y de la Carta de *Santa Maria*, configurándose como producto y/o resultado de la investigación realizada, a través de los cuestionarios aplicados, de los formularios planteados y también de un conocimiento profundo de la zona y de la localidad estudiada.

Con el objetivo de un entendimiento más perspicaz será señalada cada directriz y sus respectivas estrategias de manera aislada, mientras se sepa que todas están íntimamente relacionadas.

Directriz 1 – Ordenamiento turístico y rural: esta directriz intenta adecuar y establecer normas, criterios y procedimientos técnicos capaces de fomentar la actividad turística en el medio rural en *Currais Novos*.

Estrategias:

- Identificar la legislación pertinente en Brasil, en RN y en *Currais Novos* que puedan componer los aspectos sanitarios, de trabajo, ambientales, culturales, comerciales, de seguridad social, turísticos, tributarios, de fincas y agrícolas en los niveles federal, estatal y municipal, desarrollando estudios competitivos de estas legislaciones y utilizando profesionales expertos en el tema, promoviendo, así, una discusión intersectorial e institucional entre los sectores, actividades, asociaciones e instituciones involucradas directa o indirectamente con el turismo rural.
- Establecer normas, reglas y procedimientos específicos a la prestación de servicios de naturaleza rural en equipos, productos y servicios, con el objetivo de proporcionar seguridad al consumidor, eliminando conflictos legales y asegurando la calidad y competición.
- Relación, clasificación y registro de los servicios rurales del municipio, bajo la tutela del gobierno municipal, la elevación de la calidad de los productos ofertados y el ordenamiento del sector.
- Identificación de la demanda, a través del establecimiento de sus necesidades primarias y secundarias, subsidiando la edificación del producto turístico local, con énfasis en la sostenibilidad.

Directriz 2 – Información y comunicación: producir, disponer y diseminar informaciones que orienten la planificación, gestión y la promoción de la actividad turística rural en *Currais Novos*.

Estrategias:

- Fomentar la producción y disseminación del conocimiento, a través de la investigación e interacción de diversas áreas de estudio, aplicándose nuevas tecnologías y una aproximación entre el área académica y la realidad rural local.
- Creación y ofrecimiento de una red de información de los principales atractivos, recursos y potencial rural de *Currais Novos*, en medios adecuados.
- Implantación del Observatorio del Turismo, con el objetivo de verificar lo que se pasa, del punto de vista turístico, localmente y en RN.
- Fortalecimiento del turismo rural en *Currais Novos*, a través de discusiones al respecto del tema, presentando casos de éxito y problemas enfrentados en las más diversas esferas de actuación del segmento.

Directriz 3 – Articulación: estimular y promover la cooperación en el proceso de desarrollo y fortalecimiento de la actividad rural en *Currais Novos*.

Estrategias:

- Incentivar la creación de fóruns, asociaciones, comisiones o similares para la discusión de temas relacionados al turismo rural en el municipio, con vistas a una representatividad municipal, estatal y quizás nacional, que genere propuestas de mejora del segmento y que sean encaminadas a los poderes competentes del Estado, es decir, ejecutivo, legislativo y judicial.
- Estímulo a la creación y fortalecimiento de instituciones y entidades representativas del turismo rural, produciendo un trabajo en conjunto y de fuerte unión, pues sólo así será posible prestar asistencia, orientar, inspeccionar, acompañar y disseminar nuevas tecnologías e informaciones.
- Establecimiento de acuerdos, sociedades y convenios intersectoriales e interinstitucionales. Las sociedades, intercambios de experiencias y la unión de recursos de las instituciones involucradas en el proceso, pueden garantizar la viabilidad de planes, programas y proyectos turísticos de naturaleza rural en *Currais Novos*.

Directriz 4 – Incentivo: viabilizar y disponer de recursos procurando la implantación, adecuación y mejora de la infraestructura, productos y servicios en el municipio *curraisnovense*.

Estrategias:

- Identificación de fuentes de cooperación técnica y captación financiera nacional y quizá internacional.
- Negociación de créditos con intereses y plazos específicos para el financiamiento de promociones de naturaleza turística y rural, a través de agentes y entidades financieras, con líneas especiales de crédito para el fomento del turismo rural, incluso simplificando este proceso de captación de los recursos financieros.
- Captación de recursos financieros de mejora de la infraestructura rural destinado al sector público y privado, con el objetivo de viabilizar el desarrollo del turismo rural, así como atraer nuevas inversiones para el segmento.
- Apoyo y fomento de las iniciativas de pequeños y micro emprendedores rurales que objetiven la estructuración y consolidación de sus negocios turísticos, desde que sean técnicamente viables del punto de vista de mercado.
- Promoción y comercialización de rutas, productos y servicios turísticos rurales, planificados y desarrollados de forma integrada y regionalizada, asegurando incluso la capacidad de soporte de los ecosistemas rurales, como elemento imprescindible para la preservación de los patrimonios naturales y culturales del municipio, siendo garantizado una atención personalizada y familiar a los visitantes.
- Creación de normas, certificaciones e instrucciones específicas para la comercialización de productos, servicios y rutas de turismo rural en *Currais Novos*, que procuren la calidad de la oferta turística.

Directriz 5 – Capacitación: preparar los agentes y actores involucrados con la praxis del turismo rural en *Currais Novos*, con el objetivo de ofertar un producto turístico de calidad.

Estrategias:

- Identificación de distintas necesidades de capacitación en las promociones turísticas rurales y de la comunidad, verificando las habilidades y competencias de cada función en el abanico productivo local.
- Evaluación de los programas, metodologías y sociedades buscando la unión, adecuación e implantación en conjunto de las acciones estratégicas de turismo rural, teniendo por objetivo evitar sobreposiciones.

- Elaboración conjunta de políticas, programas, planes y proyectos específicos de profesionalización para el turismo rural en el municipio.
- Promoción de cursos de calificación y perfeccionamiento profesional en consonancia con las nuevas tendencias, técnicas y tecnologías del mercado turístico rural, dando especial atención a la mujer, a los jóvenes, a los jubilados, a los asentados, a los minusválidos y al agricultor familiar.
- Apoyo y promoción de eventos locales, regionales y quizá nacionales, buscando el perfeccionamiento técnico y el establecimiento de nuevas sociedades con el municipio.

Directriz 6 – Participación de la comunidad local: motivar e involucrar la comunidad local de *Currais Novos*, de forma participativa, en relación a los beneficios del turismo rural, ordenando, integrando y valorando los talentos locales.

Estrategias:

- Identificación de los territorios con vocación para el turismo rural en *Currais Novos*.
- Promoción de encuentros e intercambios cuidando para que la comunidad sea involucrada, así como promover el intercambio de experiencias, verificando, además, los puntos positivos y negativos de complementación del turismo rural en el municipio.
- Planificación del desarrollo territorial de forma integrada, participativa y con base local, valorando las necesidades y características de la población autóctona y del territorio, siendo necesario, para este hecho, la presencia de técnicos y expertos para minimizar posibles errores de planificación.

Directriz 7 – Infraestructura: adecuar e implantar infraestructuras básica y turística en el medio rural, de forma integrada al medioambiente y a las características sociales y culturales de *Currais Novos*.

Estrategias:

- Mapa del municipio de *Currais Novos* para la identificación de necesidades de infraestructuras para el fomento del turismo rural, considerando sus características y necesidades, a través de acciones dirigidas a la planificación local y regional.

- Identificación de responsabilidades y jurisdicción de los sectores público y privado, enfatizando la responsabilidad de cada uno en el proceso, así como la necesidad de integración entre estos sectores, con el objetivo de evitar duplicidad de acciones en el municipio.
- Implantación de infraestructura, de forma articulada, entre los sectores público, privado, asociaciones y comunidad, a través de negociaciones de propuestas y proyectos presentados a las entidades de gobierno competentes, considerando la valorización de las características del territorio *curraisnovense*.

Ante las directrices estratégicas expuestas, es posible establecer y dibujar las consideraciones finales, con la intención de generar nuevas investigaciones e inquietudes científicas en próximas investigaciones de turismo rural en el municipio de *Currais Novos*.

CONSIDERACIONES FINALES

El turismo es un fenómeno que incide sobre la sociedad y el medioambiente, lo que determina, una urgencia en el sentido de que se tome conciencia de la complejidad de la actividad turística, percibiendo su papel ambivalente en dirección al desarrollo sostenible y especialmente a la busca de informaciones de sus propios peligros, para que nuevos caminos puedan ser identificados y se conduzcan buenas prácticas para el fomento del fenómeno turístico, basado en la sostenibilidad ambiental, social, cultural y económica.

Durante este estudio fueron contestadas todas las cuestiones de investigación planteadas por este estudio es decir:

- El turismo rural se desarrolla en *Currais Novos*, de forma incipiente, en los niveles estatal y municipal, principalmente por falta de inversiones financieras.
- La ausencia de infraestructura urbana y turística impiden sobremanera el fomento de la actividad turística y rural, una vez que no hay turismo sin infraestructura.
- El municipio estudiado presenta una gran cantidad de atractivos/recursos de naturaleza ambiental, cultural y social en las zonas rurales, que bien planificados podrían garantizar un flujo turístico para la ciudad.
- Existe una deficiencia de la capacidad técnica del poder público con relación al conocimiento técnico, gestión e implementación del turismo

rural en *Currais Novos*, este aspecto impide, *a priori*, una planificación sostenible de la actividad.

Siendo así, podremos concluir que:

- a) Hay una necesidad de un plan turístico y estratégico en las zonas rurales de *Currais Novos*, que deberá ser implantado urgentemente (políticas públicas eficaces), pues se piensa que el municipio no soportará las presiones desencadenadas por una posible urbanización rural y turística y el consecuente aumento del número de visitantes/turistas para la zona.
- b) Existe una necesidad de un mayor compromiso de las entidades públicas municipal, estatal y federal (con acciones referentes al uso y al manejo de las zonas rurales).
- c) Las entidades privadas son fundamentales en el fomento del turismo rural, pues auxilian para afrontar los problemas ambientales y sociales, como: la prohibición de modelos turísticos no sostenibles, adaptación de los equipos a la protección del medioambiente, el combate al comercio de drogas, de la marginalidad, entre otros.
- d) El papel de la población autóctona es importante, pues es ella que irá reivindicar mejoras en el bienestar social, económico y ambiental en nivel local.
- e) Es importante implantar las directrices y estrategias sugeridas en este estudio, con el objetivo de crear una atmósfera orientada para una futura planificación estratégica y sostenible del turismo rural en *Currais Novos*.
- f) Es fundamental valorar las actividades primarias como la agricultura y la pecuaria, con vistas a la manutención alimentaria de la población rural y al uso de las actividades primarias como atractivo para el turismo rural en el municipio investigado.
- g) La capacitación de la mano de obra operacional y de la gestión del turismo son elementos claves para el futuro del turismo rural en *Currais Novos*.

Con toda esta temática es posible presentar a los visitantes/turistas reales y potenciales, del municipio investigado por esta investigación, caso sean implantadas las acciones sugeridas por este estudio, un producto turístico de mejor nivel para visitantes/turistas de todos los niveles, garantizando experiencias turísticas de calidad y concatenadas con las tendencias del turismo moderno.

REFERENCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL – ABRATURR. *ANDA BRASIL*. Disponible en: <<http://www.abraturr.org.br>>. Acceso en: 20 Diciembre 2009.
- ALMEIDA, Anécio Joaquim, RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e entretenimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- BRASIL. Ministerio do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF*. Disponible en: <<http://www.mda.gov.br>>. Acceso en: 12 Diciembre 2009.
- _____. Ministerio do Turismo. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. Brasília: MTUR, 2007.
- CROSBY, Arturo, et al. *Re-inventando el turismo rural: gestión y desarrollo*. Barcelona: LAERTES, 2009.
- FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. 17.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- GÓMEZ, Venancio Bote. *Turismo en espacio rural: rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía social*. 2. ed. Madrid: Editorial Popular, 2001.
- GRAÇA, Joaquim. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001.
- HOLLOWAY, J. Christopher. *The business of tourism*. New York: Longman, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Dados estatísticos dos municípios brasileiros*. Disponible en: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acceso en: 11 Marzo 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Dados das propriedades rurais no Brasil*. <<http://www.incra.gov.br>>. Acceso en: 15 julio 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTÍNEZ, Francisco Juan, MONZONÍS, Javier Solsona. *Alojamiento turístico rural: gestión y comercialización*. Madrid: Síntesis, 2000.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias*. São Paulo: Atlas, 1992.
- MEDIANO, Serrano L. *Gestión de marketing en el turismo rural*. Madrid: Pearson Educación S. A, 2004.
- PORTUGUEZ, Anderson, et al. *Turismo no espaço rural*. São Paulo: Roca, 2006.
- PEREIRA, Milton Fischer. *Construções rurais*. São Paulo: Nobel, 2004.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RUSHMANN, Doris Van de Menezes. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 6. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo)
- SALLES, Mércia G. *Turismo rural: inventário turístico no meio rural*. 2. ed. Campinas/SP: Alínea, 2006.

- SILVA, Eldio Pinto da. *Turismo Cultural em Currais Novos*. Currais Novos/RN: monografia de conclusão de curso - UFRN, 2006.
- SILVA, Graziano da; DEL GROSÍ, Mauro Eduardo. *O novo rural brasileiro*. Disponible en: <<http://www.eco.unicamp.br/projetourbano.htm>>. Acceso en: 12 Noviembre 2002.
- SILVA, Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anésio (org), et al. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. 2.ed. Campinas-SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo)
- SOUZA, Joabel Rodrigues de. *Totoró, berço de Currais Novos*. Natal/RN: EDUFRN, 2008.
- ZIMMERMANN, Adonis. *Turismo Rural: um modelo brasileiro*. Florianópolis: Ed. do autor, 2000.

Uso das tecnologias de informação e comunicação para promoção do turismo: caso da área urbana do município de Inhambane

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo²³
Gouveia Dramane Sumale²⁴

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade socioeconômica que tem estado a ganhar protagonismo em Moçambique, principalmente depois do fim do conflito interno em 1992. O potencial turístico do país tem estado a contribuir para que o número de visitantes e investidores no sector cresça a cada ano, contribuindo assim para que ocorram ganhos económicos e sociais favoráveis aos intervenientes, diretos e indiretos, do sector, nomeadamente: comunidades locais, instituições do Estado, agentes económicos e comerciais, entre outros. A nível internacional e nacional, o turismo tem estado a ocupar posições de destaque em termos de posicionamento dos sectores económicos. Em Moçambique entre 2004 e 2009 o sector sempre esteve posicionado nas três posições em termos de investimentos e mão-de-obra empregada, facto que mostra que este sector possui atributos que o ajudam a contribuir no desenvolvimento local. O município de I'bane (MI) é um dos destinos turísticos em Moçambique que recebeu investimentos turísticos e possui grande diversidade de recursos turísticos que o ajudam na captação de considerável percentagem de turistas da demanda total internacional e nacional. As praias, o clima da região, a facilidade para prática do mergulho e safaris oceânicos aliados ao seu património histórico-cultural constituem as motivações das viagens e têm trazido número considerável de turistas e investimentos a este município. Os investimentos

23 Mestre em Planeamento e Gestão Ambiental- Universidade Eduardo Mondlane-Escola Superior de Hotelaria e Turismo de I'bane. E-mail: helazevedo@uem.mz

24 Licenciado em Turismo – Orientação em Planeamento Turístico. Universidade Eduardo Mondlane - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de I'bane.
E-mail: gouveia.dramane@uem.mz

deste sector contribuem para criação de empregos e apoiam o desenvolvimento humano e económico do município especificamente e do país em geral.

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (2003, p. 18) por sua natureza, o turismo é uma atividade realizada por “pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”. Estas viagens descritas pela OMT (2003) no conceito de turismo citado não objetivam a busca por um produto material palpável mas sim um produto intangível que segundo Barrio (1971) apud Beni (2002, p.79) resultam de motivações psicológicas determinadas por um “conjunto de variáveis que os psicólogos chamam de visuais, auditivas, apetitivas ou tendências nas quais se incluem os interesses, temores, desejos, nostalgias, afetos, ódios, fobias, amores, fome e necessidades”. Estas deslocações ocorrem em virtude de motivações diversas que somente são despertadas no turista por algum mecanismo de informação e comunicação que promova o destino turístico, isto é, para que o turista saia de sua residência habitual durante um período de tempo determinado, ele deve conhecer as características do local a ser visitado para que prepare a viagem de modo a fazer com que suas motivações sejam satisfeitas/atendidas. O conhecimento do destino pelo turista ou potencial investidor dá-se por meio de canais de informação e comunicação que divulgam/promovem o potencial, os atrativos e produtos turísticos, a infraestrutura básica e turística e os serviços turísticos do local a ser visitado, isto é, esses conhecimentos produzem descolamentos quando os turistas ou investidores, por algum canal, se deparam com informações do destino a ser visitado ou investido. A disponibilidade de informações atualizadas para planificar as viagens e bem como adquirir ou investir em serviços de hospedagem, restauração, entretenimento e outros, contribuem para que o visitante/investidor planifique suas viagens e escolha destinos mediante pesquisas das opções de locais a visitar/investir.

Atualmente, vive-se a época da sociedade da informação, onde as TIC'S apresentam-se cada vez mais difundidas e acessíveis, facto que, primeiro, torna qualquer parte do planeta mais próxima de quem a pesquisa ou a quer conhecer e depois porque facilita a comunicação entre as pessoas, dada a sua rapidez e abrangência. Bissoli (1999, p. 55) aborda que o avanço das TIC's não tem volta e que o sector do turismo “estará cada vez mais vinculado a estas, pois permitem melhorar a prestação de serviços, reduzir custos, incrementar a produtividade e melhorar a qualidade do atendimento”.

Os agentes turísticos, públicos e privados, dos destinos turísticos tem nas TIC's importantes ferramentas que possibilitam a venda de seus produtos à clientes que se encontram nos diversos países do planeta a qualquer hora do dia. As TIC's provocam "efeitos no consumidor e nos diferentes agentes que intervêm no processo turístico, permitindo o emprego de novos instrumentos de venda que incrementam a produtividade e permitem o melhor serviço, com custo mais baixo" (BISSOLI, 1999, p. 57).

O incentivo do uso das TIC'S na promoção do turismo em Moçambique é reconhecido/evidenciado pelos instrumentos de fomento da atividade em Moçambique, nomeadamente, pela Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação (PTEI, 2003) e pelo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (PEDTM, 2004). Atendendo o crescimento do sector do turismo no país, de modo geral, e especificamente no município de I'bane, o presente artigo procura mostrar como as TIC's são usadas para a promoção e divulgação do potencial turístico do município à nível nacional, regional e internacional e depois para a captação de demandas de turistas e investidores no sector.

Para a consecução do trabalho recorreu-se: a pesquisa bibliográfica e documental em instituições públicas e privadas que trabalham direta ou indiretamente no fomento da atividade turística; ao trabalho de campo que buscou por meio de questionários verificar o uso das TIC'S pelos operadores turísticos e pelas entidades governamentais na escala provincial e municipal que velam pelo sector, nomeadamente Direção Provincial do Turismo de Inhambane (DPTURI), Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI) e o Balcão de Atendimento Único (BAU).

Vale esclarecer que o estudo centrou-se na área urbana do município, dada a escassez de recursos que permitissem a aplicação dos questionários em toda área municipal, pois verifica-se uma grande dispersão das unidades de alojamento, alimentação e serviços turísticos e ainda pela facilidade do grupo de pesquisa aceder aos estabelecimentos aí existentes.

Espera-se que os resultados do estudo permitam aos gestores da província, do município e aos demais agentes turísticos a criarem mecanismos capazes de fomentarem o uso das TIC'S de forma coerente, no sentido de manter e captar demandas/investimentos turísticos atuais e futuros, melhorar a

produtividade e oferta de serviços e redução dos custos operacionais, no intuito de se contribuir para o desenvolvimento social e económico favorável a todos intervenientes do sector.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho ora apresentado define-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, pois a mesma buscou, através de um levantamento bibliográfico e por meio de aplicação de questionários, à identificação/inventariação do uso das TIC's nas instituições públicas específicas e de apoio ao turismo e nos estabelecimentos turísticos. A partir de técnicas do método indutivo, procurou-se compreender a partir das particularidades a situação geral do assunto estudado.

A primeira etapa do trabalho consistiu no encontro do grupo da pesquisa para definir as estratégias de trabalho e identificar metodologias de instituições e autores existentes, para estudo das TIC's em destinos turísticos e bem como para o levantamento dos recursos materiais necessários para as atividades de campo. Para tal, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental no sentido de se identificarem os autores que abordam sobre as TIC's, sobre o MI e bem como sobre os dados do sector do turismo nas instituições públicas que o tutelam.

Vale realçar que nesta fase se produziram os instrumentos de pesquisa e se definiram os locais de aplicação dos instrumentos tendo em conta a o cadastro de empresas turísticas legalizadas pela DPTURI. A segunda ação desenvolvida foi a capacitação dos inquiridores para que no trabalho de campo, aplicassem os questionários.

O grupo realizou a visita técnica na área do município para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, nomeadamente, o questionário aos estabelecimentos turísticos de hospedagem e restauração, o questionário as entidades públicas que velam pelo sector no município (DPTURI, CMCI e o BAU) e o questionário as agências de viagens. Referir que todos os questionários objetivaram a compreensão do uso das TIC's na promoção (marketing) do MI como destino turístico para turistas e investidores.

Assim, realizou-se o trabalho de campo na totalidade dos estabelecimentos, existentes e disponíveis, de hospedagem (quatro), restauração (um) e de agenciamento de viagens (duas) existentes na área urbana do município. Referir que se aplicaram os questionários também na DPTURI, CMCI e no

BAU. Salientar que dentre os restaurantes em funcionamento identificados, um se mostrou indisponível para responder ao questionário.

Após a coleta dos dados procedeu-se ao processamento destes e sua posterior análise que consistiu na organização dos dados coletados no campo por meio de resumos, tabelas, gráficos, entre outros, relacionados com os aspectos em estudo. A comparação dos dados obtidos em campo com os critérios que definem o desenvolvimento turístico na vertente do uso das TIC'S de um destino permitiu verificar os níveis de uso destas pelos agentes do turismo da área urbana do município.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL

O turismo é uma atividade gerada por movimentação de pessoas do seu local de residência habitual por tempo determinado e devido a motivações diversas. As movimentações criam um conjunto de transformações nos locais emissores e/ou de chegada.

Para que o turismo aconteça, há requisitos que são exigidos, em termos de atrativos (recursos turísticos naturais e culturais), infraestrutura necessárias, entre elas as básicas e as específicas, e também serviços de apoio ao turista, criando deste modo uma rede complexa que poderá ser facilitadora de várias atividades para as populações residentes e geradora de renda substancial que contribuirá para o crescimento e desenvolvimento local.

O turismo como qualquer outra atividade socioeconômica precisa de um processo de gestão sustentável que o permita lograr sucesso. O desenvolvimento turístico devidamente planejado, quando alcança um elevado nível de implementação pode alavancar a economia de uma região ou do local no qual é implementado, observando sempre os impactos ambientais que dele sempre advêm (BISSOLI, 2002).

Assim, apesar da dificuldade de conceituar o turismo dada a transversalidade do sector, o fenómeno se define, segundo a OMT (2001) como “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos aos de sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo igual ou inferior a um ano, com fins de lazer, de negócios e outros”.

Vários elementos da definição da OMT (2001) trazem a ideia clara do que seja o turismo, o primeiro refere-se a deslocamento de pessoas do seu local

habitual de residência para outros locais; o segundo refere-se a estadia das referidas pessoas durante um período de tempo limitado; o terceiro relaciona-se com as atividades realizadas durante a viagem, e por fim, refere-se aos serviços e produtos dispostos aos principais sujeitos sobre os quais o turismo se desenrola: os turistas (grifo nosso).

De acordo com Sousa (1999, p.02), o conceito de TIC's surge enquanto conjunto de conhecimentos refletidos quer em equipamentos e programas, quer na sua criação e utilização a nível pessoal e empresarial. Continuando a sua linha de abordagem, este autor refere que das várias ferramentas, métodos e técnicas que coexistam na empresa no domínio das TIC's, o computador destaca-se como o elemento em relação ao qual existe uma maior interação com a componente humana das organizações.

Neste contexto as TIC's são tidas como elemento de concepção e suporte da comunicação empresarial em atividades que vão desde o simples arquivo de dados, a utilização de programas até ao correio eletrónico e às possibilidades de trabalho à distância (SOUSA, 1999). A União Européia (U.E, 2001) assinala que o termo TIC's se emprega atualmente para fazer referência a uma ampla diversidade de serviços, aplicações, e tecnologias, que empregam diversos tipos de equipamentos e de programas informáticos, e que às vezes são transmitidas por meio das redes de telecomunicações.

O presente trabalho prende sua atenção no uso das TIC's para o desenvolvimento do turismo no MI e neste contexto, observar-se-á as TIC's como o conjunto de serviços, aplicações, e tecnologias, que empregam diversos tipos de equipamentos, programas informáticos, e conhecimentos no domínio pessoal e ou empresarial, e que geralmente ocorrem por meio de redes instaladas e operacionais.

As TIC's incluem serviços de telecomunicações como é o caso dos serviços de telefonia fixa, telefonia móvel (celular) e fax, que se utilizam combinados com suporte físico e lógico e se complementam com outros serviços, por exemplo, o correio electrónico (*e-mail*), a transferência de arquivos de um computador para outro, e em particular, a *Internet*, que permite que todos os computadores estejam ligados, oferecendo desse jeito acesso a informação disponível em todos os países do planeta Terra.

Entre as diferentes aplicações se registram: a videoconferência, os sistemas de tratamento da informação, inventários; quanto às tecnologias, é uma ampla diversidade que abrange desde tecnologias “antigas” como o rádio e a

televisão às “novas” como comunicações móveis (celulares) ou as redes de cabo de cobre e fibra óptica, e ainda os *links* por satélite. Ao se referir a equipamentos estão incluídos os telefones, os computadores, e elementos de rede como estações base para o serviço de radiofonia; enquanto os programas informáticos são os fluxos de todos estes componentes, sobre os quais existe um conjunto de instruções desde os sistemas operativos até a *Internet* (U.E, 2001).

A relevância das TIC's não é a tecnologia em si, mas o fato de estas permitirem o acesso ao conhecimento, à informação, e as comunicações, elementos cada vez mais importantes na interação económica e social das sociedades modernas. As TIC's têm características semelhantes a outros sectores da infraestrutura - como as rodovias, os serviços postais e as ferrovias, dada a sua tamanha importância para disseminação de informações e bem como na facilidade de comunicações dos diferentes agentes (OMT, 2001).

A aplicação devida das TIC's contribui para que haja o desenvolvimento local. No presente estudo, o conceito de desenvolvimento é trazido para mostrar que para que ocorra o desenvolvimento turístico devem-se criar condições propiciadoras de realizações individuais e ou coletiva e uma série de facilidades que poderão impactar na atividade turística no seu todo, melhorando-a e desse modo contribuindo para o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população e investidores do sector.

Existem várias teses sobre este complexo tema de desenvolvimento que muitas vezes não se esgotam devido a várias facetas que se pode assumir, dependendo do modo que é adotado. O termo desenvolvimento difere do termo desenvolvimento económico e este por sua vez, também difere do termo crescimento económico.

Neste trabalho, o posicionamento em relação ao assunto aproximar-se-á a abordagem de Souza (2002) e Buarque (2002), sendo que o primeiro autor compreende o desenvolvimento como sendo um processo de superação de dificuldades e conseqüente conquista de condições propiciadoras de realizações individuais e coletivas, exigindo a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e também o espaço natural.

Por sua vez Buarque (2002, p. 25), entende desenvolvimento como “processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população (...)”. Este último autor salienta que

para que o mesmo seja consistente e sustentável este deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais, que são a base de suas potencialidades e a condição para a qualidade de vida da população.

Pretende-se com estes pensamentos abordar que o processo de desenvolvimento é complexo e engloba variáveis diversas que em conjunto contribuem para a mudança progressiva que determinada sociedade busca alcançar. Assim, desenvolvimento turístico busca verificar a consolidação da capacidade de satisfação do turista e seus promotores nas diversas vertentes em termos estruturais, nomeadamente, comunicação, acessibilidade, alojamento, entretenimento, segurança, serviços de apoio, entre outros, considerando os benefícios e a satisfação para os residentes e o equilíbrio ecológico do destino. Portanto, a concretização do desenvolvimento turístico enquadra-se num sistema planificado com políticas e estratégias de quem tutela o turismo em conjunto com os seus parceiros.

AS TIC'S E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Segundo o Ministério do Turismo (MITUR, 2003) na sua Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação (PTEI) Moçambique é um país que possui um rico potencial para se tornar um destino turístico a nível regional e internacional dada a combinação de recursos naturais e culturais que o país detém. A pesar desse potencial o PTEI aborda que um dos principais desafios para que este país se torne uma referência no sector do turismo prende-se com a promoção do mesmo apontando a tecnologia como um dos elementos impulsionadores do desenvolvimento do turismo no país.

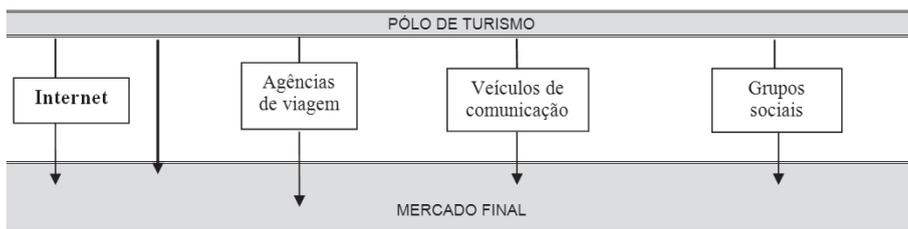
Este organismo através do PTEI (2003, p. 9) explica ainda que “A tecnologia electrónica continuará a revitalizar as viagens e o sector do turismo nas próximas décadas”. Os consumidores hoje têm acesso instantâneo à informação e isto é, importante para o turismo e viagens, na medida em que, inúmeras vezes, os produtos não existem onde eles são comprados.

Assim, os consumidores estão a adoptar canais de distribuição on-line como forma preferida de aquisição de produtos de viagem e reconhece-se que esta capacidade de “comprimir” o mundo é particularmente benéfica para o turismo. Ao abordar sobre os “caminhos” da promoção do potencial turístico moçambicano, o MITUR (2004) através do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (PEDTM) explica que Moçambique ainda tem um longo caminho para se posicionar como destino turístico internacional e que o *marketing* deve ser empreendido como um processo paralelo ao desenvolvimento de produtos e provisão de infraestruturas melhoradas.

O mesmo documento enfatiza a importância de três princípios que deveriam suportar o esforço de *marketing* em Moçambique, nomeadamente (1) segmentação do mercado, (2) atribuição de uma marca e diversificação da imagem das regiões de Moçambique, e (3) o uso de tecnologias de informação e comunicação (grifo nosso). Apesar de identificar estes princípios, o PEDTM (2004) não explica detalhadamente o terceiro princípio que é foco da pesquisa. Este documento, primeiro, ao abordar sobre a orientação do enfoque estratégico explica que para o princípio em estudo deve-se usar melhor as tecnologias de informação no marketing por meio de *web-sites*, sistemas de reservas *online*, bancos de dados de turismo.

Ao abordar sobre os planos de ação do marketing e relações sociais explica que a estratégia desta ação consiste em “trabalhar com planos e estratégias de marketing bem definidas e otimizar o uso das tecnologias de comunicação e informática com o objetivo de priorizar os mercados estratégicos identificados e melhorar a imagem de Moçambique como destino turístico” (PEDTM, 2004, p. 88).

Todos estes fatos descritos nos instrumentos de ação do sector demonstram a importância das TIC's para o desenvolvimento turístico nacional e do MI em particular. Petrocchi (2001) ao abordar sobre a promoção em turismo elucida que é importante a aplicação de princípios de marketing na promoção observando-se a peculiaridades deste sector, visto que, tais peculiaridades compõem um quadro específico para o processo de comunicação, considerando que entre o pólo de turismo e mercado final existem subsistemas de mercado, que exigem procedimentos diferenciados da gestão do turismo dos quais destaca-se o uso da internet como uma alternativa viável (vide figura 1).



Figuras 1 - Alternativas para comunicação entre o Pólo de Turismo e o Mercado Final
 Fonte: Adaptado de Petrocchi, 2001.

A internet, segundo Petrocchi (2001) impõe-se como veículo de promoção e comercialização no planeta. Este veículo atinge atualmente cerca de 2 bilhões de pessoas, facto que o torna um importante mecanismo para a promoção do turismo, visto que, os custos de sua implantação e monitoria são menos elevados que a impressão e divulgação de guias turísticos, produção de material publicitário físico e de realizações de feiras nacionais e internacionais. Importante esclarecer que estes outros mecanismos de promoção descritos como de maior custo são importantes também no processo de promoção e devem ser conjugados sempre na perspectiva de atender demandas de turistas específica.

O processo de comunicação que deve existir entre o Polo e o Mercado objetiva a propaganda institucional, levando a marca e seu *slogan* ao mercado, assim como poderá veicular propaganda de produtos turísticos previamente estruturados, ou seja, pacotes turísticos (PETROCCHI, 2001). Este processo de comunicação deve ser adaptado a cada caso e passa por uma cadeia de ações próprias dos processos mercadológicos conforme ilustra o quadro 1.

A OMT (2001) ao abordar o desenvolvimento tecnológico afirma que se busca com as TIC's a introdução no mercado de produtos, processos e serviços com vantagens inovadoras em tecnologias ou com novas aplicações de tecnologias já conhecidas. As empresas dentro das localidades turísticas utilizam estas tecnologias ou inovações para que sejam competitivas dentro de um contexto cada vez mais em contínua evolução. A revolução tecnológica presente na indústria turística atingiu diferentes componentes como são as telecomunicações, computadores pessoais, equipamentos de multimídia, teleconferências, vídeos, videotextos, vídeo-tecnologias intercativas, telefonia celular, sistemas de reservas informatizados, sistemas informativos de gestão, redes

de informática, entre outros (OMT, 2001). Todos estes elementos citados contribuem no desenvolvimento turístico nos seguintes campos:

- Aperfeiçoamento da informação;
- Melhoraria das comunicações externas;
- Aperfeiçoamento do processo de tomada de decisões; e
- Intensificação significativa na margem de competitividade.

Nº	Ação	Descrição
1	Informar	Ninguém compra algo que não conhece. Assim, a primeira ação a ser feita é informar a existência do produto ao mercado.
2	Fazer compreender	Quando se veicula o produto e sua marca o sistema informa ao público de sua existência e utilidade. Somente por meio de tais informações que digam claramente o que é o produto, é que o turista (mercado final) poderá se posicionar para aquisição do mesmo. Ex. Qual a oferta básica? Tipo de praia? Ecologia? Padrões de serviços?
3	Motivar	Considera-se, a essa altura, o mercado já está informado que o produto existe e o que é ele. Na sequência, o esforço volta-se para motivar o mercado a conhecer ou a desfrutar do produto em questão. Trata-se de um viés específico das mensagens publicitárias para despertar a motivação no cliente potencial e real o desejo de compra.
4	Atuar	Alcançando o estágio motivacional, as ações de promoção esforçam-se para fazer o cliente atuar, isto é, comprar o produto.
5	Induzir a repetição	São as mensagens publicitárias dirigidas ao público que já comprou o produto. Agora o esforço destina-se a induzir o cliente a repetir a compra.

Quadro 1 - Processo de comunicação na promoção turística

Fonte: Adaptado de Petrocchi, 2001.

Entre os avanços tecnológicos que contribuem para o desenvolvimento do turismo destacam-se segundo Bissoli (1999) os seguintes:

- Os Sistemas de Reservas Informatizados (CRS), por exemplo, o Sabre, Worldspan, o Galileo, Amadeus, Abacus e Axes;
- Os Sistemas Globais de Distribuição (GDS) com quatro funções básicas, o de informar, reservar passagens aéreas, emitir a passagem e administrar e facilitar o ato de venda;
- Internet (conjunto de computadores conectados entre si), permitindo que se comuniquem de forma direta, compartilhando serviços e informações em todo planeta.

Estas ferramentas apresentam várias aplicações que ajudam na troca de informações entre o Polo e o mercado conforme ilustra o quadro 2.

APLICAÇÃO	FUNÇÃO/CARACTERÍSTICA
E-mail/Correio electrónico	Por meio do qual se podem enviar mensagens escritas e outro tipo de informação a outras pessoas que tenham endereço por e-mail.
Transferência de Ficheiros	Permite o intercâmbio de documentos, imagens, textos, sons, programas, outros, entre computadores.
Telnet	Permite a conexão com um computador distante, tornando o terminal local num terminal daquele computador, podendo executar programas e utilizar os recursos disponíveis do mesmo.
Skype, PoivY e Ovvo	São sistemas globais de comunicação via Internet, permitindo comunicação de voz e vídeo grátis entre os usuários do software.
Google e Sapo	Ferramenta de busca de informação na internet.
Facebook, Orkut, Badoo, outras.	Redes sócias que visam a partilha de informações pessoais ou coletivas com recurso a imagens, vídeos, textos, outros.
Gropherspace	Ferramenta criada para busca de informações específicas na internet.
World Wide Web (www)	é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet.
CD-ROM	Que em formato de disco compacto no qual se armazenam informações do tipo texto, fotografias, sons e vídeo, a leitura de informações efetua-se com um leitor de CD-ROM por um laser com larga vantagem em termos de capacidade de armazenar informação e acesso fácil às mesmas.
USB Flash drive	É um dispositivo de memória constituído por memória flash, geralmente com aspecto semelhante a um isqueiro e uma ligação USB tipo A permitindo conexão a uma porta USB de um computador ou outro equipamento com uma entrada USB. Eles oferecem vantagens potenciais com relação a outros dispositivos de armazenamento portáteis, particularmente disquetes, dispositivo praticamente extinto pelo desuso após a popularização dos pen drives. São mais compactos, rápidos, têm maior capacidade de armazenamento, são mais resistentes devido a ausência de peças móveis.
Computadores	Utilizam-se como instrumentos de gestão mesmo sem estar ligado a uma rede. Esta pode ser adoptada por uma série de empresas da rede turística e hoje em dia pode se assumir como instrumento indispensável para o desempenho das organizações.

Quadro 2 - Aplicações que ajudam na troca de informações entre o Pólo e o mercado
Fonte: adaptado de Bissoli, 1999.

Estas ferramentas, segundo a OMT (2001), sem dúvidas, constituem alicerce para o ritmo de crescimento que o turismo até hoje tem tomado em todas escalas territoriais. Neste sentido, pretende-se neste trabalho, verificar se na área urbana do MI, destino turístico de referência na Província de Inhambane, encontra-se no trilho do desenvolvimento turístico e os agentes turísticos, privados e públicos, fazem o uso das TIC's que facilitam a divulgação do potencial existente e bem como abrem espaços de comunicação entre os potenciais e/ou reais turistas/investidores.

TIC'S E TURISMO NO MUNICÍPIO DE I'BANE

O Turismo no Município de Inhambane

O presente trabalho teve como área de estudo a parte urbana do município de Inhambane (MI). O MI situa-se na região Sul de Moçambique, na província de Inhambane, a aproximadamente 490 km a Norte da capital moçambicana, Maputo. De acordo com Nhantumbo (2007, p. 16) o município, “encontra-se localizado na região sul de Moçambique e ocupa uma parte da zona costeira da província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23°45'50” (Península de Inhambane) e 23°58'15” (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35°22'12” (Ponta Mondela) e 35°33'20” (Cabo Inhambane) Este, cobrindo uma parte continental e duas ilhas (...).”.

Este município é a capital da província de Inhambane e segundo o INE (2010) ocupa uma superfície de 195 km² que perfaz uma área de 0.3% do território total da província e limita-se a (conforme ilustra a Figura 2): Norte: pela Baía de Inhambane (Oceano Índico); Sul: pelo Distrito de Jangamo, através do rio Guiúá; Este: pelo Oceano Índico e Oeste: pela Baía de Inhambane/Cidade da Maxixe.

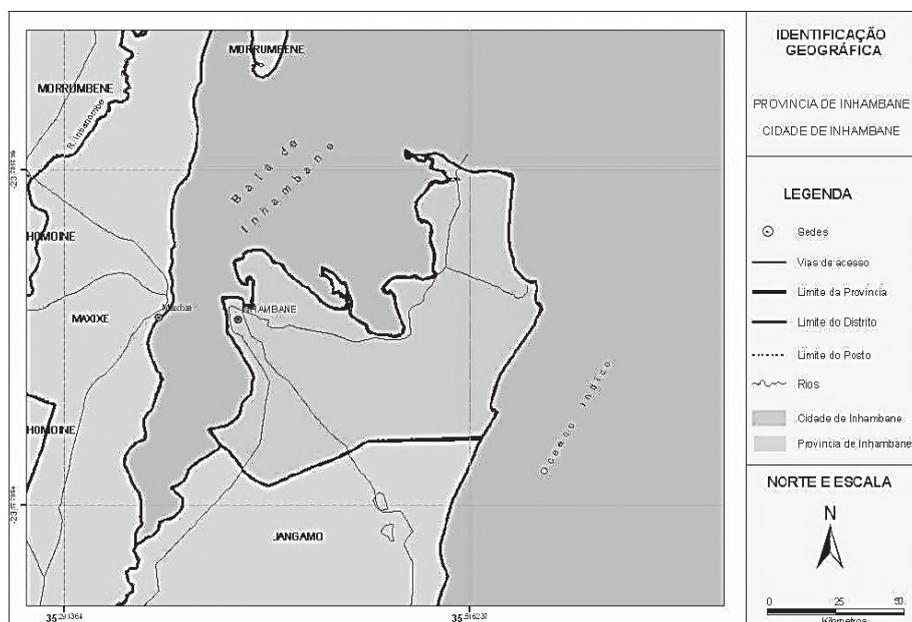


Figura 2 - Localização regional e limites MI (Figura sem escala)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2010.

De acordo com a Resolução n° 52/AM/2006, que define o estatuto orgânico do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, administrativamente, o MI encontra-se dividido em 23 bairros que se diferenciam em urbanos, semiurbanos e não urbanos/rurais. De um total de vinte e três bairros, nove são não urbanos/rurais, sete são semiurbanos e urbanos, respectivamente. O presente estudo incidiu sobre os sete bairros urbanos, a destacar: Balane 1, Balane 2, Balane 3, Chalambe 1, Chalambe 2, Liberdade 1 e Muelé 1. O MI é um dos mais importantes pontos de “captação” de turistas, nacionais e internacionais, que o país possui. A sua diversidade de recursos, principalmente os naturais (praias, corais, fauna, flora, entre outros) motiva a chegada de grandes massas de visitantes que almejam vivenciar momentos de lazer, descontração, aventura, entre outras motivações. Segundo a DPTURI (2009), apesar de não existirem especificações em relação ao número de turistas que entra no município e a quantidade de pessoas que emprega, o turismo é um dos sectores económicos que mais tem estado a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico municipal. Nos últimos anos os investimentos no sector aumentaram substancialmente conforme ilustra a Tabela 1.

Ano	Investimento (Mtn)
2005	469.000,00
2006	SI
2007	1.686.386,00
2008	62.555.577,00

Tabela 1 – Investimentos no sector do turismo do MI (2005-2008)

Fonte: DPTURI, 2009.

A rede de alojamento, restauração e serviços turísticos do MI verificou crescimento nos últimos anos e atualmente conta com hotéis, *lodges*, residenciais, lojas de *souvenir*, restaurantes, bares, salas de dança, discoteca, serviços de entretenimento que perfazem pouco mais de 120 estabelecimentos efetivos e sazonais. Especificamente, nos bairros que compõe a área definida para o estudo, existem no cadastro oficial da DPTURI (2011) três hotéis, uma pensão, uma residencial, nove restaurantes, dois bares e duas agências de viagem conforme ilustra o Quadro 3.

Vale esclarecer que ao longo da pesquisa não se encontraram/identificaram parte considerável dos estabelecimentos existentes no cadastro, por estarem desativados, por não constarem da localização referenciada no cadastro da DPTUR e que um dos estabelecimentos recusou-se responder ao

questionário. Aliado ao património natural, o município, no geral e a área de estudo em particular, ostentam património cultural, constituído por edifícios que são marcos do processo de construção social, representando os diversos períodos da história moçambicana e de Inhambane.

Nº	Designação	Localização	Situação
1	Hotel Casa do Capitão	Balane 1	Ativo
2	Hotel J. K. Residencial	Balane 2	Ativo
3	Hotel Inhambane	Balane 1	Ativo
4	Pensão Pachiça	Balane 1	Ativo
5	Casa Jessen	Chalambe1	Ativo
6	Bar Canto aberto	Balane	Desconhecido
7	Bar Gomes	Balane	Desconhecido
8	Restaurante do Clube Ferroviário	Balane	Descativado
9	Restaurante do Discoteca Casa da Cultura	Balane	Ativo
10	Restaurante Maçaroca	Balane	Ativo
11	Restaurante Ponto Final	Balane	Ativo
12	Restaurante sem Cerimónias	Balane	Desativado
13	Restaurante Machava	Balane	Desconhecido
14	Restaurante e discoteca Hungata	Balane	Desconhecido
15	Restaurante e Bar Isabel	Balane	Desconhecido
16	Restaurante Primavera	Balane	Desconhecido
17	Agência de Viagem Litanga Service	Balane 2	Ativo
18	Agência de Viagem Terra-Água-Céu, Lda	Balane	Ativo

Quadro 3 - Cadastro de estabelecimentos da área de estudo
Fonte: adaptado de DPTURI, 2011.

Segundo a Direção Nacional de Cultura (2005) é possível encontrar no MI edificações que marcam diversos períodos da história moçambicana, a destacar: Edifício Padaria Rosa (1913), Pórtico das deportações (1920), Edifício dos Correios (1811), Mesquita Velha (1840), Igreja Nossa Senhora da Conceição (1885), Casa Oswald Hoffman (1890), Buraco do Tofinho, entre outros.

Oferta de Serviços de Comunicação no MI

O MI, capital da província do mesmo nome possui um sistema de comunicação composto por empresas provedoras de televisão, rádio, de telefonia móvel, telefonia fixa, de correios, Internet e jornais, conforme ilustra o Quadro 4.

EMPRESAS	SERVIÇOS OFERECIDOS
Televisão de Moçambique STV Tv. Miramar	Produção de <i>spots</i> , programas e vídeo reportagens; Exibição publicitária; Venda de imagens de arquivo; Serviço de transcrições; Aluguer de equipamento; Cedência remunerada de tempo de antena; Comercialização de tempos de estúdio de produção e outros equipamentos a produtores externos; Cobertura e transmissão de espetáculos, galas, congressos, conferências e outros eventos.
Vodacom	Venda de telefones; Serviços aos clientes; Serviços de chamadas; Net Móvel de 3G: permite o cliente aceder a internet no seu telefone e no seu computador Mbip: permite enviar uma mensagem pedindo que o destinatário lhe ligue de volta; MMS, SMS.
Movitel	Venda de telefones; Serviços aos clientes; Serviços de chamadas; Net Móvel 3.5 G: permite o cliente aceder a internet no seu telefone e no seu computador MMS, SMS
Mcel	Venda de telefones; Serviços mKesh; Serviços de chamadas; Serviço de <i>Fax</i> e dados; Mbip, MMS, SMS; Netmóvel 3G: permite o cliente aceder a internet no seu telefone e no seu computador
Rádio de Moçambique - Emissora Provincial de Inhambane	Taxa de radiofusão; Aluguer de aparelhagem; Gravação de músicas; Venda de discos; Programas comerciais e recreativos; Publicidade: permitem divulgar produtos, serviços e marcas para todo país; Noticiário local, provincial, nacional e internacional.
Telecomunicações de Moçambique	Internet Banda Larga; Venda de cartões Banda Larga; Distribuição de lista telefónicas; RDIS (Rede digital com integração de serviços); Comunicação de voz: telefónico pós-pago e pré-pago, cartão virtual blá-blá, telefone público assistido e privado); Dados e internet: <i>fax</i> , <i>e-mail</i> , circuitos alugados, <i>internet</i> sem fio. Transmissão de imagem: vídeo - conferência.
Serviços de Correios	Serviços de envio e recebimento de correspondências; Serviços de internet; Serviços de <i>fax</i> e impressões
Serviços de Jornais e Outras Rádios	Existência dos Jornais: Notícias, O País, Savana, Canal de Moçambique, A Verdade, Domingo, outros que apresentam notícias, anúncios, publicidades e avisos; Existem outras rádios (Progresso, Maria e Comunitária de Homoine) que prestam serviços/programas de noticiário, entretenimento, publicidade, avisos, entre outros.
CPRD	Presta serviços: de formação em TIC's, internet, impressões, fax, scanner de documentos, entre outras.

Quadro 4 - Lista de empresas provedoras de comunicação
Fonte: autores, 2012.

Este sistema de comunicação encontra-se operacional e permite que os agentes turísticos deste município possam realizar atividades de promoção de suas instituições/estabelecimentos e bem como do destino em que se inserem, a turistas/investidores domésticos e internacionais.

Uso das TIC's na Promoção e Divulgação do Potencial Turístico Municipal

A partir dos inquéritos aplicados sobre o uso das TIC's nas três instituições públicas que trabalham na gestão e promoção do turismo na área de estudo, constatou-se que a maioria delas não fazem o uso das novas TIC's para a divulgação/promoção do potencial turístico do MI. Estas instituições encontram-se presas as formas tradicionais de comunicação como o telefone e o *fax*; apenas duas destas possuem um *email* para estabelecer contato com os potenciais visitantes e/ou investidores (vide quadro 5).

Realçar que o telefone, o *fax* e o *email* não são as formas mais recomendáveis para fornecer ou divulgar os serviços existentes (alojamento, restauração, entretenimento, produtos turísticos, potencial turístico, localização e formas de acesso ao município) as potenciais utentes/consumidores.

No concertante às razões que levam essas instituições a não usarem os modernos meios de tecnologias de comunicação, estas afirmaram que não têm necessidade em usa-las devido a fraca aderência, falta de equipamento e de recursos financeiros para adquirir os serviços, facto que demonstra a falta de conhecimento da importância dessas ferramentas para o desenvolvimento de suas atividades e a falta de interesse em adaptarem-se as tendências globais relacionadas as TIC's.

Essa situação demonstra que há necessidade das instituições se adequarem as novas tendências, pois o mercado turístico é dinâmico e exigente quanto à qualidade da informação que lhes é disponibilizada e bem como pelo meio usado para transmitir essa informação.

O não uso dessas tecnologias poderá estar a contribuir, negativamente, para o aumento da demanda turística do MI. As tradicionais técnicas de comunicação usadas pelas instituições governamentais podem não estar a abranger os potenciais visitantes internacionais, pois a melhor forma de abranger esse

mercado alvo é usando programas ou ferramentas conectadas a *internet* que são de fácil acesso nos países emissores e de amplo uso a nível internacional.

Em relação as duas agências de viagem inqueridas, constatou-se que estas fazem o uso de parte das TIC's para a promoção e divulgação do MI, onde constam informações sobre suas atividades, pacotes oferecidos, a localização das instalações, serviços de apoio ao turista, o potencial turístico do MI e de outros potenciais destinos turísticos existentes a nível nacional e internacional (vide quadro 6).

Um aspecto que merece atenção é o não uso de ferramentas que permitam a interação em tempo real com o cliente, de forma “grátis” e a fraca aderência aos sistemas globais de distribuição.

Dos sete estabelecimentos de hospedagem e restauração que responderam ao questionário sobre uso das TIC's para a promoção e divulgação do potencial turístico a nível nacional, regional e internacional e para a captação de demandas para o desenvolvimento do turismo no MI, constatou-se que a maior parte dos estabelecimentos não usam as TIC's numa forma integrada (vide o quadro 7).

Quanto às razões que levam esses estabelecimentos a não usarem os meios tecnológicos, os proprietários ou representantes desses estabelecimentos, limitaram-se em afirmar que ainda não há necessidade em usá-las, facto que demonstra a falta de conhecimento da importância dessas ferramentas para o desenvolvimento de suas atividades.

Os poucos meios existentes, são utilizados somente para divulgar informações de quartos e serviços de restauração, exceto o Hotel Casa do Capitão que fornece a maior parte de informações sobre serviços turísticos (serviços de quartos, restauração, entretenimento, apoio ao turista, localização do estabelecimento, formas de acesso ao município e estabelecimento, potencial turístico do município).

Estes estabelecimentos não usam os sistemas de reservas internacionais e não estão inseridos nos sistemas globais de distribuição, facto que limita a planificação da viagem por parte dos turistas que tenham interesse em se deslocar a este destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade, que pela sua natureza, depende das TIC's para garantir que sua promoção se efetive e possa captar demandas crescentes de turistas e assim garantir que ocorra o desenvolvimento local. Em turismo os “produtos” não se estocam/guardam e um dia sem o uso destes é um valor/ investimento que não se recupera e neste sentido devem ser aprimoradas técnicas que possibilitem cada vez mais a venda dos produtos turísticos, facto que faz das TIC's um importantes instrumentos de trabalho e inovação turística que garanta o desenvolvimento.

Moçambique, país emergente neste sector, possui potencial considerável para que se faça do turismo uma ferramenta de combate a pobreza, pois esta atividade gera impactos económicos, sociais e ambientais positivos. O município de I'bane é um dos destinos moçambicanos que recebe turistas que procuram os atrativos naturais (praias, fauna, flora, etc.) e culturais (museu, monumentos, gastronomia, etc.) nele existentes. Apesar de todo potencial, o conjunto de produtos turísticos existentes na área urbana deste município precisa de ser do domínio de conhecimento do turista/investidores para que estes possam comprar/adquirir/investir.

Através dos questionários aplicados aos agentes turísticos da área urbana do MI foi possível verificar que estes fazem pouco uso das TIC's para a promoção de suas atividades e seu destino, facto que pode estar a fazer com que potenciais turistas deixem de visitar o destino, dado que os turistas e investidores precisam do máximo de informação possível (localização, custos, disponibilidades, etc.) sobre o local escolhido para visitar ou investir.

Outro aspecto identificado e que merece atenção é o facto de que os poucos estabelecimentos que fazem o uso das TIC's, a direcionam para os turistas estrangeiros, o que de certa forma constitui um aspecto negativo para o desenvolvimento do turismo doméstico.

O estudo conclui que os agentes do turismo da área urbana, de forma generalizada, estão atrelados as TIC's clássicas (telefone, fax, etc.) que não facilitam a informação e visualização do potencial turístico por parte dos turistas/investidores e a troca de informação em tempo real e atualizada, via *internet*.

Instituição	Ano de Abertura	Website	Blog	Facebook	Rádio	TV	Email	Telf. Fixo	Fax	Celular	Skype	Voip
BAU	1998											
CMCI	1998											
DPTUR	2002											

Quadro 5 - Uso das TIC's nas Instituições Governamentais
Fonte: Mazive, 2012.

Agência	Tipo	Ano de Abertura	Website	Blog	Facebook	Rádio	TV	Email	Telf. Fixo	Fax	Celular	Skype	Voip	SRI	SGD
Litanga Service	Mista	2005													
Terra-Água-Ceu, L.da.	Receptora	2007													

Quadro 6 - Uso das TIC's nas agências de viagem
Fonte: Mazive, 2012.

Estabelecimento	Ano de abertura	Website	Blog	Facebook	Rádio	TV	Email	Fax	Telf. Fixo	Celular	Skype	Voip	SRI	SGD	
Hotel Casa do Capitão	2010														
Hotel J. K. Residencial	2011														
Hotel Inhambane	2007														
Pensão Pachicha	2001														
Restaurante Maçaroca	1996														
Casa Jessen	2008														
Restaurante Ponto Final	Não disponibilizou informação														

Quadro 7 - Uso das TIC's nos estabelecimentos turísticos de restauração e hospedagem
Fonte: Artur, 2012.

Legenda:

	Existem
	Não Existem
	Mencionados mas não encontrados

Assim, atendendo as diferentes localizações dos consumidores turísticos e suas crescentes exigências (relacionadas as logicas globais de comunicação), acredita-se que o planeamento integrado e capacitação por parte dos agentes turísticos em matérias relativas a TIC's poderá possibilitar maior captação de demanda de turistas e investidores e bem como facilitará a maior comunicação dentro das empresas e entre estas e seus clientes.

Assim, as agências devem procurar desenvolver ações de forma a dar a conhecer os seus serviços e o potencial turístico existente ao público-alvo nacional usando a rádio e a televisão que permite de forma visual e sonora promover e divulgar o município.

O estudo poderá ser replicado em outras unidades territoriais do país e do mundo, pela praticidade da metodologia aplicada, podendo produzir melhores resultados se aplicados a escala global do território analisado, fato que permitirá uma planificação correta e integrada.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Helsio; MAZIVE, Arlete; ARTUR, Sergio. *Inventário do uso de TIC's no município de Inhambane*. Inhambane: Departamento de Turismo, Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Universidade Eduardo Mondlane, 2012.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 7. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 1999.
- BUARQUE, Sergio C.. *Construindo o desenvolvimento local e sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- MOÇAMBIQUE. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Decreto n° 51/99 de 31, *Sobre o estatuto orgânico do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane*. Maputo: Imprensa Nacional, 2007.
- MOÇAMBIQUE. DIRECÇÃO PROVINCIAL DO TURISMO DE INHAMBANE. *Dados do Sector do Turismo da Província de Inhambane*. Inhambane: DPTUR, 2009.
- MOÇAMBIQUE. DIRECÇÃO PROVINCIAL DO TURISMO DE INHAMBANE. *Cadastro de estabelecimento 2011*. Inhambane: DPTUR, 2011.
- MOÇAMBIQUE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Estatísticas do distrito de Cidade de Inhambane*. Maputo: INE, 2010.
- MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Direção Nacional de Cultura. *Inventário nacional de monumentos, conjuntos e sítios: património cultural*. Maputo: UNESCO, 2005.
- MOÇAMBIQUE. MINISTERIO DO TURISMO. *Política de Turismo e Estratégia de sua implementação*. Maputo: MITUR, 2003.

MOÇAMBIQUE. MINISTERIO DO TURISMO. *Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique 2004-2013*. Maputo: MITUR, 2004.

NHANTUMBO, Emídio. *Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI*. Inhambane: UEM, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: ROCA, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Turismo Internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Porto Alegre: Brookmann, 2003.

PETROCCHI, Mario. *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura, 2001.

SOUZA, Sérgio. *Tecnologias de Informação*. 2ª Ed. Lisboa: FCA Editora de Informática, 1999.

UNIÃO EUROPEIA. *Tecnologias de informação e de comunicação no âmbito do desenvolvimento: o papel das TIC's na política comunitária de desenvolvimento*. Bruxelas: EU, 2001.

Relação turismo e transporte aéreo em Moçambique: análise SWOT

Francisco Cabo¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo buscar a resposta para a problemática da relação entre transporte aéreo e turismo em Moçambique, buscando inicialmente compreender como é que as duas áreas estão estruturadas de uma forma geral.

Em seguida será apresentada a análise das informações sobre a análise SWOT coletadas em vinte e seis formulários preenchidos pelos agentes do transporte aéreo e do turismo em Moçambique. O trabalho fez o levantamento percentual de cada fator-chave identificado na análise SWOT, que serão descritos no texto.

Foram incluídas entre as instituições e atores-chave que lidam com as duas áreas que, na abordagem turística, são definidos como operadores do mercado. Para a área do turismo as instituições selecionadas foram: Direção Nacional do Turismo, Instituto Nacional do Turismo (INATUR), Confederação das Associações Econômicas de Moçambique – Pelouro do Turismo (CTA), a Federação Moçambicana de Turismo e a TurConsult. Para a área do transporte aéreo foram selecionadas: Instituto da Aviação Civil de Moçambique, os Aeroportos de Moçambique, a Representação de Moçambique na OACI, Confederação das Associações Econômicas de Moçambique – Pelouro dos Transportes (CTA), as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) e o Aeroclube de Moçambique. Os respondentes do formulário têm uma característica comum: trabalham diretamente com as temáticas aqui tratadas, tanto do ponto de vista do transporte aéreo assim como do turismo.

1 Mestre em Transportes – Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane – Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique, África. E-mail: cabofellers@gmail.com

Dos vinte e seis agentes entrevistados, oito atuam no setor de transporte aéreo (30,8% do total) e os demais no setor de turismo (69,2% do total). Todas as respostas dadas pelos agentes, doravante intituladas fatores-chave, foram consideradas e apresentadas por meio das categorias adotadas pela análise SWOT, a saber: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Os fatores-chaves estão apresentados por meio de tabelas de distribuição percentual, em concordância com a ordem de relevância em que foram citados.

TURISMO EM MOÇAMBIQUE

O Ministério do Turismo – MITUR (2008) previu que a região da África Austral, região da qual Moçambique faz parte, crescerá nos próximos anos num ritmo elevado até atingir 36 milhões de turistas estrangeiros no ano 2020. A África Austral regionalmente está em alta com a África do Sul, Botsuana, Lesoto e Suazilândia, e representará a maior fatia do mercado deste crescimento.

Entretanto, Moçambique, entre 2000 e 2005, apresentou uma taxa de crescimento médio anual de turistas estrangeiros de 19.2%, muito superior à média mundial, como mostra a Figura 1. No entanto, em 2005 ocupava, apenas, a 15ª posição no *ranking* africano de destinos turísticos, que equivale a uma quota regional de mercado de 1.5% (BANCO ESPIRITO SANTO – BES, 2008).

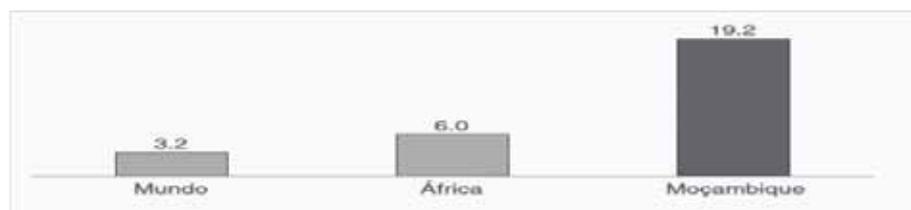


Figura 1 – Taxa de crescimento de entrada de turistas estrangeiros em Moçambique (BES, 2008)

De acordo com WEF (2007) *apud* Jones e Ibrahim (2007) a competitividade de turismo em diferentes países coloca Moçambique no 119º de 124 lugares (seguido apenas por países como o Chade e Burundi), contra a Tanzânia na 80ª posição, a Gâmbia na 84ª e a Zâmbia na 94ª. As razões principais para este posicionamento são a baixa qualificação dos recursos humanos potencialmente disponíveis, a prevalência de malária, e a baixa capacidade para explorar, do ponto de vista turístico, os recursos naturais e culturais. Contudo,

as notas melhores que Moçambique recebe se referem à competitividade dos preços e ao grau de prioridade dada ao setor em termos formais.

Atualmente, a principal fonte de turistas para Moçambique é o mercado regional constituído por turistas africanos provenientes dos países vizinhos. Por conseguinte, o mercado regional representa cerca de 86% dos turistas estrangeiros que entram em Moçambique (MITUR, 2011).

Como mostra a Tabela 1, a maioria do turismo regional normalmente usa seu próprio meio de transporte e em muitos casos também traz o seu meio de alojamento (tendas de acampamento, barco, caravanas), sua alimentação e bebidas. O turista regional entra no país por postos fronteiriços, utilizando veículos numa proporção de 76%. Por este motivo, segundo o INE (2008), os gastos dos visitantes em Moçambique são ainda relativamente baixos na região.

Meio de Transporte	Total	%
Carro pessoal/alugado	980.797	53,4
Avião	508.416	27,7
Autocarro	119.448	6,5
Comboio	5.402	0,3
Cruzeiro	11.237	0,6
Outros	210.843	11,5
TOTAL	1.836.143	100

Tabela 1 – Chegadas internacionais de turistas por meio de transporte usado em 2010 (MITUR, 2011)

As receitas com turismo internacional são em média de US\$ 250 per capita, quando a média no Continente é de cerca de US\$ 404. Uma das razões para isso é a pequena duração da estadia, 2,3 dias em média. No Quênia, por exemplo, o período médio é de 8,4 dias (FIAS, 2007).

Moçambique apresenta um perfil de turista muito concentrado nos mercados emissores adjacentes. Em 2010, os turistas da África do Sul, do Malawi, do Zimbábue, e da Suazilândia (quatro dos seis países com quem Moçambique tem fronteira), representaram 74,1% do total. Portugal, o quinto maior mercado emissor, foi a origem de 1,4% dos turistas estrangeiros que deram entrada no país (MITUR, 2011).

O número de turistas estrangeiros em Moçambique passou de 250 mil no ano 2000 para 1.836.143 milhões em 2010. Entretanto, no ano 2010 houve um decréscimo em relação ao ano de 2009. Neste último, foram contabilizados 2.386.226 turistas maioritariamente provenientes de países da região austral, designadamente da África do Sul, Malawi, Zimbábue e Suazilândia. Vindos de

outras regiões do mundo destacam-se norte-americanos, do Reino Unido, de Portugal e da Alemanha (MITUR, 2011).

TRANSPORTE AÉREO EM MOÇAMBIQUE

A Política da Aviação Civil aprovada pela Resolução 40/2002, de 14 de maio de 2002, define os objetivos gerais e os específicos do setor tendo em conta o papel que a aviação civil desempenha na movimentação de pessoas e bens. Em Moçambique, as funções de definir políticas e normas reguladoras estão concentradas no Instituto da Aviação Civil de Moçambique – IACM, que é o órgão responsável pela regulação de procedimentos de aplicação de política e do quadro legal, regulação técnica e investigação de acidentes. Embora desempenhe todas estas funções, há instituições que defendam a separação, tal qual ocorre com o setor privado. Para estes, política e regulação técnica não devem ser realizadas pelo mesmo órgão dado que a concentração das duas funções facilita a manipulação do regulamento a favor da política (USAID, 2006).

Muitas transformações nacionais, regionais e internacionais contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da aviação civil em Moçambique, com particular incidência no sistema estrutural e institucional, recursos humanos e financeiros e indústria aeronáutica. De acordo com o IACM (2003) deve-se destacar nestas transformações a desestabilização sofrida pelo país nos primeiros anos da Independência Nacional, mais concretamente de 1976 a 1992; as calamidades naturais, tais como secas e cheias cíclicas que têm assolado o país ao longo dos anos; a introdução de políticas macroeconômicas no país; a criação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); a participação ativa do setor privado nas atividades da aviação civil; a paz vivida como resultado do Acordo Geral de Paz em 1992; e o efeito do 11 de setembro de 2001.

Companhias Aéreas e Infraestruturas Aeroportuárias

Conforme o IACM (2003), a política de transporte aéreo durante vários anos foi marcada pela defesa do monopólio estatal, donde o domínio empresarial era detido pelas empresas como as Linhas Aéreas de Moçambique - Empresa Estatal (LAM), a Trabalho e Transporte Aéreo - Empresa Estatal (TTA) e os Aeroportos de Moçambique – Empresa Estatal (ADM). Desde a sua criação em 14 de maio de 1980 até o ano de 1997 a LAM teve o monopólio

na exploração da rota Maputo-Beira-Nampula-Pemba e vice-versa, que era também conhecida como a *linha dorsal* da aviação civil em Moçambique².

De acordo com o IACM (2011a) na atualidade, são 12 os operadores nacionais certificados pelas autoridades. Vinte e cinco por cento destes (3) são companhias que operam aeronaves de peso superior a 5700 kg e atuam no transporte doméstico e internacional regular e não regular. Sete operam no transporte doméstico não regular e as demais, estão certificadas apenas para o trabalho aéreo.

Os serviços programados nas rotas principais são realizados pela LAM – empresa estatal – e sua subsidiária, a MEX Expresso, que tem realizado as ligações regionais dentro do país e na região. A ligação com o mundo é impulsionada pela LAM, South African Airways – SAA (Linhas Aéreas da África do Sul), Kenya Airways (Linhas Aéreas do Quênia), Ethiopian Airlines (Linhas Aéreas da Etiópia) e TAP (Linhas Aéreas de Portugal), que voam para os principais locais da região e do resto do mundo (MOZAMBIQUE REVIEW, 2011).

Relativamente às infraestruturas aeroportuárias, das dezenove unidades aeroportuárias que são geridas pela Empresa Aeroportos de Moçambique, três são aeroportos internacionais (Maputo, Beira e Nampula), cinco são aeroportos principais (Vilankulo, Quelimane, Tete, Pemba e Lichinga) e onze são aeródromos secundários. Os aeródromos de Maputo e Nampula tornaram-se internacionais depois da independência nacional, enquanto que o da Beira já ostentava esta certificação desde a era colonial. Nas últimas duas décadas foram abertos mais três pontos de entrada, nomeadamente: Vilankulo, Pemba e Lichinga. O aeródromo secundário de Inhambane foi aberto ao tráfego internacional ao abrigo do Acordo de Transporte Aéreo entre Moçambique e a África do Sul desde 2007 para dar vazão à demanda turística que o país apresenta (IACM, 2007).

De acordo com o Ministério dos Transportes e Comunicações – MTC (2008), a análise das atuais condições operacionais das infraestruturas aeronáuticas vem revelando a existência de desequilíbrios entre a oferta de capacidade/serviços aeroportuários e as demandas de tráfego, em alguns dos principais aeroportos nacionais. Dentre os fatores determinantes destes desequilíbrios,

2 A LAM perde o seu monopólio através da Resolução 5/97 emanado do Ministério dos Transportes e Comunicações, que estabelece o concurso público para a exploração da rota na linha dorsal.

de acordo com o Ministério, realça-se o acelerado incremento das operações “*charters*”, domésticas e regionais, transportando principalmente turistas, que vêm pressionando fortemente a capacidade de determinados aeroportos nacionais não equipados para receber o aumento e a natureza desse tráfego.

Acordos Bilaterais de Transporte Aéreo

A prática de assinatura de Acordos Bilaterais de Transporte Aéreo vem desde a Independência Nacional (1975), sendo seus princípios gerais adaptados à realidade socioeconômica (IACM, 2003). Assim, foram privilegiados os aspectos com vertente política tanto interna como externa, nomeadamente: estabelecer relações com os países que serviram de retaguarda à luta armada de libertação nacional; estabelecer relações com os países considerados aliados naturais, ou seja, aqueles cuja identidade ideológica era comum; e estabelecer relações com os países recém-independentes.

Constituíam princípios dominantes dos Acordos Bilaterais, os seguintes: monodesignação (apenas uma companhia designada para cada rota); *single entry point* (apenas um aeroporto designado como ponto de entrada); e predeterminação das capacidades.

Atualmente, os princípios dominantes nos Acordos são: multidesignação por país (mais de duas companhias de cada país a operarem por rota); predeterminação das capacidades e/ou número de frequências dos voos; monodesignação por rotas; *multiply entry points* (vários pontos de entrada, constituídos pelos aeroportos e aeródromos que recebem tráfego internacional). Hoje Moçambique hoje possui nove pontos de entrada de tráfego internacional³; e a tendência para que a definição de capacidades seja ao critério dos intervenientes, baseados no tráfego existente e no mercado.

Em 14 de Novembro de 1999 os ministros africanos responsáveis pela Aviação Civil, reunidos em Yamoussoukro, capital política da Costa do Marfim, aprovaram uma decisão relativa à liberalização gradual do mercado de transporte aéreo intra-África. Surgiu assim a Decisão de Yamoussoukro (DY), que entrou em vigor a 14 de Agosto de 2000, com os seguintes objetivos: (i) liberalização da concessão dos direitos de tráfego (entenda-se direitos de exploração) nas rotas intra-África; (ii) levantamento de restrições relativas

3 Aeroportos de Maputo, Beira, Nampula, Vilankulo. Inhambane, Tete, Mocimboa da Praia, Pemba e Nacala (ainda não aberto à navegação).

ao número de voos a efetuar bem como ao número de passageiros, carga e/ou correio a transportar; iii) possibilidade de designação de pluralidade de operadores para as rotas intra-África; e (iv) não intervenção dos Estados na determinação dos preços praticados na prestação de serviços aéreos (SAL & CALDEIRA, 2008).

Assim sendo, a linha estratégica da liberalização do espaço aéreo tem seguido um gradualismo acelerado que se coaduna com as Liberdades do Ar da Convenção de Chicago. Em 2009 o país adotou diretrizes tendentes à liberalização do espaço aéreo conforme definido pelo MTC (2009).

Desde o ponto de vista regional os pressupostos da linha estratégica de liberalização são a introdução da duo-designação em todas as rotas nos pontos de entrada definidos como regionais (Maputo, Beira, Nampula, Inhambane, Vilankulo, Pemba, Tete, Nacala e Lichinga) e a implementação da 5ª liberdade do ar (multi-designação em todas as rotas regionais, isto é, nas rotas que fazem parte países da SADC). No que tange ao contexto internacional prevê-se os seguintes passos: aplicação da 5ª liberdade do ar a partir de 2008 nas rotas onde não haja operadores que usufruam dos direitos da 3ª e 4ª liberdades do ar e a atualização e/ou assinatura de Acordos de Transporte Aéreo, cuja materialização deverá ocorrer à medida das necessidades dos mercados emergentes e à luz da Convenção de Chicago e dos Tratados de que o país é signatário.

ANÁLISE SWOT DA RELAÇÃO ENTRE TRANSPORTE AÉREO E TURISMO EM MOÇAMBIQUE

Pontos Fortes

Tal qual descrito na tabela 2 todos os agentes inquiridos fizeram menção ao potencial turístico do país como um dos pontos fortes na relação transporte aéreo-turismo. No entender destes profissionais o país detém um enorme potencial turístico, fruto, essencialmente, da sua beleza natural e da sua localização geoestratégica. Cabe destacar que, na visão dos agentes de turismo, embora haja potencial, o país não entra ou não faz parte dos roteiros turísticos dos grandes operadores internacionais, isto é, não é considerado um destino turístico relevante fato que, de acordo com os agentes, penaliza o país uma vez que o turismo poderia ser uma importante fonte de ingressos e empregos.

Pontos Fortes (n=26)	%
Potencial turístico do País	100
Novas infraestruturas aeroportuárias	100
Frota renovada e moderna da LAM	76,9
Novos acordos de transporte aéreo	38,4
Certificações internacionais da LAM	30,7

Tabela 2 – Distribuição percentual dos fatores-chave identificados como pontos fortes na relação entre transporte aéreo e turismo em Moçambique, 2011.

Também em sua totalidade, os agentes destacaram as novas infraestruturas aeroportuárias de que o país vem se dotando. O grupo de entrevistados realça que Moçambique está a dar um passo fundamental no processo de ampliação e modernização das suas infraestruturas aeroportuárias visando adequá-las às necessidades operacionais da atualidade e, além disso, tendo em vista as previsões de crescimento do tráfego nacional e internacional.

A renovação e modernização da frota da LAM são citadas por 76,9% dos profissionais. O fato de a LAM ter entrado em fase de mudança da sua frota antiga que era, essencialmente, composta por aeronaves Boeing 737-200 para as mais modernas aeronaves de fabrico brasileiro, os Embraer 190, é visto como um fator positivo na relação turismo e transporte aéreo moçambicano porque aumenta a competitividade da companhia, principalmente no contexto do transporte aéreo regional.

Com menor expressão são citados os novos acordos de transporte aéreo que o país tem assinado (38,4% do total). Os agentes do turismo realçam que este quesito é importante tendo em conta o fato dos acordos terem sido assinados com países estrategicamente importantes para a plataforma de desenvolvimento do turismo no país, tal como são os casos da China e do Brasil.

Todos os agentes de transporte aéreo fizeram menção às certificações internacionais que a LAM recebeu nos últimos anos por parte da IATA identificando-as como pontos fortes, o que corresponde a 30,7% do total. Os agentes de transporte aéreo realçam que, apesar do país estar na lista dos banidos pela União Europeia, a IATA renovou em 2011, pela terceira vez consecutiva, a certificação IOSA à LAM, o que faz com que a companhia integre um grupo seletivo de companhias aéreas com três certificações IOSA consecutivas, demonstrando claramente a preocupação pela excelência dos seus serviços e o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Indústria de Aviação Civil. Os agentes reiteram que as certificações confirmam que a empresa garante a segurança para os seus clientes, característica fundamental para o turismo nacional.

Pontos Fracos

Dos vinte e seis agentes entrevistados (com a exceção da companhia aérea de bandeira), 25 referiram os preços elevados das passagens aéreas para voos domésticos e internacionais, como o principal ponto fraco na relação transporte aéreo-turismo em Moçambique, como apresentado na tabela 3.

Pontos Fracos (n=26)	%
Passagens aéreas caras	96,1
Falta de coordenação de políticas setoriais	76,9
Desorganização interna do turismo	76,9
Monopólio da LAM	76,9
Banimento das companhias aéreas moçambicanas do espaço aéreo europeu	69,2
Saída de operação da companhia aérea sul-africana 1Time	46,1
Baixa capacidade de carga das aeronaves da LAM	38,4

Tabela 3 – Distribuição percentual dos fatores-chave identificados como pontos fracos na relação entre transporte aéreo e turismo em Moçambique, 2011.

A falta de coordenação entre operadores aéreos e o turísticos bem como a desorganização interna do turismo foram fatores reconhecidos como pontos fracos por cerca de 77% dos agentes. Ao citar estes fatores os agentes de turismo do setor privado apresentaram um exemplo concreto da falta de coordenação o fato de, por um lado o Governo ter uma proposta de incremento e crescimento do turismo nacional, e ao mesmo tempo proteger a companhia aérea de bandeira.

Para os informantes, ainda que haja investimentos recentes para a melhoria da infraestrutura hoteleira, o protecionismo em vigor no país afugenta clientes – operadores das agências turísticas e de viagem -, que acabam optando por destinos mais baratos e com instâncias turísticas de melhor qualidade. Deste modo, fica prejudicada uma extensa cadeia desde os hotéis e outras instâncias de acomodação, restaurantes, locadoras de veículos, indústria de entretenimento, entre outros que vendem a cultura nas suas variadas expressões.

Em relação à falta de organização no turismo moçambicano, os agentes afirmaram que passa pela falta de planejamento do uso da terra e outros recursos, bem como pela ausência histórica da relação interinstitucional (setores turismo e transporte aéreo) no processo de desenvolvimento do turismo em Moçambique.

Com a mesma proporção dos fatores anteriormente citados, o monopólio da LAM é visto pelos agentes como um dos maiores fatores negativos quando se trata de transporte aéreo e turismo em Moçambique.

Este fator é citado por todos do setor turismo e de transporte aéreo não governamental, evidenciando a preocupação que o setor privado tem com este cenário. Apontam ainda que, não obstante o país esteja adotando medidas de flexibilização do transporte aéreo baseadas nas linhas diretrizes da DY, por sinal, o que levou ao fim da rota *espinha dorsal* do transporte aéreo nacional que dava plenos direitos de monopólio à LAM, o cenário ainda é caracterizado pelo monopólio da companhia nas linhas domésticas, sendo que, com a retirada de operação da companhia Air Corridor, a situação ganhou ainda mais destaque.

Os agentes referem que a adoção de políticas abertamente anticoncorrenciais no ramo do transporte aéreo, em benefício da LAM, acaba se refletindo na falta de opções para os clientes nas rotas regionais e internacionais a partir de pontos localizados em Moçambique, com um impacto muito negativo para o turismo no país. Os agentes de turismo ressaltam ainda que o enfraquecimento da LAM também tem influência: (i) do seu despreparo vis-à-vis a liberalização do transporte aéreo nos segmentos regional e internacional, e (ii) da sua situação técnico-operacional várias vezes questionada pela IATA e ICAO, apesar da recertificação IOSA dada pela IATA. Atrelado a este fator está o quadro normativo do transporte aéreo que é descrito como sendo ainda incipiente no que concerne aos direitos do consumidor, em especial pelo fato de não ser devidamente fiscalizado por parte do regulador aeronáutico, o IACM.

O banimento das companhias aéreas moçambicanas do espaço aéreo europeu é visto como o quinto fator negativo na relação transporte aéreo e turismo, com 69,2% das referências não estimuladas. As sucessivas entradas da LAM na lista de banidos da UE, sendo este o único operador que detém direitos de tráfego em rotas intercontinentais, a maior parte das rotas regionais e domésticas, é um fator destacado tanto pelos agentes de transporte aéreo quanto por aqueles que atuam no setor privado do turismo. Segundo os informantes este fato tem implicações negativas para o turismo, em especial quando se trata de turistas estrangeiros porque estes são mais sensíveis às questões

relativas ao cumprimento dos padrões de segurança; para a LAM que não pode efetuar voos para o espaço europeu e, em última instância, para os operadores turísticos que se veem privados de clientes por conta do alto custo de viagem quando não existem escolhas na vertente de transporte aéreo.

A saída de operação por parte da companhia aérea sul-africana 1Time na rota Johannesburgo – Maputo é citada por 46,1% dos entrevistados, com realce para os agentes do setor privado do turismo. Nos acordos aéreos firmados entre países é definido o número de lugares disponíveis para cada companhia aérea. De acordo com os termos estabelecidos entre Moçambique e África do Sul a empresa 1time teria direito a 560 lugares por semana embora seus aviões, modelo *MacDonnell Douglas 82*, tivessem 157 assentos. Esta restrição a obrigou a reduzir de cinco para quatro o número de voos, decisão que, impediu que a empresa conseguisse atrair as pessoas que viajam em negócios. Ao citar estes fatos os agentes realçam que, no modelo de negócio de uma companhia como a 1Time (companhia *low cost*), é preciso ter os aviões sempre cheios e, embora os voos as segundas e às sextas-feiras estivessem cheios de turistas, os demais não seguiam o mesmo curso. Importante destacar que, dos 1560 lugares a que a SAA tinha direito durante o período da monodesignação na rota foram repassados 560 lugares para a 1Time, o que equivale dizer que a 1Time absorvia, aproximadamente, apenas 35,8% da capacidade destinada.

Este cenário está muito ligado à percepção geral, dos agentes ligados ao turismo, de que o IACM tem impedido a participação de operadoras regionais e internacionais de transporte aéreo, manifestamente por:

- Proteger demasiado a aliança existente entre a LAM e a TAP que constituíram um quase monopólio dos voos de longa distância;
- Dificultar em extremo a organização de voos *charter* com destino a Moçambique, protegendo a aliança LAM e SAA; e
- Colocar entraves ao registo de voos regulares regionais.

Por último, com 38,4%, temos o fator capacidade de carga reduzida dos porões dos novos aviões em relação aos aviões que vêm sendo substituídos, os Boeing 737-200. Vale ressaltar que a própria companhia aérea de bandeira reconhece este fator como um empecilho para sua própria estrutura operacional e para o turismo em particular.

O exemplo específico que é levantado é das aeronaves Q400 da LAM que fazem a rota regional Inhambane– Johannesburgo – Inhambane⁴. Esta rota é essencialmente turística e o vetor de tráfego é a cidade Johannesburgo. Um dos principais atrativos turísticos da cidade de Inhambane é a atividade de mergulho em recifes de corais que abrigam a mais diversa gama de vida marinha. Para esta atividade os turistas, geralmente, viajam com os seus próprios equipamentos de mergulho que, regra geral, ocupam muito espaço no porão da aeronave, muitas vezes os turistas são obrigados a pagar excesso de carga, isso se caracteriza em um fator limitante. Para os agentes de turismo do setor privado esta situação é descrita como um problema que deriva da falta de coordenação entre os setores de transporte aéreo e do turismo.

Oportunidades

Mais de 80% dos agentes percebe a liberalização do mercado de transporte aéreo deflagrada pela DY e que está a ser implementada nas sub-regiões do continente africano, como o maior fator de oportunidades, sendo importante ressaltar que a citação foi feita por todos que atuam no setor turismo (público e privado) e pelos agentes do setor de transporte aéreo privado.

Os agentes referem que esta conjuntura à volta da DY já tem trazido alguns resultados satisfatórios. Sustentam que o atual cenário de parcerias estabelecido entre a LAM e outras companhias estrangeiras, por exemplo, Kenya Airways e South African Airways, é muito bom para o turismo nacional e fruto de uma nova dinâmica oriunda da liberalização do mercado de transporte aéreo. Os informantes também enfatizaram que, contrariamente a alguns países na região da SADC, Moçambique apresenta uma rede de transporte aéreo estável que, fora as imperfeições, abrange os principais centros económicos do território nacional, através de uma das poucas companhias aéreas de bandeira ainda existentes na SADC, a LAM, a qual tem também a seu favor o fato de ter acordos de partilha de código com várias companhias africanas e pelo menos uma europeia, a TAP Air Portugal. A distribuição percentual dos fatores-chave identificados como oportunidades está descrita na tabela 4.

4 Inhambane é a cidade capital da província *moçambicana* do mesmo nome. Na sua costa oriental ela tem uma extensa linha de praias no *Oceano Índico*, que são destino turístico preferencial de muitos moçambicanos e estrangeiros.

Oportunidades (n=26)	%
Liberalização do transporte aéreo na região da SADC	84,1
Introdução da 5ª liberdade do ar	69,2
Introdução da duo designação por rota	69,2
Crescimento do turismo regional	61,5
Proximidade ao Aeroporto Internacional de Johannesburgo	50
Remodelação do Aeroporto Internacional de Maputo	19,2

Tabela 4 – Distribuição percentual dos fatores-chave identificados como oportunidades na relação entre transporte aéreo e turismo em Moçambique, 2011.

A introdução da 5ª liberdade do ar (o direito de transportar passageiros e carga entre o território de outro Estado contratante e o território de um terceiro Estado, conforme consta a Figura 2) e da duo designação por rota na SADC figura com o segundo fator chave de oportunidades citado por cerca de 70 por cento dos respondentes.

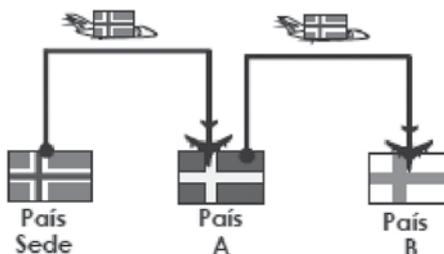


Figura 2 – Exemplo de aplicação da 5ª Liberdade do ar

Para ambos os grupos, estes fatores são entendidos como indutores de maior mobilidade na região e que trará benefícios em larga escala, trazendo, por exemplo, mais companhias aéreas voando para o país e abrindo novos horizontes para as operadoras aéreas nacionais.

Entretanto, estes dois fatores são os que apresentam maior divergência entre os agentes de turismo e os de transporte aéreo do setor público. Os agentes do turismo são unânimes em afirmar que estes dois fatores só podem ser convertidos em oportunidade real para o setor, se houver vontade política e mudanças operacionais, tais como, a ampliação do número de assentos e as frequências semanais das companhias aéreas, tanto por parte do governo moçambicano e quanto dos seus parceiros regionais, ou seja, não basta apenas uma mudança normativa.

Embora não sejam contrários às considerações do setor turismo, os agentes de transporte aéreo público defendem que é preciso que as diretrizes

da DY sejam vistas com cautela, porque estão em jogo muitos interesses. Defendem que é necessário proteger os interesses das companhias aéreas nacionais, numa clara alusão à companhia aérea de bandeira. Consubstanciam este posicionamento com o fato de a liberalização do mercado de transporte aéreo acima de tudo interessar aos países que já têm companhias fortes e toda uma estrutura de transporte aéreo desenvolvida, tal como são os casos da África do Sul e da Etiópia.

O crescimento do turismo regional e a construção de novos empreendimentos é o terceiro fator de oportunidade assinalado pelos agentes, essencialmente por aqueles que atuam no setor turismo. Os negócios nacionais entre pólos de comércio e indústria em Moçambique (grandes projetos nos Corredores de Desenvolvimento do país como é o caso da exploração do carvão na província central de Tete por parte das mineradoras internacionais Riverside da Austrália e da Vale do Brasil) tem se desenvolvido muito e cada vez mais pessoas viajam de avião por motivos de negócio dentro do país. Ressaltam ainda que estes fatos estão atrelados a recente exposição em nível mundial da África do Sul com a realização do Campeonato Mundial de Futebol (FIFA 2010), que contribuiu muito para o marketing global da região e particularmente dos países vizinhos como Moçambique.

Por último, 19,2% dos respondentes, com ênfase nos agentes de turismo, afirmam que o recente investimento no Aeroporto Internacional de Maputo permite que este se afirme como um importante ponto de entrada para o país e para a região. Afirmam também que o desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Nacala, no norte de Moçambique, irá situar o país e aquela região em particular, como um destino turístico a 8 horas de voo das maiores capitais europeias. Também destacaram que a proximidade com o aeroporto *hub* regional, o Aeroporto Internacional de Johannesburgo, é fator fundamental para o turismo nacional uma vez que grande parte dos turistas que escalam o país e que não são dos países da região usa este aeroporto como baldeação para Moçambique.

Ameaças

Todos os informantes destacaram a grande ameaça em ter o turismo nacional focado em “sol e praia”, ao comentar. Citaram exemplos de países africanos com menor potencial que Moçambique que conseguem tirar mais dividendos, explorando outros segmentos tais como o ecoturismo e o turismo

de negócios. Estes e demais fatores identificados como ameaças estão apresentados, numa distribuição percentual, na tabela 5.

Ameaças (n=26)	%
Turismo focado no segmento sol e praia	100
Novos projetos de exploração de recursos naturais no país	50
Quadro hoteleiro de Moçambique	50
Existência de muitos pontos entrada	30,8

Tabela 5 – Distribuição percentual dos fatores-chave identificados como ameaças na relação entre transporte aéreo e turismo em Moçambique, 2011.

Metade dos entrevistados, com enfoque para os agentes do setor privado do turismo, afirma que, cada vez mais, o governo está focado no setor dos recursos minerais, cujo tratamento legal define sua primazia sobre outros recursos (incluindo turísticos) sempre que se localizem no mesmo espaço geográfico. É nesta perspectiva que este fator é visto como uma ameaça para o turismo nacional, o que, segundo os agentes, trará resultados negativos para o país principalmente em regiões onde hoje o turismo é a principal alavanca de desenvolvimento.

O cenário hoteleiro também é apontado como fator de ameaça por 50% dos entrevistados, sobretudo entre os agentes de transporte aéreo. Segundo eles, cada vez mais os turistas buscam destinos localizados em países vizinhos, cujo quadro infraestrutural (tanto hoteleiro em sentido restrito, como infraestruturas complementares) se mostra em melhores condições (especialmente no domínio do ecoturismo). Ressaltam ainda que, deste modo, Moçambique corre o risco de tornar-se destino turístico pouco competitivo em relação ao mercado internacional, passando a ser um “campo de férias” para turistas regionais, principalmente os sul-africanos que se deslocam em carros próprios.

A existência de vários pontos de entrada foi o fator citado por todos os agentes de transporte aéreo, 30,8% do total, retratando deste a preocupação deste segmento com este cenário. Os agentes afirmam que em função das debilidades de controle do seu espaço aéreo e com a proliferação de muitos pontos de entrada abre-se espaço para a cabotagem de aeronaves, principalmente da África do Sul, sobretudo para as zonas turísticas trazendo, conseqüentemente, perdas de tráfego para os operadores aéreos nacionais.

Os agentes de transporte aéreo do setor público ressaltam ainda que a operação dos serviços de transporte aéreo entre dois pontos localizados dentro do território nacional, mesmo com origem ou escala dentro do território de

um Estado estrangeiro, está reservada exclusivamente a transportadores aéreos nacionais, logo a abertura de inúmeros pontos de entrada deve ser revista por parte do governo moçambicano sob pena do país perder o controle do seu espaço aéreo. Com o advento do turismo, e sem o controle efetivo do espaço aéreo, a integridade territorial do país corre risco, até mesmo em função de atividades ilícitas que, por ventura, possam vir a ocorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nível estatal percebem-se algumas diferenças de abordagem na relação transporte aéreo e turismo. A visão do Ministério do Turismo é relativamente mais aberta, buscando-se essencialmente mecanismos para que o transporte aéreo seja benéfico para o turismo. O MITUR defende a implantação de uma indústria nacional aérea saudável e competitiva que estimule a entrada de novos atores nacionais, regionais e internacionais; e encoraja parcerias entre os atores nacionais e atores estratégicos regionais e internacionais e facilita acordos aéreos bilaterais com outros países para voos regulares e não regulares.

Por outro lado, o IACM tem uma abordagem voltada à exclusividade da participação da companhia aérea de bandeira na definição das diretrizes de turismo nacional, defendendo um reforço da mesma em termos de meios necessários para responder à demanda esperada pelos mercados emergentes referidos no Plano Estratégico do MITUR, promovendo a sua expansão e desenvolvimento. Entretanto, também se percebe uma preocupação com a necessidade de haver uma melhor percepção da contribuição da aviação civil no desenvolvimento socioeconômico, devendo ser criadas maiores oportunidades de cooperação técnica.

Em relação aos pontos fracos foram destacados a problemática das passagens aéreas caras (que apenas não foi mencionado nos formulários pela companhia aérea de bandeira), a falta de coordenação das políticas setoriais, desorganização interna do turismo e o recente banimento das companhias aéreas no espaço aéreo europeu.

Em relação às ameaças, todos os informantes destacaram a grande ameaça em ter o turismo nacional focado em “sol e praia”. Por outro lado, metade dos entrevistados, com enfoque para os agentes do setor privado do turismo, afirmam que, cada vez, o governo está focado no setor dos recursos

minerais, cujo tratamento legal define sua primazia sobre outros recursos (incluindo turísticos) sempre que se localizem no mesmo espaço geográfico, o que pode perigar o desenvolvimento do turismo no país.

Assim, conclui-se que os pontos fracos têm um peso maior que os pontos fortes na relação transporte aéreo e turismo em Moçambique, tendo em conta que em termos absolutos os agentes levantaram mais pontos fracos do que fortes e porque percentualmente os pontos fracos tem um maior valor absoluto.

REFERÊNCIAS

- BES. *República de Moçambique: Realidade e Futuro*. Lisboa: Espirito Santo Research, 2008.
- FIAS. *The Tourism Sector In Mozambique: A Value Chain Analysis Volume II*. Banco Mundial: Maputo, 2007.
- JONES, S. e IBRAHIMO, H. *The Economic Contribution of Tourism in Mozambique: Presente and Future*. In: *Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Desafios para a investigação social e económica em Moçambique*, Conference Paper nº 18, Maputo, 2007.
- MITUR. *Indicadores de referência na área de turismo*. Maputo: Direção de Planificação e Cooperação, 2011.
- MOZAMBIQUE REVIEW. *Connect to Maputo*. The Rebirth of Gorongosa National Park. Edição de Março. Disponível em: <http://mozambiquereview.com/march.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2011.
- MTC. *Estratégia para o desenvolvimento integrado do sistema de transportes*. Maputo: Ministério dos Transportes e Comunicações, 2008.
- MTC. *Principais realizações do setor dos transportes e comunicações (2005-2009)*. Maputo: Ministério dos Transportes e Comunicações, 2009.
- IACM. *Acordos Bilaterais*. Aeronáutica. Maputo, nº 1, pp.40-43. 2003.
- IACM. *Estratégia da Aviação Civil (2007-2013)*. Instituto da Aviação Civil de Moçambique, Maputo. 2007.
- IACM. *Acordos Bilaterais de Transporte Aéreo*. 2011. Disponível em: http://www.iacm.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=90:acordos-bilaterais-de-transporte-aereo&catid=42:regulacao-economica&Itemid=115.
- INE. *Resultados do inquérito à despesa do turista 2007*. Direção de Estatísticas Setoriais e de Empresas, Maputo, 2008. Acesso em 11 de dezembro de 2011.
- SAL & CALDEIRA. *O Quadro Legal da Liberalização do Transporte Aéreo em Moçambique*. Páginas 4-5. Maputo, Setembro/Outubro 2008 | N.º 21 | Bimensal. Sal & Caldeira Newsletter.
- USAID. *Liberalization of Mozambique's Aviation Policy*. Nathan Associates, Maputo, 2006.

